

RAFAELA CAMPOS CAVALCANTI

A ARQUITETURA DOS CRAVOS

DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL (SAAL) NO PORTO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Urbano.

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim

RECIFE – PE
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

C376a Cavalcanti, Rafaela Campos
A Arquitetura dos Cravos: da experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto / Rafaela Campos Cavalcanti. – Recife: O Autor, 2014.
252 f.: il.

Orientador: Luiz Manuel do Eirado Amorim.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2014.
Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Planejamento urbano. 2. Renovação urbana. 3. Participação social - Porto. 4. Política habitacional. 5. Habitação popular. 6. Revoluções - Porto. I. Amorim, Luiz Manuel do Eirado (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2014-55)



.....
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

3

Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda RAFAELA CAMPOS CAVALCANTI

Às 14 horas do dia 31 de março de 2014 reuniu-se na sala de aula do MDU do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Luiz Manuel do Eirado Amorim (orientador), Nelci Tinem e Sônia Marques da Cunha Barreto (examinadoras externas), Maria de Jesus Britto Leite e Fernando Diniz Moreira (examinadores internos), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: “A ARQUITETURA DOS CRAVOS: Da Experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada _____ . O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Renata de Albuquerque Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 31 de março de 2014.

- Indicação da Banca para publicação ()

Luiz Manuel do Eirado Amorim
Orientador

Nelci Tinem
Examinadora Externa/UFPB

Sônia Marques da Cunha Barreto
Examinadora Externa/ UFPB

Maria de Jesus Britto Leite
Examinadora Interna/ PPGMDU

Fernando Diniz Moreira
Examinador Interno/PPGMDU

Renata de Albuquerque Silva
Secretaria do PPGMDU

Rafaela Campos Cavalcanti
Candidata

A todos os que lutaram e aos que lutam por uma sociedade mais justa.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Dr. Luiz Manuel do Eirado Amorim, dedico os meus maiores agradecimentos. Agradeço-lhe pela dedicação, amizade, pelas valiosas sugestões, pelas críticas, pelo estímulo em todos os momentos do processo reflexivo desta tese, pela confiança depositada e por compartilhar comigo os seus conhecimentos.

Aos professores e funcionários do MDU, em especial, aos professores que fizeram parte das bancas de defesa do projeto e de qualificação: Prof. Dr. Fernando Diniz, Prof. Dra. Maria de Jesus e Prof. Dra. Guilah Naslavsky, pelas sugestões e críticas, fundamentais para o avanço das ideias presentes neste trabalho.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, Nuno Portas e Manuel Fernandes de Sá, por me brindarem com preciosas informações. Em especial, ao professor Manuel Mendes e à Sra. Maria Teresa Godinho, pela presteza, atenção e receptividade durante o tempo de pesquisa no Centro de Documentação da FAUP.

Aos moradores participantes do SAAL no Porto com quem tive a oportunidade de conversar. Em especial, à Sra. Orquídea Santos e ao Sr. Aurélio Simões, por me deixaram ainda mais encantada com a experiência SAAL e com a luta de ambos pela melhoria das suas condições de vida.

Aos funcionários do Arquivo Distrital do Porto e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, pela delicadeza e dedicação de todos. Sem eles não seria possível aproveitar o precioso, mas curto, tempo de pesquisa nessas instituições.

À minha mãe, Conceição, ao meu pai, Yêso, à minha irmã, Rebeca e à minha querida tia Tereza (*in memoriam*), por todo o apoio extra-acadêmico. Agradeço-lhes pelo carinho, incentivo, paciência e pelas orientações sobre a importância da disciplina e da perseverança em todas as minhas realizações profissionais e académicas.

Ao meu esposo, Ermes Ferreira, parceiro de todas as horas e um dos maiores incentivadores para a conclusão desta tese. Agradeço imensamente por todo o carinho, apoio, paciência e atenção, indispensáveis para tornar esta caminhada mais leve.

Às minhas amigas e a todos os colegas de trabalho, pelo incentivo, troca de conhecimentos e momentos de descontração, tão importantes nesses anos dedicados a este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa investiga a experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local - SAAL na cidade do Porto, tendo por objetivo compreender algumas razões que justifiquem o status das suas operações em relação às outras experiências desencadeadas em Portugal. O recorte empírico lida com as operações que tiveram como produto final a construção de novos conjuntos e unidades de habitação para os membros das respectivas Associações de Moradores participantes do Processo SAAL: Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor. Embora não tenha sido possível verificar todos os aspectos que influenciaram a experiência SAAL no Porto, foram definidas duas linhas de abordagem para o problema. Enquanto a primeira se debruça sobre o processo das operações em si, investigando, especificamente, o relacionamento estabelecido entre os seus atores fundamentais – moradores e Brigadas Técnicas –, a segunda abordagem focaliza os conjuntos e as unidades habitacionais construídos. Demonstra-se que a conjuntura política do processo revolucionário português – iniciado com a Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974 – desencadeou um forte movimento popular contra as degradantes condições de moradia em que vivia boa parte dos moradores pobres da cidade, favorecendo a participação dos mesmos no desenrolar das operações SAAL. Discute-se também que não é possível dissociar as experiências SAAL no Porto da participação ativa dos membros da Escola de Belas Artes (ESBAP), seja porque a maioria dos chefes das Brigadas Técnicas eram professores da Escola ou porque muitos dos seus estudantes de arquitetura, ainda antes do 25 de Abril, já estavam profundamente envolvidos em trabalhos de campo junto às populações dos bairros degradados, sobretudo das chamadas ilhas, que posteriormente pediram apoio ao SAAL para a melhoria das suas condições habitacionais. A pesquisa aponta que o intercâmbio entre técnicos e moradores foi bastante positivo, uma vez que havia um significativo empenho por parte das Brigadas Técnicas em oferecer o apoio necessário às Associações nas decisões relativas ao desenvolvimento das suas respectivas operações. Destaca-se que, embora as populações tivessem participado, por meio dos seus representantes, no desenvolvimento do Processo SAAL como um todo, pouco interferiram nas decisões relativas aos projetos das habitações. Entretanto, a partir das análises dos projetos, percebe-se que o permanente diálogo entre moradores e técnicos desde o início do Processo, resultou na construção de conjuntos e unidades habitacionais que valorizam os aspectos da vida em comum, característicos daquelas populações. Considerando a circunstância política, o modo como promoveu a colaboração entre técnicos e moradores e a originalidade tipológica dos edifícios, defende-se que a experiência SAAL no Porto merece status e referência, não apenas em comparação às operações desencadeadas nas demais regiões do país, mas, especialmente, porque deve ser encarada como um produto da Revolução em Portugal.

Palavras-chave: SAAL; Participação Social; Brigadas Técnicas; Análise Espacial; Revolução dos Cravos.

ABSTRACT

This research investigates the experience of Serviço de Apoio Ambulatório Local - SAAL in Oporto, aiming to understand some reasons that could justify the status for its operations in relation to others experiences in Portugal. The empirical cut deals with the operations that constructed new dwellings for the members of their neighborhood associations that participated in the Process: Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos and S.Victor. Although it was not possible to verify all the aspects that influenced the SAAL experience in Oporto, two lines of approach have been defined for the problem. While the first one focuses on the process of operations itself, specifically investigating the relationship established between its key actors – residents and Technical Brigades –, the second approach focuses on the constructed dwellings. This research demonstrates that the political context of the Portuguese revolutionary process – started with the Carnation Revolution in April 25, 1974 – triggered a strong popular movement against the degrading living conditions in which most of the poor residents of the city were submitted, favoring their participation in the conduct of SAAL operations. It is also discussed that it is not possible to dissociate the SAAL experiences in Oporto of the strong participation of the members of the School of Fine Arts (ESBAP). Firstly, because most of the leaders of Technical Brigades were ESBAP teachers; and secondly, because many of its students of architecture, even before the April 25, were already deeply involved in fieldwork among the populations of the degrading areas, especially those called islands, which subsequently asked SAAL's support to improve their housing conditions. The research shows that the exchange between experts and residents was very positive, since there was a significant commitment by the Technical Brigades in providing the necessary support to that associations in decisions related to the development of their respective operations. It is noteworthy to highlight that although the inhabitants had participated, through their leaders, in the developing of the SAAL process as a whole, they little interfered in the decisions of housing projects. However, the analysis of the projects demonstrates that the dialogue between residents and technicians, since the beginning of the process, resulted in the construction of dwellings that valued aspects of community life, characteristic of those populations. Considering the political circumstances; the way it promoted the collaboration between technicians and residents and the typological originality of the buildings, it is argued that the SAAL experience in Oporto deserves status and reference, not only in comparison to the operations developed in other regions of the country, but especially because it should be seen as a product of the Revolution in Portugal.

Keywords: SAAL; Social Participation; Techniques Brigades; Spatial Analysis; Carnation Revolution.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Esquema das Operações SAAL. Relação entre os técnicos e as populações na constituição das associações de moradores. 45
- Figura 2. Esquema das Operações SAAL. Relações entre os técnicos e a população na seleção e desapropriação do terreno. 47
- Figura 3. Esquema das Operações SAAL. Relações entre os técnicos e a população na elaboração, discussão e aprovação do projeto. 48
- Figura 4. Mapa da cidade do Porto. Distribuição das ilhas por freguesias em 1940. 64
- Figura 5. Em destaque, exemplos de tipos de ilhas no interior do lote urbano. Rua de S. Victor, Porto. 67
- Figura 6. Principais tipos de ilhas: 1. Ilha construída em um único lote; 2. Ilha construída em dois lotes com um corredor central; 3. Ilha construída em dois lotes com corredores laterais; 4. Ilha construída nos fundos de vários lotes. Na cor verde, as casas burguesas na frente do lote, e na cor lilás, destaque para as casas das ilhas. 68
- Figura 7. Da esquerda para a direita: a. vista e planta de habitação de classe média sem ilha no fundo do lote, com acesso à casa pelo corredor lateral; b. vista e planta de casa com abertura de uma segunda porta à face da rua, com acessos independentes para a casa e para a ilha; c. vista e planta de casa com acesso único ao lote, separando-se as entradas para a casa e para a ilha por meio de corredor lateral. 68
- Figura 8. Acesso à ilha por meio de corredor lateral sem cobertura, ao lado da casa de classe média. Bairro da Lapa, Porto..... 69
- Figura 9. Vista interna de ilha no Bairro da Lapa, Porto. 69
- Figura 10. Portada de acesso à ilha ocupando o interior do quarteirão. Ausência de casa burguesa à frente do lote. Bairro das Antas, Porto. 69

Figura 11. Croqui da entrada para uma ilha na Rua Senhora das Dores, a partir da rua, e do interior de uma casa tipo na mesma ilha, composta por sala, quarto e cozinha e um sótão. Levantamento pela Brigada Técnica do SAAL S. Vítor na década de 1970.	69
Figura 12. Conjunto de casas no interior de uma ilha no Bairro das Antas s/d, Porto. ..	70
Figura 13. Interior doméstico de uma ilha no Bairro das Antas, s/d, Porto.	70
Figura 14. Demolição de Ilha em interior de quarteirão no Porto.	73
Figura 15. Panfleto de Manifestações de Moradores no Porto.	77
Figura 16. Manifestação de moradores no Porto. O cartaz demonstra a consciência da organização dos moradores para a melhoria das condições habitacionais.	78
Figura 17. Faixas de protesto de moradores no Porto: “Viva as Ocupações”; “Lutaremos por casas melhores”; “Todos na Luta por casas decentes”; “Câmaras dos senhorios – Não, Câmara do Povo - Sim”. Há também referência aos “senhorios parasitas”	78
Figura 18. Indignação dos moradores estampam as fachadas de prédios superlotados. Rua Oliveira Monteiro, nº 459.	80
Figura 19. Manifestação de Moradores no Porto. Destaque para cartaz contra os “subalugas parasitas” da Rua Senhora das Dores.	80
Figura 20. “Moradores em Luta pela habitação” Panfleto de Manifestação de Moradores.	81
Figura 21. Manifestação de Moradores no Porto por “casas decentes para o povo”	81
Figura 22. “Casas para Todos. Contra o Capital”. Manifestação de moradores do Porto.	84
Figura 23. “Pelo Poder Popular”. Manifestação de moradores do Porto.	84
Figura 24. Apoio dos moradores da Bouça ao MFA.	86

Figura 25. “Que o MFA acabe com a miséria que os outros fizeram”. Manifestação de moradores.	86
Figura 26. Exemplos de capas das edições do jornal Arte na Luta, editado por um grupo de estudantes da ESBAP durante o período revolucionário.	94
Figura 27. Maquetes do piso térreo (à esquerda) e primeiro andar (à direita) do apartamento tipo T3 do SAAL Maceda-Acácio.	116
Figura 28. Maquete em corte longitudinal do SAAL Antas.	116
Figura 29. Maquete da Associação de Moradores do Bairro do Leal.	117
Figura 30. Exibição dos trabalhos das Brigadas Técnicas do SAAL/Norte nas sedes das associações.	117
Figura 31. Assembleia Geral de Moradores com membros das Brigadas Técnicas do SAAL e da Coordenação do SAAL/Norte no palácio de Cristal, em 05/04/1975.	129
Figura 32. Assembleia Geral de Moradores com membros das Brigadas Técnicas do SAAL e da Coordenação do SAAL/Norte no palácio de Cristal, em 05/04/1975.	129
Figura 33. Esquema das intervenções construídas no Porto.	147
Figura 34. Intervenção SAAL Leal durante a execução das 16 unidades habitacionais da 1ª fase de intervenção, 1975.	150
Figura 35. Área de abrangência da operação SAAL Antas. Em destaque para as unidades que foram construídas (menos da metade prevista).	150
Figura 36. Implantação da operação SAAL Leal. À esquerda e ao fundo, resquícios de ocupação de prédios superlotados e antigas “ilhas” ao redor da intervenção (ao centro).	151
Figura 37. Inserção da Operação SAAL S. Victor (edifício verde, à esquerda) no bairro preexistente. Em primeiro plano e ao fundo, ocupações em edifícios degradados.	151

Figura 38. Exemplo de organização das células habitacionais nas operações SAAL no Porto:.....	153
Figura 39. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL Francos.	154
Figura 40. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL S. Victor.	154
Figura 41. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL Maceda-Acácio.....	154
Figura 42. Vista de satélite das operações SAAL construídas no Porto. Blocos longitudinais resultantes da agregação adjacente das unidades habitacionais. (A) Antas; (B) Bouça; (C) Chaves de Oliveira; (D) Contumil; (E) Francos; (F) Lapa; (G) Leal; (H) Maceda-Acácio; (I) Massarelos; (J) S. Victor.	155
Figura 43. Planta de locação das operações SAAL construídas Porto. (A) Bouça; (B) Chaves de Oliveira; (C) Contumil; (D) Leal; (E) Projeto original para Francos; (F) Lapa; (G) Projeto original para Maceda-Acácio; (H) Massarelos.	156
Figura 44. Operação SAAL Bouça: Justaposição com sobreposição de unidades duplex. Acessos independentes para as unidades dos pisos inferiores e acesso por galeria para os duplex superiores.	157
Figura 45. Operação SAAL Lapa. Acima, planta baixa e corte do módulo dos blocos paralelos T3/T4 (à esquerda) e planta baixa e corte do bloco longitudinal com apartamentos T1 no piso superior e T2/T3 no piso térreo. Abaixo, vista geral do conjunto: em primeiro plano, os quatro blocos paralelos, ao fundo, bloco longitudinal ao sul.	157
Figura 46. Operação SAAL nas Antas. Justaposição de unidades duplex.	158
Figura 47. Operação SAAL Contumil. À esquerda. Plantas baixas e corte do módulo T1+T4. À esquerda, vista do bloco Noroeste.	158
Figura 48. Operação SAAL Leal. Interligação entre os blocos no pavimento superior. Unidades duplex (à esquerda) avançam sobre as residências térreas (à direita).	159

Figura 49. Operação SAAL Chaves de Oliveira. Justaposição de unidades em um único pavimento (à direita, em primeiro plano) e por duplex simples (à esquerda, em segundo plano).....	159
Figura 50. Operação SAAL Massarelos. Contrariando a tendência das outras intervenções, o bairro é constituído por dois edifícios em altura, cada um com cinco pavimentos.....	159
Figura 51. Hoek van Holland.	160
Figura 52. Fabrica Sunila, Kotka, Finlândia.	160
Figura 53. Decomposição espacial do T2 da operação SAAL Maceda-Acácio. À esquerda, planta baixa; à direita, mapa convexo.	167
Figura 54. Decomposição espacial de Paranoá Velho. À esquerda, mapa de espaços convexos com destaque, em preto, para as barreiras espaciais; À direita, mapa axial, com destaque para as linhas mais integradas do sistema.	167
Figura 55. Representação da decomposição convexa de um espaço em “L”.....	168
Figura 56. Exemplos de decomposição espacial dos espaços comunitários das operações SAAL construídas Porto: (A) Antas; (B) Leal; (C) Massarelos. À esquerda, fotografias aéreas das três intervenções; No centro, Mapa convexo das operações: decomposição em espaços convexos das áreas comunitárias. Os edifícios estão representados por um retângulo; À direita, classificação dos polígonos segundo seus respectivos rótulos. ...	169
Figura 57. Plantas Baixas dos tipos de habitação construídos com o apoio das Brigadas técnicas do SAAL no Porto. Quando se identifica mais de uma solução para as habitações de um, dois, três ou quatro quartos, os grafos são nomeados pelo tipo correspondente, seguido da numeração.....	170
Figura 58. Mapas convexos das unidades habitacionais de todas as operações SAAL construídas no Porto com a classificação das unidades espaciais por função.	171

- Figura 59. O esquema (a) demonstra a relação de permeabilidade direta entre os espaços *a* e *b*. Os esquemas (b) e (c) demonstram duas relações dos espaços *a* e *b* com o exterior, chamado de *c*. Os esquemas (d) e (e) são os grafos justificados da configuração espacial de (b) e (c), respectivamente. 172
- Figura 60. Grafos justificados do espaço coletivo dos respectivos conjuntos habitacionais resultantes das operações SAAL no Porto. 174
- Figura 61. SAAL Leal. (A) vista de uma das escadas de acesso ao conjunto a partir da rua (IPS); (B) pátio interno comunitário; (C) corredor interno de acesso às casas; (D) pequeno patamar de acesso ao conjunto a partir da rua com vista do corredor interno de acesso às habitações (IPS); (E) corredor de acesso às casas em cota inferior ao pátio central..... 175
- Figura 62. Operação SAAL em Chaves de Oliveira. (A) Vista panorâmica da intervenção, em cota inferior à Rua Chaves de Oliveira; (B) Vista de uma das escadas de acesso ao bairro (IPS); (C) Vista do conjunto a partir da Travessa de Chaves de Oliveira. Não há acessos às casas a partir da rua; (D) As habitações (R) podem ser acessadas diretamente do térreo, pelo espaço comunitário (S), ou pelas galerias superiores (ISR);..... 176
- Figura 63. Operação SAAL Contumil. (A) Vista do interior do conjunto, com espaços comunitários entre os blocos. (B) À esquerda, acesso a área de serviços. À direita, acesso à zona social das habitações; (C) Vista da rua adjacente ao conjunto, com destaque para a interface público-social ao norte; (D) Vista do acesso ao conjunto pelo limite poente. 177
- Figura 64. Operação SAAL Maceda-Acácio. (A) Vista aérea do bairro: espaço terminal em relação ao contexto envolvente; (B) Vista de rua uma interna de acesso social; (C) Vista de uma rua de serviços; (D) Vista a partir do único acesso ao bairro..... 179
- Figura 65. Operação SAAL Francos. (A) Vista do bloco sudeste com acesso direto à rua; (B) Vista do bloco noroeste com acesso direto à rua; (C) e (B) Vista da rua interna de acesso único aos blocos paralelos a oeste..... 180

Figura 66. Operação SAAL em Massarelos. (A) Vista principal do bloco sul; (B) Vista Principal do bloco norte; (C) Vista panorâmica entre os edifícios, ao centro, a Calçada da Boa Vista; (D) Uma das caixas de escada de acesso aos pavimentos superiores 182

Figura 67. Operação SAAL Lapa. (A) Zona de acesso às casas do bloco leste; (B) Área comunitária com acesso às habitações térreas do bloco longitudinal e às galerias do mesmo; (C) Rua interna de acesso aos blocos paralelos; (D) Controle visual do conjunto a partir da galeria do bloco longitudinal. 184

Figura 68. SAAL Antas. (A) vias internas de penetração leste-oeste, por onde se tem acesso às casas; (B) vista oeste de um dos quatro blocos. As vias internas integram-se à malha urbana existente; (C) vista oeste do bairro a partir da rua Firmino Pereira; (D) integração do bairro das Antas à escala dos prédios vizinhos a leste. 186

Figura 69. Operação SAAL S. Victor. (A) Vista do muro que delimitava a operação a oeste, a partir do bairro, na fase de construção; (B) Vista do bloco da Senhora das dores, por entre os muros das antigas ilhas, durante a construção; (C) Vista do interior da operação durante a construção. 187

Figura 70. Operação SAAL Bouça. (A). Vista dos blocos perpendiculares à Rua da Boa Vista, com abertura do conjunto ao entorno; (B) O espaço social (S) a leste é sempre usado como rota de passagem aos usuários do Metro do Porto; (C) Vista de um dos acessos às galerias superiores (IPS), diretamente da rua. Ao fundo, estação de Metro; (D) Vista do pátio central, área de convivência entre moradores, visitantes e estranhos; (E) Interligação entre espaços comunitários e entre o pátio central e a rua; (F) Vista do bloco que delimita a intervenção a oeste. O acesso às galerias superiores é feito pela escadaria (IPS) e acesso ao interior do conjunto é feito por um portal. 188

Figura 71. Operação SAAL Antas. À esquerda, entrada frontal das habitações, com acesso pelo terraço interno privativo. À direita, entrada alternativa para o acesso aos quartos e banheiros das habitações. 191

Figura 72. Operação SAAL Contumil. À esquerda, fachada poente, entrada principal para a zona social. À direita, fachada leste, com acesso ao terraço privativo de serviços. 191

Figura 73. SAAL Maceda-Acácio. (A) Entrada principal, com acesso à zona social; (B) Fachada posterior, com terraço privado de serviços.....	191
Figura 74. SAAL S. Victor. (A) Acesso principal; (B) Acesso posterior, pela área de serviço. No pavimento superior, terraço privativo, com acesso por um dos quarto.	191
Figura 75. Operação SAAL Francos. Todas as habitações possuem terraços frontais, conectados a uma edícula de serviços.....	192
Figura 76. Operação SAAL Lapa. Terraço nos fundos das casas com acesso pela área social. Existência também de uma edícula de serviços.....	192
Figura 77. Grafos justificados das unidades habitacionais das operações SAAL Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor.....	194
Figura 78. Grafo justificado das unidades habitacionais de todas as operações SAAL construídas no Porto. Classificação dos ambientes por zona (ou setor) íntima e zona (ou setor) social. Em cinza, destaque para os espaços de mediação entre zonas.	195
Figura 79. Vista da zona íntima (piso superior) para a entrada posterior da unidade duplex T3 da operação SAAL Leal. Acesso direto à zona íntima sem passar pelo setor social (térreo).....	196
Figura 80. Vista interna da unidade T3 da operação SAAL Contumil a partir da entrada frontal. A circulação vertical conecta as zonas de serviços (piso inferior), social (à direita) e íntima (pisos superiores).....	196
Figura 81. Vista interna do duplex inferior T3 da operação SAAL Bouça. A zona íntima é conectada a zona social pela circulação vertical. A área de serviço é acessível por uma escada externa.....	196
Figura 82. Mapas convexos de todas as habitações construídas pelas operações SAAL no Porto. Classificação das unidades espaciais em abertas e fechadas (passíveis de fechamento).	198

Figura 83. SAAL Contumil. (A) Vista de uma habitação T1; (B) Vista de uma habitação T4. Cozinhas e salas de estar diretamente conectadas. Fluidez espacial na zona de permanência diurna.	199
Figura 84. Vista interna de habitação na Bouça. Conexão direta entre sala de estar e jantar, cozinha e área de serviço. Fluidez espacial na zona de permanência diurna. ...	199
Figura 85. Grafo justificado das unidades habitacionais de todas as operações construídas no Porto. Classificação dos ambientes por tipos de espaços distributivos e não distributivos.....	205
Figura 86. Uso do espaço externo nas operações SAAL no Porto. (A) Presença de crianças entre os blocos da operação Maceda-Acácio; (B) Interação infantil nas ruas e escadarias em Contumil; (C) Adultos e crianças em atividades recreativas nos pátios da Bouça; (D) interação entre vizinhos em frente às habitações em S. Victor.	208
Figura 87. Utilização dos espaços exteriores às portas das habitações na operação SAAL Bouça (A e B) e na operação SAAL Chaves de Oliveira (C e D).	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brigadas – Composição Profissional.	50
Tabela 2. Síntese de composição das Brigadas Técnicas das operações SAAL/Norte no Porto.	102
Tabela 3. Composição das brigadas Técnicas do SAAL/Norte, com destaque para as operações construídas no Porto.	104
Tabela 4. Resumo dos Relatórios das Brigadas Técnicas analisadas. Mês x Relatório de Brigada do Bairro respectivo.	109
Tabela 5. Resumo dos jornais das associações de moradores analisados. Mês x Jornais das associações dos bairros respectivos.	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Correlação entre índice de funcionalidade e índice de fechamento das habitações construídas com o apoio do SAAL no Porto.....	203
--	-----

LISTA DE SIGLAS

CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMP	Câmara Municipal do Porto
CRMP	Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto
DUP	Declaração de Utilidade Pública
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
ESBAP	Escola de Belas Artes do Porto
FAUP	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
GTH	Gabinete Técnico de Habitação
PREC	Processo Revolucionário em Curso
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEHU	Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
2	ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO DE APOIO AMBULATORIO LOCAL (SAAL).....	34
2.1	O CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO.....	34
2.2	ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: POR UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	40
2.3	AS BRIGADAS TÉCNICAS DE APOIO LOCAL.....	48
2.4	A ESTRUTURAÇÃO DO SAAL	51
2.5	O APOIO DO ESTADO PORTUGUÊS E A CONTRAPARTIDA DAS ASSOCIAÇÕES.....	53
2.6	O DIREITO AO LUGAR	55
2.7	O CORPO “ESTRANHO”	59
3	ESPECIFICIDADES DO SAAL NA CIDADE DO PORTO: TRÊS QUESTÕES A CONSIDERAR	61
3.1	O CONTEXTO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO PORTO: OS SUBALUGAS, AS ILHAS E OS BAIROS CAMARÁRIOS	62
3.1.1	<i>As “Colmeias Humanas”: Superlotação no centro da Cidade</i>	<i>62</i>
3.1.2	<i>As Ilhas do Porto: Organização Espacial, Condições de Moradia e Perfil da População.</i>	<i>65</i>
3.1.3	<i>Sobre os Bairros Camarários</i>	<i>72</i>
3.2	“CASAS SIM, BARRACAS NÃO!”: O MOVIMENTO DE MORADORES DO PORTO NO CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO.	75

3.2.1	<i>A Organização e A Mobilização Social como Instrumentos na Luta pela Habitação.....</i>	76
3.2.2	<i>Pelo Poder Popular</i>	83
3.2.3	<i>O Legado do Movimento de Moradores no Porto.....</i>	88
3.3	O ENVOLVIMENTO ESTUDANTIL E A ESBAP NO PROCESSO SAAL	90
3.3.1	<i>Antecedentes.....</i>	92
3.3.2	<i>A Oportunidade no SAAL.....</i>	99
3.3.3	<i>Atores fundamentais do SAAL no Porto.....</i>	106
4	O RELACIONAMENTO ENTRE AS BRIGADAS TÉCNICAS, MORADORES E ASSOCIAÇÕES NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.....	107
4.1	O RELATO DOS TÉCNICOS	111
4.2	O PONTO DE VISTA DOS MORADORES	126
4.3	INTERVENÇÃO PARTICIPADA?	139
5	A CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA	145
5.1	ASPECTOS GERAIS DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO	146
5.1.1	<i>A pequena Escala nos interstícios da cidade.....</i>	146
5.1.2	<i>Modulação e Agregação por Justaposição: a utilização de uma Matriz Espacial.....</i>	151
5.2	A IDEIA DA “ILHA”	160
5.3	A LÓGICA ESPACIAL DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.	164

5.3.1	<i>Bases para um Quadro Analítico</i>	164
5.3.2	<i>Os Bairros</i>	174
5.3.3	<i>As unidades habitacionais</i>	190
5.3.4	<i>Interação x Privacidade: A Vivência Popular nos Bairros SAAL do Porto</i> .	206
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
	REFERÊNCIAS	223
	APÊNDICE 01 – CONTEÚDOS COMUNS ÀS COMUNICAÇÕES DE TÉCNICOS E MORADORES PARTICIPANTES DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.	234
	APÊNDICE 02 – LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA CIDADE DO PORTO	237
	APÊNDICE 03 – OPERAÇÕES SAAL NO PORTO	239
	ANEXO 01 - FICHAS DE INQUÉRITO DA BRIGADA SAAL CHAVES DE OLIVEIRA	250
	EXEMPLO 01	251
	EXEMPLO 02	252

1 INTRODUÇÃO

Instituído durante o período revolucionário português – iniciado com a Revolução dos Cravos que depôs o regime ditatorial de Salazar em 25 de Abril de 1974 – o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surge como um programa governamental alternativo a tudo o que já se tinha feito anteriormente para suprir a crise habitacional que se instaurou em Portugal a partir do final do século XIX. Com o objetivo de superar as dificuldades de realização de programas habitacionais em curto prazo, o SAAL foi criado para apoiar as iniciativas das populações alojadas em situações precárias, dando-lhes suporte técnico e financeiro por meio das suas Brigadas Técnicas de Apoio Ambulatório Local – equipes técnicas multidisciplinares – para o acompanhamento do processo de transformação dos seus respectivos bairros e moradias. Participaram do SAAL arquitetos, geógrafos, engenheiros, juristas, sociólogos, estudantes e moradores das áreas pobres organizados em comissões ou associações de moradores.

Assumindo como premissas básicas o interesse das populações carentes pela melhoria das suas condições habitacionais e o direito à permanência das mesmas em seus respectivos locais de moradia – embora em más condições, mas em áreas que lhes serviam e às quais já estavam vinculadas – o SAAL surge como um serviço descentralizado que, por meio do apoio do Estado, das Brigadas Técnicas, de um método participado e seguindo a recomendação de que os bairros se situassem o mais próximo possível dos locais onde as pessoas já habitavam – aproveitando-se as estruturas já existentes – construiu novas moradias e novas infraestruturas em melhores condições para as populações carentes de norte a sul do país.

Durante o SAAL, previam-se ações de intervenção imediatas e isoladas ou também desenvolvimentos por fases, construção, adaptação ou arranjo de instalações para equipamentos socioculturais, melhoria das habitações existentes ou reconstrução do todo ou em parte, construção de novas habitações (prevendo alargamento da área ocupada), reconstrução integral (demolição total do aglomerado no mesmo local ou proximidades), entre outras.

Reconhecidas internacionalmente, as operações SAAL ainda hoje constituem uma importante referência no campo de estudos sobre promoção de habitação popular pelo modo como reuniu o aparelho do Estado, o corpo de técnicos e, sobretudo, os próprios moradores dos bairros

pobres portugueses, num esforço associativo por moradias sociais de qualidade diante da grave carência habitacional, especialmente nas principais aglomerações urbanas.

A experiência SAAL correspondeu, pelos conteúdos metodológicos inusitados e pela própria qualidade dos exemplos construídos a um dos períodos da cultura arquitetônica portuguesa mais debatidos e referenciados em todo o mundo. Os dois anos de atividade do SAAL correspondem ao momento de lançamento internacional da arquitetura portuguesa, envolvendo nomes hoje tão reconhecidos como os de Álvaro Siza, Alexandre Alves Costa, Eduardo Souto de Moura, Sergio Fernandez no Porto, Teotónio Pereira, Manuel Vicente e Raúl Hestenes em Lisboa, Gonçalo Byrne em Setúbal ou José Veloso no Algarve.

Embora mantendo a sua essência, o SAAL conheceu no espaço e no tempo formas diferenciadas para o desenvolvimento de suas operações e por isso não apareceu da mesma forma no Norte, no Sul e no Centro do país. Os diversos bairros sociais foram construídos segundo as especificidades regionais e as idiossincrasias das diversas coordenações e de seus arquitetos. Houve tantas interpretações do SAAL quantas as formas de relações estabelecidas entre os seus intérpretes fundamentais: moradores, técnicos e o aparelho do Estado.

Na região Sul do país, sob a coordenação do SAAL/Algarve, a grande maioria das operações foi realizada em pequenas cidades, cujas intervenções eram geralmente afastadas dos centros urbanos. Boa parte das obras construídas é de pequena escala, como as dos Concelhos de Aljezur e Lagos – onde ficam os bairros da Meia Praia, os mais famosos do SAAL/Algarve. Contrariando essa tendência, nos Concelhos de Portimão, Silves, Vila do Bispo e Loulé, verifica-se operações que configuram bairros inteiros periféricos. A Brigada do Bairro SAAL Quarteira, do concelho de Loulé, previu a construção de 150 habitações, a maior de todas construídas na região do Algarve. Nos Concelhos do Olhão, de Tavira e da Vila Real de Santo António existem operações em que se explorou a solução de edifícios em altura (BANDEIRINHA, 2007).

Na região de Lisboa e arredores, sob a coordenação do SAAL/Lisboa e Centro Sul, igualmente são encontradas operações afastadas dos centros urbanos, como no Algarve. Todavia, também se identifica uma série de pequenas operações próximas ao centro, caracterizadas por conjuntos habitacionais, bem como operações que optaram pela execução de edifícios em altura localizados em bairros periféricos ao centro. Na verdade, a maioria das operações SAAL/Lisboa se localiza em zonas de subúrbio, caracterizadas por uma ocupação

proveniente dos bairros de lata. São blocos coletivos de média altura agrupados em pátio, em “U”, geminados: “partidos tipológicos anteriores à Revolução, agora construídos em condição de emergência” (COSTA, 2007a, p.49).

Enquanto as coordenações do SAAL/Algarve e do SAAL/Lisboa e Centro-Sul lidavam com as questões dos bairros da periferia da área urbanizada, o SAAL/Norte se deparava com o problema das populações que se instalavam nas famosas “ilhas”¹ do Porto – habitações precárias localizadas no interior dos lotes urbanos do primeiro perímetro de expansão industrial da cidade do Porto – e nos edifícios superlotados nas zonas centrais da cidade. Dessa forma, as ações ambulatoriais do SAAL/Norte se caracterizam, essencialmente, por intervenções localizadas nas zonas urbanas centrais, em espaços abertos junto a antigos bairros operários.

Para que fosse possível a compreensão das diferentes ações do SAAL em todo o país, a pesquisa foi iniciada a partir da consulta de três importantes fontes sobre o tema. A primeira delas, o “Livro Branco do SAAL 1974-1976”, constitui-se como uma das mais relevantes fontes de documentação primária. Produzido em 1976 pelo VI Conselho Nacional do SAAL, caracteriza-se como uma memória descritiva do Serviço. Nele se encontram todas as leis e os decretos publicados em decorrência do Processo, atas de reuniões entre Coordenações e Brigadas e entre Brigadas e moradores, comunicados provenientes de todos os envolvidos, propostas de adequação, planos de desenvolvimento, etc.

A segunda fonte de pesquisa sobre as operações SAAL em todo o país trata-se do documentário intitulado *Operações SAAL* (2007), dirigido por João Dias. O filme nos brinda com preciosos depoimentos dos mais variados participantes do Processo – arquitetos chefes de Brigada, coordenadores, moradores e dirigentes das associações de moradores –, delineando um panorama geral sobre o SAAL. As obras das mais variadas regiões são visitadas e trechos de áudios e vídeos originais, fotografias e gravuras ilustram parte da história e das diferentes experiências do SAAL. A partir dele é possível perceber o empenho

¹ Segundo Teixeira (2005), as “ilhas”, que ainda hoje podem ser encontradas, são constituídas por fiadas de pequenas casas de apenas um pavimento, com baixo padrão construtivo, localizadas no interior dos lotes das habitações de classe média no centro urbano do Porto. São acessadas a partir da rua somente através de estreitos corredores sob estas mesmas habitações, construídas à face da rua.

de muitos moradores e chefes de brigada para o alcance dos objetivos da luta pela moradia digna durante o período revolucionário.

Todavia, a grande referência hoje sobre o SAAL é o trabalho do prof. Dr. José António Bandeirinha intitulado “O Processo SAAL e a *Arquitectura* do 25 de Abril de 1974”, cuja tese, defendida em 2001, é publicada em 2007 pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Indispensável para a presente pesquisa, nele se encontra inventariado toda a produção arquitetônica no âmbito do SAAL, de norte a sul do país, entre agosto de 1974 e o final de 1976. Os desenhos essenciais para a compreensão das unidades de habitação e das soluções de inserção urbana (plantas baixas e cortes) são representados de forma homogênea, no que diz respeito a contextos territoriais, escalas e opções tipológicas. A tese de Bandeirinha se torna referência sobre o tema para os trabalhos subsequentes a ela no cenário acadêmico português.

A partir dessas três grandes referências, constatou-se uma clara evidência para as ações do SAAL/Norte, especialmente justificada pelo caráter das intervenções que, embora pontuais e fragmentadas, indicavam para um modelo de cidade e de planejamento defendidos no meio acadêmico antes do 25 de Abril. Enfatiza-se também o modo como as operações representaram uma crítica generalizada face à política de transferência das populações das áreas pobres para os bairros periféricos do Porto anterior à Revolução dos Cravos. Para Bandeirinha (2007) a compatibilização das relações de escala e de vizinhança, a consignação da pesquisa tipológica a uma ideia de evolução e a manutenção dos modelos vivenciais urbanos eram informações quase programáticas para as operações desencadeadas no norte do país, sobretudo na cidade do Porto que, segundo o autor, revelariam a sensibilidade dos responsáveis pelo SAAL/NORTE em compreender o significado histórico do tecido urbano e de sua constituinte edificação.

De acordo com Tavares (1985), um dos grandes destaques para as operações do SAAL/Norte está na referência das intervenções ao contexto urbano, tomada como garantia da identificação de imagens e ambientes, valores de habitat e uso, uma vez que as operações se dariam nas zonas centrais da cidade.

Nas entrevistas gravadas para o documentário de João Dias, observa-se um discurso muito claro de afirmação do *status* das experiências do SAAL/Norte em relação ao restante do país, sobretudo no Porto, que faz alusão à metodologia do processo ali desenvolvida: “Sempre se faz questão de dizer: Mas o SAAL/Norte é outra coisa” (COELHO, 2007); “O SAAL/Norte

desenvolve uma teoria que não estava nas minhas previsões iniciais (...) em Lisboa foi tudo muito descoordenado, cada um foi para o seu lado, não houve aquele espírito de ‘corpo’” (PORTAS, 2007); “O Porto é uma situação bastante particular em relação ao restante do país e por isso o SAAL teve uma característica aqui muito diferente do resto do país e eu acho que deve ser analisado com critérios um pouco diferentes” (COSTA, 2007).

Por meio dessas constatações, surgiu a seguinte pergunta, que norteou a presente pesquisa:

- O *status* de referência atribuído ao SAAL/Norte, especificamente no Porto, pode ser atribuído ao processo desenvolvido ao longo das operações ou à qualidade dos projetos executados?

Relacionadas a essa questão principal, outras, mais específicas, surgiram:

- O relacionamento entre moradores e Brigadas Técnicas foi melhor no Porto do que nas outras cidades?
- O contexto urbano do Porto ofereceu melhores oportunidades de intervenção que no restante do país?
- As operações do Porto se desenrolaram sem grandes entraves (econômicos, técnicos, políticos, sociais, etc.)?
- Os edifícios e habitações construídos no Porto são de melhor qualidade que os das outras regiões?

Ao nos indagar sobre os porquês do destaque para as experiências SAAL no Porto, a verificação das razões que justifiquem o seu *status* em relação a outras experiências em Portugal foi assumido como o objetivo geral da pesquisa.

Ao longo deste trabalho, várias hipóteses foram elaboradas. Iniciou-se a tese em 2009 associando a qualidade dos projetos no Porto a uma maior adequação dos mesmos às necessidades das populações, resultante de uma maior participação destas na elaboração das suas casas. Ou seja, quanto maior a participação das populações nos projetos, maior seria a adequação dos mesmos às necessidades dos futuros moradores. Mais especificamente, buscava-se explorar relações entre: a. tipos de apropriação; b. tipo e arranjo dos espaços existentes; e c. o nível de participação dos usuários na elaboração e execução dos projetos.

Pensava-se, inicialmente, em analisar sessenta e três operações construídas pelos SAAL/Norte, SAAL/Lisboa e Centro-Sul e SAAL/Algarve.

Entretanto, após um ano de pesquisa, o estudo do SAAL foi restringido para as experiências desencadeadas no Norte de Portugal e se assumiu como objetivo principal da pesquisa a identificação do rebatimento das discussões internacionais e portuguesas sobre o problema da habitação entre os anos 1950 e 1970 em todos os projetos construídos pelo SAAL/Norte. Considerava-se possível que a arquitetura tradicional fosse a principal referência dos arquitetos participantes do SAAL/Norte para conseguirem tipificar as relações espaciais do indivíduo português com a casa e, portanto, esta seria a resposta para o destaque das operações no Porto.

Contudo, verificou-se que a arquitetura tradicional não teria influenciado significativamente os arquitetos do Porto durante o processo SAAL – apesar de os anos 1950 serem marcado pelo resgate à tradição – e, com base no material disponível, passou-se a assumir como hipótese principal da pesquisa que a Escola de Belas Artes do Porto (ESBAP) teria sido a grande protagonista para alavancar o Processo SAAL/Norte. Assumiu-se que a influência da ESBAP no Processo teria sido tão relevante a ponto de a ela ser atribuída o sucesso do SAAL no Norte do país.

Depoimentos como os de Sergio Fernandez e de Alexandre Alves Costa no filme “As Operações SAAL” (2007) ratificavam a ideia de que um dos grandes motivos para a imagem de sucesso das operações construídas no Porto se deu, especialmente, à participação ativa dos membros da Escola do Porto. E mais, havia uma evidência que, devido à tradição de trabalhos acadêmicos em bairros com situações problemáticas, as operações teriam se desencadeado mais facilmente.

Todavia, uma viagem de estudos realizada em julho de 2012 ao Porto revelou a atual compreensão do problema SAAL. Em uma longa conversa no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, o professor Manuel Mendes (2012), critica aquela última hipótese de pesquisa com a seguinte informação: “Dizer que a Escola é realmente responsável pela especialidade do SAAL/Norte é ser injusto primeiramente com os moradores (...)”. E complementa: “Acho que é uma falta de respeito com os moradores e com outras pessoas que estão envolvidas no processo SAAL que não tem a ver com a Escola” (MENDES, 2012). O Professor chama a atenção para o fato de que os moradores

desenrolaram um importante papel na execução das ações do SAAL. Restava-se apenas saber como se configurou a participação dos mesmos ao longo do Processo.

É neste momento que a pesquisa retira da ESBAP o seu papel de protagonista, admitindo-a como mais um agente dinamizador do Processo SAAL no Porto e passa a se debruçar sobre a compreensão da participação dos moradores pobres nas ações relacionadas ao SAAL.

Por meio de todo o material empírico e teórico previamente levantado e das informações extraídas do acervo documental (jornais, revistas, relatórios técnicos e filmes sobre o SAAL), especialmente das fontes primárias, das visitas em campo e entrevistas a arquitetos e moradores participantes do Processo, e longe de procurar abordar todos os aspectos que poderiam justificar o *status* de referência das operações SAAL no Porto, trabalhou-se com as seguintes hipóteses:

- a. As más condições de moradia em que vivia boa parte das populações pobres do Porto desencadeou um sentimento de luta em prol de melhores condições habitacionais após o 25 de Abril, favorecendo uma significativa participação da população durante as operações SAAL no Porto;
- b. Houve um importante envolvimento de professores e alunos de arquitetura da Escola de Belas Artes do Porto – ESBAP ao longo do processo SAAL e na constituição das Brigadas Técnicas no Porto;
- c. O relacionamento entre os moradores das áreas pobres e os membros das Brigadas Técnicas nas operações SAAL do Porto foi positivo e facilitou o desenrolar das atividades para a construção de novas casas e novos bairros em condições dignas;
- d. O relacionamento próximo entre moradores e técnicos nas operações SAAL no Porto favoreceu uma maior adequação dos projetos às reais necessidades dos seus futuros usuários, em termos vivenciais;
- e. Os bairros e edifícios construídos com o apoio do SAAL no Porto integram-se ao contexto urbano preexistente;

Para a averiguação das hipóteses e para servir como guia no decorrer da pesquisa, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Compreender o contexto político e os fundamentos do SAAL;
- ii. Descrever a situação habitacional portuguesa anterior ao 25 de Abril;

- iii. Compreender o envolvimento dos moradores das áreas degradadas do Porto nas lutas em prol da moradia digna;
- iv. Revelar o processo de formação e a composição das equipes técnicas do SAAL no Porto, com particular atenção à participação de membros da ESBAP nas equipes do SAAL;
- v. Caracterizar o relacionamento entre os moradores, o corpo diretivo das associações e os membros das suas respectivas Brigadas Técnicas;
- vi. Descrever e analisar os espaços construídos resultantes das operações no Porto sob o ponto de vista de integração com o contexto preexistente e adequação dos projetos aos modos de vida das populações.

A pesquisa ganha relevância ao se verificar que não há estudos aprofundados sobre o SAAL/Norte com a abordagem proposta nesta pesquisa. O arquiteto Nuno Portas, em entrevista, fala que “há muita gente que viveu isso e que pode dar opiniões, agora crítica dos resultados, muito pouca. Crítica de em que medida as populações participaram muito pouca” (PORTAS, 2012).

Apesar da relevância da experiência SAAL em todo o país, a sua história ainda é pouco difundida. Mesmo sendo possível encontrar vários artigos escritos por seus intérpretes fundamentais, especialmente Nuno Portas – Primeiro Ministro do Estado da Habitação e do Urbanismo que elaborou o Despacho de criação do SAAL – e Alexandre Alves Costa – coordenador do SAAL/Norte – que escrevem, falam e defendem o SAAL desde sempre, somente vinte e cinco anos após o término da experiência é que se começou a aparecer trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores externos ao Serviço, ou seja, isentos da experiência. Com 246 pedidos de intervenção e 170 operações iniciadas que envolveram um total de 41.665 famílias por todo o país entre 1974 e 1976 (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976), é de se admirar que encontremos poucos trabalhos que se debrucem sobre o Processo SAAL.

Dentre os trabalhos que se dedicaram à experiência SAAL/Norte, encontra-se a prova final para licenciatura em arquitetura pela Universidade do Porto, da arquiteta Mariana Santos (2004), que promove um percurso pelos bairros SAAL do Porto, buscando compreender os processos que geraram as transformações posteriores do espaço construído, o levantamento das situações mais frequentes e a sistematização de quais as decisões podem levar a um

determinado tipo de apropriação do espaço. O trabalho oferece um rico levantamento sobre as modificações e permanências dos aspectos construtivos das intervenções após quase trinta anos de construídas e conta com informações gráficas – plantas baixas, cortes, perspectivas e fotografias –, de boa parte das operações SAAL que foram construídos no Porto.

Na dissertação de Tiago Henriques (2011), verifica-se um olhar sobre o experimentalismo tipológico nas operações SAAL Antas, Bouça, Contumil, Leal e S.Victor, todas elas construídas no Porto. O autor destaca o valor da atuação do SAAL devido à abordagem de questões como a escala do edifício adaptada ao contexto urbano, a proximidade entre projetista e destinatário e a possibilidade de habitação evolutiva.

Em sua tese sobre a evolução do conceito de “Escola” da Escola de Belas Artes do Porto, Eduardo Fernandes (2010) introduz o processo SAAL como o primeiro momento em que a ESBAP se apresenta exteriormente numa ação coletiva de pleno significado, chamando a atenção para o envolvimento dos professores e alunos no SAAL, fato que marcou profundamente a identidade da Escola. Destaca o SAAL como a experiência fundamental que, juntamente com o prestígio internacional das obras de Álvaro Siza, fez a chamada “Escola do Porto” se transformar num fenômeno globalizado.

Visando contribuir para a ampliação dos estudos sobre o SAAL/Norte, a presente pesquisa é oferecida à comunidade acadêmica. A verificação do *status* do SAAL/Norte proposta nesta pesquisa, longe de abordar todas as variáveis que envolvem o Processo, descortina algumas questões fundamentais de uma experiência que teve por fundamento o planejamento, o projeto e a construção de moradias populares como síntese de uma atividade multidisciplinar constante entre técnicos e moradores.

O recorte empírico é dado nas dez experiências SAAL construídas no Porto, nomeadamente: Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S.Victor.

Para o alcance dos objetivos e verificação das hipóteses de pesquisa, o desenvolvimento da tese foi distribuído em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais:

O capítulo 2 teve por objetivo introduzir o leitor para as linhas gerais do Processo SAAL, nas quais se apoiaram todas as intervenções no Porto. Neste capítulo são discutidos os aspectos

fundamentais do Serviço, situando-o no contexto revolucionário. Sem ter a pretensão de abordar todos os aspectos que envolveram o período revolucionário, discute-se que o SAAL surge como uma alternativa governamental para suprir as graves carências habitacionais que assolavam o país antes do 25 de Abril. De uma maneira geral, apresenta-se o SAAL como uma experiência democrática que priorizou a participação ativa das populações pobres que viviam em situações precárias nas suas ações para a obtenção de moradias dignas e que valorizou o diálogo entre moradores e técnicos e o direito às populações viverem nos seus locais de origem.

A partir do Capítulo 3, inicia-se a discussão em torno da compreensão do problema de pesquisa. Abordam-se duas circunstâncias que favoreceram o desencadear das atividades do SAAL/Norte no Porto: a participação dos moradores das áreas degradadas do Porto nos movimentos sociais de luta pelo direito à habitação digna e o envolvimento dos membros da Escola de Belas Artes do Porto no SAAL. Por um lado, argumenta-se que as graves condições de habitação às quais estavam submetidos os estratos mais carentes da população desencadeou um processo de insatisfação social que culminou numa mobilização popular em torno do direito à habitação. A palavra de ordem “*Casas Sim, Barracas Não*” transformou-se numa das principais bandeiras do Movimento dos Moradores. Por outro, esclarece-se que o envolvimento de discentes e docente da ESBAP no SAAL foi um posicionamento natural dos mesmos em face de um processo que já tinha colocado os estudantes na rua bem antes do 25 de Abril.

O capítulo 4 é voltado para a caracterização do relacionamento entre moradores e Brigadas Técnicas, tendo em vista a hipótese de que o bom relacionamento entre esses dois atores pode ser considerado como uma justificativa para o sucesso das operações SAAL no Porto. A visão de cada um desses atores sobre o Processo é descrita nas seções “O Relato dos Técnicos” e “O Ponto de Vista dos Moradores”. Aborda-se questões relacionadas à parceria entre esses dois atores nas decisões de projeto e nas decisões de problemas burocráticos, ao modo como a Brigada apoiou as associações nas suas ações de luta pela moradia digna, ao apoio dos estudantes de arquitetura da ESBAP ao longo das operações, entre outras questões. Para a narrativa, foram utilizadas fontes primárias tais como: relatórios das Brigadas Técnicas das Operações construídas no Porto, à exceção dos relatórios da operação SAAL Bouça (devido à falta dos mesmos); jornais de bairro das zonas do Leal, S. Victor, Massarelos, Contumil, Bouça, Lapa, Antas e Francos; e entrevistas aos técnicos e moradores realizadas pela autora,

em julho de 2012, bem como entrevistas encontradas nos documentários “As Operações SAAL” (2007) e “Paredes Meias” (2009), além de transcrições de dez entrevistas a participantes do SAAL encontradas na tese de Maria Manuela de Madureira Salgado Rodrigues.

O Capítulo 5 é dedicado à descrição e análise dos projetos SAAL construídos no Porto. Em um primeiro momento, elabora-se uma caracterização geral das operações, identificando-se que a maioria delas são intervenções em pequena escala nos interstícios da cidade consolidada. Justificam-se os aspectos gerais das intervenções a restrições econômicas, técnicas e de mão de obra, além do tempo de duração do Programa SAAL. Em um segundo momento, é realizada uma análise espacial dos bairros e das unidades habitacionais, tendo em vista revelar as intenções de vida social subjacentes aos projetos SAAL no Porto. Fundamenta-se essa última análise nos estudos relacionados à Teoria da Lógica Social do Espaço. As unidades espaciais dos bairros e das casas são descritas em mapas convexos e grafos de permeabilidade. As plantas baixas foram extraídas da tese de Bandeirinha (2007), exceto a do SAAL Chaves de Oliveira, fornecida pela associação de moradores do bairro.

2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO DE APOIO AMBULATÓRIO LOCAL (SAAL)

2.1 O CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO

O período revolucionário português (ou Processo Revolucionário em Curso – PREC) surgiu após a queda do regime ditatorial de Salazar – vigente desde 1933 – por meio do Golpe de Estado em 25 de abril de 1974 (também conhecido por Revolução dos Cravos, Revolução de Abril ou 25 de Abril), iniciou um processo de transição para a democratização e o desenvolvimento econômico, político e social no país que viria a culminar com a implantação do regime democrático e com a validação da Nova Constituição Portuguesa, em Abril de 1976.

A descompressão resultante após a Revolução dos Cravos desencadeou em Portugal uma mudança política clara que rumava para o socialismo. O Marechal Francisco da Costa Gomes, Presidente da República de setembro de 1974 – após a renúncia do General António Spínola², presidente do 1º Governo Provisório – até junho de 1976, momento da primeira eleição livre para Chefe de Estado em Portugal, vê o seu mandato marcado por um período de radicalização do processo revolucionário apoiado pelo Partido Comunista Português – PCP³ e pela extrema-esquerda.

Durante o Processo Revolucionário, as organizações sindicais, sempre fortemente representadas, encabeçaram várias lutas reivindicativas, aprofunda-se, com o general Vasco Gonçalves⁴ uma Reforma Agrária com o objetivo de eliminar o latifúndio em todo o país, assiste-se à tentativa de criação de poderes paralelos nas Forças Armadas, busca-se o

² António Spínola, como representante das forças armadas, recebe a renúncia de Marcello Caetano em 25 de Abril de 1974. Presidindo a Junta de Salvação Nacional (formada por um quadro de militares designado para sustentar o Governo do Estado Português desde o primeiro dia da Revolução), foi escolhido por seus pares para o cargo de Presidente da República do Primeiro Governo Provisório, que ocupa entre maio e setembro de 1974, quando renuncia e é substituído pelo Marechal Francisco da Costa Gomes.

³ O PCP era o partido mais organizado à época, com cerca de 3mil militantes. Preconizava o fim da ditadura como uma aliança entre as massas populares e os setores militares mais progressistas. (VARELA, 2012)

⁴ Primeiro Ministro do II Governo Provisório do então Presidente da República Marechal Francisco da Costa Gomes, permanecendo no cargo até o V Governo Provisório. Membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas – MFA, Vasco Gonçalves pertencia ao grupo de militares próximos ao Partido Comunista Português – PCP. Ele radicalizou o processo revolucionário após a tentativa frustrada do General António Spínola para retomar o poder em março de 1975.

saneamento do aparelho do Estado⁵ (com substituições paulatinas por quadros mais progressistas) e o desmanche de grupos econômicos ligados ao antigo regime deposto, nacionalizando-se bancos, siderurgias, companhias de seguro, o conglomerado CUF (Companhia União Fabril)⁶ e transportes públicos, entre outras ações revolucionárias encabeçadas pela classe trabalhadora. Havia um aparente consenso entre os cidadãos de que a justiça social seria instalada em Portugal.

O momento político vivido no país após o 25 de Abril foi fortemente caracterizado pela instabilidade. A todo instante circulava-se boatos de golpes e contra golpes político-militares das mais diversas ordens. O Movimento das Forças Armadas – MFA⁷, do qual eram membros os citados Primeiro Ministro e o Presidente da República, ocupou um lugar de destaque na estabilização do Estado e na consolidação do regime democrático, aumentando gradativamente o seu prestígio político na época. Ganha poder institucional quando é assinado o Pacto MFA/Partidos e quando se cria o Conselho da Revolução⁸, formalizando, à direção do país, um papel de destaque aos militares que em muito se deve ao apoio dado pelo PCP, sobretudo ao liderar a estratégia da “Aliança Povo-MFA”, cujo discurso afirmava que a aliança do povo com os militares do 25 de Abril levariam o país à liberdade, à igualdade e à democracia.

É nesse contexto que se dá início ao maior movimento de luta pelo direito à habitação jamais visto em Portugal até os dias atuais. A gravidade das condições habitacionais em que vivia grande parte da população pobre portuguesa levou o problema da moradia no país, dentre outras questões, a surgir como ponto fundamental de reivindicações populares. Logo após a

⁵ Em Portugal, denomina-se o governo Nacional por Estado. Assim, nesta investigação, quando houver alguma referência ao Estado, trata-se do Governo Português, no âmbito Nacional.

⁶ Fundada no século XIX, a Companhia União Fabril ou CUF era um gigantesco conglomerado português nos anos 1970 que detinha empresas bancárias e hoteleiras, seguradoras, indústrias de construção civil, de engenharia, dos setores químico, têxtil, metal-mecânico, elétrico, de higiene e de alimentos, além de indústrias navais, petroquímicas, de minas, de tabaco, papel, estaleiros navais, e outros.

⁷ O Movimento das Forças Armadas ou MFA pôs fim a 48 anos de ditadura do Estado Novo em Portugal, sob o antigo nome “Movimento de Capitães”. Formado inicialmente por um grupo de militares que era contra a guerra colonial – principal motivação para o golpe de Estado –, guardava um imenso prestígio por ter derrubado o regime de Salazar. Ligado intimamente aos partidos Socialista e Comunista, o MFA desempenha um importante papel na consolidação da democracia em Portugal e de oposição aos setores mais afinados ao regime do Estado Novo. Seu principal dirigente operacional foi o comandante Otelo Saraiva de Carvalho, da Comissão Coordenadora do MFA.

⁸ O Conselho da Revolução de Portugal, foi instituído em substituição à Junta de Salvação Nacional em 14 de Março de 1975 pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas, visando atingir os objetivos constantes no seu programa.

queda do Regime, os moradores dos bairros pobres começaram a demonstrar o seu descontentamento com as condições habitacionais a que estavam submetidos, passando a lutar por melhores condições de moradia. Assiste-se a criação e a generalização de comissões e associações de moradores nas áreas pobres, ao crescimento de comissões de trabalhadores e a desapropriação de grandes fortunas e terrenos por todo o país.

Vários autores referem-se ao ineditismo e à força dos movimentos reivindicativos das massas populares que surgiram em Portugal após o 25 de abril, momento em que se descortinou uma experiência sem precedentes no domínio dos movimentos sociais e da participação dos cidadãos (NUNES; SERRA, 2002). Embora esses movimentos populares tenham surgido com variados objetivos (reforma agrária, melhoria das condições de trabalho nas fábricas, igualdade de gênero, etc.), a questão da habitação foi o eixo fundamental das lutas sociais urbanas travadas em Portugal durante o processo revolucionário.

Em todo o país, os agentes do sistema repressivo dos bairros camarários⁹ eram alvo da reação dos moradores e nos bairros pobres e degradados surgiam, além das comissões e associações de moradores, os primeiros Cadernos Reivindicativos¹⁰. Segundo artigo publicado na época, vários moradores passam a assediá-los serviços públicos ligados à habitação na procura de soluções para os seus problemas de alojamento. “Em Lisboa percorriam a via sacra de FFH, SEHU, GTH, EPUL, CML, Palácio da Cova da Moura, Palácio de Belém e outras siglas” (O APARECIMENTO..., 197-?).

A procura de soluções conduz a sucessivas ocupações de moradias ociosas por todo o país. Ocupavam-se casas quase prontas e, inclusive, terrenos onde seriam construídas novas habitações de caráter social. A legalização dessas ocupações após uma grande manifestação de moradores no dia 1º de maio de 1975 demonstra a força latente dessa organização e o movimento torna-se irreversível.

⁹ Os bairros camarários foram construídos para abrigar moradores de áreas degradadas do centro do Porto, transferindo-os para a periferia. Esse assunto é aprofundado no terceiro capítulo desta tese.

¹⁰ Os Cadernos Reivindicativos são documentos que foram elaborados pelas Comissões ou Associações de Moradores dos bairros pobres de todo o país, que poderiam estar dirigidos ao Presidente da República Portuguesa, ao Primeiro Ministro, ou aos respectivos poderes municipais, onde se exigia, por exemplo, a desapropriação de terrenos livres para a construção de bairros com habitação digna, o financiamento para a construção das casas, a legalização de creches e construção de novas, a defesa em ações judiciais movidas pelos senhorios, entre outros assuntos pertinentes aos moradores.

Embora tenha ganhado força com a oportunidade gerada após a queda do Regime, o movimento pela melhoria das condições de habitação antecede o 25 de Abril. No Porto, ainda em 1973, as tensões acumuladas entre os moradores dos bairros camarários foram determinantes para dilatar o sentimento de revolta face às arbitrariedades de que eram vítimas. Naquele ano, verificam-se as primeiras lutas contra os despejos e a primeira grande manifestação coletiva, realizada em setembro, cujo principal alvo de protestos era o “Regulamento”¹¹ de uso das casas utilizado pela Câmara Municipal que sujeitava os moradores a situações de conflitos graves, conforme relato publicado no Jornal da Comissão de Moradores do Bairro do Outeiro:

“As primeiras lutas são contra os despejos, em Setembro de 73 no bairro da Pasteleira, os moradores protestam coletivamente pela primeira vez. Em novembro de 73 no bairro S. João de Deus, os moradores impedem um despejo, a camionete que transportava a mobília para o canil (...)” (A LUTA..., 1976).

Com a Revolução vieram as expectativas de mudança, de recomeço. Já em abril de 1974, iniciaram as reivindicações em Lisboa com invasões a casas desocupadas (ou abandonadas) nos bairros de Monsanto e da Boa Vista. No Porto, o 1º de Maio de 1974 é marcado com a entrega, no Quartel General, do Caderno Reivindicativo contra o Regulamento dos Bairros Camarários, elaborado pela Comissão de Moradores do Bairro S. João de Deus, a primeira Comissão de Moradores que surgiu no Porto (BANDEIRINHA, 2007). Rapidamente nasceram outras Comissões de Moradores na cidade que, juntas, protestaram, em 26 de maio daquele ano, por condições dignas de habitação. As reivindicações imediatas à queda da ditadura salazarista foram fundamentalmente voltadas à exigência de respostas às insuficientes condições de moradia das massas populares – em termos qualitativos e quantitativos.

“(...) Nessa mesma noite de 30 de Abril uma Comissão do Bairro da S. João de Deus, elaborou um caderno reivindicativo mínimo, exigindo a abolição imediata do Regulamento fascista que durante anos e anos oprimiu e aterrorizou os moradores. No dia 1 de Maio, em manifestação que trouxe para a rua a maior parte dos moradores, esse caderno foi entregue no Quartel General. (...) Como resultado da ampla mobilização levada a cabo pela própria iniciativa das comissões formadas, o Regulamento fascista, que transformou os bairros em Campos de Concentração, foi suspenso” (A LUTA..., 1974).

¹¹ O Regulamento Abel Monteiro era composto por regras rígidas e repressivas sobre o uso das casas, dos espaços comuns, regulava o comportamento moral dos locatários e previam inspeções periódicas aos alojamentos, feito geralmente por um morador do bairro, designado pela Câmara Municipal, para averiguação do cumprimento das mesmas.

Alguns dos bairros que elaboram Cadernos Reivindicativos sugerem soluções que demonstram a disposição de seus moradores em intervir e controlar coletivamente aquilo que fosse dado como resposta às suas reivindicações. Há uma consciência de coletividade bastante presente nesses documentos e a solicitação por equipamentos coletivos toma lugar preponderante.

Diante desse contexto, o Setor de Equipamento Social e do Ambiente define prioridades no seu campo de ação para pressionar as estruturas fechadas e tecnicistas em que funcionavam as instituições do Estado, de modo a proporcionar uma participação efetiva da população, órgãos e entidades locais nas decisões e na execução de ações a curto e médio prazos, garantidos a coordenação e o apoio do Estado (NUNES; SERRA, 2002). O arquiteto Nuno Portas, como Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1º Governo Provisório, fala da necessidade de resolução imediata do problema da habitação e da potencialidade das “brigadas de urbanismo ativo” para descentralizar os serviços e contornar a burocracia (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976).

Nesse sentido, considerando, dentre outras questões, a participação da população na gestão de todos os níveis de vida coletiva, a possibilidade de os diversos grupos sociais se organizarem e a efetiva descentralização da administração pública, um grupo de trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) propõe, em 18 de junho de 1974, um “*Programa de Ação Imediata no Sector de Equipamento Social e do Ambiente*”, onde deveriam ser criados: a. Grupos Base de Ação (GBA) de âmbito regional; b. Grupos Locais de Ação (GLA) de âmbito local e constituídos pela população, por entidades locais e pela mobilização de quadros técnicos, empresas de construção e atividades produtivas do setor, com autonomia administrativa, financeira e técnica; c. Grupos de Estudo (GE) cujo objetivo seria a formulação de uma política global de intervenção (ibid., 1976).

Em 02 de julho de 1974, o Despacho¹² da Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo do I Governo Provisório, assinado por Nuno Portas, intitulado “*Programa de Ações Prioritárias a Considerar pelos Serviços do Fundo de Fomento da Habitação*” define “fórmulas de intervenção que se reportavam aos tipos de carências de produtores e de estratos da procura”. É a primeira vez que aparece o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL

¹² No sistema jurídico português, o Despacho é um diploma que possui validade apenas dentro do Ministério que o emite.

como solução para os “estratos mais insolventes, mas com organização interna que permita o seu imediato envolvimento em ‘auto-soluções’, com apoio estatal em terreno, infraestrutura, técnica e financiamento” (Ibid., p.61).

Tendo em vista as graves carências habitacionais especialmente das principais aglomerações urbanas, aliadas às dificuldades de executar programas de construção em curto prazo, o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL surge como uma resposta governamental de emergência frente às exigências dos moradores carentes, cuja gravidade do quadro habitacional não era mais compatível com a demora dos processos convencionais de construção de moradia popular. Dentre as atividades do SAAL incluía-se, prioritariamente: a) rápida avaliação de localização para que operações de “autossoluções” pudessem ser executadas no próprio local, juntamente com a Câmara Municipal respectiva; b) oferecimento de crédito a associação de moradores ou cooperativas, segundo a disponibilidade da Secretaria de Finanças e nos termos da legislação especial do Fundo de Fomento da Habitação – FFH; c) preparação da mão de obra local desempregada (admitindo-se também estudantes voluntários), para construir Brigadas de Construção, Saneamento e Urbanização; d) rápido levantamento dos tipos de lote/habitação, sistema viário e outros espaços de uso coletivo que também deveriam ser introduzidos nas operações. Da leitura do citado Despacho, resulta que o SAAL seria pensado como um serviço de emergência com enquadramento local.

O documento intitulado por “*Estudo Interpretativo dos Objetivos a prosseguir através do SAAL*”, de 24 de Julho de 1974, elaborado pelo arqº. Nuno Teotónio Pereira refere-se ao despacho anteriormente citado, reforçando a necessidade de máxima prioridade para as operações de reabilitação dos bairros degradados decorrente dos movimentos populares que aconteceram após o 25 de Abril – na verdade, a habitação e, sobretudo, o problema das “barracas” foram a grande bandeira reivindicativa ao longo de todo o período revolucionário – que conduziram à organização interna das populações e à formulação de exigências de apoio da administração na solução dos problemas habitacionais. Pereira sugere que embora as operações imediatas dissessem respeito aos aglomerados de habitações improvisadas nos “bairros de lata” (favelas), também deveriam ser considerados para as ações de intervenção zonas deterioradas no interior de aglomerados urbanos ou em zonas rurais ou suburbanas, bairros provisórios, etc.

Finalmente, o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, anunciam, no Despacho de 31 de julho de 1974 publicado no Diário do Governo nº 182 de 6 de agosto de 1974, a formação de um corpo técnico especializado, designado por “Serviço de Apoio Ambulatório Local” (SAAL), para apoiar, por meio das suas “Brigadas Técnicas de Apoio Local” as iniciativas de populações mal alojadas de forma colaborativa na transformação dos seus próprios bairros. Oficializava-se assim, a criação do SAAL.

2.2 ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: POR UMA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

“Procurava-se romper este alheamento dos moradores em relação ao processo de decisão que lhes diz respeito; mesmo que isto significasse multiplicar o número de técnicos envolvidos no processo, porque evidentemente, para conseguir o diálogo entre moradores e técnicos, não é possível recorrer à facilidade da *adopção* de um *projecto-tipo* (...)” (PORTAS, 1986, p.258).

Surgindo na sequência da Revolução dos Cravos, o Serviço de Apoio Ambulatório Local – SAAL aparece como uma medida inovadora dentre todas as ações anteriormente pensadas para suprir a carência habitacional em Portugal. Com o objetivo de apoiar os moradores das áreas pobres na melhoria das suas condições habitacionais, o SAAL apresenta um método de trabalho em que a colaboração entre técnicos e moradores seria o fator primordial para a sequência de ações desencadeadas ao longo do Processo.

É no documento “*Estudo Interpretativo dos Objetivos a prosseguir através do SAAL*”, de 24 de Julho de 1974, que aparece pela primeira vez a referência de que as iniciativas de intervenção de melhoria habitacional deveriam partir das populações interessadas. Ou seja, para haver qualquer operação de melhoria das condições habitacionais, era necessária a iniciativa direta dos moradores e seu respectivo pedido oficial de apoio direcionado à coordenação do SAAL. Encontra-se aqui o fundamento primordial do SAAL: a organização social da procura. O que significa, segundo depoimento de Bandeirinha em As Operações SAAL, “que não haveria nenhum processo de reabilitação de um bairro, qualquer que seja, que não fosse desejado pelos próprios moradores” (BANDEIRINHA, 2007a). Destacava-se o fator preponderante do grau de organização interna das populações para a determinação das prioridades de apoio do SAAL: quanto mais dinâmico, reivindicativo e organizado fosse um grupo de moradores, maiores seriam as chances de conseguir imediato apoio técnico.

Segundo o arquiteto Nuno Portas (2012), mentor do SAAL, que desde o final dos anos 1950 vinha estudando a questão da produção habitacional para as camadas mais insolventes, a participação efetiva dos usuários no projeto para habitação social só poderia acontecer verdadeiramente se houvesse a organização social da procura e o aumento do poder das organizações de cidadãos. Para que a iniciativa pudesse atingir o pleno êxito, o arquiteto destaca que os próprios interessados nos planos habitacionais deveriam se organizar em cooperativas ou associações para assegurarem uma descentralização burocrática e uma gestão mais autônoma do mecanismo de compensações de renda.

Durante o SAAL, as intervenções deveriam ser o resultado, em parte, das prioridades definidas pelas populações e da sua capacidade de organização, produção e reivindicação e, de outra parte, dos apoios exteriores que pudessem utilizar. Segundo Nuno Portas (1986), a iniciativa deveria sempre partir dos interessados: era necessário um envolvimento dos moradores, antes do início da concepção, durante a discussão e a elaboração do programa de ações e em decisões relacionadas ao tipo de financiamento, construção e controle de utilização das casas do bairro. A questão fundamental do Serviço era dar a condução do processo para a população, principalmente no que se refere à definição das ações a serem desenvolvidas. As pessoas deveriam definir se a opção adotada seria melhorar as casas e a infraestrutura dos bairros onde estavam ou se a solução seria a construção de toda uma nova estrutura para o bairro (PORTAS, 2012). “(...) Eles tinham que se organizar, tinham que criar uma Associação, tinham que tomar as decisões mais importantes” (COSTA, 2012).

A transferência da liderança dos processos administrativos aos utilizadores, criando assim novas relações de gestão da produção da moradia social, era aquilo que Nuno Portas (1986) idealizava para o SAAL. Para o arquiteto, só a este nível de autonomia é possível falar em participação, de outra forma, não passaria de um desejo de governança.

“Aquilo que eu pensava fazer no SAAL era o *empowerment*. *Empowerment* quer dizer tomar o poder do processo. Qualquer poder, não necessariamente na habitação. Quer dizer, organizar os destinatários, do ponto de vista social, e eles depois avançarem. Ou avançavam com bairros com arquitetos, ou avançariam com bairros sem arquitetos” (PORTAS, 2012).

Contrariando o convencional esquema da produção da moradia para as frações mais carentes da população, onde a construção é normalmente encomendada pelo governo e as decisões são tomadas sem qualquer participação dos futuros usuários no tocante à escolha do local, à organização da comunidade, aos tipos de construção e menos ainda em relação à alocação dos

investimentos, à escolha da empresa construtora ou à distribuição das habitações, o SAAL aparece para promover o envolvimento dos moradores em todas as etapas do processo de construção das suas novas casas, garantindo-se, inclusive, a manutenção dos mesmos nos seus bairros de origem. Dessa forma, no SAAL, o futuro morador chega antes de qualquer decisão ser tomada. Na verdade, sem a solicitação prévia dos moradores organizados, não havia possibilidade de intervenção.

O SAAL corresponde a um método de ação resultante de um período de ebulição intelectual que a produção habitacional atravessada entre os anos 1960 e 1970, caracterizado por uma incessante busca de modelos, métodos e resultados para responder à crise habitacional que se acentuava em todo o mundo. O aparecimento do SAAL foi uma sequência natural das questões em torno do problema da habitação, debatidas por técnicos ligados a esse campo e intelectuais das escolas de arquitetura.

Segundo Nuno Portas (1986), as ideias mestras do SAAL já estavam enunciadas há muito tempo. O autor afirma que anos antes da revolução eram discutidas e elaboradas alternativas que desbloqueassem a produção da habitação social em substituição às formas estatizadas, como por exemplo, as propostas encontradas nos artigos desenvolvidos no Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC, nas escolas de arquitetura e, inclusive no Colóquio sobre Política da Habitação¹³, promovido pelo Ministério de Obras Públicas em meados de 1969. O grande entrave, segundo Portas era a necessidade de um contexto político adequado para o início dos processos pensados e uma conscientização por parte da população interessada dos seus direitos à moradia digna.

A ideia de se considerar os usuários – quer seja um indivíduo ou um grupo – no processo de construção das moradias já vinha sendo desenvolvida desde o pós-guerra. Giancarlo de Carlo, por exemplo, procurou se empenhar num caminho experimental da participação dos habitantes na construção de suas moradias “Eu acho que é preciso ter sempre claro que a presença do cliente é importante no processo arquitetônico, porque é ele que deve, no fundo, tomar a decisão de fazer uma coisa e depois usá-la” (PIZA, 2007). De Carlo e Lucien Kroll foram firmes no debate que colocava a arquitetura a serviço dos usuários. Segundo eles, o caráter burocrático das intervenções sociais acabava por não favorecer o contato com os

¹³ O Colóquio ocorreu entre 30 de Junho e 05 de Julho de 1969, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC (BANDEIRINHA, 2007).

futuros usuários que deveriam ter seus pontos de vista respeitados por quem se propusesse a dar soluções aceitáveis para problemas complexos que envolvia a construção de moradias (LAGUEUX, 2003). “A participação, para De Carlo, é mais que um processo político: é também a construção de uma estética verdadeira, construída com a redescoberta do gosto verdadeiro das pessoas (...).” (Ibid., 2007).

Pela análise da importância do espaço enquanto gerador, condicionador e agente facilitador de comportamentos, pelo papel do arquiteto como organizador dos espaços e pela influência do espaço doméstico na vida de cada indivíduo passou-se a compreender a conveniência, especialmente no campo da habitação, do estabelecimento da aproximação do arquiteto com o destinatário da obra. A participação dos futuros moradores na formulação do projeto da habitação social parecia ser uma alternativa possível para a concretização de uma moradia mais adequada às necessidades do seu destinatário e a supressão de equívocos de interpretação por parte do arquiteto, pelo fato de existir um constante diálogo entre esses dois atores.

Autores como Lay e Reis (2002), Darke (1984) e Lagueux (2003) argumentam que a origem da falta de adequação espacial da arquitetura atual, especialmente nos espaços para habitação de interesse social, estaria no distanciamento entre arquitetos e usuários, aliado à prioridade dos empreendedores habitacionais em alcançar metas quantitativas, excluindo qualquer possibilidade de aproximação dos futuros residentes no processo de concepção e construção das suas moradias. Via de regra, quando os arquitetos projetam habitações sociais, a relação entre o arquiteto e o futuro usuário é substituída por outra mais complexa, na qual o arquiteto projeta para um cliente (nesses casos, os promotores públicos) que não é o usuário final, submetendo-se às suas exigências e jamais entrando em contato com a população alvo do projeto.

Loureiro e Amorim (2008), ao analisarem os conjuntos populares brasileiros produzidos pelas Companhias de Habitação – as COHABs, entre os anos de 1960 e 1970, sugerem que as restrições econômicas e normativas que orientam a produção da habitação social devem ser contrabalançadas com as reais necessidades e aspirações do seu público alvo. Os autores chamam a atenção para as transformações ocorridas nos conjuntos de habitação social, mais especificamente no Recife, cujas ampliações sucessivas parecem subverter “(...) a

racionalidade imposta pelas restrições econômicas para a construção de conjuntos habitacionais de grande escala (...)” (AMORIM E LOUREIRO, 2001).

Para o teórico Jonh Turner (1990), quanto mais próxima do indivíduo e da comunidade é a administração da promoção das habitações, maior a probabilidade de adequação do empreendimento às necessidades e expectativas dos seus futuros moradores. Turner tinha a convicção de que a autoajuda e a participação direta dos moradores na produção da habitação deveriam ser incorporadas em todos os empreendimentos de caráter social.

Se os profissionais não souberem trabalhar com as pessoas das quais dependem para ter um conhecimento do local e para conseguir o êxito do projeto, estarão sem dúvida exercendo as convenções dos “praticantes da especialização”, (...) para distingui-los dos “praticantes reflexivos”, que não têm de defender um status artificial. (TURNER, 1990, p.105)

A ideia de participação do usuário final no processo do projeto da habitação social, insinuada pelo debate internacional, influenciou também a maneira de se pensar o projeto das moradias para a população de baixa renda em Portugal, cujas experiências mais consequentes na área da participação dos usuários datavam de meados da década de 1950.

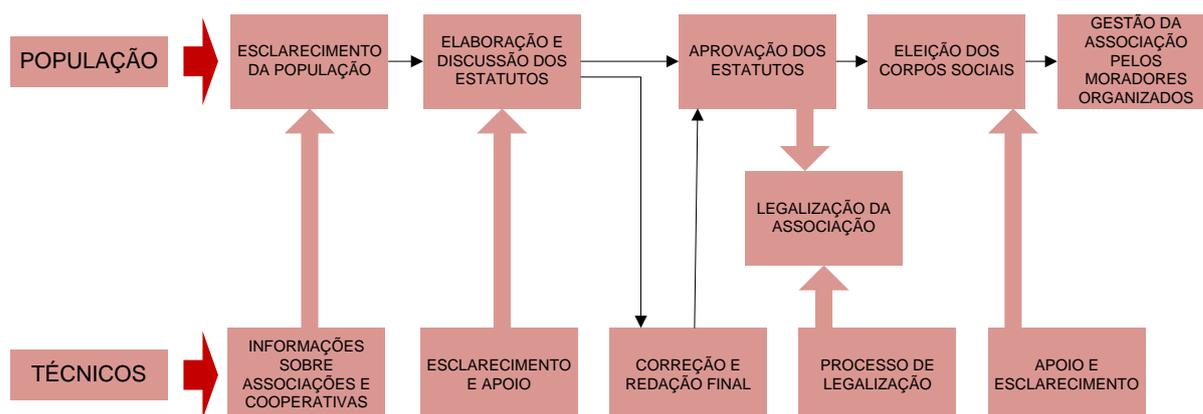
A exposição organizada pela AIL na Sociedade Nacional de Belas Artes com o tema “O Cooperativismo Habitacional no Mundo” pretendia dar a conhecer o êxito da solução cooperativa na habitação em diversos países. Mas é a partir dos anos 1960 que cresce o debate sobre a importância da colaboração dos futuros usuários na definição e execução dos planos imediatos e até no processo de construção das habitações em todo o país.

Diante da possibilidade de criação de novos métodos de projetos que agregassem a participação dos futuros usuários no desenvolvimento do projeto de habitação, o Grupo de Intervenção do Meio Urbano – GRIMU, formado a partir de outro, chamado “Participação popular e a atividade do arquiteto”, estabelecido no Encontro Nacional dos Arquitetos – ENA, de Dezembro de 1960, já citava a formação de “equipes de apoio local” (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976), cujo conceito tratava da formação de equipes multidisciplinares de projeto, compostas por técnicos cuja opção seria trabalhar com as populações na construção das habitações, em diálogo permanente e em prol da defesa dos seus direitos.

O SAAL, portanto, surge como uma proposta resultante de uma série de reflexões no campo da prática da arquitetura sobre a necessidade de ligar a função técnica aos agentes a quem deveria servir. Os técnicos das Brigadas – engenheiros, arquitetos, advogados, psicólogos, estudantes, entre outros – deveriam estar presentes e acompanhar os moradores dos bairros pobres nas suas novas ações de mobilização e luta por uma moradia digna. Com o SAAL, moradores e técnicos deveriam realizar um esforço conjunto para a definição e a aplicação de novos direitos e de novas condições de vida – um esforço focado na exigência por melhores condições de habitação.

Os técnicos das Brigadas do SAAL deveriam participar ativamente dos trabalhos e dar o apoio necessário às ações que os moradores precisassem desenvolver, como por exemplo, a preparação dos estatutos para a legalização das associações. Conforme ilustrado na Figura 1, as Brigadas deveriam esclarecer aos moradores sobre o conceito da organização em associações ou cooperativas para que eles, com base nos esclarecimentos prestados pelos técnicos, passassem à discussão e elaboração dos seus estatutos – com o auxílio da Brigada na correção e redação final – necessários à sua legalização. Depois de aprovados os estatutos e legalizada a associação, a gestão da mesma estaria a cargo da sua Direção, eleita em Plenário Geral dos Moradores, com o apoio da Brigada, até o final das atividades do SAAL.

Figura 1. Esquema das Operações SAAL. Relação entre os técnicos e as populações na constituição das associações de moradores.



Fonte: TAVARES, 2011.

O método adotado que contemplava a participação ativa das populações durante as operações SAAL era justificado tomando-se por base as possíveis vantagens decorrentes do aproveitamento das energias e dos recursos de que as populações dispunham. Em “Habitação,

Desenvolvimento e Urbanização” de Charles Abrams¹⁴, publicada em 1964, o autor defende métodos de intervenção que possibilitam, através de um contato direto com as iniciativas populares, a absorção das energias de que elas são portadoras, em ordem de uma maior eficiência e dimensão das respostas às necessidades (FERNANDEZ, 1988).

Nos próximos capítulos, será possível demonstrar que, de fato, durante as operações SAAL no Porto os moradores pareciam ter uma visão muito real das necessidades e um forte desejo pela melhoria não apenas das suas próprias condições habitacionais, mas também do funcionamento de todo o bairro, conforme menciona o arquiteto Manuel Vicente:

“Nas minhas funções nos serviços de habitação fui levado a discutir com as organizações populares de uma pequena aldeia operária, e apercebi-me de que, contrariamente à Municipalidade, estas pessoas tinham uma visão muito real das necessidades e aspirações em matéria de melhoramento da cidade. (...) Sabiam exactamente o que era uma rua e uma praça e evitavam todas as discussões académicas sobre os tipos de habitação.” (Depoimento do Arquiteto Manuel Vicente, 1978, in LIMA, 2011).

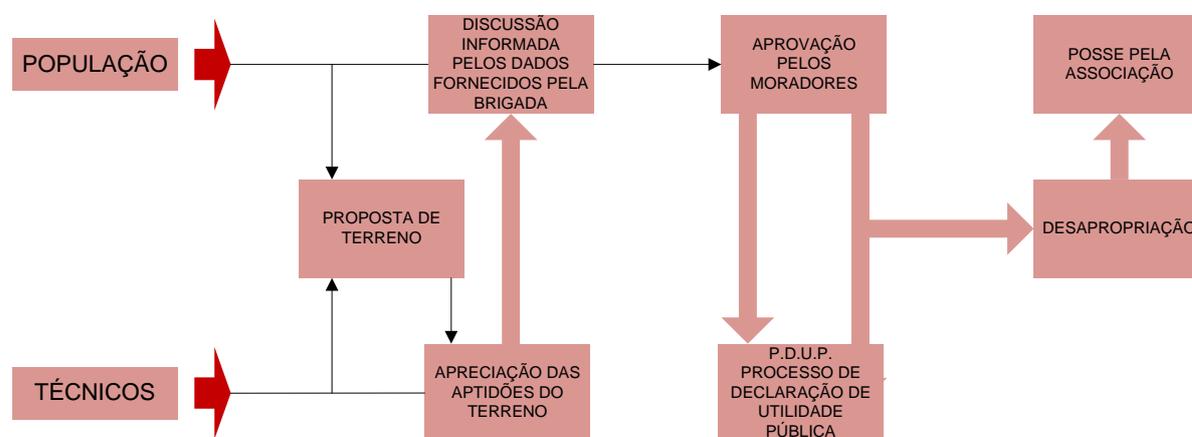
No processo SAAL, as discussões com os moradores deveriam compor também o processo do projeto das habitações. Os moradores passariam a emitir as suas opiniões às Brigadas em relação ao projeto da casa e deveriam ter o controle da produção da mesma. Dessa forma, os técnicos das Brigadas teriam que discutir concepções estéticas e as preferências dos moradores, procurando soluções adequadas para configurar e personalizar a habitação e o bairro de acordo com as expectativas da população. Na dinâmica proposta, os moradores participariam das discussões desde a etapa de escolha do terreno até a qualidade de seu espaço residencial, as infraestruturas fundamentais, equipamentos urbanos e sociais, espaços de lazer, etc.

A definição da área de intervenção, ou “Unidade Operacional” era uma das primeiras e mais importantes decisões conjuntas tomadas pelas Brigadas Técnicas e associações de moradores. Tudo teria que ficar resolvido dentro do perímetro da intervenção, o que significava que tinha que haver capacidade para realojar todas as pessoas e instalar os equipamentos que se faziam necessários para a comunidade.

¹⁴ O americano Charles Abrams, o britânico Jonh Turner e o brasileiro Carlos Nelson, que defendiam a autoconstrução, a administração e a gestão local de recursos influenciaram, sobremaneira, as teorias elaboradas por Nuno Portas sobre produção de habitação social nos anos 1960. Entre as décadas de 1950 e 1960 Turner vivia em Lima (Peru) dando assistência à autoconstrução de *barriadas* e Carlos Nelson, em meados dos anos 1960, trabalhava com a reabilitação de favelas no Rio de Janeiro. Todos eles seguiam uma vertente social da arquitetura como forma de compreensão e resposta à situação (CAMPOS, 2011).

Sobre este assunto, a Figura 2 demonstra a importante parceria entre moradores e técnicos em relação à escolha e desapropriação do terreno para a intervenção. Segundo o esquema apontado, observa-se que a proposta de terreno era o resultado de uma ação conjunta entre a população e a Brigada. Após a fase de avaliação técnica, o terreno escolhido deveria ser aprovado pelos moradores que, juntamente com os técnicos, passariam à redação a “Declaração de Utilidade Pública”¹⁵, necessária para a desapropriação da área e consecutiva posse pela associação.

Figura 2. Esquema das Operações SAAL. Relações entre os técnicos e a população na seleção e desapropriação do terreno.

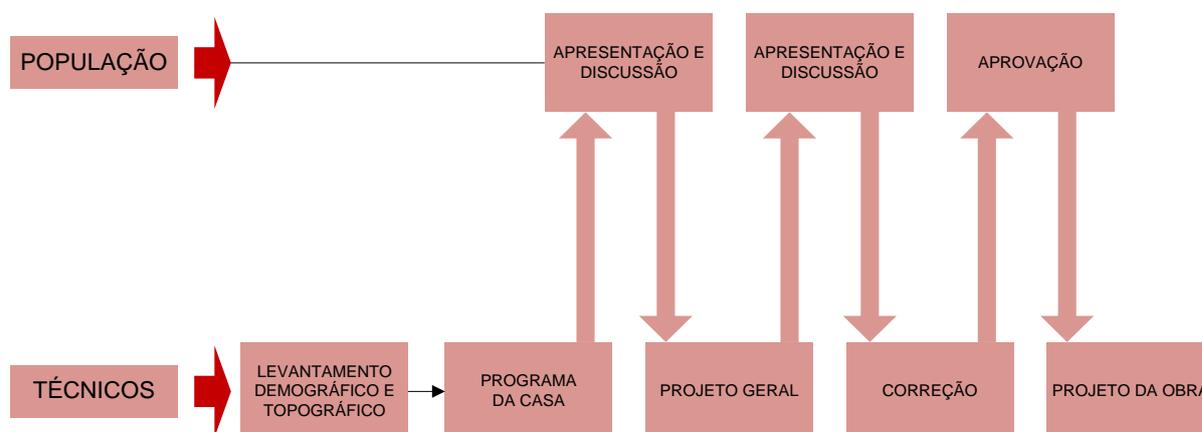


Fonte: TAVARES, 2011.

O relacionamento entre moradores e técnicos das Brigadas no processo de elaboração do projeto da casa é observado no esquema da Figura 3: após levantamentos do bairro (topográficos, demográficos, fotográficos, etc.) e entrevistas à população (número de habitantes, composição familiar, renda, escolaridade, atuação profissional, etc.), os técnicos do SAAL deveriam sugerir um programa específico da casa e um projeto geral para apresentação e discussão com os moradores. Feitas as devidas correções nos projetos de acordo com as discussões apontadas pelos moradores e aprovadas as novas propostas, a operação passaria para a fase de construção, com o suporte técnico das Brigadas.

¹⁵ Para se iniciar qualquer tipo de construção abrangida pelo Processo SAAL, era fundamental a organização do Processo de Declaração de Utilidade Pública (DUP), que se destinava a formalizar a área necessária para a realização da operação de recuperação e/ou construção das intervenções. Os documentos que a constituíam eram: a. memória descritiva e justificativa da operação, onde se descreve a situação encontrada no terreno; b. justificativa das áreas necessárias; c. planta de localização das zonas a desapropriar para a localização da operação em relação ao contexto envolvente, com indicação do Concelho e Distrito; d. planta cadastral. A DUP deveria ser entregue à Comissão Coordenadora do SAAL/Norte, à Associação de Moradores, à Câmara Municipal e ao Fundo de Fomento da Habitação – FFH.

Figura 3. Esquema das Operações SAAL. Relações entre os técnicos e a população na elaboração, discussão e aprovação do projeto.



Fonte: TAVARES, 2011.

2.3 AS BRIGADAS TÉCNICAS DE APOIO LOCAL

“Os meios são: equipas técnicas - brigadas dava um ar cubano. É outra história comunista, porque as brigadas em Cuba eram trabalhadores que depois de seus trabalhos no açúcar e nas bananas e não sei quantos, à tarde e nos sábados e domingos faziam casas para eles mesmos ou para bairros sociais em geral” (PORTAS, 2012).

Ao mesmo tempo em que estimulava os moradores a se organizarem em associações ou cooperativas visando a gestão do processo de construção habitacional, durante o Processo SAAL, o governo do período revolucionário criou uma organização de assistência técnica – as Equipes Centrais – que forneciam equipes técnicas especializadas para cada operação. Instrumentos essenciais de ação do SAAL, as Brigadas Técnicas (ou Equipes Técnicas, ou Equipes de Apoio Local, ou Brigadas de Apoio Local) foram criadas com o intuito de trabalhar – contratadas pelo SAAL e remuneradas com base no tempo empregado em campo – como elo entre as populações, as Câmaras Municipais e o Fundo de Fomento da Habitação – FFH. Os seus membros deveriam estar sempre disponíveis para participar das reuniões das associações de moradores e de relacionamento institucional.

“Pretende-se assim criar ‘Brigadas’ com margem de *actuação* para se poderem solidarizar com as lutas concretas mas não se substituindo nunca aos próprios moradores, e portanto criar-lhes um estatuto que não as burocratize, optando-se constituir-las por pessoas que se não vinculem como funcionários, e que as Equipes Centrais – funcionários – sejam canais de pressão sobre o aparelho do Estado (...)” (O APARECIMENTO..., 197-?).

Não sendo consideradas como ramificações ou prolongamentos do FFH, as Brigadas Técnicas poderiam se configurar de diversas naturezas, a depender das tarefas que fossem chamadas a executar em um determinado bairro ou em um aglomerado de bairros de uma mesma zona, como também sofrer mutação para se ajustar às necessidades em cada momento do processo. A iniciativa da sua criação tanto poderia caber tanto às populações, quanto aos municípios ou ao próprio FFH.

As Brigadas poderiam ser formadas por mais de um arquiteto, por engenheiros, técnicos, desenhistas (Tabela 1) e, como relata Nuno Portas em entrevista “alguns juristas que ajudavam, fundamentalmente, para chatear a Câmara” (CARVALHO, 2012, p.323). De qualquer forma, independente da formação da Brigada, havia sempre um arquiteto chefe responsável pela operação. Para a composição das equipes, era possível recorrer à seleção de elementos da própria população, em regime voluntariado ou remunerado, ou à mão de obra exterior, como por exemplo, de estudantes. Sobre este assunto, a arquiteta Margarida Coelho (s/d), relata que havia divergências técnicas entre Porto e Lisboa em relação à maneira de encarar as Brigadas, sobretudo no que diz respeito à presença de estudantes nas mesmas. Enquanto a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL define a constituição funcional das “equipes técnicas” com bastante detalhe, referindo-se marginalmente aos estudantes, a representação do FFH no Porto refere-se principalmente à participação de estudantes de arquitetura da ESBAP¹⁶.

Durante o processo SAAL, foram formadas cerca de cem Brigadas – ou equipes técnicas – que incluíam arquitetos, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais e estudantes de diferentes áreas, especialmente de arquitetura. Previa-se a autonomia das Brigadas em relação aos órgãos oficiais para que pudessem servir de intérpretes das populações organizadas juntos destes, mas sem substituí-las, limitando a sua intervenção a aspectos técnicos.

¹⁶ Ressalta-se que um dos assessores propostos pelo FFH para o SAAL Norte, o arquiteto Alexandre Alves Costa era simultaneamente professor da ESBAP e que – conforme poderá ser verificado no próximo capítulo desta tese – os estudantes da ESBAP já estavam ligados às movimentações sociais e mantinham relações próximas com os habitantes das zonas degradadas do Porto.

Tabela 1. Brigadas – Composição Profissional.

	TÉCNICOS CHEFES	TECNICOS 1ª	TÉCNICOS 2ª	ADJ. TÉCNICO 1ª	ADJ. TÉCNICO 2ª	ESTUDANTE ÚLTIMO ANO CURSO SUPERIOR	ESTUDANTE PENÚLTIMO ANO CURSO SUPERIOR	ESTUDANTE ANTEPENÚLTIMO ANO CURSO SUPERIOR	DESENHISTAS	AUXILIAR TÉCNICO	OFICIAIS/ DATILOGRAFOS	TOTAL
SAAL/NORTE	33	22	41	10	42	17	25	48	55	1	294	
SAAL/CENTRO-SUL	127			67		68		83		19	364	
SAAL/ALGARVE	17	15	50	22	-	18	4	2	97	39	101	365
TOTAL	305			99		176		228	94	121	1023	

Fonte: CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976.

Mesmo admitindo que as atividades desempenhadas pelas Brigadas – normalmente lideradas por arquitetos – fossem de diversas ordens a depender do tipo de tarefa a desenvolver, da realidade de cada aglomerado e do processo reivindicativo conduzido pelas populações, previa-se algumas tarefas como (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976):

- Apoio inicial no estabelecimento das associações e cooperativas de moradores;
- Realização ou atualização de inquéritos;
- Execução ou acompanhamento de levantamentos;
- Elaboração de projetos, discussão pública de planos de ação para execução do programa de construção;
- Especificações técnicas e orçamentos;
- Assistência na preparação da proposta ou aquisição dos terrenos necessários;
- Avaliação de edifícios adequados à reabilitação;
- Elaboração do plano local para aprovação pelas autoridades, seguindo as orientações da associação ou cooperativa;
- Assistência e aconselhamento às associações na seleção do empreiteiro ou na direção e fiscalização direta de obras, entre outras atribuições.

Sem dúvida, estender os serviços das Brigadas para áreas que ultrapassavam as responsabilidades convencionais do projeto configurou-se como uma importante inovação que as envolveu no contexto local e nas negociações institucionais.

2.4 A ESTRUTURAÇÃO DO SAAL

“O decreto é uma coisa pequenina, muito simples. Foi coisa a despachar, a correr. Já sabia que ia fazer assim, era experimental, não fomos fazer uma lei que isto nunca mais acaba (...) vai passar assim, depois logo se vê... o tempo da revolução pode ainda se fazer essas coisas” (PORTAS, 2012).

No início do processo de constituição e organização do SAAL foi proposta a criação de um grupo de trabalho permanente que funcionaria no FFH para a identificação das zonas de intervenção, para dinamizar a constituição das Brigadas, coordenando e acompanhando as suas respectivas ações e assegurando os meios necessários para a execução das tarefas e para garantir as medidas políticas que garantissem a coerência das ações, atendendo aos objetivos do SAAL. Previam-se que a este grupo de trabalho deveria integrar, além de um coordenador, técnicos que assegurassem a cobertura das seguintes especialidades: engenharia, arquitetura, serviço social, ciências humanas, gestão financeira e ciências jurídicas. Em 02 de Agosto de 1974, o Gabinete de Estudos e *Planeamento* indica os nomes do Dr. Mariano Florentino, Margarida Duque Vieira, Maria Proença, Eng. Helder Riago e a Arq. Margarida Coelho.

Embora não se sabendo ao certo como se daria o desenvolvimento do processo SAAL à partida, previam-se ações imediatas e isoladas ou também operações a serem desenvolvidas por fases, construção, adaptação ou arranjo de instalações para equipamentos socioculturais, melhoria das habitações existentes ou reconstrução completa das habitações, no todo ou em parte, construção de novas habitações (prevendo alargamento da área ocupada), reconstrução integral (demolição total do aglomerado no mesmo local ou proximidades), entre outras.

Priorizando o tratamento dos problemas nas suas especificidades locais, foi à medida que os pedidos de apoio concreto chegaram e foram sendo analisados que a opção pela estruturação de um serviço regional começou a se tornar uma prioridade (COELHO, Margarida, 1986). Desde o início, o SAAL contava com uma distribuição de responsabilidades por região, onde as equipas locais estavam subordinadas às suas respectivas Coordenações Regionais, a dizer: SAAL/Norte, SAAL/Lisboa e Centro-Sul e SAAL/Algarve.

As coordenações regionais tinham basicamente a tarefa de contratar, constituir e acompanhar as Brigadas Técnicas, programar os trabalhos, realizar uma avaliação geral do processo, monitorar os custos, administrar as verbas consignadas, dar sugestões às experiências locais e sugerir soluções técnicas, elaborar estudos teóricos, e projetos de legislação. Ou seja, cada

uma das regiões – Norte, Lisboa e Centro Sul e Algarve – possuía um grupo específico que coordenava as suas respectivas operações, desde a aprovação das brigadas técnicas e seus princípios de formação e de funcionamento.

O funcionamento proposto era basicamente o seguinte: Ao nível local, as comissões e associações de moradores dialogariam com as Brigadas Técnicas para determinação de programas e prioridades. Esses programas e prioridades seriam transmitidos à Equipe Central do SAAL que, por sua vez, dialogaria com as coordenações regionais para tomar as decisões que seriam retransmitidas às Equipes locais e às associações de moradores.

As atribuições das equipes do SAAL, nas várias instâncias, correspondiam aos contatos com as Câmaras Municipais para avaliação de projetos, à escolha de terrenos, à atribuição de verbas, à contratação e constituição de Brigadas e seu acompanhamento e coordenação, ao apoio técnico às Brigadas e/ou às associações de moradores, à administração das verbas consignadas a atividades dependentes do SAAL, à elaboração de estudos teóricos, análise, projetos de legislação, entre outras.

Em síntese, a assistência técnica do SAAL, assim como dos serviços da Câmara Municipal, era composta por ações de ordem fundiária (escolha do lugar, aquisição e transferência de solo necessário após avaliação), ações de projeto (definição do programa e das suas fases, traçado urbanístico, projeto de infraestrutura, projeto de esquemas tipo de habitações), ações de assistência nas operações de construção (organização do canteiro de obras, mudanças de casas para dar lugar à nova construção, preparação de empreitadas, programação das tarefas, alocação dos encargos financeiros e distribuição das habitações), e ações de assistência na gestão social (organização e preparação de estatuto das cooperativas, montagem da contabilidade, ações culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos – mas sempre organizadas pelas populações) (Doc. Nº 142, Livro Branco do SAAL, 1976).

Segundo Portas (1986), o SAAL teve um caráter experimental, uma vez que não dependia exclusivamente do governo, mas, sobretudo, dos destinatários. Devido à inexperiência em trabalhos semelhantes em Portugal, adotou-se como política assegurar as condições de trabalho à medida que os problemas fossem surgindo, procurando não cair numa estruturação rígida que não correspondesse às funções que realmente deveriam ser desempenhadas (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976). Para Portas, a falta de uma estruturação rígida foi assumida como um risco necessário, justificando essa opção pelo fato de que se fossem

esperar toda a máquina governamental ficar pronta para o processo, provavelmente ele não seria lançado dois meses após o 25 de abril. “Portanto, quando se dizia – isto não está tudo definido – eu respondia: pois é, não está definido porque vamos definir os aspectos legais necessários à medida que vamos experimentando. (...) o programa não devia esperar e não esperou.” (PORTAS, 1986, p.256).

2.5 O APOIO DO ESTADO PORTUGUÊS E A CONTRAPARTIDA DAS ASSOCIAÇÕES

Independente das opções de intervenção definidas entre as Brigadas e as populações, durante o SAAL, o apoio do Estado Português era garantido. O Fundo de Fomento da Habitação, por intermédio do SAAL, deveria assistir as operações no que dissesse respeito à compra ou desapropriação do terreno necessário e sua disponibilidade em favor das associações ou cooperativas, fornecer subsídios não reembolsáveis para a construção e empréstimos em condições de juros e amortizações mais favoráveis do que as do mercado normal, além de dar todo apoio nas ações de projeto, nas operações de construção e nas ações de gestão social. Os trabalhos de infraestruturas viária e sanitária deveriam ser custeados pelas autarquias locais.

Em contrapartida, segundo a “*Proposta de texto legal regulamentador do SAAL*” de Agosto de 1974, as associações de moradores, que deveriam ser as condutoras de todas as operações de construção, melhorias, manutenção e gestão social, teriam como atribuições:

- A promoção de atividades de ordem cultural e social para integração de seus membros;
- A aquisição em comum acordo dos materiais de construção;
- A divulgação da organização do trabalho voluntário;
- O acompanhamento da construção das habitações e a sua adequação aos princípios diretores propostos nas respectivas plantas gerais;
- Realização de iniciativas para melhor satisfazer as necessidades gerais dos moradores; entre outros.

Um importante fundamento do SAAL tratava do fato de que a associação não poderia ser desfeita depois de construídas todas as habitações¹⁷.

As Câmaras Municipais assumem o controle urbanístico da localização e desapropriação do solo e agem como interlocutores dos interessados na arbitragem das prioridades face aos recursos disponíveis e na garantia dos empréstimos previstos na legislação (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976). Os terrenos eram entregues, depois de desapropriados, em direito de superfície¹⁸, às associações de moradores, para que concretizassem o seu Programa de Reestruturação da Zona Degradada¹⁹ com ajuda financeira do Estado. Caso a construção no próprio local fosse desaconselhável pelas características do terreno, seja pela dificuldade de acesso ou outras razões, as Câmaras Municipais deveriam então preparar o solo convenientemente localizado, fosse por troca, desapropriação, cessão ou aquisição, de maneira que as operações de reconstrução fossem efetivadas pelas verbas oferecidas em 1975.

Essas verbas, que correspondiam em torno de 40% a 50% do custo efetivo total da construção das casas eram oferecidas pelo Estado como fundo perdido às associações – “significava um risco de se perder dinheiro (...) mas não houve uma única transgressão quanto à gestão dos dinheiros pelas associações ou cooperativas de moradores” (PORTAS, 1986, p.257) – e o restante deveria ser mobilizado pelos moradores, seja qual fosse o meio, desde a autoconstrução ao autoinvestimento em dinheiro, ao empréstimo bonificado de entidades bancárias, etc.

Ficava também claro que o esquema de financiamento público poderia ser otimizado se fossem reduzidos o capital necessário para reabilitação ou construção das novas habitações. Nuno Portas, em entrevista ao *Expresso* de 16/11/74 declara: “O FFH entregará a cada

¹⁷ Um dos grandes legados do SAAL é que muitas das Associações de Moradores criadas durante o Processo existem até hoje, regidas pelos mesmos Estatutos e Regulamentos de Uso e Habitação, elaborados com apoio técnico das Brigadas SAAL nos anos 1970. Para Portas (1986) as Associações de Moradores herdaram muitos dos aspectos da metodologia utilizada no SAAL.

¹⁸ As Associações teriam direito de construir as habitações, que seriam de propriedade da Associação e não dos associados. O uso da habitação seria concedido apenas aos associados e nunca poderia ser utilizado para fins lucrativos ou especulativos. Os sucessores dos associados poderiam também gozar do direito. (Estatuto da Associação de Moradores da Bouça publicado no Diário do Governo, número 218 de 20 de setembro de 1975). A concessão do direito de superfície, nos termos do Artº 6º da *Proposta de Texto Legal Regulamentador do SAAL*, abrangia o prazo de 40 anos.

¹⁹ Em Portugal, o conceito de zona degradada nasceu com o Decreto-Lei nº273-C/75 de 3 de junho, exposto no seu Art. 2º-1: “São consideradas zonas degradadas, por iniciativa das autarquias locais ou ouvidas estas, para os efeitos deste diploma, aquelas que, não apresentando condições normais de habitabilidade, assim forem declaradas por portaria do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo”.

interessado a quantia de 60 contos (...) e deixará à iniciativa pessoal a construção. Com o capital inicial poderá adquirir materiais e construir ele próprio, com o apoio de técnicos, a sua habitação” (FERREIRA, 1987). Independentemente da solução adotada para a complementação dos recursos, nenhuma delas foi específica do SAAL, mas resultante da livre escolha das associações de moradores:

“O Estado pagava 50% dos custos normais de uma habitação, de um alojamento público. Os outros 50% já era uma decisão das populações. Ou elas próprias faziam mutirão, ou se não quisessem fazer, como não era obrigatório (...), ou pediam empréstimos com juros muito baixos, simbólicos. A outra parte dos 50% era fundo perdido. Portanto, o Estado entrega à associação de moradores (...) que depois geria esse dinheiro” (PORTAS, 2012).

Via-se necessário maximizar a aplicação na habitação de todo e qualquer tipo de recurso dos moradores como meio de o processo tomar forma. Segundo Portas, a ideia de que os moradores pobres não poderiam contribuir financeiramente para a construção de suas casas não se adequava ao real problema do país: “Nenhuma política de habitação que pretenda ter resultados a prazos relativamente próximos pode ser gratuita. A chamada solvência não tem uma linha separadora clara e indiscutível. A solvência é sempre relativa” (PORTAS, 1986, p. 260).

2.6 O DIREITO AO LUGAR

Um dos aspectos de importante destaque do SAAL está relacionado à recomendação de que as intervenções provenientes das suas operações fossem realizadas, prioritariamente, no próprio local onde as pessoas já morassem, aproveitando-se, sempre que possível, as estruturas preexistentes. A manutenção das populações nos seus locais de residência – ponto de reivindicações constantes dos moradores pobres do país, especialmente após o 25 de Abril – era uma premissa essencial do SAAL.

Contrariando a lógica de valorização fundiária da maioria dos projetos de iniciativa privada, o SAAL toma como ponto de partida para as suas operações a renovação das áreas degradadas (Ibid., 1986). Quando não fosse possível o aproveitamento das casas ou construção de outras novas no terreno original, a operação deveria prever outra localização bem próxima de onde as pessoas residissem, preferencialmente, no bairro de origem.

O SAAL diferenciava-se das políticas precedentes de construção habitacional no país pela celeridade pretendida e por visar, além da erradicação de casas sem condições mínimas de moradia, o combate à especulação urbana (BANDEIRINHA, 2007). A apropriação de locais considerados valiosos pelas camadas populares que estavam ali radicadas de forma marginal impedia a realização de operações de especulação que deslocassem as populações para as áreas periféricas da cidade. Tratava-se de reconhecer o direito à permanência das pessoas onde elas já habitavam, embora em más condições, mas em áreas que lhes serviam e às quais já estavam vinculadas (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976).

Entretanto, não se descartava a ideia de que, sendo do desejo de todos, as operações fossem construídas em outro local que melhor servisse à população. “Nossa ideia é que as pessoas não se deslocassem. A não ser que as populações quisessem se deslocar. (...) se tiver um terreno bom em outro sitio e eles quiserem ir, que antes não estava disponível e por isso é que não foram para lá (...) são eles que decidem. *Empowerment!*” (PORTAS, 2012).

O direito ao lugar era a palavra de ordem fundamental: as intervenções deveriam estar localizadas nos terrenos originais ou muito próximas aos mesmos. Além disso, era de fundamental importância estabelecer uma ligação entre cada programa de habitação e as situações urbanas específicas com o objetivo de que as soluções levassem em conta a reabilitação do parque imobiliário, a maximização das infraestruturas existentes, as condições ambientais e a estabilidade dos utilizadores (COSTA, 2012).

A permanência dos moradores das áreas pobres no seu local de origem também vinha sendo discutida no âmbito internacional, desde os anos 1950. No contexto francês, por exemplo, havia uma crítica generalizada em relação aos *Grands Ensembles* de Paris, construídos entre os anos 1950 e 1970, que abrigavam moradores pobres expulsos dos centros urbanos sob o pretexto de salubridade e valorização do patrimônio edificado dessas áreas.

Apresentando-se como uma solução oposta às propostas de renovação urbana que excluía as populações de baixa renda das áreas centrais das cidades, o plano nacional italiano para habitação destinada aos trabalhadores – INA-Casa, gera uma extensa produção arquitetônica e urbanística que veio conformar as cidades italianas periféricas privilegiando a inserção das habitações nos tecidos históricos, a manutenção da especificidade cultural das comunidades que eram realojadas e a própria identidade cultural da imagem arquitetônica. No INA-Casa havia uma predisposição normativa para a integração local, não só urbana e topográfica, mas

também de ordem cultural, adequando o tipo de habitação aos hábitos e às especificidades dos seus moradores.

Diante de um contexto internacional em que a questão da moradia vinha à tona, em Portugal, o ano de 1969 foi marcado pelo Colóquio Sobre Política da Habitação, promovido pelo Ministério de Obras Públicas, cujos trabalhos decorreram no Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC. O objetivo deste Colóquio foi o estabelecimento de um conjunto de medidas que pudessem erigir uma estratégia integrada para a resolução dos problemas que giravam em torno da habitação, da construção civil e da promoção imobiliária. Na ocasião, cita-se John Turner e Charles Abrams, na medida em que eles associam a melhoria da habitação a um conjunto de condições, como a proximidade e estabilidade do trabalho, possibilidade de construir ou adquirir habitação em situação de estabilidade física e legal, acesso fácil aos empregos, escola, e outros equipamentos, seja pela proximidade ou eficiência dos sistemas de transportes públicos. Também deveria ser prevista “a possibilidade de melhorar as condições da habitação de acordo com a prosperidade econômica ou com a mudança de hábitos socioculturais” (BANDEIRINHA, 2007, p.72).

O documento resultante desse colóquio apontou algumas sugestões que tiveram desdobramentos nos projetos de habitação para aqueles que não possuíam rendimentos regulares para o pagamento de um aluguel mínimo. Os projetos habitacionais destinados a essas pessoas deveriam estar fundamentados nos seguintes princípios e ações (Ibid., 2007): a. Garantia da permanência dos habitantes no local de origem, valorizando-se a infraestrutura do bairro e a integração dos habitantes no tecido urbano; b. Localização do bairro junto aos locais de trabalho dos moradores, garantindo a sua ocupação e valorizando o desenvolvimento das suas qualificações profissionais; c. Melhoria progressiva das condições de habitabilidade do bairro, baseada diretamente na mão de obra dos habitantes ou na sua iniciativa e capacidade de associação – de todas as formas, o Estado deveria fornecer ajuda técnica e financeira às populações. O texto do Colóquio condenava qualquer tipo de operação de renovação urbana que obrigasse o desalojamento compulsivo dos habitantes para áreas mais periféricas. Esses princípios influenciaram de forma decisiva a formulação do programa SAAL.

Ao longo do processo SAAL, compreendeu-se que a questão da habitação não se restringia apenas ao habitar, mas trazia também outras necessidades, como creches, escolas primárias,

equipamentos desportivos, de saúde, frequentemente solicitados pelos moradores participantes das operações SAAL. Devido ao fato de normalmente servirem a mais de uma associação, a construção de tais equipamentos forçaria a negociação entre os moradores de associações vizinhas para estabelecerem juntos quais deles seriam construídos e onde eles estariam localizados. “Isto, estendendo-se à cidade toda, tínhamos uma cidade inteira desenhada com a participação das pessoas.” (COSTA, 2012). Segundo o depoimento do arquiteto Álvaro Siza ao filme *As Operações SAAL*:

“O problema já não era mais este bairro ou aquele, mas era a cidade. E portanto, começa-se a se considerar o papel dos equipamentos, como é que os equipamentos urbanos não eram uma coisa só para um bairro, mas eram a ligação entre esses grupos organizados das associações de moradores” (SIZA, 2007).

Em entrevista à autora, Alexandre Alves Costa (2012) afirma que a grande relevância do SAAL não foi apenas levantar a questão da habitação, mas também o problema da própria cidade e do Planejamento Urbano. Anuncia-se assim uma mudança no processo convencional do planejamento urbano de partir do geral para o particular, estabelecendo-se um fluxo de informações no sentido contrário, apoiado pela base da comunidade e começando pela análise e intervenções locais.

“(...) Normalmente os arquitetos fazem os planos de cima para baixo. Um plano participado é um plano que vem de baixo para cima, vem do particular para o geral (...). Portanto, aqui é um processo do particular para o geral (...) uma teoria sobre a possibilidade de fazer um chamado Plano Participado (...) a participação dos moradores que se limitava à questão da habitação (...) em determinado momento ganhou uma importância tal (...) que quase toda a cidade estava em causa” (COSTA, 2012).

Uma vez que os locais em que os moradores se encontravam normalmente estavam saturados e, portanto, era preciso buscar outros terrenos complementares públicos ou de particulares passíveis de desapropriação, arriscava-se a provocar conflitos institucionais nos casos de não conformidade com os planos existentes. Verificam-se, inclusive, numerosas reivindicações em relação à localização das novas habitações onde o plano em vigor previa outras funções (FERREIRA, 1987). Foi nesse ponto onde o Processo encontrou o maior entrave para a continuação dos trabalhos.

2.7 O CORPO “ESTRANHO”

“As zonas de influencia de cada associação começavam a tocar-se. A necessidade de acordos foi pretexto para a elaboração de programas mais gerais, caminhando do bairro para a zona, da zona para a cidade, acompanhados por uma complexidade crescente na organização dos moradores, dos serviços de coordenação e, estranhamente, por um entendimento alargado entre os arquitetos intervenientes” (COSTA, 2012).

Enquanto os pedidos de intervenção se multiplicavam por todo o território da cidade a partir de situações reais e com base em propostas viáveis, foram-se construindo projetos que representavam a concretização dos efeitos dos movimentos urbanos, transformando as lutas dos moradores dos bairros degradados em vitórias. Ao mesmo tempo em que mantém uma relação não conflituosa com os movimentos urbanos, oferecendo um encaminhamento legal às reivindicações das massas, o SAAL, enquanto governo, configura-se, pouco a pouco, como uma parcela do Estado que canaliza, contra ele próprio, as aspirações populares (COSTA, 1978). “Já não se sabia mais onde acabava o movimento social e começava a intervenção do próprio estado e vice-versa. Não se sabia até que ponto o Estado estava a incentivar, consciente ou inconscientemente, certas manifestações sociais” (FERREIRA, 2007).

Os conflitos gerados pelas diferenças conceituais entre as intervenções no território do SAAL e o projeto das autarquias locais fazem dele um corpo estranho a ser expulso do governo, como o próprio Alexandre Alves Costa relata em entrevista no filme *As Operações SAAL*: “(...) É evidente. Qual o conflito que existia? Conflito primeiro: com a Câmara Municipal. Isso no fundo era uma espécie de estrutura alternativa. Era uma espécie de se estar contra a Câmara Municipal²⁰” (COSTA, 2007).

Especialmente no Porto, os arquitetos, ao tentarem resolver a cidade com outra lógica, definindo novas alternativas num caminho de um projeto global com uma nova cultura sem destruir a cidade pela especulação, passaram a perceber claramente o Plano Diretor como uma barreira aos seus propósitos.

“Portanto, muito rapidamente o SAAL ultrapassou (e aí começou a haver problemas complicados), porque começamos a ver que aqui existiam terrenos onde estavam ilhas, onde estavam edifícios, onde estavam parques de estacionamento, mas esses terrenos eram privados. E era preciso expropriá-los. Para resolver o problema da habitação era preciso expropriá-los. E quando se tratava de construir uma escola, era

²⁰ Depoimento de Alexandre Alves Costa, coordenador do SAAL Norte, no filme *Operações SAAL* (2007).

preciso expropriar um terreno que era privado. Portanto, começou a haver aqui um choque de interesses” (COSTA, 2012).

Segundo Ferreira (1987), a neutralização do SAAL constituía na época, uma peça fundamental para a estratégia governamental de inflexão da política habitacional que se deu nos anos anteriores. Pelos seus objetivos (habitação para um público insolvente) pelas características do processo (participação da população e intervenção do Estado) e pelas áreas urbanas que contemplava (terrenos valorizados nos centros urbanos), o SAAL não tinha mais espaço no período de declínio do processo revolucionário e estabilização política iniciado a partir de 1976.

O Despacho Ministerial conjunto do Ministério da Administração Interna – MAI e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção - MHUC, publicado no Diário da República em 28 de outubro de 1976 (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976), foi o instrumento de liquidação do SAAL, configurando-se como o retrato do choque entre as administrações locais e o SAAL. Os obstáculos criados ao desenvolvimento do processo pela burocracia dos serviços das Câmaras eram motivos de críticas dos diversos agentes envolvidos no SAAL (FERREIRA, 1987).

O referido Despacho tinha por objetivo transferir para as autarquias locais a iniciativa e a responsabilidade na recuperação das zonas degradadas, que poderiam manter as Brigadas Técnicas se houvesse interesse e se fosse conveniente. Entretanto, as Brigadas agora deveriam se submeter aos novos planos de reconversão e não mais teriam a liberdade de trabalhar em conjunto com as associações para a escolha dos terrenos de intervenção, por exemplo. Segundo Alexandre Alves Costa (2007a), sabia-se que quando o SAAL passasse para o controle das autarquias, significaria a sua liquidação.

Entre a data em que o Serviço foi criado e outubro de 1976, apura-se, em todo o país 131 associações legalizadas, 170 operações iniciadas, mais de 40.000 famílias envolvidas, aproximadamente 4.000 projetos (habitação) concluídos e 2.259 habitações em construção (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976).

3 ESPECIFICIDADES DO SAAL NA CIDADE DO PORTO: TRÊS QUESTÕES A CONSIDERAR

“O Porto é uma situação bastante particular em relação ao restante do país e por isso o SAAL teve uma característica aqui muito diferente do resto do país e eu acho que deve ser analisado com critérios um pouco diferentes (...) portanto, havia o SAAL Norte, o SAAL Algarve, o SAAL Lisboa e Setúbal” (COSTA, 2007).

Em se tratando de um serviço de assistência técnica para atender as solicitações formuladas pelas populações que viviam em más condições de habitação, o caráter experimental da experiência SAAL fez com que se conhecesse no espaço e no tempo diferentes formas para o desenvolvimento de suas operações. Embora mantendo a sua essência, as experiências foram sendo desencadeadas de acordo com as especificidades de cada situação e por isso o SAAL não surgiu da mesma forma no Norte, no Sul e no Centro do País.

As circunstâncias que envolveram a elaboração dos projetos SAAL em Portugal pesaram de modos desiguais em cada uma das operações, variando segundo fatores também muito diversos, como: composição das brigadas; a experiência anterior dos arquitetos responsáveis pelas operações; a mobilização dos moradores; o tipo de relação com as populações; oscilações políticas; o contexto físico dos lugares; as motivações dos arquitetos e mesmo o seu grau de envolvimento e de militância perante as frentes de luta que emergiram no período revolucionário (BANDEIRINHA, 2007). De acordo com as suas características sociais e culturais, os próprios moradores, individualmente ou através das suas organizações, também assumiram um papel participativo com maior ou menor entusiasmo.

Conforme as hipóteses apresentadas na introdução desta investigação, o presente capítulo visa colaborar para a verificação do *status* de referência dado às operações SAAL no Porto, buscando discutir três situações contextuais consideradas relevantes para o desenrolar das suas operações: (a) As precárias condições de moradia em que vivia boa parte dos estratos sociais mais carentes do Porto; (b) O envolvimento das populações na luta pela moradia digna após o 25 de Abril; (c) A participação dos membros da ESBAP nas Brigadas Técnicas do SAAL/Norte.

3.1 O CONTEXTO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO PORTO: OS SUBALUGAS, AS ILHAS E OS BAIROS CAMARÁRIOS

“A habitação tradicional no Porto é constituída por alinhamentos de casas à face da rua. A ilha consiste no aproveitamento do quintal. Faz-se uma espécie de túnel que atravessa o prédio e a partir das traseiras vai construir uma série de casinhas. E então aluga essas casas que tem uma porta e uma janela. Isso começou a aparecer no final do século XVIII” (TAVARES, 2007).

Dentro do contexto português, o problema da falta de habitação para a população de baixa renda surge como consequência da Revolução Industrial. Já no final do século XIX, os principais centros urbanos, como Lisboa e Porto, não tinham capacidade para alojar os novos habitantes que se somaram à população já existente. Os bairros mais antigos, mais centrais, que passavam a ser ocupados por indústrias e pequenas fábricas, acabaram por receber também a classe trabalhadora que superlotou os edifícios antigos nos centros históricos das cidades.

Particularmente no Porto, a industrialização, o aumento populacional e a renovação urbanística empreendida, fizeram com que se acentuassem as diferenças sociais nos espaços da cidade e o desequilíbrio entre a oferta de habitação e as necessidades crescentes. Os trabalhadores, sem poder de barganha, eram obrigados a aceitar soluções deficientes criadas para atender a demanda dessa nova classe operária. É nesse período que se expandem os edifícios superlotados, as ilhas do Porto e que surgem os bairros camarários²¹ (SANTOS, 2004).

3.1.1 AS “COLMEIAS HUMANAS”: SUPERLOTAÇÃO NO CENTRO DA CIDADE

Durante meados do século XX a habitação tinha-se tornado um problema mundial. Charles Abrams (1984), ao realizar um levantamento da política de habitação no mundo constata que a raiz do problema estava no aumento da população nas cidades e a falta de alojamentos adequados à procura, o que provocava incontroláveis ações de ocupação espontânea. No Porto, a ausência de instrumentos reguladores aliada à procura intensa por habitação de baixo custo deu origem a negócios de sublocação problemáticos que

²¹ Os bairros camarários referem-se às habitações sociais promovidas com recursos nacionais municipais.

determinavam condições miseráveis de alojamento. A casa de classe média urbana²² de dois pavimentos, construída para uma única família, com sala nobre no primeiro andar e cozinha na parte posterior do último piso, passou a ser adaptada à habitação de aluguel por pavimento, depois para a sublocação sala a sala até atingir os extremos de superlotação. Esses edifícios se transformam em verdadeiras “colmeias humanas” – termo comumente utilizado – a partir da locação de pisos ou setorização dos mesmos por meio de divisórias improvisadas para alojar de três a quatro famílias em cada compartimento (TAVARES, 1985).

Nesse mercado, cujos principais operadores eram conhecidos como *subalugas*, havia uma relação de subserviência dos inquilinos completamente anômala. Para os trabalhadores recém-chegados, mesmo sob as péssimas condições de alojamento, o preço do aluguel e a proximidade ao local de trabalho compensavam os inconvenientes e os custos de deslocamento.

Além da via da sobrecarga de utilização dos prédios existentes nas zonas centrais, a cidade encontra outra forma de habitação por meio de uma tipologia singular: as “ilhas” do Porto, que começaram a aparecer quando os edifícios das zonas centrais já estavam saturados e quando a crescente imigração exigiu outra saída para abrigar os novos trabalhadores.

Sem apresentar qualquer relação formal com os tipos de habitação já existentes, a tipologia da ilha – na sua forma mais simples constituída por uma fiada de pequenas casas adjacentes com apenas um pavimento no interior dos quarteirões – é o resultado de um crescimento especulativo dos fundos dos lotes das casas burguesas, constituindo uma expansão de habitação popular para dentro dos quarteirões de classe média (TEIXEIRA, 1995).

A construção das ilhas foi iniciada, primeiramente, na zona oriental da cidade, distribuindo-se, posteriormente, por toda a área urbana central. Segundo Teixeira (1995), a maior parte das ilhas estava concentrada nas freguesias de Santo Ildefonso, Bonfim, Campanhã, Paranhos e Cedofeita, onde se localizavam cerca de 775 ilhas (Figura 4).

Entretanto, as concentrações mais importantes de ilhas registravam-se na zona ocidental da cidade, nos quarteirões delimitados pela Rua do Campo Pequeno, Rua da Torrinha, Rua do

²² As casas de classe média construídas de maneira conjugada contribuíram profundamente para a caracterização urbana do Porto, marcando a identidade da cidade.

Breiner, Rua do Príncipe e Rua do Triunfo e pelas transversais, Rua do Pombal e Rua do Rosário. Em seus estudos, o autor destaca que as zonas de maior concentração de ilhas estavam próximas às principais áreas industriais:

“Considera-se três grandes concentrações de ilhas no Porto: a. a área ligada à zona industrial do Bonfim e Campanhã, com os núcleos de ilhas de Campanhã, Antas e Póvoa e, mais perto do centro da cidade, as importantes áreas de ilhas de S. Vítor, Heroísmo e Lomba. Esta área estava principalmente associada à indústria de tecelagem de algodão, situando-se a maior parte das fábricas ao longo da Rua do Bonfim e da Rua de S. Roque da Lameira, e outras na Rua de S. Vítor e na Rua do Heroísmo. Era também nesta área que se localizava a fábrica de Tabaco do Porto (...) outra importante concentração de ilhas era a área de Lordelo e Massarelos, sendo as ilhas de Arrábida, Massarelos, Bairro do Vilar e Bairro da Parceria as de maior relevo. Esta área também estava associada à indústria de tecelagem, que se implantara principalmente na Rua da Piedade e na Rua da Torrinha. (...) A área central de expansão da cidade para o norte tinha os principais núcleos de ilhas localizados na Bouça, Lapa, Leal e Rua da Duqueza de Bragança. Lá havia indústrias de fição e tecelagem de algodão, localizadas predominantemente na rua da Boa Vista e na Rua de Cedofeita, no limite entre esta e a zona anterior, e na Rua do Bonjardim e Rua de Costa Cabral. Também notáveis eram as fundições do Bolhão e de Fradelos, a fábrica de tabaco Lealdade, na Rua de Costa Cabral, e as numerosas serralharias nesta zona central em torno das ruas do Almada, de Camões e Bonjardim (...)”. (TEIXEIRA, 1995, p.176).

Figura 4. Mapa da cidade do Porto. Distribuição das ilhas por freguesias em 1940.



Fonte: Câmara Municipal do Porto, Plano de Salubridade das Ilhas, 1956.

No período de maior crescimento urbano do Porto – entre 1878 e 1890 – foram construídas nas ilhas mais de cinco mil habitações, o que correspondia à metade do número total de moradias nas ilhas no início do século XX. A expansão das ilhas desencadeou uma queda na procura por habitação de classe média em algumas áreas centrais cidade. Na realidade, a consolidação das ilhas no interior dos quarteirões urbanos e a superlotação dos edifícios nas áreas urbanas centrais motivaram a queda no preço das edificações no centro urbano do Porto, com diminuição dos investimentos e a consequente deterioração das mesmas (TAVARES, 1985). As áreas mais antigas, como as freguesias de Santo Ildefonso, Cedofeita e Massarelos, que constituíram o primeiro anel de expansão do Porto na primeira metade do século XIX, por exemplo, foram sofrendo um progressivo abandono pela classe média, sendo ocupadas por grupos sociais mais pobres.

Enquanto se construíam novas residências para a classe média na periferia da cidade, as áreas centrais foram se degradando de modo substancial. As ilhas construídas nas áreas urbanas deterioradas tornaram-se os protótipos formais da maior parte daquelas que foram construídas em sequencia. Entretanto, vale ressaltar que, de uma forma geral, as ilhas não se localizaram em nenhuma das ruas principais construídas na cidade após 1865. Estas ruas novas foram destinadas à moradia da classe média.

3.1.2 AS ILHAS DO PORTO: ORGANIZAÇÃO ESPACIAL, CONDIÇÕES DE MORADIA E PERFIL DA POPULAÇÃO.

Os fatores espaciais da cidade foram decisivos para a construção das ilhas. O desenvolvimento urbano do século XIX, com um parcelamento regular do solo em lotes estreitos e compridos – com frentes de 5,5 e 6,0 metros²³ –, com habitação de classe média à face da rua e cerca de 70 a 100 metros de fundos de terreno vagos, condicionaram a forma do agrupamento das habitações nas ilhas, cuja construção se tornou objeto de atividades especulativas da classe média baixa do Porto (TEIXEIRA, 1995).

²³ A largura de 5,5m a 6,0m para o lote urbano foi adotada para os novos desenvolvimentos urbanos do Porto ao longo do século XIX. Tal dimensão se adequava à tecnologia de construção da época, uma vez que correspondia ao vão máximo de uma viga de madeira sustentada por paredes mestras construídas nas duas extremidades laterais dos lotes. Essa dimensão aumentava o número de edifícios construídos à frente da rua ao mesmo tempo em que diminuía os custos de urbanização por unidade habitacional (TEIXEIRA, 1995).

A maioria dos seus “empreendedores” eram os próprios donos e ocupantes das casas em cujos quintais se construía essa alternativa habitacional. Boa parte deles eram pessoas com recursos limitados: pequenos industriais e comerciantes que aplicavam as suas poupanças na construção de moradias para os trabalhadores. “No monte das Antas, entre os foreiros de lotes individuais onde, mais tarde, viriam a ser construídas ilhas, contavam-se lojistas, alfaiates, sapateiros, carpinteiros e pedreiros” (Ibid., 1995, p.149).

Os investimentos, sempre de pequena escala, só lhes possibilitavam a construção de habitações mínimas e de baixa qualidade. Os custos de construção eram mantidos a um nível mínimo pela pequena dimensão das casas, pela baixa qualidade construtiva e pelo próprio agrupamento das casas nas ilhas, em que cada uma delas tinha uma única parede livre.

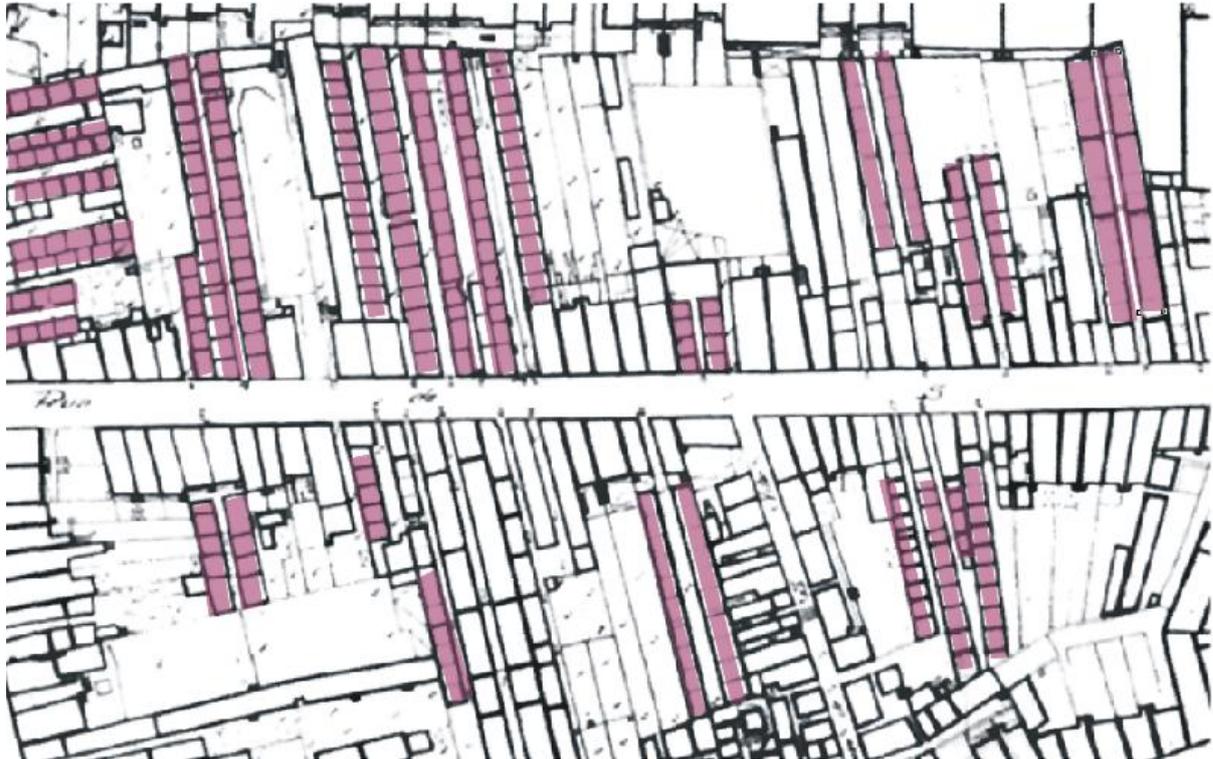
“(…) a racionalidade da “ilha” (...) é antes o resultado de um processo especulativo de aproveitamento máximo do espaço, em função de um menor investimento e para um máximo retorno. É uma forma de racionalismo, mas assenta numa ideia de espaço-mínimo levada ao limite do habitável, numa maximização do parcelamento do espaço realizada com o rendimento como única preocupação” (FERNANDES, 2010, p.475).

O tipo básico da ilha é constituído por filas de pequenas casas de um só pavimento, construídas ao longo de todo o comprimento do terreno, cujas portas abriam para os corredores de acesso – que não excediam 1,5 a 2,0 metros de largura –, dispostos longitudinalmente aos quintais das casas burguesas e pelo qual também se chegava a um conjunto de latrinas ao fundo da ilha, comuns a todos os seus habitantes. Formando associações lineares perpendiculares à rua de acesso, os conjuntos de casas mínimas adjacentes com pequenas extensões de frente – garantindo a economia com as dispendiosas paredes exteriores – e com acesso à rua por meio de estreitos corredores nos fundos das casas, permitiam o aproveitamento máximo dos lotes profundos, conforme pode ser visto na Figura 5.

As ilhas poderiam ser compostas por uma fila única de casas, quando eram construídas num só lote, ou filas adjacentes de casas quando eram construídas em mais de um lote. Nos casos em que as ilhas eram construídas em dois lotes, as casas ficavam dispostas em lados opostos do terreno e se voltavam para um corredor central (Figura 6). A junção de dois lotes permitia reservar uma área maior para os corredores de acesso, que poderiam chegar a quatro metros de largura. Em qualquer das opções, a maioria das casas dispunha de apenas uma parede livre – a fachada frontal. Mesmo quando a ilha era construída em lotes maiores, a solução mais

usual continuava a ser a do alinhamento de casas adjacentes com paredes de fundos comuns. Vários foram os desenvolvimentos das ilhas, mas a sua forma básica permaneceu inalterada (TEIXEIRA, 1995).

Figura 5. Em destaque, exemplos de tipos de ilhas no interior do lote urbano. Rua de S. Victor, Porto.

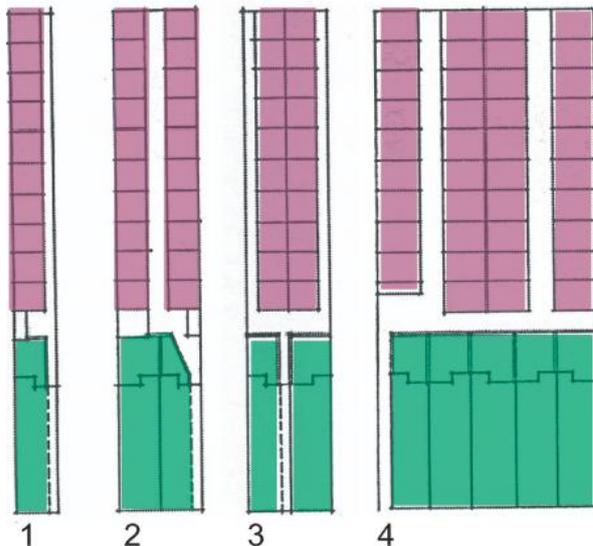


Fonte: TEIXEIRA, 1995.

A organização espacial do térreo das habitações burguesas construídas na frente dos lotes facilitava a construção dos corredores de acesso às ilhas: a porta da frente abria para um corredor lateral à casa, que dava acesso tanto às divisões internas da habitação quanto para o seu quintal. Ao serem construídas na parte traseira dos lotes dessas edificações, o acesso às ilhas era feito por esse corredor (Figura 7).

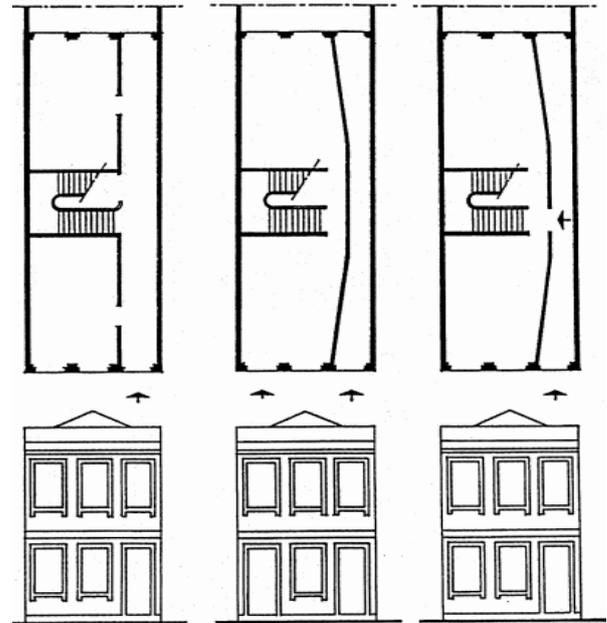
Quando a ilha e a casa de classe média eram construídas em simultâneo, duas portas na fachada – uma para a casa e outra para a ilha – já eram contempladas nos projetos. A entrada para a ilha era formalmente disfarçada na composição da fachada. Quando a construção das ilhas era posterior à da casa burguesa, abria-se outra porta na fachada para que esta pudesse ser conectada diretamente à rua ou instalava-se uma segunda porta no fundo desse corredor para acessar os fundos do terreno.

Figura 6. Principais tipos de ilhas: 1. Ilha construída em um único lote; 2. Ilha construída em dois lotes com um corredor central; 3. Ilha construída em dois lotes com corredores laterais; 4. Ilha construída nos fundos de vários lotes. Na cor verde, as casas burguesas na frente do lote, e na cor lilás, destaque para as casas das ilhas.



Fonte: TEIXEIRA, 1995.

Figura 7. Da esquerda para a direita: a. vista e planta de habitação de classe média sem ilha no fundo do lote, com acesso à casa pelo corredor lateral; b. vista e planta de casa com abertura de uma segunda porta à face da rua, com acessos independentes para a casa e para a ilha; c. vista e planta de casa com acesso único ao lote, separando-se as entradas para a casa e para a ilha por meio de corredor lateral.



Fonte: TEIXEIRA, 1995.

Nos casos em que a casa de classe média não ocupava toda a frente do lote, o acesso às ilhas era feito por uma passagem descoberta, ao lado do edifício da frente, não medindo mais do que 1,0m de largura (Figura 8 e Figura 9). É possível ainda encontrar casos em que, na ausência do edifício à face da rua, a ilha ocupa todo o lote, cuja fachada é constituída por uma simples parede com uma portada de acesso às ilhas (Figura 10).

O maior aproveitamento do terreno levou a construção de habitações mínimas nas ilhas, que raramente excediam os 16m² – em alguns casos, chegava a apenas 9m² – com a frente da casa medindo, normalmente, quatro metros. Segundo Manuel Teixeira (1996), o interior normalmente era composto por uma sala (4,0m x 2,5m) que servia também de quarto, uma pequena alcova (2,5m x 1,5m) e uma pequena cozinha (1,5m x 1,5m) (Figura 11 a Figura 13). Raras eram as casas com um maior número de divisões. Apesar do pé-direito baixo – o ponto mais baixo do telhado chegava a 2,0m e cumeeira de 2,5m de altura –, em alguns casos, improvisava-se um pequeno quarto no sótão, cujo volume não excedia os 30m³.

Figura 8. Acesso à ilha por meio de corredor lateral sem cobertura, ao lado da casa de classe média. Bairro da Lapa, Porto.



Foto: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 9. Vista interna de ilha no Bairro da Lapa, Porto.



Foto: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 10. Portada de acesso à ilha ocupando o interior do quarteirão. Ausência de casa burguesa à frente do lote. Bairro das Antas, Porto.

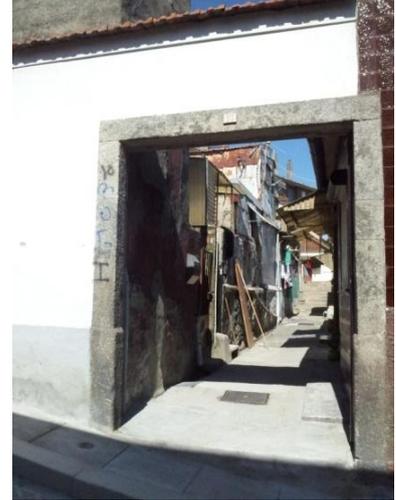
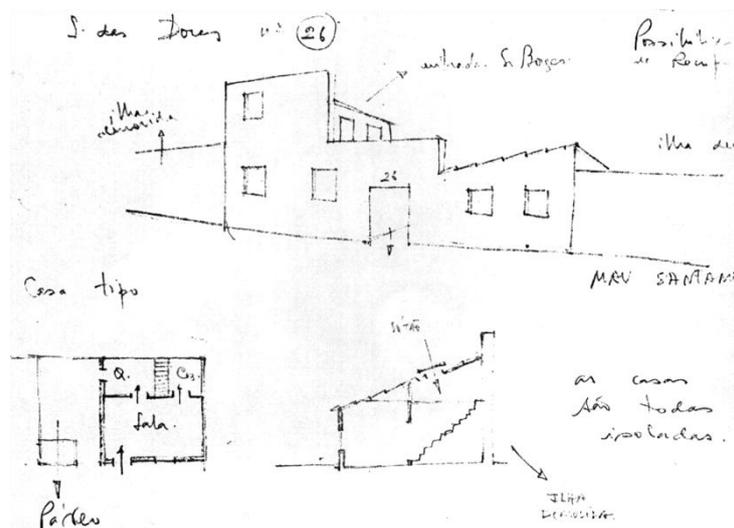


Foto: Rafaela Cavalcanti, 2012.

As janelas das casas eram muito pequenas, não havia forro no teto, as paredes eram de pedra e as divisórias internas de madeira, sem isolamento entre os cômodos, pois normalmente não havia porta ou as paredes não chegavam até o teto. Não havia banheiro dentro das casas, mas banheiros comunitários localizados nos fundos das ilhas – em média havia uma bacia sanitária para cada cinco casas.

Figura 11. Croqui da entrada para uma ilha na Rua Senhora das Dores, a partir da rua, e do interior de uma casa tipo na mesma ilha, composta por sala, quarto e cozinha e um sótão. Levantamento pela Brigada Técnica do SAAL S. Vítor na década de 1970.



Fonte: Arquivo Distrital do Porto, 1975?.

As condições de insalubridade nas ilhas eram agravadas pela ausência de ventilação cruzada dentro das casas e pela alta taxa de umidade do ar que caracteriza o clima da cidade (TEIXEIRA 1995). Estas características foram descritas pelos próprios moradores, como publicado pelos moradores das Antas:

“As condições de habitação da maior parte dos moradores das Antas são desumanas e degradantes, como as da maioria dos trabalhadores portugueses. Alguns exemplos, por todos bem conhecidos e sentidos, são a falta de espaço nas casas, que não medem mais de 4 ou 5m na maior parte dos casos, quando, na casa dos ricos só uma sala mede isso; o mau estado de conservação, principalmente dos telhados que deixam entrar o frio, a chuva, a bicharada; a falta de saneamento, os lamaçais nos pátios e nos corredores; e tantos outros problemas que não permitem levar uma vida descente” (EDITORIAL, 1974, p.1).

De uma maneira geral, as condições de habitação nas ilhas eram péssimas: casas pequenas, deficientemente construídas e insalubres, com um agravante de muitas delas estarem superlotadas. No seu Boletim n.5, a Associação de Moradores de Massarelos divulga, em 1975, que naquele bairro viviam mais de 3mil pessoas distribuídas em 880 habitações e complementa: “Daqui conclui-se imediatamente que há mais famílias que fogos²⁴. (...) em 98 casos há duas famílias a viver em um único fogo e há até 7 casos em que vivem 3 famílias em um único fogo”.

Figura 12. Conjunto de casas no interior de uma ilha no Bairro das Antas s/d, Porto.



Fonte: Arquivo Distrital do Porto, s/d.

Figura 13. Interior doméstico de uma ilha no Bairro das Antas, s/d, Porto.



Fonte: Arquivo Distrital do Porto, s/d.

²⁴ Unidade habitacional.

A arquiteta Anni Gunther, participante da operação SAAL na zona da Bouça, e os moradores da zona de S. Victor também reforçam as condições de moradia das ilhas em seus respectivos relatos:

“Quando nós andávamos a fazer ali os Inquéritos não eram só as casas que eram pequenas, era a quantidade de gente que lá estava que era enorme. Havia casas em que tinha 12 pessoas a viver em 5,0 X 5,0m. As casas de ilhas têm em geral 5,0 X 5,0 m. Viviam por turnos (...) à noite aquilo transformava-se tudo em uma camarata múltipla (...)” (GUNTHER, 2012).

“Vivemos, onde o número de pessoas por metro quadrado é bastante elevado, tornando-se a casa uma autêntica lata de sardinhas, que dá lugar a pais e filhos das mais diversas idades, dormirem todos juntos dentro do mesmo quarto. (...) a maior parte das vezes, as descargas dos excrementos são feitas nos terrenos resultantes das demolições de ilhas, sendo estes utilizados pelos mais pequenos, para brincarem, dado que são os únicos espaços livres. Onde as casas estão podres e a cair, (...) a umidade e a chuva escorrem pelas paredes abaixo, o assoalho na maior parte dos casos encontra-se podre. As casas neste estado são autênticos abrigos de ratos e percevejos” (AO FUNDO..., 1975, p. 7).

A composição e dimensão do agregado familiar das ilhas eram bastante variados, desde pessoas que viviam sozinhas ou mães com um a três filhos, casais sem filhos, casais com um ou mais filhos, várias gerações de parentes juntas e até mesmo famílias diferentes morando numa mesma casa. Segundo relatório apresentado pela Brigada Técnica do SAAL do bairro do Vilar, por exemplo, a dimensão média da família naquela região era de 3,6 pessoas. No entanto, 38,4% das famílias possuíam um ou mais agregados na sua composição.

Os trabalhadores industriais constituíam 68% da população ativa das ilhas. Destaca-se também a grande presença de tecelões e de numerosos carpinteiros, serralheiros, pedreiros e chapeleiros. Outras funções dos habitantes das ilhas estavam relacionadas a empregos domésticos que ocupavam cerca de 8% da população ativa e atividades não produtivas, como policiais, soldados e bombeiros (20%). Os empregados do setor comercial formavam os 4% restantes da população ativa (TEIXEIRA, 1995).

Sobre a participação das mulheres na população ativa das ilhas, toma-se por exemplo o bairro da Maceda-Acácio, onde o levantamento realizado em agosto de 1974 pela brigada técnica do SAAL informa que 58% das mulheres trabalhavam e destas, 66% eram operárias. Quase todas as mulheres que eram domésticas ou costureiras estavam numa faixa etária acima dos 40 anos. Algumas delas cultivavam também uma pequena horta para vender os produtos diretamente aos vizinhos ou vendiam, numa parte do dia, hortaliças, louças e outros bens fora do bairro.

É possível ter uma noção do nível de escolaridade dos habitantes das ilhas por meio das informações também contidas nos relatórios do Vilar e de Maceda-Acácio, já referidos. Esse último aponta que o analfabetismo predominava nas pessoas com idade superior a 40 anos, que a maioria dos habitantes do bairro estudou até a 4ª classe e que muitos dos jovens menores de 21 anos já haviam começado a trabalhar antes de terminarem a 4ª série. Já no bairro do Vilar, 20,6% da população era composta por analfabetos (dos quais, 9,85% sabia ler, porém, sem possuir grau oficial de instrução) e que as mulheres constituíam 79,5% do total de analfabetos.

Embora a localização das ilhas no interior dos quarteirões provocasse uma clara segregação física das mesmas em relação ao restante da malha urbana da cidade – praticamente invisíveis das ruas –, os seus moradores impregnavam o centro do Porto: a vida da cidade era permeada por eles. A face visível da cidade burguesa escondia esse extrato de cidade que poderia ser considerado como o “subconsciente” do Porto, pois embora “invisíveis”, as ilhas eram sentidas no cotidiano da cidade (TEIXEIRA, 1995:424).

As famosas ilhas do Porto não mostraram sinais de melhoramento ao longo da sua história, embora o reconhecimento da importância do seu problema sob o ponto de vista moral, social e político tenha gerado um processo contínuo de tentativas para a sua erradicação.

3.1.3 SOBRE OS BAIRROS CAMARÁRIOS

Em 1956, deu-se início a mais vasta iniciativa de construção de habitação social, com o *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto*, publicado pelo Ministério de Obras Públicas – Decreto lei nº 40.616, de 28 de maio de 1956. No seu artigo 1º, este Decreto-Lei informa que a Câmara Municipal passaria a executar um plano de empreendimentos visando à satisfação de exigências fundamentais em matéria de habitação e urbanismo. Previa-se a construção de 6.000 habitações de baixo custo ao longo de 10 anos – a contar de 1 de janeiro de 1957 – destinadas a famílias “deficientemente alojadas em ilhas e outros bairros insalubres existentes na cidade”. Segundo Rodrigues (1997) o *Plano de Melhoramentos* oficializou um anterior, chamado *Plano de Salubridade das Ilhas do Porto*, apresentado ao Governo, neste mesmo ano, pela Câmara Municipal do Porto.

As habitações construídas ao abrigo do Plano de Melhoramentos deveriam ser aprovadas pelo Ministério de Obras Públicas e obedecer a rigorosas condições de economia “*inerentes ao objetivo de modicidade das rendas*”. Portanto, os materiais e processos construtivos escolhidos deveriam assegurar a maior economia compatível com as condições mínimas regulamentares de segurança e salubridade, além de serem de fácil conservação.

O Decreto-Lei também previu a “*criação de zonas de expansão (...) para o descongestionamento das zonas centrais da cidade*” e “*remodelação urbanística das áreas ocupadas pelas ilhas e outros bairros insalubres a suprimir*”. Tal resolução implicou na demolição de grande parte das ilhas do centro da cidade (Figura 14), forçando o deslocamento dos seus habitantes, tradicionalmente acostumados à vida no centro do Porto, para casas construídas em zonas periféricas, longe da sua morada de origem. Entre 1956 e 1966 foram construídas mais de 6.000 moradias em treze bairros da cidade, os chamados “Bairros Camarários”, todas elas distantes dos locais de origem das populações realojadas, à exceção de apenas dois conjuntos habitacionais erguidos em áreas centrais: um no Bom Sucesso e outro em Fernão de Magalhães, este último situado em zona de ilhas (BANDEIRINHA, 2001).

Figura 14. Demolição de Ilha em interior de quarteirão no Porto.



Fonte: Arquivo Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril, s/d.

Para os moradores pobres do Porto, o deslocamento do centro para a periferia da cidade teve o significado quase de uma deportação. “Os realojados, profundamente urbanos sob o ponto de

vista cultural e social, viram-se, assim, privados da vida quotidiana que fruía no centro e dos laços de vizinhança e solidariedade adquiridos ao longo de décadas” (Ibid., 2007).

Além do rompimento de tradicionais relações de vizinhança com a conseqüente perda do sentimento de pertencimento, o afastamento dos moradores das ilhas para a periferia teve outras implicações negativas, como: aumento das despesas familiares com transporte, aumento do tempo de deslocamento para o trabalho, despesas de instalação e aumento do aluguel pago.

“(…) e a verdade é que a construção dos bairros dos anos 1950, pelo Salazar, tornou ainda mais visível a repressão que estava a ser lançada sobre essa gente. Porque eles eram obrigados a mudar de sítio sem mais nem pra quê.” (GUNTHER, 2012).

A rápida degradação dos bairros camarários provocada pelo seu baixo padrão construtivo (paredes simples de tijolo), a sua localização periférica que cortou a tradicional relação dos moradores com a vida urbana da cidade e a carência de transportes públicos e de equipamentos coletivos (saúde, educação e lazer), provocaram uma intensa insatisfação por parte das pessoas que foram deslocadas para ali morarem.

Para agravar a insatisfação dos habitantes dos bairros camarários, eles ainda ficavam submetidos a um conjunto de regras de convivência impostas pelo famoso “Regulamento Abel Monteiro”, que normatizava a utilização das casas e do bairro, violando as liberdades individuais e os direitos elementares de privacidade dos moradores. Havia uma permanente vigilância das atitudes e comportamento dos moradores por parte da Câmara Municipal, que designava um fiscal de bairro para o cumprimento do Regulamento. Quem não cumprisse as regras corria o risco de ser sumariamente despejado.

Não é à toa que foram nesses bairros que eclodiram os movimentos reivindicativos pela melhoria das condições de moradia no Porto após o 25 de Abril. Sobre este Regulamento, o arquiteto Álvaro Siza fala que “era proibido ter um animal em casa ou pregar um prego na parede sem autorização de um fiscal” (SIZA, 2007). José Mario Branco lembra que “havia um fiscal, e então as pessoas eram despejadas. E quando eram despejadas, vinha uma caminhonete, forçava a entrada na casa que era para ser despejada, colocava todas as coisas em cima, e iam colocá-los na lixeira” (BRANCO, 2007).

“Esse regulamento não permitia, entre outras coisas que o morador desse alojamento a alguém por mais de três dias. Qualquer atividade artesanal era-lhes também

negada. Ninguém com uma simples máquina de costura podia trabalhar para fora. Regulamentava ainda as funções dum fiscal que tinha como dever verificar se algum morador fazia transformações (como um novo candeeiro) na habitação, sem para isso ter metido um requerimento à Câmara, o que implicava desde logo uma multa. Para isso era-lhe permitido violar qualquer habitação quando lhe apetecesse” (AS LUTAS..., 1974, p.6)

Embora os bairros camarários fossem deficitários sob o ponto de vista construtivo, tivessem regras de convivência muito rígidas e se localizassem numa zona periférica ao centro da cidade, o governo buscou sucessivas soluções de bairros camarários – ou de realojamento – na tentativa de amenizar as condições habitacionais daquele período. Entretanto, as Ilhas e os edifícios superlotados subsistiram como áreas densas e miseráveis.

A carência de habitação em Portugal para a classe trabalhadora, quando se dá o Golpe Militar em 1974, era de quase 600.000 unidades habitacionais, apresentando uma tendência para um vertiginoso agravamento. Cerca de 25% da população do território continental ainda estava vivendo em locais sem segurança, privacidade, salubridade e conforto. No início da década de 1970, os dados oficiais indicavam um total de 31.110 habitações precárias – barracos e outros – fora as habitações que não tinham um ou mais serviços básicos (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976).

3.2 “CASAS SIM, BARRACAS NÃO!”: O MOVIMENTO DE MORADORES DO PORTO NO CONTEXTO REVOLUCIONÁRIO.

As condições insalubres das ilhas do Porto, os deslocamentos para os bairros camarários de periferia com o seu rígido Regulamento Abel Monteiro e a superlotação dos edifícios do centro da cidade, motivaram uma importante e forte indignação por parte dos moradores pobres do Porto que não suportavam mais as condições degradantes de moradia de que eram vítimas.

A partir do 25 de abril, a esperança trazida pela Revolução desencadeou em todo o país uma série de manifestações e ações por parte das populações de zonas degradadas em prol da melhoria das suas habitações. Logo após a queda do Regime, surgiram as invasões a casas desocupadas, os Cadernos Reivindicativos das Associações de Moradores, e as manifestações especificamente voltadas para a questão do alojamento. No Porto, esses moradores passaram a enxergar o período revolucionário como o momento oportuno para a mudança das suas condições de vida.

Sobre esse assunto, o professor Manuel Mendes (2012), em entrevista, chama a atenção de que não é justo falar sobre a experiência SAAL no Porto sem prestar a devida atenção aos moradores das áreas degradadas, uma vez que o movimento reivindicativo e a articulação dos mesmos exerceram papel fundamental no desenvolvimento do Processo.

3.2.1 A ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS NA LUTA PELA HABITAÇÃO

O sentimento de recomeço provocado pelo 25 de Abril estava associado a um modelo de ações onde se compreendia as organizações de base como instrumentos indispensáveis à resolução dos problemas locais. Reconhecia-se a necessidade de mobilização e a união dos moradores para o alcance do principal objetivo da luta: a melhoria da habitação.

Os moradores começaram a perceber que – sobretudo a partir de março de 1975 – “quando juntavam vozes e gritos de revolta, ampliavam exponencialmente as possibilidades de serem ouvidos e, sobretudo, conferiam um sentido comunitário à resolução dos graves problemas que os atormentavam” (BANDEIRINHA, 2007, p.141).

O momento era do despertar para a realidade, da negação das condições a que estavam sujeitos e conseqüente luta pelo direito à moradia digna. Os moradores pobres do Porto, por meio das suas associações de moradores, passavam a ter a exata noção da situação degradante a que todos se submetiam.

“Como todos os moradores de Contumil sabem, o problema de habitação não existe só nesta zona, mas é um problema mais geral que se estende a toda a cidade do Porto. Foi para orientar os moradores para esta luta que se foram formados nas zonas degradadas da cidade várias comissões de moradores (...)” (NÃO HÁ..., 1975).

“Mas se para se defenderem e reivindicarem melhores condições de vida e habitação, os trabalhadores têm necessidade de se organizarem em comissões de fábricas, moradores por zona ou bairro, etc., não menos importante é a sua organização a nível regional e nacional, pois que a coordenação a nível regional e nacional permite uma maior força na defesa de seus interesses” (EDITORIAL, 1975, p.1).

Os moradores das zonas degradadas, das ilhas, bairros camarários e das “colmeias humanas”, agora articulados, não admitiam mais continuar vivendo sob as mesmas condições de habitação a que estavam sujeitos até o momento. Experimentava-se, de fato, uma situação revolucionária, onde aqueles das classes mais baixas não estavam mais dispostos a continuar

vivendo como fizeram até aquele momento – vítimas da miséria crescente – e “(...) começam a encurrular os de cima, que já não podem continuar dominando como antes” (Correio Internacional, nº 10, junho de 1985, in MORENO e PETIT, 1989).

“Olhemos à nossa volta e vejamos quem vive nos bairros de lata, nas ilhas, nas casas sub-alugadas, nos bairros camarários, etc., nas mais degradantes condições de higiene e habitação, em barracas onde há abundancia de mais diversos tipos de bichos, onde chove como na rua, por entre os telhados em ruínas, onde não há água nem esgotos e as casas ameaçam ruir a cada momento? Quem vive nestas condições são os trabalhadores.” (CASAS SIM..., 1975, p.2).

Assim como a grande parte dos movimentos populares organizados se utiliza de palavras de ordem²⁵ que refletem as necessidades prementes e indicam soluções para as suas lutas, o Movimento de Moradores no Porto também fez uso de palavras de ordem para bem expressar o sentimento de luta naquela altura. As expressões “Casas sim, Barracas não”; “Sim às ocupações”; “Fim aos Despejos”; “Pelo Direito à Habitação”; “Casas decentes para o povo”; “Abaixo aos subalugas parasitas”, (Figura 15) faziam referência às péssimas condições de moradia, ao direito à moradia digna, à exploração dos “subalugas” a que estavam submetidos os moradores de prédios superlotados, à intolerância da Câmara em relação aos despejos de moradores pobres e o apoio às iniciativas de invasão de casas desocupadas.

Figura 15. Panfleto de Manifestações de Moradores no Porto



Fonte: Arquivo Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974-1976.

²⁵ Segundo Moreno e Petit (1989), as palavras de ordem serão meramente agitativas ou “para a ação”, a depender das suas possibilidades de concretização, e isto vai depender do grau de consciência das classes trabalhadoras. “As palavras de ordem que colocamos em nossas agitações refletem necessidades prementes, urgentes, e combinam, ou melhor dizendo, quando se combinam com um amplo nível de consciência – ou seja, com o fato de que os trabalhadores se dão conta de que têm que fazê-las, ou que tem que sair com decisão à luta para conquistá-las – se transformam em palavras de ordem para a ação.” (MORENO E PETIT, 1989, p.7)

Utilizadas em todas as ações dos movimentos reivindicativos dos moradores do Porto (panfletos, cartazes, jornais, etc), “(...) não somente para que sejam ouvidas por milhares de pessoas, mas também para que, ao ouvi-las, esses milhares passem à ação (...)” (MORENO e PETIT, 1989), o principal objetivo das palavras de ordem era a mobilização das pessoas para a luta. A palavra de ordem “*Casas Sim, Barracas Não*” transformou-se em uma das principais bandeiras do Movimento dos Moradores não apenas no Porto, mas em todo o país (Figura 16 e Figura 17).

Figura 16. Manifestação de moradores no Porto. O cartaz demonstra a consciência da organização dos moradores para a melhoria das condições habitacionais.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1975?.

Figura 17. Faixas de protesto de moradores no Porto: “Viva as Ocupações”; “Lutaremos por casas melhores”; “Todos na Luta por casas decentes”; “Câmaras dos senhorios – Não, Câmara do Povo - Sim”. Há também referência aos “senhorios parasitas”.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1975?.

As movimentações populares pela melhoria das condições habitacionais desenvolveram-se no quadro de uma legitimidade revolucionária. Reconhecia-se que as transformações políticas do 25 de Abril, ao trazer a esperança de mudança e recomeço, ofereciam também uma abertura inédita para a voz do povo. Tinha-se nas mãos o momento oportuno para a promoção da mudança e era preciso aproveitá-lo.

“Poucas vezes terá um lugar comum um significado tão amplo e *objectivo* como este no momento presente. De *facto* o ano de 1975 que agora começa, será para os moradores da “Ilha das Antas” uma esperança de uma verdadeira luta (...) todo o trabalho a desenvolver tem de ser construído por todos, devidamente *consciencializados* dos verdadeiros interesses dos moradores, do autêntico significado do que é e deve ser uma associação de moradores numa sociedade livre. (...) Faz-se um Portugal novo depois do 25 de Abril. (...) O ano de 1974 abriu-nos as portas e não podemos de modo algum deixar perder esta oportunidade (...)”

Formulamos os mais ardentes votos para que todos nós moradores saibamos ser dignos e sejamos capazes de legar aos vindouros uma habitação condigna que a maioria de nós não encontrou quando nascemos” (EDITORIAL, jan.1975, p.1)

A consciência de luta, o sentimento de esperança e o reconhecimento de um campo propício à mudança estampavam os títulos dos jornais de bairros ao longo do processo revolucionário no Porto, como por exemplo: “Moradores em Luta” (Boletim da Comissão de Moradores de Contumil); “O Alerta” (Boletim Mensal dos Moradores das Zonas da Bouça, Burgães, Peneda, Marq. Marinh e Monte Cativo); “A voz de Francos” (Boletim Informativo da Associação de Moradores de Francos); “Arranque” (Jornal de Moradores das antas); “A voz da Lapa” (Jornal de Apoio às Lutas Populares); “A Voz do Leal” (Associação de Moradores do Leal); “A Reconstrução” (Publicação Quinzenal da Comissão de Moradores da Zona da Arrábida); “Miragaia em Luta” (Jornal da Associação de Moradores de Miragaia); Lutar pela Habitação (Boletim informativo da Associação de Moradores Zona Fontaínhas), entre outros.

Esses jornais de bairro, cujos primeiros títulos apareceram ao final de 1974, eram o principal meio de comunicação e conscientização da luta dos habitantes das áreas degradadas do Porto. Surgem para dar voz aos moradores, com artigos em que são denunciados os problemas nos bairros e nas casas, incluem atas de reuniões dos moradores, informam sobre as deliberações na Câmara Municipal, sobre o estado do processo SAAL, tratam de questões como prevenção de doenças, conscientização do novo papel da mulher na sociedade, incitam a luta pelo poder popular, informam sobre as desapropriações, sobre os levantamentos realizados nos bairros, entre uma infinidade de assuntos relacionados à vida dos moradores pobres e mal alojados.

Há de se ter em conta que as diferentes reivindicações por melhorias habitacionais não foram homogêneas. As especificidades dessas movimentações populares foram determinadas pelas características das áreas sujeitas às melhorias das condições de habitação. Antes mesmo do 25 de Abril, os moradores dos bairros camarários já tinham experimentado a participação em manifestações coletivas contra os despejos e o Regulamento Abel Monteiro que mantinham os moradores daqueles bairros em permanente repressão. Após a entrega do documento reivindicativo dos moradores do Bairro São João de Deus, em 1º de maio de 1974, conforme já mencionado no capítulo 01, deu-se início a onda de movimentações populares que dominaram a cidade do Porto ao longo de vários meses. Novos processos reivindicativos dos moradores dos bairros camarários foram desencadeados a partir dessa data, aumentando-se a expressão popular pela melhoria da habitação até que é revogado o Regulamento, em 15 de

julho de 1974, numa sessão plenária de comissões de moradores dos bairros camarários do Porto (VILAÇA, 1994).

De uma maneira geral, as reivindicações pela melhoria das condições de habitação enquadravam-se no princípio de apropriação do local e recusa a qualquer solução de alojamento para a periferia – princípios harmônicos com os objetivos do SAAL –, fossem eles moradores das ilhas do Porto ou das chamadas “colméias humanas”, vítimas do sistema dos “subalugas”. Esses últimos, que desencadearam a luta contra “os subalugas parasitas” (Figura 18 e Figura 19), iniciaram o processo reivindicativo por meio da recusa ao pagamento dos subaluguéis.

Figura 18. Indignação dos moradores estampam as fachadas de prédios superlotados. Rua Oliveira Monteiro, nº 459.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974?

Figura 19. Manifestação de Moradores no Porto. Destaque para cartaz contra os “subalugas parasitas” da Rua Senhora das Dores.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974?

As movimentações contra o sistema de sublocação logo se espalharam pela cidade e, até a promulgação do Decreto Lei nº 6/75 de 07 de janeiro que suspendeu a execução de despejo das habitações, a luta contra os “subalugas parasitas” mobilizou um número crescente de moradores dos prédios superlotados, obtendo um forte apoio popular.

“(…) Existem terrenos vagos em consequência de demolições, que se encontram abandonados e transformados em lixeiras, pertencentes à Câmara e particulares. (...) Estamos interessados em viver aqui e é aqui que queremos que seja possível habitar como seres humanos que somos. Não queremos ir para a periferia, onde não conhecemos ninguém, onde as despesas dos transportes se tornam avultadas. É

nesses terrenos que queremos ver casas construídas, para os que habitam em ilhas que não têm arranjo possível.” (NASCIMENTO..., 1975, p.7).

Mas foi a recuperação das Ilhas como elemento de base do tecido urbano que desencadeou a vertente mais significativa de reivindicações por habitações dignas no Porto. Os moradores das ilhas, ao ocuparem os fundos dos quintais de terrenos urbanos valorizados, além de vivenciarem um tipo peculiar de segregação espacial e ausência de visibilidade da cidade, sofriam pressões fundiárias, desencadeando uma forte luta pelo direito à permanência no seu local de origem e à vivência da cidade, traduzida na busca por uma maior integração social das classes mais pobres no tecido urbano (Figura 20 e Figura 21).

“(…) Não nos esqueçamos, o lugar das Antas tem de ser nossa propriedade, porque nós aqui nascemos, aqui vivemos e é aqui que queremos morrer e daqui não saímos e daqui ninguém nos tira. O lugar é nosso porque foi aqui que passamos miséria, trabalhos, más condições de vida, imoralidades e torturas; por isso será aqui que teremos a nossa compensação” (UM MORADOR, 1975, p.2).

Figura 20. “Moradores em Luta pela habitação” Panfleto de Manifestação de Moradores.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974-1976.

Figura 21. Manifestação de Moradores no Porto por “casas decentes para o povo”.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974-1976.

Devido à escassez e a debilidade das condições habitacionais no Porto, entendia-se que as intervenções no plano habitacional não poderiam estar dissociadas da reflexão sobre a cidade. Segundo Álvaro Siza, a luta pela casa e pelo direito à cidade conduziu no Porto a um movimento de “exteriorização da cidade escondida” (SIZA, 2009). As reivindicações dos moradores das ilhas “convergiavam na mobilização para exteriorização do habitat operário na

própria estrutura da cidade, na reivindicação de construção de novas casas ou recuperação das antigas garantindo a permanência dos habitantes das ilhas nos seus locais de residência” (RODRIGUES, 2009, p.68).

Embora a melhoria das condições de moradia fosse a principal bandeira de luta das comissões e associações de moradores, as reivindicações não se limitavam ao direito a uma casa em condições dignas de habitação. Havia uma visão integrada na questão do habitar, que estava ligada essencialmente às necessidades habitacionais, mas também às necessidades de caráter assistencial e recreativo. Estavam também incluídas nas pautas reivindicativas questões relativas ao abastecimento d’água, saneamento, instalações de centros de saúde, creches, além de centros esportivos e recreativos próximos às zonas ocupadas.

“A luta por melhores condições de habitação não pode ser reduzida à conquista de casas onde as pessoas se alojem. Essa luta passa pela exigência de espaços e equipamentos. (...) as mães trabalhadoras de Massarelos são obrigadas a fechar os filhos em casa, enquanto trabalham o dia inteiro. (...) o povo de Massarelos não tem local seu onde se reunir para decidir os seus problemas.” (COMUNICADO..., 1975, p.2)

“(...) É por isso que entendemos que uma das realizações prioritárias da nossa associação de moradores é a criação de um infantário para que os nossos filhos deixem de andar abandonados (...) pois que a nossa condição de explorados e com as míseras migalhas que os capitalistas nos pagam não dão para que os nossos filhos possam ter as condições de segurança, saúde, educação e recreativas, que as suas idades exigem, e a que têm pleno direito.” (POR QUE..., 1975, p.8).

“Habitar será só ter uma casa razoavelmente espaçosa? Certamente que não. Habitar significa também ter água, esgotos e luz em casa, meios de cultura e distração perto, viver em zona não poluída, dispor de meios de desenvolvimento comunitário”. (O DIREITO..., 1975, P.4).

As comissões e associações de moradores procuravam também tratar de conscientizar os moradores sobre os assuntos relativos à melhoria da vida coletiva das populações das áreas pobres: higiene pessoal e coletiva, saúde, cultura, valorização da mulher, esportes, problemas de infância, terceira idade, etc. Além disso, buscavam o acesso aos bens culturais, para o enriquecimento intelectual e a elevação do grau de instrução dos seus membros, uma vez que em dezembro de 1974, Portugal ainda contava com, aproximadamente, 80mil homens e 130mil mulheres analfabetos com menos de 40 anos (FERREIRA, 1975).

“Mas, o que representa para nós, moradores de Massarelos, o Frigorífico do Peixe? (...) Nem mais nem menos o que nunca nos deram e, que nós queremos dar aos nossos filhos./ - UMA CRECHE – onde possam ficar em segurança; - SALAS DE CONVÍVIO - onde todos nós possamos conversar, dialogar, para que nos sintamos como uma verdadeira família; - SALAS DE REUNIÃO – onde possamos ventilar e

tomar decisões; - SALAS PARA CINEMA E TEATRO – para adquirirmos maior cultura, através de filmes e peças que nos elucidem e sejam para nós motivo de exemplo; - BIBLIOTECA – também para tirarmos lucros culturais e intelectuais; - UM GINÁSIO – onde os nossos filhos possam praticar desporto” (COMUNICAÇÃO..., 1975, p.3).

De uma maneira geral, o movimento de moradores se desenvolveu sob uma enorme confiança no trabalho coletivo, considerado essencial para o alcance dos objetivos. Estava presente uma “utopia igualitária” em que, para o enfrentamento dos problemas comuns, cada um deveria procurar, em conjunto com os seus vizinhos, formas de ações que suprissem as carências que afetavam a todos. Ou seja, para a solução de problemas coletivos, deveriam ser encontradas soluções coletivas.

“Como todos sabem, a Comissão de Moradores ao longo de vários meses, procurou arranjar um terreno para construir um pavilhão onde se pudessem fazer reuniões, assembleias gerais, centro de convívio e balneários (...) a rapidez da construção depende da ajuda que os moradores derem, pois é uma tarefa que dá bastante trabalho e que se pode ser resolvida por todos” (O PAVILHÃO, 1976, p.2).

Os moradores perceberam que se conseguissem coordenar objetivos e ações, conseguiam também evitar a natural dispersão das aspirações mais particularizadas (BANDEIRINHA, 2007).

3.2.2 PELO PODER POPULAR

Uma nova relação de força entre dominantes e dominados alterou os fundamentos da chamada “ordem pública” portuguesa. A luta por melhores condições de vida, de habitação e pelo direito à cidade por parte dos moradores e trabalhadores estava também enquadrada numa outra vertente reivindicativa em prol da democracia direta – o chamado “Poder Popular”. O povo estava agora envolvido num processo que exigia a sua participação nas decisões políticas.

O conceito de democracia direta foi largamente difundido entre as massas populares por meio dos jornais das associações de bairro, das Assembleias de Moradores e das manifestações coletivas ao longo do período revolucionário (Figura 22 e Figura 23). Embora se autointitule

como apartidário²⁶, o Movimento de Moradores do Porto não se apresentava neutro frente à instabilidade política do Processo Revolucionário em Curso (PREC): enquanto menosprezava a Democracia Representativa, defendia o Poder Popular.

“Por sempre termos lutado para que as Comissões de Moradores e Trabalhadores sejam verdadeiros órgãos de Poder Popular (...) A Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas: a) Fomentar a participação revolucionária das massas populares (...) numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular (...)” (PODER..., 1975, p.4).

Figura 22. “Casas para Todos. Contra o Capital”. Manifestação de moradores do Porto.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1975.

Figura 23. “Pelo Poder Popular”. Manifestação de moradores do Porto.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1975.

Chegava-se ao entendimento de que os problemas dos moradores pobres portugueses poderiam ser solucionados apenas numa conjuntura política onde houvesse a representatividade das massas e fora de um regime que priorizasse a propriedade e o capital. Dessa forma, o Movimento de Moradores se voltava também contra o capitalismo e a burguesia, sobretudo no que diz respeito à questão da propriedade dos solos. “O movimento de moradores questionava as formas de propriedade e de apropriação do solo e condenava o papel da renda fundiária de acumulação capitalista”. (RODRIGUES, 2009, p.76).

“(...) as Comissões de Moradores começam a tomar consciência que para resolverem o problema da habitação a sua luta terá de passar pelo derrube da sociedade capitalista, pois que o problema da habitação não pode ser resolvido dentro dessa

²⁶ Segundo Bandeirinha (2007), no seio do movimento dos moradores, sentia-se a necessidade de evitar a partidarização.

sociedade (...) os problemas da habitação só poderão ser resolvidos (...) quando conseguirmos através da nossa luta o fim da exploração capitalista”. (LUTAR..., 1975, p.1).

“Quando lutamos contra as más condições nos bairros camarários, quando lutamos contra um subaluga que nos explora, quando ocupamos casas desabitadas, quando lutamos pelo direito a uma habitação decente, não estamos a lutar contra este ou aquele capitalista em particular, mas sim contra o sistema econômico e social que o melhor que nos consegue dar é a miséria em casa e nas fábricas” (CONTRA..., 1974).

Dentro dessa perspectiva das lutas populares, o Movimento das Forças Armadas (MFA) ocupa um papel de destaque. Segundo Boaventura Santos (1984), a paralisia seletiva das funções administrativas do Estado Português²⁷ permitiu que o MFA, gradualmente, assumisse as responsabilidades pelas reivindicações emergentes do movimento popular. “Foi, pois, no contexto de um Estado dual e de uma paralisia quase total do núcleo central da administração pública que a relação entre o MFA e o movimento popular teve lugar” (ibid, 1984).

Apoiado pelo Partido Comunista Português (PCP) e protagonizando vários processos de mediação social com o objetivo de converter o Movimento Revolucionário “numa autêntica revolução que concretize as aspirações do povo”, o MFA transforma-se no imaginário de libertação no centro de um universo simbólico das lutas populares, traduzindo-se na fórmula “Aliança Povo-MFA” (Figura 24 e Figura 25).

“Os escassos meses da sua duração efetiva foram suficientes para inculcar no imaginário do povo português uma visão nova das forças armadas, a visão de umas forças armadas libertadoras, empenhadas na solução dos problemas básicos das classes populares, ou, pelo menos, na minoração das suas carências sociais mais graves (...)” (SANTOS, 1985, p.25).

Embora entre 1974 e 1976 a legitimidade das atividades das associações e comissões de moradores estivesse salvaguardada por uma legalidade revolucionária²⁸, reconhecia-se que, para o alcance dos objetivos das lutas, era necessário o reconhecimento oficial das mesmas

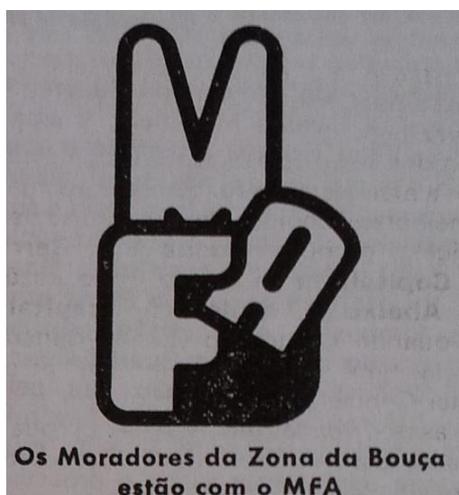
²⁷ Segundo Boaventura Santos (1984), logo após a revolução dos cravos até meados de 1975 o Estado Português encontrava-se em meio a uma *dualidade de impotências*, ou seja, nem o poder burguês e nem poder operário assumiam o Governo. Tal dualidade estendeu a todos os setores do Estado, sob o seguinte padrão: devido à resistência do núcleo central da burocracia estatal perante a nova condição política e dada a sua incapacidade em responder às novas questões sociais a que era confrontado, verificou-se em quase todo o aparelho do Governo a criação de instituições paralelas, menos burocráticas.

²⁸ Visando uma “autêntica revolução que concretizasse as aspirações do povo”, o MFA admite a necessidade da implantação de uma “legalidade revolucionária” às ações que, por meio de uma prática revolucionária, respondessem às demandas concretas (Conferência de Imprensada Comissão Coordenadora do Programa do M.F.A em 31 de dezembro de 1974. Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 2013).

como órgãos representativos da população. Foi assim que, por decisão da assembleia do Movimento das Forças Armadas, houve a validação da legitimidade das associações e comissões de moradores por meio do Documento “Aliança Povo-MFA”, de 8/7/1975, cujo objetivo principal foi institucionalizar a articulação entre o movimento popular e o MFA. Neste documento fica claro que a participação popular na vida do Estado deveria ser construída a partir das organizações de base:

“(…) 2.1.1. A estrutura da Aliança Povo-MFA terá três linhas fundamentais: a do MFA, a Popular e a Governamental. Dentro desta fase de transição, o aparelho de Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído, descentralizando os seus poderes (administrativo e financeiro), permitindo a iniciativa local sob o controlo, fiscalização e progressiva tomada do poder pelos organismos populares. 2.1.2 As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir. (...) 2.1.6 As Assembleias Populares são apoiadas pelo MFA e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre estes controlo da gestão pública na qual participam. (...) A organização popular proposta assenta, fundamentalmente, nas comissões de trabalhadores e nas comissões de moradores” (ASSEMBLEIA DO MFA, 1975).

Figura 24. Apoio dos moradores da Bouça ao MFA.



Fonte: O Alerta, 1975, p. 5.

Figura 25. “Que o MFA acabe com a miséria que os outros fizeram”. Manifestação de moradores.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 1974-1975.

Pouco tempo antes do pacto com o MFA, as várias coordenações de bairros criaram, em 02/12/1974, a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores, decidida em Plenário das Comissões de Moradores Ligadas ao SAAL/Norte, com o objetivo de promover a coesão e o fortalecimento das reivindicações das populações pobres do Porto. No

mesmo dia do lançamento do documento “Aliança Povo-MFA”, tal Comissão foi substituída pelo Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP)²⁹, constituído por dois representantes de cada comissão ou associação de moradores. A aliança entre o Movimento dos Moradores do Porto e o MFA fez com que os moradores incluíssem, entre as suas reivindicações imediatas, a nomeação de uma nova Comissão Administrativa para a gestão da Câmara Municipal do Porto – CMP, apelando ao MFA que designasse entidades neutras aos conflitos partidários.

Tão logo tomou posse na CMP, a Comissão Administrativa Militar reconheceu as Comissões de Moradores como órgãos de colaboração da autarquia e de participação nas decisões da Câmara. O CRMP passaria então a ter representatividade, por meio dos seus delegados³⁰, no Conselho Consultivo da Câmara Municipal do Porto³¹. “Durante os três meses e meio de vigência da Comissão Administrativa Militar na Câmara Municipal do Porto, as organizações de moradores puderam experimentar, a nível local, uma situação de real partilha de poder” (RODRIGUES, 1997, p.81).

O CRMP funcionou como um verdadeiro órgão de coordenação do Movimento de Moradores no Porto. O Conselho era responsável pelas convocações de todas as Comissões de Moradores, das Comissões de Bairros Camarários e de outras comissões de trabalhadores para os Plenários e Reuniões Gerais que aconteciam, grande parte das vezes, na Escola de Belas Artes do Porto. Ao CRMP foi dado o poder de decisão em favor de todos os moradores, cujas deliberações aconteciam por votação e onde cada comissão ou associação de moradores tinha direito a um voto.

²⁹ Embora o Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto tenha surgido em substituição à Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores e, a ideia do que seria este Conselho já era ventilada, pouco antes, pela Comissão Coordenadora do SAAL Norte. A Arq. Margarida Coelho, responsável pelo SAAL/Norte, assina um documento em 17/6/1975, cujo conteúdo sugere que a ligação das Brigadas Técnicas com a Câmara Municipal do Porto deveria ser feita a partir da criação de um Conselho Revolucionário de Moradores, constituído por representantes de cada Comissão ou Associação e investido de estatuto com independência total da Câmara.

³⁰ Em 8/7/75 a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores, em reunião, define que o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto deveria eleger um secretariado composto por 09 membros e 06 representantes para delegados no Conselho Consultivo da Câmara Municipal do Porto.

³¹ Órgão criado em 4/7/75 por meio da consolidação da Comissão Consultiva, constituída por 06 representantes das organizações de moradores (os delegados), 03 representantes das Juntas de Freguesia e 03 representantes de trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (RODRIGUES, 1997).

Como exemplo das ações do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, tem-se o Caderno Reivindicativo de 29/12/1975, que contém o resumo das principais reclamações dos moradores de diversas zonas da cidade expressas em seus respectivos cadernos reivindicativos. Tais reclamações se dividiam em três frentes: a. Equipamento Social, b. Processo SAAL e c. Legislação em Geral. Exigia-se a legalização das creches infantis de caráter popular, apoio material e humano às iniciativas populares, a criação de equipamentos sociais, a moradia digna, etc.

“As comissões e associações de moradores sempre tem trabalhado para a defesa do interesse dos moradores, sem contudo terem a força jurídica necessária para o completo desempenho das funções a que se destinam (...) Porque as Comissões de Moradores lutam pelos interesses dos moradores exigem: - Que todas as ações judiciais movidas pelos senhorios aos moradores que deixaram de lhes pagar renda (para auxiliar as respectivas comissões) sejam canceladas (...) Que as comissões e associações de moradores sejam obrigatoriamente ouvidas e façam parte integrante de todos os processos judiciais respeitantes à habitação (...)” (CADERNO..., 1975).

O Conselho Revolucionário permitiu aos seus membros atuarem, por exemplo, na defesa dos moradores em processos judiciais de diminuição de alugueis devidos ou em ações de despejos movidas pelos proprietários das casas. O objetivo da luta do CRMP se voltava sempre para a melhoria das condições de vida dos moradores. Era este Conselho que, inclusive, deveria acompanhar de perto os trabalhos realizados pelo SAAL, exigindo sempre o cumprimento das metas.

“Que se conceda às Associações de Inquilinos, Associações e Comissões de Moradores o direito de intervirem nos pleitos judiciais e administrativos, como parte legítima, isto independentemente da promulgação ou não da legislação relativa às comissões de moradores”. (RECLAMAÇÃO..., 1976).

3.2.3 O LEGADO DO MOVIMENTO DE MORADORES NO PORTO

Considerando que um movimento social é deflagrado pela força popular coletiva organizada (THOMPSON, 1979), pode-se afirmar o que movimento de moradores do Porto desenvolveu-se no âmbito daquilo que se caracteriza conceitualmente por “movimento social urbano”, uma vez que as ações empreendidas nascem a partir da conscientização de um grupo de indivíduos de que há uma oportunidade para a organização e que se coloca contra uma determinada situação de vida. É por meio de ações concretas que esses indivíduos procuram mudar o sistema instituído (FERREIRA, 1975; SANTOS, 2009).

Embora, na sua fase inicial, o movimento de moradores do Porto tivesse um caráter muito mais de movimento reivindicativo, onde as bases de tais reclamações partem de exigências de caráter imediato, recusando-se, formalmente, a “introduzir um efetivo conteúdo político da ação desencadeada” (FERREIRA, 1975, p.15), a crescente conscientização política dos moradores gerou vínculos e afinidades com outros blocos reivindicativos das camadas mais carentes da população ao ponto em que não mais poderiam ser subestimadas politicamente.

É a partir daí que, segundo a definição de Ferreira (1975), o movimento de moradores passa a constituir como movimento social, onde enuncia um projeto de transformação da sociedade em que surge: negação do capitalismo e do controle fundiário pela burguesia, enquanto apoia a tomada do poder pelo povo.

Embora com limitações interventivas, o movimento de moradores no Porto, conseguiu algumas conquistas: a. regularização das Associações (não apenas de moradores) (Decreto-Lei nº 594/74 de 7 de novembro); b. suspensão dos despejos judiciais das casas “colmeias” do grande Porto (Decreto-Lei nº 6/75 de 7 de janeiro) e extinção do regime de sublocação (Decreto-Lei nº 232/75 de 16 de maio); c. suspensão dos despejos e revogação do Regulamento Abel Monteiro que vigorava nos bairros camarários (anterior ao 25 de Abril de 1974); d. participação, embora temporária, do CRMP no Conselho Municipal do Porto (RODRIGUES, 2009) e participação institucional dos representantes dos bairros camarários no Gabinete Coordenador dos Bairros Camarários (COELHO, Mario, 1986).

As movimentações populares para a resolução das suas carências básicas traduziu-se em ações importantes pelo seu número e pela capacidade de auto-organização. A necessidade de encontrar respostas para a habitação, saúde, apoio à infância, ao esporte, ao lazer, etc., foram sucessivamente dinamizando os moradores e criando novas estruturas que ainda hoje funcionam plenamente (Ibid., 1986). Algumas associações de moradores que, inclusive, receberam apoio técnico das equipes do SAAL no momento da sua criação e formulação de seus respectivos estatutos, funcionam até os dias atuais.

Rodrigues (1997), e Downs (1989 *apud* RODRIGUES, 1997)³², propõem uma periodização do Movimento de Moradores do Porto, que vai desde a eclosão da formação da Comissão dos

³² Charles Downs (1989 *apud* RODRIGUES, 1997) propõe uma periodização em quatro fases do Movimento dos Moradores no Porto. 1º) 25 de abril a novembro de 1974 – formação de comissão de moradores; 2º)

Moradores até a sua decadência, a partir de novembro de 1976, ao final do período revolucionário. Entretanto, o que nos parece mais importante é que a energia da sociedade civil após a queda do Regime de Salazar animou as práticas coletivas em prol de uma democracia participativa que resultava numa convicção de legitimidade das ações. Essa foi a chave da tenacidade demonstrada pelas organizações de moradores no âmbito da luta pelo alojamento digno e por melhores condições de vida para as famílias das zonas degradadas.

Pode-se afirmar, portanto, que os moradores das zonas pobres e degradadas foram, sem dúvida, os principais atores sociais, dentro do contexto de um crescente e diversificado movimento popular espontâneo surgido em Portugal e, sobretudo, na cidade do Porto logo após o 25 de Abril.

“(…) Daí para a frente muito mais lutas se travaram em fábricas, campos, bairros etc, saindo de grande parte delas vitoriosas. Então já mais temperados na luta a classe operária e o povo trabalhador entra numa fase política mais avançada que lhe dá a possibilidade de melhor se organizar na luta sem tréguas contra o capitalismo” (EDITORIAL, jun.1975, p.1).

3.3 O ENVOLVIMENTO ESTUDANTIL E A ESBAP NO PROCESSO SAAL

“(…) apareceu um grupo de jovens estudantes de arquitetura, de engenharia que começaram a ir fazer visitas às ilhas a fim de as pessoas se organizarem para lutar por uma habitação. Pronto! As coisas começaram dessa maneira. Esse grupo foi lá e no caso aqui da Bouça foi às nossas ilhas e num dos dias chegou onde eu morava, junto com um rapaz que já morava numa ilha na rua da Bouça e que já os conhecia, e falamos sobre arranjar um movimento em que lutássemos junto à Câmara por casas” (SANTOS, 2012).

O trabalho dos estudantes de arquitetura junto às associações de moradores durante todo o processo SAAL no Porto representou um estado de espírito que tomou conta da Escola de

novembro de 1974 a 11 março de 1975 – efeito das campanhas de dinamização do MFA; 3º) do 11 de março ao 25 de novembro de 1975 – multiplicação dos órgãos de poder popular; 4º) do 25 de novembro em diante – recuo do movimento dos moradores e os objetivos estratégicos se resumem à defesa das conquistas entre 1974 e 1975. Já Rodrigues identifica sete períodos da vida do Movimento dos Moradores. 1º) entre 25 de abril e fins de julho de 1974 – eclosão das movimentações populares urbanas; 2º) entre agosto e o fim de novembro de 1974 – lançamento do programa SAAL e início da luta dos moradores dos prédios superlotados; 3º) entre dezembro de 1974 e 11 de março de 1975 – articulação entre Comissões de Moradores; 4º) entre a primavera e o verão de 1975 até 25 de novembro de 1975 – grandes manifestações, no quadro do projeto político revolucionário; 5º) entre 25 de novembro de 1975 e fevereiro de 1976 – incertezas face à recomposição dos aparelhos político militar; 6º) entre fevereiro e outubro de 1976 – crescente desmobilização dos moradores para as “lutas de rua”; 7º) na partir de novembro de 1976 – o definhamento do Movimento dos Moradores.

Belas Artes do Porto – ESBAP nos anos anteriores ao 25 de Abril. O SAAL é para a ESBAP, o ponto culminante de um processo que já tinha colocado os estudantes na rua e que aproveita a proximidade e a cumplicidade já estabelecida entre eles e as populações.

Era bastante comum aos alunos de arquitetura da ESBAP, nos anos anteriores ao 25 de Abril, atuarem em trabalhos de campo junto às populações carentes dos bairros pobres do Porto com o objetivo de compreender o que seria a realidade das ilhas e como se configuravam os bolsões degradados dentro do tecido urbano da cidade, sobretudo porque boa parte dessas zonas se situava próxima à Escola. Os estudantes desenvolviam levantamentos e prestavam esclarecimentos e auxílios específicos na solução de problemas ligados às condições de vida e habitação nos respectivos bairros (FERNANDES, 1988).

“O que acontecia era que a Escola aqui do Porto tinha uma longa tradição de trabalhos académicos em bairros problemáticos, em situações problemáticas e, portanto, o Bairro do Leal, como outros, tinham, quando se deu o 25 de abril, um grupo de estudantes a trabalhar lá” (FERNANDEZ, 2007).

As primeiras associações de moradores de bairros degradados que se formaram e deram entrada com pedidos de intervenção junto à Coordenação do SAAL/NORTE saíram de áreas onde os estudantes de arquitetura da ESBAP já desenvolviam previamente trabalhos escolares. “As notícias e entrevistas subsequentes ao despacho conjunto, vieram canalizar algumas populações para o processo criando expectativas, nomeadamente no Porto, onde a presença dos estudantes nos bairros e ilhas veio facilitar a comunicação” (O APARECIMENTO..., 197-?).

“A coisa era muito dura. Nós primeiro fomos recebidos como uns burgueses e o que apoiou muito durante o processo foi o fato dos estudantes serem conhecidos, porque havia uma desconfiança grande” (SIZA, 2007).

Não há dúvidas de que houve um conjunto de intervenções do SAAL que se formataram e se desencadearam mais rapidamente devido ao fato de os estudantes já estarem desenvolvendo trabalhos nos seus respectivos bairros. “Onde os estudantes estiveram o processo andou muito mais depressa”, afirma, em entrevista, o arquiteto Alexandre Alves Costa (2012). Devido à confiança estabelecida entre as populações e os estudantes, em muitos casos, eram eles próprios que indicavam os arquitetos responsáveis pelas operações SAAL nos bairros onde já atuavam.

“(…) foram os estudantes de S. Victor que indicaram o Siza para S. Victor. Foram os estudantes do Leal, que estavam trabalhando na zona do Leal, que indicaram o

Sérgio Fernandez para o Leal. Foram os estudantes da zona das Antas que indicaram o Pedro Ramalho para a zona das Antas. Portanto, foram os estudantes. E depois, eles próprios entraram para as Brigadas.” (COSTA, 2012).

Em entrevista à autora, o professor Manuel Mendes, membro da Faculdade de Arquitetura do Porto – FAUP, relata sobre o seu interesse – entre 1969 e 1973, durante o curso de arquitetura – em estudar o bairro de S. Victor, um bairro de ilhas degradadas que existia por trás da antiga Escola, que naquela ocasião ainda estava em funcionamento no Convento de S. Lázaro: “Era uma zona riquíssima sob o ponto de vista de habitar. Era uma zona riquíssima sob o ponto de vista de informação, sob o ponto de vista de questionamento do que poderia ser o programa de habitação (...) isso era uma das coisas mais ricas que existia”. Mendes complementa que grande parte dos bairros que sofreram intervenção do SAAL no Porto já tinha trabalhos acadêmicos desenvolvidos anteriormente ao 25 de Abril. É durante o SAAL que essas iniciativas dão um salto qualitativo. O arquiteto relata também que a operação SAAL em que ele esteve envolvido (SAAL Maceda-Acácio) foi iniciada muito antes, como fruto de uma agitação política de pessoas que tinham a vontade de mudar as condições de moradia do bairro. O professor afirma que algumas operações SAAL eram extensões dessas iniciativas.

“Os estudantes tinham uma relação muito intensa antes do 25 de Abril com as populações (...) porque os estudantes queriam perceber como as pessoas viviam, para depois poderem responder em seus projetos àquelas aspirações. Portanto (...) estudantes e alguns professores já estavam a por em funcionamento, de uma forma acadêmica, não real, o processo que foi seguido pelo SAAL” (COSTA, 2012)

3.3.1 ANTECEDENTES

A Escola vive ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, um momento altamente politizado. Boa parte dos alunos estava envolvida num processo de dinamização social e conscientização política a ponto de colocarem em causa o próprio ensino. Entre os estudantes de arquitetura, havia um vasto debate político e disciplinar num esforço de compreensão dos fenômenos urbanos através do contato real com os problemas, seja pela ação quase militante de crítica à cidade contemporânea e ao ensino voltado para uma clientela burguesa ou mesmo pela denúncia dos problemas mais graves, como o caso dos bairros camarários, das ilhas e dos edifícios superlotados (BANDEIRINHA, 2007). Aos estudantes interessava que os trabalhos escolares envolvessem temas que fosse de interesse da maioria da população.

A luta por um “ensino ao serviço do povo”³³ pode ser ilustrada por meio do texto “Uma posição justa frente ao trabalho de Arquitectura V”, de junho de 1973, produzido por um grupo de estudantes do quinto ano que se recusaram a realizar um trabalho escolar de projeto para a reconstrução de um bairro pobre localizado em um terreno que seria desapropriado pela Câmara Municipal do Porto – CMP. Os moradores da zona iriam para um bairro afastado e no local seria construída uma área verde, pública, conforme o plano diretor da cidade. Para não ter o terreno desapropriado, o dono sugere à Câmara reconstruir o bairro dentro das exigências municipais, contratando um arquiteto que, no caso, seriam os estudantes de arquitetura da ESBAP. Entretanto, os estudantes se recusam a fazer o projeto afirmando que os inquilinos seriam explorados e expulsos das novas casas, uma vez que não teriam condições de pagar pelos novos valores dos aluguéis que, naturalmente, aumentariam.

“Assim os estudantes de Arquitectura do 5º ano são colocados a colaborar num ato de exploração, como é ajudar o proprietário das casas a construir outras novas e assim livrar-se de inquilinos antigos que não dão lucro (...) A posição de denunciar o tema é uma posição justa, pois ao fazê-lo estamos a contribuir para a melhoria da nossa consciência perante o mundo e as coisas, perante a sociedade em que estamos inseridos, estamos a impedir as especulações teóricas (...)” (UMA POSIÇÃO..., 1973)

Era muito clara a posição dos estudantes da ESBAP no início da década de 1970: apoiar os trabalhadores e as populações pobres na luta por condições dignas de vida, sobretudo de habitação como causa primeira das questões urbanas. Nas publicações do jornal *Arte na Luta* (Figura 26), criado pelos próprios estudantes da ESBAP com o objetivo de “refletir as ideias progressistas no campo da Arte, da Cultura e da Arquitectura (...) em defesa dos interesses do Povo Trabalhador” (EDITORIAL, jun.1974), é possível verificar relatos das péssimas condições de moradia nas ilhas, das opressões que os moradores sofriam dos *subalugas* e humilhações relativas aos regulamentos dos bairros camarários.

O jornal era um veículo de exposição das más situações vividas pelo povo trabalhador e de promoção da conscientização sobre a necessidade da luta por uma mudança estrutural que assegurasse os direitos essenciais aos cidadãos.

“O povo trabalhador tem direito a viver em casas decentes e como tal lutar por isso (...). Há que organizar muito bem esta luta, alargá-la e divulgá-la. (...) Por isso, é necessário aumentar e reforçar a unidade e a organização para continuar a luta. Não

³³ “Por um ensino ao serviço do Povo!” era uma das palavras de ordem recorrentes nas publicações dos alunos da ESBAP no início da década de 1970.

se pode ficar à espera que a burguesia, agora “democrática” publique leis que resolvam este problema; (...) só serão boas as leis que obriguem a construir boas casas para o trabalhador (...)”

“(...) No *actual* momento podemos e devemos aliar-nos às classes trabalhadoras: devemos mostrar que os estudantes estão com elas nas lutas, que as apoiam nas suas reivindicações. Devemos no campo da arte instruí-los como uma obra artística pode ser uma arma importante no longo caminho da revolução, para a Democracia Popular. (...)” (ARTE na..., 1974).

Figura 26. Exemplos de capas das edições do jornal Arte na Luta, editado por um grupo de estudantes da ESBAP durante o período revolucionário.



Fonte: Centro de Documentação da FAUP, 1974 e 1975.

Desde a década de 1960, coloca-se em discussão a intenção do estudo da arquitetura e a função social do arquiteto: servir a uma clientela privada que pretende lucrar com o comércio da habitação ou resolver o problema da habitação e do urbanismo? Em “Textos de Combate”, de 21/11/1969, os alunos denunciam que “a construção da habitação em Portugal não tem a pretensão de satisfazer as necessidades de alojamento das pessoas, mas sim a de ser um negócio, em que o explorador é o senhorio (e seus aliados) e o explorado é o inquilino e os que não têm casa”, e propõem, no item “Proposta do Grupo 2” deste mesmo documento, “estudar a arquitetura em termos de resolver o problema de habitação em Portugal”.

A abertura política e cultural dos alunos da Escola de Belas Artes do Porto no período revolucionário foi o resultado de um processo iniciado ainda nos anos 1950 que foi tomando forma ao longo de vinte anos de desenvolvimento de ideias e práticas pedagógicas. A ESBAP chegava, nos últimos anos da ditadura, no momento de sua refundação pedagógica, que

representava o ápice de uma luta contra a “Reforma de 1957”³⁴, com reforço científico e pedagógico na centralização da disciplina da Arquitetura e da função social do arquiteto. Havia uma reivindicação pela autonomia disciplinar e o destino da ação do arquiteto.

A questão da responsabilidade pública e social do arquiteto – bastante marcada desde o 1º Congresso Nacional de Arquitetura de 1948³⁵ – é introduzida no seio da ESBAP por meio de uma série de inovações no ensino da arquitetura trazidas durante a gestão de Carlos Ramos³⁶, entre 1952 e 1967. Acreditando que à formação do arquiteto deveria ser incluída uma vida associativa forte e uma intervenção coesa na sociedade civil, o diretor coloca os alunos para trabalharem na solução de problemas contemporâneos (projetos de hospitais, habitações sociais e planos urbanos), ao mesmo tempo em que buscava incentivar a colaboração contínua entre professores e alunos dentro e fora da ESBAP, criando as condições para que o ensino da arquitetura incidisse sobre a prática.

“A história é muito comprida, porque nessa altura, na Escola Superior de Belas Artes, no curso de *Arquitectura*, o grande tema de interesse era a habitação, o problema da habitação, mesmo antes do 25 de Abril. (...) como a Escola estava politizada, ainda antes do 25 de Abril, as pessoas faziam as leituras comuns, do Marx e Engels, e mesmo, havia um conjunto de professores que também participava nessas discussões” (Depoimento da arquiteta “M”, em entrevista. RODRIGUES, 2009).

“Daí também os professores nos porem a fazer as medições das casas da Ribeira, das casas do Almada, etc, para se tentar ver como é que aquilo tudo funcionava. (...) era para ver como é que os espaços mínimos funcionavam (...) no meu tempo nós fazíamos muita habitação social (...) escolhia-se um sítio, e trabalhava-se para aquele sítio. E houve um ano que toda a Escola, todos os anos trabalharam para um mesmo sítio: para Matosinhos. (GUNTHER, 2012).

³⁴ A Reforma de 1957 foi compreendida e recusada como um dispositivo de reforço da construção capitalista do Estado português. A Reforma procurava dar uma ênfase institucional à pedagogia praticada e um maior enfoque científico ao ensino da arquitetura. Temendo-se a transformação do arquiteto num agente técnico, a Reforma foi seriamente contestada no interior da Escola como fator negativo para a evolução do curso (FIGUEIRA, 2002). Uma das primeiras constatações estava relacionada à ineficácia das disciplinas das Ciências na componente tecnológica universitária.

³⁵ O 1º Congresso Nacional de Arquitetura de 1948, realizado na Sociedade Nacional de Belas Artes em Lisboa, entre os dias 28 de maio e 4 de junho daquele ano, marca uma etapa no aprofundamento da consciência sobre as fragilidades e insuficiências que atingiam a profissão e o ensino da arquitetura em Portugal, fazendo-se necessário uma reforma profunda do sistema de ensino das Belas Artes no país tendo em vista os novos deveres do arquiteto relacionados à sua função social. Contou com uma presença massiva de arquitetos que reclamavam pela participação dos mesmos no ordenamento do território e na resolução dos problemas de habitação.

³⁶ Carlos Ramos foi professor da Escola de Belas Artes do Porto ao longo de quase trinta anos e nomeado diretor pelo Regime de Salazar em 1952. Segundo Fernandes (2010), Carlos Ramos foi professor da 4ª cadeira – *Arquitectura II* – da ESBAP a partir de 1940; em 1946 assume a cadeira de Urbanologia na Escola de Belas Artes de Lisboa, o que o leva a interromper a docência no Porto em 1947; regressa ao Porto em 1948, movido por constantes apelos de alunos e professores e mantém a docência de *Arquitectura II* até 1957, ocupando-se a partir apenas com funções de gestão.

Gradualmente, a formação do arquiteto ganhava uma carga ideológica. A realização de trabalhos em campo seja pela via analítica, estatística ou mesmo de projeto, e a responsabilização do arquiteto na resposta às aspirações da população, definem os moldes da atuação da ESBAP até o início da década de 1970. Durante quinze anos, a Escola se configura como um ambiente de afirmação de uma consciência social e política. Por meio das suas convicções e influências, Carlos Ramos faz da ESBAP um lugar comunitário e autossuficiente, à parte do mundo cotidiano da ditadura salazarista (FIGUEIRA, 2002).

Um conjunto de atividades extracurriculares procura fazer da ESBAP um catalisador cultural: são realizadas as Mognas – onde se sente o conceito da Escola com a exposição dos trabalhos de alunos e mestres – os cursos de férias, as exposições autorais ou temáticas, os debates, concertos, colóquios e ciclos de cinema. Cria-se um campo de debates dentro do ambiente escolar que antes não existia.

Com a figura tutelar de Carlos Ramos a potencializar as atividades escolares e com parte do corpo docente³⁷ interessado em promover a mudança da prática do ensino da arquitetura, a Escola viveu, ao longo da gestão de Ramos, um período de dinâmica e interesse coletivo seja ao nível do debate arquitetônico, ou “(...) na incursão por campos de investigação disciplinar, sejam exemplos disso algumas CODA (Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto) e a participação dos alunos e professores no Inquérito à Arquitetura Popular³⁸ e no CIAM de Dubrovnic” (TAVARES et al, 1998).

É nesse meio acadêmico que Nuno Portas apresenta na ESBAP, em 1959, o seu CODA “A Habitação Social: Proposta para a metodologia da sua arquitectura”, constituindo a primeira síntese do arquiteto das suas investigações sobre o projeto arquitetônico para habitação social.

³⁷ Quando Carlos Ramos assume a direção da Escola, em 1952, entra, a seu convite, um conjunto de sete jovens assistentes de projeto, dentre eles, Fernando Távora. Tal acontecimento resultou na integração de um novo núcleo de ideias numa Escola que precisava de uma validação para cortar a tendência oitocentista dos professores de então. Este grupo tinha perspectivas claramente distintas do exercício disciplinar da arquitetura, cujo ponto central do seu empenho estava no ensino pautado no debate (FIGUEIRA, 2002). Antes disso, em 1950, o próprio Carlos Ramos convidou jovens arquitetos para assumir a função de arquitetos associados, entre eles Delfim Amorim.

³⁸ O Inquérito à Arquitetura Popular, com início em 1955 e publicação em 1961, desmitificou o tão alegado e defendido estilo tradicional português. A participação dos alunos no processo de realização do “Inquérito” foi bastante marcante para o nascimento de uma nova consciência teórica nas novas gerações de alunos da ESBAP.

Com a morte de Carlos Ramos, com a ascensão dos movimentos associativos estudantis em Portugal e com o impacto da revolta estudantil francesa de Maio de 1968³⁹, a ESBAP entra num ciclo de instabilidade crescente. Em decorrência de um sistema de contratos e promoções que acarretaria prejuízos graves, boa parte dos docentes de arquitetura pede demissão, levando o curso à quase total paralisação. “Já ninguém sabe se estava no Barredo a fazer um levantamento de uma habitação para o Filgueiras, se estava na Escola a lutar por um programa mais social, ou se estava em Miragaia a organizar comitês revolucionários” (TAVARES et al, 1998).

Para a resolução do impasse, introduz-se na ESBAP o chamado “Regime Experimental” – aceito pelo Ministério de Educação Nacional por Despacho de 4 de Abril de 1970 – implementado pela primeira vez durante o ano letivo de 1969/1970 e prorrogado, sucessivamente, até 1974. Com a sua instalação, entra em funcionamento uma Comissão Coordenadora⁴⁰ composta por alunos e professores em igualdade de representação, sem direção e com autonomia pedagógica. Esta Comissão, que também teria de realizar uma proposta de reestruturação para o curso, propõe a integração das várias matérias, numa estrutura constituída por um núcleo central – arquitetura –, englobando aspectos de composição, construção, estrutura e urbanismo.

O formato convencional de aula passava a ser substituído por reuniões periódicas entre alunos e professores, nas quais se colocavam dúvidas, traçavam-se diretrizes e os trabalhos eram avaliados cotidianamente e conjuntamente, ou seja, com a participação de docentes e discentes (FERNANDES, 2010). Os espaços pedagógicos que não correspondiam aos interesses dos estudantes eram objeto de contestação total ou parcial. Exigia-se que todas as disciplinas se debruçassem sobre um mesmo tema de forma que os conhecimentos pudessem ter aplicação imediata.

³⁹ Reconhecido como um dos mais importantes acontecimentos revolucionários do século XX, o movimento de Maio de 1968 na França caracterizou-se como uma grande onda de protestos que teve início com manifestações estudantis em prol de reformas no setor educacional, evoluindo para a maior greve geral de trabalhadores da Europa. A onda de Maio de 1968 girou o mundo e, em Portugal, acendeu a vontade de mudança nos jovens estudantes, encorajada pela ascensão de Marcelo Caetano, em setembro de 1968 e pela expectativa de maior abertura criada pelo seu governo.

⁴⁰ O corpo coordenador do Regime Experimental era eleito em Plenário e composto por três docentes e três discentes, que deveriam convocar reuniões mensais para acompanhamento das experiências e ajustes dos objetivos. As conclusões obtidas deveriam ser a base para um relatório contendo os princípios orientadores do funcionamento futuro da ESBAP.

Mas o contexto político e social daquele momento não permitiu a evolução do Regime Experimental. Devido à sua “gestão democrática” a experiência passava a ser considerada como uma força libertadora que o sistema ditatorial poderia não mais controlar e a situação interna da ESBAP agrava-se à medida que o Estado procura reestabelecer a hierarquia professor-aluno e o controle da avaliação, bloqueando a autonomia pedagógica da Escola. Essas ações acompanham a repressão estatal e policial sobre a comunidade estudantil em todo o país (Ibid., 2010).

Mesmo com a tentativa do Ministério da Educação em restabelecer a tradicional hierarquia entre mestres e alunos, excluindo os discentes da Comissão Coordenadora após o ano letivo 1969/70 e nomeando um novo diretor para a ESBAP, o processo de reflexão pedagógica e de conscientização política dos alunos parecia antecipar o processo revolucionário na Escola.

Nos vários comunicados internos dos estudantes de arquitetura da ESBAP, especialmente a partir de 1973, percebe-se a grave crise que o curso enfrentava. Dificuldades administrativas, ausência de professores e um crescente autoritarismo⁴¹, personificado no diretor Joaquim Machado, faziam parte da atmosfera escolar pré-25 de Abril. “(...) houve uma crise terrível na escola, demissões de seus professores, fecho da escola, intervenção do ministério, intervenção da sociedade portuense que queria fechar a escola, um “antro de perdição” e a Escola entrou num processo revolucionário” (TAVARES, 2012).

Os alunos da ESBAP, cada vez mais conscientes e articulados na luta contra o Regime, não mais aceitariam as arbitrariedades cometidas contra o curso e contra eles próprios, desencadeando uma série de manifestações de apoio à luta nacional dos estudantes e em favor de um ensino ao serviço do povo numa sociedade por ele transformada e dirigida.

“Unimo-nos todos os estudantes mais *activos*, para lutarmos contra o ensino burguês opressivo, contra a repressão fascista (...) por um Ensino ao Serviço do Povo, que sabemos o único onde a opressão e a repressão burguesas não existirão, que será o ensino onde o Povo vai construir para si um Portugal novo, transformado e dirigido por ele. Estamos decididos a continuar a lutar” (NÚCLEOS SINDICAIS DE ARQUITECTURA, out.1973).

⁴¹ Como exemplo da repressão que os alunos enfrentavam na ESBAP naquela altura, o texto “O Barata há de pagá-la caro”, relata a reprovação de uma aluna do 2º ano de Escultura porque apresentou um trabalho de cunho social, inspirado na luta travada pelos pescadores de Matosinhos contra a exploração de que eram vítimas (Núcleos Sindicais de Arquitetura, s/d).

“Se queremos lutar consequentemente contra todas as formas de opressão que sofremos nas escolas, devemos ter como objetivo a construção de um Ensino Popular, numa sociedade transformada e dirigida pelas classes trabalhadoras” (grifo original) (NÚCLEOS SINDICAIS DE ARQUITECTURA, nov.1973).

“Quando a podridão do sistema de ensino, concorrendo para um mesmo fim, subordinamos à mesma autoridade tirânica, aos mesmos processos opressivos (...) Os conflitos cada vez mais graves que opõem hoje em Portugal as classes trabalhadoras e a classe dominantes tinham, necessariamente que reflectir-se no sistema de ensino (...) A repressão fascista avança proporcionalmente ao avanço da luta estudantil (...) A ESBAP não pode ficar eternamente a boiar como flor de nenúfar em pântano de lodo” (NÚCLEOS SINDICAIS DE ARQUITECTURA, 1973?).

A crise escolar no período pré-revolucionário com a ausência de professores nas cadeiras mais importantes e o não cumprimento dos programas disciplinares gerou um paulatino esvaziamento, a partir de 1969, do corpo discente da ESBAP que começou a buscar fora da escola, nos escritórios de arquitetura, o conhecimento que lhe faltava. (FERNANDES, 1988). “(...) procuravam trabalhar para fora, aldeias, para os bairros, andavam numa de encontrar clientes da cidade real, e não havia classificações, não havia resultado dos estudos” (TAVARES, 2012).

Sem aulas, boa parte dos estudantes passava a exercer atividades regulares em escritórios de arquitetura, gabinetes de projeto ou empresas de construção civil (FERNANDES, 1988). Alguns alunos obtinham experiência de projeto com a prática nos escritórios dos próprios professores que organizavam a disciplina de uma forma livre. Devido a grande presença de jovens professores assistentes no corpo docente – “(...) era gente nova, não muito mais velha que os próprios estudantes” (SIZA, 2009) – era tênue a separação entre esses últimos e os alunos que, muitas vezes, estendiam as relações de proximidade aos ateliers profissionais.

“havia uma prática já nessa altura, de uma parte dos alunos, em trabalhar em escritórios de *arquitectura* e principalmente, como não tinham aulas (...) alguns dos melhores alunos (...) iam praticando nos escritórios de *arquitectura* o *arquitecto* P., o *arquitecto* M. M. e eu própria, estávamos ligados a um círculo de professores da Escola, que tinham escritórios, e por acaso, uma das figuras de referência era o Professor, ou *arquitecto*, A. A. C..” (ARQUITETA “M”, 200-).

3.3.2 A OPORTUNIDADE NO SAAL

“Os primeiros que formaram equipas, foram pessoas ligadas à Escola de Belas Artes do Porto (professores e alunos). A escola tinha uma acumulação de experiência de trabalhos de análise do *habitat* portuense, especialmente de zonas de habitação popular. Por isso, naturalmente, nalguns casos até havia um conhecimento *directo*

dos locais. As primeiras 12 equipas foram de fácil e segura escolha e expeditas no início do trabalho” (COELHO, Margarida. 1986, p.619)

Após o 25 de abril de 1974, incentivados pelos objetivos definidos para o ano letivo 73/74⁴², boa parte dos professores e alunos da ESBAP se afasta da Escola e se transporta para o exercício dos problemas concretos durante o SAAL. Professores e alunos se debruçaram inteiramente sobre o Processo, transportando-se para o trabalho sobre a realidade, por esta ter sido a maior aspiração dos alunos da ESBAP nos anos anteriores ao período revolucionário. “Foi o grande sonho da minha vida profissional, pois nunca tivemos condições de resolver o problema da habitação com os próprios habitantes” (TÁVORA, 1992).

Domingos Tavares – professor da ESBAP desde 1973 e da FAUP até 2010, chefe de equipe da Operação SAAL S. Vitor – justifica o envolvimento da classe estudantil e docente nos trabalhos do SAAL à repressão que atingiu professores e alunos nos últimos anos do Regime – controle do Ministério, expulsão dos professores, cerco aos estudantes, etc – e à crise disciplinar que afetava a ESBAP – as aulas começavam sempre muitos meses após o início do ano letivo devido às várias negociações de como o processo se daria. “No dia 25 de Abril, quando se deu a Revolução (...) houve um estouro naquele dia e no dia seguinte houve a Assembleia Geral que expulsou os diretores, os responsáveis por essa tentativa de reorganização do sistema” (TAVARES, 2012).

Na altura da publicação do documento “Estruturação do S.A.A.L./NORTE”, de 8 de agosto de 1974, já haviam sido contatadas algumas equipes técnicas que se propuseram como possíveis Brigadas e também registrada a oferta da participação estudantil, considerando-se três hipóteses: a. estudantes no trabalho de identificação de zonas de intervenção; b. estudantes que pretendiam trabalhar nas Brigadas Construtivas; c. estudantes que queriam construir juntamente com a população e que não poderiam ser aproveitados na altura, mas que no ano seguinte poderiam ser consideradas soluções para “campo de trabalho”

⁴² O ano letivo de 1973/1974 (que se prolonga até dezembro de 1974) foi o momento que a Escola assumiu para repensar as suas práticas. As aulas se reorganizaram de acordo com esquemas de funcionamento muito simples, já que havia a consciência de que tudo haveria de ser repensado. O objetivo do programa de ação para 73/74 constituía-se no aumento da consciência política e ideológica através da análise, da crítica e da intervenção, considerando indispensável a abertura da Escola para o Exterior. Eram então formados grupos curriculares (de professores e alunos) para a solução de problemas concretos no exterior da Escola.

A proximidade entre alunos e professores anterior ao 25 de Abril contribuiu sobremaneira para que houvesse uma maior celeridade no processo de formação das Brigadas Técnicas e de construção das operações SAAL no Porto, conforme já mencionado. Muitas delas foram formadas pelos próprios estudantes que já estavam envolvidos nos bairros e que indicavam, para coordenadores e chefes de equipe das Operações, professores arquitetos a quem já tinham uma relação próxima. “O arquiteto era proposto pelos estudantes, porque a população confiava neles (...) e muito rapidamente disseram ‘nós queremos o Siza aqui, nós queremos o fulano’ (...)” (COSTA, 2012).

“O Eduardo Souto de Moura, o Alberto Dias (...) eram todos alunos do último ano do curso e estudantes da Escola. (...) Porque é que eu e o Siza entramos na equipa como coordenadores? Porque os estudantes nos escolheram para serem os monitores da operação” (TAVARES, 2012).

De fato, o estatuto de referência que o SAAL/Norte adquiriu não pode ser desvinculado da sua forte ligação com os membros da Escola de Belas Artes do Porto. A partir da Tabela 2, que demonstra a composição das Brigadas Técnicas das operações SAAL no Porto, constata-se que a maioria dos responsáveis técnicos das Brigadas eram professores da ESBAP e que boa parte dos arquitetos que faziam parte das brigadas eram formados pela Escola ou também eram professores da mesma.

Os estudantes de arquitetura eram os braços fundamentais do processo, estavam completamente envolvidos. Atuam, desde o início do processo, como mediadores entre os arquitetos e os moradores⁴³. Segundo Alexandre Alves Costa (2012), embora algumas disciplinas secundárias estivessem funcionando de maneira regular (história da arte, história da arquitetura, matemática, etc.), não se tinha tempo para estudar: os alunos participavam de reuniões das Brigadas Técnicas, faziam o trabalho de campo junto com os moradores e participavam do cotidiano das associações.

⁴³ Raúl Hestnes Ferreira considerava que no SAAL houve uma aproximação forte entre o arquiteto e o usuário muito por intermédio dos estudantes que tinham estado no terreno anteriormente ao início do processo. Seria essa a sua justificativa para a aceitação da população do papel dos projetistas e as suas especificidades técnicas (BANDEIRINHA, 2007).

Tabela 2. Síntese de composição das Brigadas Técnicas das operações SAAL/Norte no Porto.
Fonte: BANDEIRINHA, 2007.

	OPERAÇÃO	INÍCIO	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS COM A ESBAP	COMPOSIÇÃO DA BRIGADA
Operações Construídas	ANTAS	Outubro de 1974	Pedro Ramalho	Professor	Francisco M. Lima, Pedro B. Araújo, Lídia Costa, Augusto Costa, Vítor Bastos, Teresa Fonseca e José Lencastre Aires Pereira
	BOUÇA	Abril de 1975	Álvaro Siza	Professor	Anni Gunther* , Maria Castro, Sérgio Gamelas, Jorge Moreira
	CHAVES DE OLIVEIRA	Novembro de 1974	Manuel Lessa	Formou-se pela ESBAP (1965-1973)	Antonio Valente, Maria Fernandes, Maria João Freitas, Joaquim Figueiras
	CONTUMIL	Abril de 1975	Célio Costa	Formou-se pela ESBAP em 1969	António Castro, Carlos Figueiredo, Emilia Ferreira, Fernando Costa, João Ferreira, José Dias, Mário Abreu
	FRANCOS	Fevereiro de 1975	Rolando Torgo	Formou-se pela ESBAP	Maria Cavaca, Maria Guimaraes, Manuel Magalhães e Santos Leite
	LAPA	Novembro de 1974	Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira	Professores	Jorge Barros, A. Ramos, A. Silva Costa, Soares Malta, Joaquim Jordão, Francisco Barata, M. Magalhães, José Bernardo Távora* , José Diogo
	LEAL	Outubro de 1974	Sérgio Fernandez	Professor	Vitor Sinde, António Corte Real* , Emídio Fonseca, José Manuel Soares* , Carlos Delfim
	MACEDA ACÁCIO	Outubro de 1974	Alcino Soutinho	Professor	Manuel Mendes, Marta Oliveira, Pedro Cabral, Santos Leite
	MASSARELOS	Janeiro de 1975	Manuel Fernandes de Sá	Professor	Rui Louro, Rui Martins, Manuel Castro, José Bastos, Maria Seixas, Abílio Mourão, Nuno Silvério
	S. VÍTOR	Novembro de 1974	Álvaro Siza	Professor	Domingos Tavares, Francisco Guedes, Adalberto Dias, Eduardo Souto de Moura* , Graça Nieto, Manuela Sambade, Manuela Cabral, e Manuel Borges
Operações não construídas	ARRÁBIDA	Abril de 1975	José Luís Carvalho Gomes, Camilo Cortesão e José Manuel Soares	s/i	Miguel P. Vieira, José G. Corte Real e Romero Cunha
	BELA VISTA D. JOÃO IV	Dezembro de 1974	Mário Trindade	s/i	s/i
	BOA VISTA	Março de 1975	João Araújo Resende e João Godinho	s/i	João Almeida, Arthur Leite, Jorge Barbosa, Antonio Moreira, José Luis Milho, Paula Araújo, Jorge Barbosa e Carlos Claro.
	MIRAGAIA	Junho de 1975	Fernando Távora, Bernardo Ferrão e Jorge Barros	Professor	Joaquim Jordão, Gil Carneiro, Manuel Campos, Pedro Paredes* e Antónia Nolo.
	PARCERIA ANTUNES	Janeiro de 1975	Carlos Santos Ferreira	s/i	Henrique Vanez, Fernando Lucena, Jorge Nunes
	PRELADA	Janeiro de 1975	Fernando Távora	Professor	Beatriz Madureira, António Costa, A. Ramos, J. Malta, J. Diogo
	SÉ	Outubro de 1974	Carlos Guimaraes, José Manuel Gigante, Carlos Prata e Henrique de Carvalho	s/i	Manuela Antunes, Jofre Bispo* , António Trindade, Maria Vieira, António Ribeiro* , João Sousa, Carlos Ribeiro, António Costa e Miguel Henriques.

* Com exceção de Anni Gunther, que já era arquiteta desde 1969, os outros nomes são de membros das Brigadas Técnicas que eram alunos da ESBAP. Seus Relatórios de Estágio (RE) encontram-se no Centro de Documentação da FAUP e foram apresentados, em sua maioria, na década de 1980. O RE de António Ribeiro é de 1974, mas não se obteve informação se ele já participava como arquiteto no processo SAAL.

É possível ter uma clara noção sobre o envolvimento dos estudantes nos trabalhos das Brigadas a partir das declarações abaixo:

“Nós fazíamos de tudo nas brigadas! Faziam uns mais e outros menos, mas de uma maneira geral, fazíamos mesmo de tudo! Participávamos inclusivamente nas obras, íamos comprar os materiais, para que uma parte das obras fosse por administração *directa*, parte das demolições também, desmontagem dos terrenos, foram feitas por moradores e também por nós e, portanto, partilhávamos isso tudo! (...) Uma pessoa não estava só metida nas brigadas do SAAL, era todo um ambiente que envolvia. Todo o envolvimento político que existia na altura, participação de toda a população em manifestações muito grandes, com muita gente” (ARQUITETO “P”, 200-).

“Estamos todos metidos na realidade. Estamos metidos na preparação de cartazes, estamos metidos na organização da Associação de Moradores (...) para formatar processos de expropriação de terrenos, estamos metidos em tarefas para organizar os projetos, trabalhos de inquéritos (...)” (MENDES, 2012).

“Portanto, nós fomos integrados como uma espécie de mão de obra... não éramos *arquitectos*, (...) o *arquitecto* P. C. e eu, éramos estudantes de *arquitectura*, trabalhávamos, ou fazíamos o trabalho de *deseñador*, e não só, fazíamos o trabalho todo, fazíamos o trabalho, digamos, como uma pessoa que trabalha nestes escritórios de *arquitectura*, que participa nos *projectos*, participa nas discussões, tínhamos uma parte (...) que era assistir às reuniões dos moradores, regularmente, fazer as *actas* e aqueles *registos* todos, que existiam, detalhadíssimos e que foram entregues ao SAAL” (ARQUITETA “M”, 200-).

Como as brigadas eram constituídas por um arquiteto responsável que, muitas vezes, era também professor da ESBAP, e os estudantes eram, estudantes da Escola, o trabalho no SAAL passava a ser considerado academicamente. “(...) há uma certa sobreposição entre a Escola e o SAAL nessa altura” (COSTA, 2012). Mas é preciso deixar claro que os projetos SAAL não eram feitos dentro da Escola. Ainda que os estudantes tenham sido os braços fundamentais do processo, os projetos das habitações eram feitos em escritórios privados em que os estudantes estavam envolvidos. “O Leal, tem o Sergio Fernandez que é um gabinete privado, os estudantes são da escola (...) mas os trabalhos não eram feitos dentro da Escola (...) o trabalho todo do Távora na Miragaia foi feito todo no escritório dele, não foi feito na escola” (MENDES, 2012).

A Tabela 3 demonstra de forma bastante elucidativa a participação dos estudantes nas Brigadas do SAAL/Norte, com destaque, em lilás, para a composição das Brigadas com operações construídas no Porto. Percebe-se que, de uma maneira geral, as Brigadas contavam com alunos mais experientes, pois a maior parte dos estudantes colaboradores do Serviço eram alunos dos últimos anos do curso de arquitetura. Dos 32 alunos participantes dessas dez operações, 25 estavam no último ou no penúltimo ano do curso.

Com a abertura revolucionária e com o processo SAAL, os membros da ESBAP viram a oportunidade de transpor a prática académica para o real e de testarem as suas convicções políticas e disciplinares no encontro com a cidade e com os seus habitantes (FIGUEIRA, 2002). A Escola e os seus membros agora se viam verdadeiramente confrontados “com as populações mais carentes e as suas necessidades, com a cidade, com a sua própria consciência identitária e com a imagem que transmitem para o exterior” (FERNANDES, 2010, p.428).

Tabela 3. Composição das brigadas Técnicas do SAAL/Norte, com destaque para as operações construídas no Porto.

	TÉCNICOS CHEFE	TÉCNICOS 1º	TÉCNICOS 2º	ENGENHEIROS TÉCNICOS	ASSISTENTES SOCIAIS	ESTUDANTES ÚLTIMO ANO CURSO SUPERIOR	ESTUDANTES PENÚLTIMO ANO CURSO SUPERIOR	ESTUDANTES ANTERIORES ANO CURSO SUPERIOR	ESTUDANTES PRIMEIROS ANOS CURSO SUPERIOR	DESENHADOR CHEFE	DESENHADOR 1º	DESENHADOR 2º	AUXILIAR TÉCNICO	TOTAIS
DISTRITO PORTO														
CONC. PORTO														
MACEDA	1						2							3
ANTAS	1		3			3			3		1			11
CHAVES OLIVEIRA			1			3								4
S.VÍCTOR	3										3			6
BELAVISTA (D. JOÃO IV)	1	1						1			1	1		5
LEAL	1		2				3							6
LAPA	1	2		2		2						1	1	9
SÉ		1	1			7		1					2	12
PRELADA	2	1		1							1	1		6
COMBATENTES	1		2											3
PARCERIA - ANTUNES		1	2					1			1			5
MASSARELOS	2		1			1	2				3			9
S. ROQUE			2			2							3	7
PÓVOA			1			3	1							5
ARRÁBIDA			1				1		3					5
VÍLAR	1							1	1				1	4
CONTUMIL	1	1				6	1	1						10
FRANÇOS	1		1			1		1						4
HEROÍSMO	1	1			1						1			4
BOUÇA	1					1		1	1					4
BOAVISTA	1	1	1								1		2	6
MIRAGAIA	1	2			1	1	1	2						8
FONTAÍNHAS			1			1	1				1		1	5
LOMBA	1	1			2	2					1			7
PRESA VELHA, FOR. CHINA			2			2			2				1	7
CAMPO 24 AGOSTO	1					1		1	1		1			5
SERRALVES	1		2				1					2		6
JUSTINO TEIXEIRA	2						1							3
CARVALHIDO	2		2											4
S. PEDRO E AZ. CAMP.	1												3	4
CEDOFEITA - CARVALHOSA	1					1		1	1					4
DESO NEGRO/TIDARES			1				2							3

Fonte: CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976.

Obviamente o esforço para a compreensão dos fenômenos urbanos por meio do contato direto com os problemas das populações pobres durante o SAAL excluía, naturalmente, os arquitetos e estudantes que não tivessem uma posição de classe definida, uma vez que o seu papel era o de estar ao lado das associações, participando do seu cotidiano: deveriam incentivar a discussão sobre a função da casa, sobre o significado dos espaços coletivos, sobre os equipamentos e sobre a influência da distribuição espacial da vida familiar e comunitária.

Eu era professor já aqui na Escola quando começou o processo SAAL e nós estávamos num processo, antes de 25 de Abril, (...) de contestação muito forte e púnhamos a questão “arquitetura para quem?” (...) E veio o SAAL, e o que aconteceu nessa fase (...) é que nós tínhamos bons trabalhos teóricos (...) quando entrou o 25 de Abril e o SAAL, finalmente tínhamos o nosso cliente (...). Foi interessantíssimo porque toda a Escola entrou no SAAL. Foram os professores e os alunos que organizaram grupos e a maior parte da Escola entrou no SAAL. Os alunos passaram a ter aprendizagem do atelier e da Escola (...). (SÁ, 2012).

A ESBAP é obrigada a se reinventar face à urgência e à dimensão das necessidades da população e então passa a viver intensamente o período revolucionário. Torna-se uma força de referência do período revolucionário, consciente da sua capacidade interventiva e da importância do seu papel na realização de mudanças sociais que a nova situação política favorecia.

A Escola atua como facilitadora de todo o tipo de discussão relativa aos processos experimentais de projetos contra a crise da habitação no país e abriga grande parte das plenárias entre os arquitetos das brigadas técnicas do SAAL/NORTE e os moradores “e as próprias Assembleias dos Moradores se passavam na Escola. No anfiteatro da Escola era onde os moradores se reuniam. Portanto, havia aí uma relação muito, muito intensa” (COSTA, 2012).

É nesse contexto, por consequência, que a ESBAP aparece como um núcleo dinamizador, e até orientador do processo SAAL no Porto (BANDEIRINHA, 2007). Toda a problemática que envolvia a crítica ao planejamento urbano que estava em vigor e à grave crise habitacional de que a população mais carente era refém foi palco de discussões, no seio da ESBAP, entre alunos, professores e quem mais tivesse disposição de contribuir para o encontro de soluções (SANTOS, 2004). O curso de arquitetura passa a funcionar como um elo, um catalisador de uma estratégia comum pretendida pelo SAAL: a criação de um novo método de projeto que buscasse entender o planejamento, o projeto e a construção como a síntese de uma atividade multidisciplinar entre os técnicos e os moradores. Sem dúvida, o

legado disciplinar decorrente do SAAL é particularmente decisivo na formação crítica da ESBAP e de seus protagonistas (BANDEIRINHA, 2007).

3.3.3 ATORES FUNDAMENTAIS DO SAAL NO PORTO

A questão da responsabilidade pública e social do arquiteto que passa a compor o ambiente da ESBAP a partir dos anos 1950 vai de encontro às reivindicações sociais que surgiram acompanhando o sentimento de esperança por melhoria das condições de vida para o povo português após a queda da ditadura de Salazar. O SAAL aparece, portanto, como que um programa que funde os interesses de moradores e membros da ESBAP no âmbito da moradia digna e da prática profissional.

Por um lado, o SAAL surge, sob o ponto de vista dos moradores, como um programa de apoio para o alcance dos seus objetivos de luta por melhores condições de habitação; por outro lado, estudantes e professores da ESBAP enxergam no SAAL a oportunidade de concretização, na prática, das ideias latentes no meio acadêmico desde os anos 1950.

Diante do que foi exposto neste capítulo, percebe-se que, de fato, não é possível dissociar a experiência do SAAL no Porto das lutas travadas pelos moradores pobres em prol da moradia digna e da participação ativa dos membros da Escola de Belas Artes do Porto nas Brigadas Técnicas de Apoio Local. Ambos, moradores das áreas degradadas do Porto e membros da ESBAP, constituem a essência da experiência SAAL no Porto, desempenhando a importante e necessária tarefa de mobilização e dinamização das suas operações.

4 O RELACIONAMENTO ENTRE AS BRIGADAS TÉCNICAS, MORADORES E ASSOCIAÇÕES NO CONTEXTO DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.

A concepção do espaço arquitetônico compreendendo o planejamento, o projeto e a construção como síntese de uma atividade multidisciplinar constante entre técnicos e moradores fundamentaram as operações do SAAL em todo o país. Conforme apresentado no segundo capítulo desta investigação, um dos principais fundamentos do SAAL dizia respeito à tomada do controle das operações pelos moradores para que eles, com o apoio das Brigadas, pudessem discutir em conjunto e tomar as decisões que fossem necessárias para a melhoria das suas condições de moradia.

Pelo caráter experimental do Serviço (PORTAS, 1986), é fácil compreender que as operações não se desencadearam da mesma forma no Norte, no Sul e no Centro do País. Devido à promoção do estabelecimento da importante relação do arquiteto com os reais destinatários das obras, as experiências foram se moldando de acordo com as expectativas de cada grupo organizado. É possível considerar que houve tantas interpretações do SAAL quantas as formas de relação estabelecidas entre os seus intérpretes fundamentais: moradores, diretores das associações, técnicos das Brigadas e o aparelho do Estado (PERSPECTIVAS..., 1979).

Para a verificação da terceira hipótese de pesquisa relacionada ao *status* de referência do SAAL no Porto (ver Introdução), este capítulo tem por objetivo a compreensão do relacionamento entre técnicos e moradores – pessoas com uma carga cultural e com experiências de vida tão distintas que estiveram juntas para a melhoria das condições de habitação –, sob o ponto de vista de cada um deles.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, o enfoque é dado no relacionamento entre técnicos e moradores das operações SAAL/Norte desencadeadas na cidade do Porto. Mais especificamente, aquelas operações que tiveram como resultado a construção de novos conjuntos de casas para os sócios das suas respectivas associações, a dizer: Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor. Foram selecionadas fontes documentais primárias por se considerar necessário o estudo do conhecimento direto dos técnicos e moradores sobre o Processo.

Por meio do material disponível no Arquivo Distrital do Porto – ADPorto (Porto, Portugal), no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Porto, Portugal) e do Centro de Documentação 25 de Abril – CD25Abril (Coimbra, Portugal) foram considerados nesta pesquisa: 107 Relatórios das Brigadas Técnicas SAAL das referidas operações (Tabela 4); 32 Jornais de bairro das respectivas associações de moradores (Tabela 5), bem como panfletos, cartazes e documentos diversos. Também foram integradas à pesquisa 11 entrevistas⁴⁴ realizadas pela autora a arquitetos e moradores participantes das operações SAAL construídas no Porto, bem como as entrevistas aos participantes do SAAL/Norte presentes em dois documentários sobre o SAAL (Operações SAAL, 2007 e Paredes Meias, 2009) e os anexos da dissertação de mestrado de Maria Manuela Rodrigues⁴⁵, que contém dez entrevistas a distintos agentes participantes do Processo SAAL.

Por determinação do SAAL/Norte, cada Brigada Técnica era obrigada a apresentar, nos oito primeiros dias de cada mês, dois exemplares de um relatório⁴⁶ que deveriam incluir: a. o relato das atividades desenvolvidas no mês anterior; b. o ponto de situação relativa aos processos em que estivesse envolvida; c. situação atual da organização dos moradores e suas relações com a Brigada; d. programa de atividades a desenvolver nos meses seguintes; e. relação das necessidades em serviços previsíveis no âmbito do programa de trabalho; f. propostas para admissão ou baixa de pessoal na equipe; g. fatura da remuneração de despesas da brigada, nas condições acordadas. Nesses relatórios deveriam estar incluídos documentos escritos ou desenhos que foram produzidos durante as atividades das equipes (estudos, projetos, programas, pareceres, levantamentos, resultados de entrevistas, atas de reuniões, fotografias, etc.).

⁴⁴ A autora entrevistou, durante o seu período de pesquisas no Porto em Julho de 2012, o Arqtº Nuno Portas (Ministro do Estado da Habitação e do Urbanismo no momento da assinatura do Decreto de criação do SAAL em 1974), o Arqtº Alexandre Alves Costa (coordenador do SAAL/Norte), o Arqtº Manuel Mendes (Brigada Técnica SAAL Maceda-Acácio); a Arqtª Anni Gunther (Brigada Técnica SAAL Bouça), o Arqtº Domingos Tavares (Brigada Técnica SAAL S. Vítor), o Arqtº Manuel Fernandes de Sá (Responsável Técnico do projeto SAAL Massarelos), o Sr. Aurélio Simões (Associação de Moradores do Leal), o Sr. Jorge Ribeiro (Associação de Moradores de Francos), o Sr. Carlos Alberto (Associação de Moradores da Lapa), a Sra. Orquídea (Associação de Moradores da Bouça) e o Sr. Rui Águeda (Associação de Moradores de Contumil).

⁴⁵ RODRIGUES, Maria. Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974 - 76). Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

⁴⁶ As recomendações de como deveriam ser apresentados os relatórios constam na “Norma para a caracterização das primeiras operações do SAAL/NORTE”, que não possui data, mas supõe-se ser de setembro de 1974 (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 1976).

Tabela 4. Resumo dos Relatórios das Brigadas Técnicas analisadas. Mês x Relatório de Brigada do Bairro respectivo.

mês/ ano	Relatório da Brigada Técnica									
	ANTAS	CHAVES DE OLIVEIRA	CONTUMIL	FRANCOS	LAPA	LEAL	MACEDA-ACÁCIO	MASSARELOS	S. VITOR	TOTAL
out/74										2
nov/74										4
dez/74										5
jan/75										3
fev/75										5
mar/75										5
abr/75										6
mai/75										6
jun/75										5
jul/75										5
ago/75										4
set/75										4
out/75										4
nov/75										3
dez/75										3
jan/76										3
fev/76										3
mar/76										4
abr/76										2
mai/76										2
jun/76										2
jul/76										3
ago/76										4
set/76										4
out/76										4
nov/76										4
dez/76										6
jan/77										1
fev/77										0
mar/77										1
TOTAL	12	22	11	3	18	16	12	2	11	107

Tabela 5. Resumo dos jornais das associações de moradores analisados. Mês x Jornais das associações dos bairros respectivos.

mês/ ano	Jornais das Associações de Moradores										
	ANTAS	BOUÇA	CHAVES DE OLIVEIRA	CONTUMIL	FRANCOS	LAPA	LEAL	MACEDA-ACÁCIO	MASSARELOS	S. VITOR	TOTAL
ago/74											0
set/74											0
out/74											0
nov/74											1
dez/74											4
jan/75											1
fev/75											0
mar/75											2
abr/75											2
mai/75											2
jun/75											2
jul/75											6
ago/75											2
set/75											0
out/75											0
nov/75											1
dez/75											2
jan/76											3
fev/76											1
mar/76											1
abr/76											0
mai/76											0
jun/76											0
jul/76											1
ago/76											1
set/76											0
out/76											0
TOTAL	8	3	1	3	1	2	3	0	6	5	32

Embora não tenha sido possível o acesso a todos os relatórios das operações alvo da presente análise – uma vez que os documentos encontram-se dispersos e incompletos – os 107 relatórios estudados permitiram perceber o ponto de vista dos técnicos em relação ao Processo, como será discutido a seguir. Conforme se verifica na Tabela 4 (meses dos relatórios x Brigada técnica SAAL construída no Porto), não foi encontrado qualquer relatório da Brigada da Bouça nos arquivos visitados.

Enquanto os Relatórios das Brigadas Técnicas fornecem informações relativas ao processo SAAL e a relação com os diversos atores sob o ponto de vista dos técnicos, as ideias e iniciativas das associações dos moradores, bem como o seu ponto de vista sobre o SAAL, podem ser apreendidas, essencialmente, por meio dos seguintes jornais de bairro: A voz do

Leal (Associação de Moradores do Bairro do Leal); Boletim (Comissão de Moradores de Massarelos); A Zona (Órgão informativo da Associação Moradores de S. Vitor); Moradores em Luta (Boletim da Comissão de Moradores de Contumil); O Alerta (Boletim Mensal da Associação dos moradores da Bouça, Burgães, Penedo, Marq. Marinho e Monte Cativo); A Voz da Lapa (Jornal da Comissão de Moradores da Lapa); Arranque (Jornal dos Moradores das Antas); A Voz de Francos (Boletim Informativo da Associação de Moradores de Francos).

Para o tratamento dos documentos, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo, considerado adequado para os objetivos desse capítulo, por se tratar de uma técnica para ler e interpretar conteúdos de todas as classes de documentos que, analisados adequadamente, abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível (OLABUENADA e ISPIZÚA, 1989). A análise foi restringida aos conteúdos manifestos, ou seja, verificou-se aquilo que foi dito, evitando explorar o conteúdo latente, de maneira a descrever, de forma objetiva e quantitativa, o conteúdo manifesto das comunicações.

As informações presentes em todos esses documentos foram das mais diversas ordens, relacionadas, por exemplo, ao posicionamento dos atores em relação ao contexto político, às condições de moradia, aos processos de despejos, aos problemas recorrentes entre vizinhos, ao incentivo à qualificação popular, entre outros. Contudo, as análises de todos os documentos e das entrevistas foram focadas sobre um mesmo tema: a colaboração entre técnicos e moradores ao longo do Processo SAAL.

Por meio das análises se identificou não apenas como cada agente se posicionou durante as operações, mas também como cada um enxergou a participação do outro no Processo.

Após a fase de pré-exploração do material disponível, identificou-se conteúdos de análise para a pesquisa, que foram surgindo à medida que as leituras foram aprofundadas. O resultado foi o agrupamento dos dados por frequência, ou seja, por meio da identificação da repetição dos conteúdos comuns às comunicações (Anexo 01). O agrupamento dos conteúdos expressos resultou as seções identificadas como “O Relato dos Técnicos” e “O Ponto de Vista dos Moradores”, que descrevem a visão de cada um desses dois atores sobre a própria participação no Processo, a participação do outro e o relacionamento entre eles.

4.1 O RELATO DOS TÉCNICOS

“(…) a depender de cada brigada técnica as motivações e as formas de funcionamento foram muito distintas. Levou até aos debates entre as próprias equipas, sob a coordenação da equipa coordenadora do SAAL, porque havia uma intenção clara de uniformizar os métodos de ação. Havia uma acessibilidade muito distinta dos diferentes arquitetos intervindo nas diferentes áreas de intervenção (...) que nem tudo funcionou da mesma maneira” (TAVARES, 2012).

A partir das análises dos relatórios das Brigadas e das entrevistas realizadas aos arquitetos responsáveis por algumas operações, constatou-se que um dos objetivos mais importantes dos técnicos do SAAL no início das operações era ganhar a confiança da população. O princípio da íntima ligação da Brigada com os moradores era considerado como uma das premissas mais importantes para o bom andamento do processo, caso contrário, problemas relacionados à desmobilização dos moradores e desconfiança do trabalho das Brigadas passariam a comprometer o fluxo das operações. Em entrevista, Nuno Portas, ao citar o relacionamento entre brigadas e moradores revela que “quando as Brigadas se davam bem com as direções das associações, muito bem, estavam tudo de acordo. Quando entravam em conflito, era o fim” (PORTAS, 2012).

Uma importante estratégia para o estreitamento dos laços entre técnicos e moradores logo no início do Processo SAAL dizia respeito ao envolvimento desses últimos nas tarefas das Brigadas, sobretudo nos trabalhos de levantamentos físicos dos bairros e entrevistas aos moradores. Em alguns Relatórios das Brigadas Técnicas, percebe-se a participação dos moradores ou dos seus representantes (comissões de moradores, direção das associações, comissões instaladoras) nas primeiras ações de levantamentos nos bairros. Tratava-se de envolver os moradores no trabalho da Brigada como uma maneira de mobilizá-los e melhorar a confiança daqueles no Serviço.

Os primeiros relatórios da Brigada Técnica do SAAL Lapa, de novembro e dezembro de 1974, apontam que dentre as atividades exercidas pelos seus membros, destacam-se as visitas ao bairro para o estabelecimento de contatos porta a porta com os moradores visando o esclarecimento da população sobre o Serviço e o preenchimento das fichas de levantamento.

Ressalta-se que havia o acompanhamento permanente da Comissão Instaladora Provisória⁴⁷ nessas visitas aos bairros e também nas visitas aos terrenos adjacentes.

No primeiro mês da operação SAAL Contumil, o trabalho também foi fundamentado no contato com a Comissão Provisória e com o restante dos moradores daquele bairro. Embora os membros da Brigada tenham notado dificuldades de mobilização e uma falta de conscientização da população, realizou-se, em abril de 1975, uma entrevista por núcleo com a participação dos delegados da Comissão Provisória, gerando uma memória descritiva entregue para homologação de todos os moradores. A Brigada do SAAL Contumil acreditava que o contato permanente com a população era a principal estratégia para envolvê-la no Serviço. Ao constatar que o problema mais difícil a ser resolvido e, portanto, mais urgente, era a dinamização e o esclarecimento da população – devido a dispersão da zona –, a Brigada passa a acompanhar, ainda em abril de 1975, o processo de dinamização e esclarecimento da população, participando de todas as reuniões da Comissão Provisória. No relatório de maio de 1975, a Brigada de Contumil aponta que existiam alguns delegados responsáveis para o esclarecimento dos moradores de um número determinado de habitações, uma Comissão de Dinamização Cultural e uma comissão para discussão do estatuto da futura associação.

Em Francos, apesar do forte envolvimento da Comissão Provisória de Moradores no início dos trabalhos da Brigada – com a entrega de um dossiê, em 15/02/1975, contendo cadernos reivindicativos e testemunhos pessoais dos habitantes da zona –, o entusiasmo da Comissão parecia não ser compartilhado por toda a população. Os membros da brigada relatam que “a descrença e a dúvida estão subjacentes à “curiosidade” com que acompanham o grupo” (BRIGADA SAAL ZONA DE FRANCOS, fev.1975) e justificam que uma possível razão para a desmobilização dos moradores era o fato de a população ser majoritariamente idosa. Para responder ao máximo as solicitações da Comissão, a Brigada insiste em reuniões com a Comissão e reuniões gerais com os moradores para o esclarecimento das ações a desempenhar.

O desinteresse dos moradores – um dos principais entraves que as brigadas enfrentavam – foi normalmente justificado pelo desconhecimento dos mesmos sobre os objetivos e métodos do SAAL, embora alguns relatórios apresentem causas específicas, como relata a Brigada

⁴⁷ Comissão de moradores que existia antes do reconhecimento oficial da Associação de Moradores, cujo corpo diretivo era escolhido por votação de todos os sócios da mesma.

Técnica SAAL Antas, que atribui ao desinteresse da população o fato de que “apesar de ser uma zona degradada, o nível de vida das famílias na sua maior parte pode considerar-se médio, além do que, é evidente que o fascismo exercido durante 48 anos cria raízes profundas nos hábitos de pensar e agir das pessoas” (BRIGADA DA ZONA DAS ANTAS, jun.1975).

É comum aos primeiros relatórios das Brigadas dos bairros da Lapa, Contumil, Francos, S. Victor e Leal, a informação de um esforço para a mobilização das populações por meio da prestação de informações sobre o Serviço. Nesse sentido, durante o início da colaboração entre Brigadas técnicas e moradores, os estudantes de arquitetura da ESBAP que trabalhavam previamente nos bairros – e que agora faziam parte das Brigadas – desempenharam um papel fundamental, especialmente como parceiros dos moradores na execução dos levantamentos e entrevistas e como agentes de esclarecimento à população quanto aos objetivos pretendidos pelo SAAL.

“O nosso papel, como estudantes de arquitectura, é apenas o de dar toda a colaboração possível e conseguir a colaboração de outras pessoas. É aos moradores organizados, que melhor do que ninguém conhecem os problemas existentes e como mais diretos interessados na sua resolução, que deve caber o papel dirigente. Por isso pareceu-nos melhor suspender os trabalhos que já tínhamos iniciado – reconhecimento da zona, inquérito aos casos mais graves, etc – para, antes de mais, esclarecer todos os moradores das possibilidades existentes e da colaboração que estamos dispostos a dar, e permitir assim que sejam os próprios moradores a tomar as decisões e a dirigir todas as iniciativas. Para esclarecer todos estes aspectos, tomamos a iniciativa de convocar os moradores da Rua das Antas para uma reunião na 6ª feira, dia 16, às 21,30h, a realizar na sede do Clube Desportivo Cultural das Antas” (PODER..., jul.1975).

Em S. Victor, por exemplo, um grupo de moradores atuantes na conscientização dos seus vizinhos das más condições habitacionais da zona se juntou aos alunos da ESBAP para desenvolver uma operação de esclarecimento generalizado à população sobre o SAAL, incluindo um questionário às condições da habitação. “Todo o trabalho de inquérito, quer o trabalho inicial anterior à formação da brigada, quer o trabalho complementar para aferição mais rigorosa (...) constitui um trabalho de colaboração íntima da brigada e da Associação dos Moradores de S. Victor” (BRIGADA DE S. VICTOR, nov.1974).

Também o relatório técnico apresentado pela Brigada SAAL do Bairro do Leal, de agosto de 1974, demonstra o papel dos estudantes de arquitetura da ESBAP como mediadores entre os técnicos e os moradores. Neste documento é citada uma Reunião Geral da População do

Bairro do Leal realizada no dia 24/08/74, fruto da iniciativa de um grupo de estudantes⁴⁸ para esclarecer a população sobre o conteúdo do Despacho de criação do SAAL. O estudante de arquitetura António Côrte-Real introduz a reunião e o professor Alexandre Alves Costa expõe as vantagens do SAAL para a melhoria da habitação na zona.

A morosidade nos procedimentos de dinamização e esclarecimento das populações, essencialmente vinculada à falta de uma linha de ação bem delimitada junto às populações no princípio de algumas operações, gerou, ao longo do SAAL, um desconforto entre técnicos e moradores. O constante contato com a população era reconhecido como indispensável para uma boa continuidade dos trabalhos nos bairros.

Em Maceda-Acácio, embora a brigada tenha iniciado as suas atividades com visitas ao bairro, estabelecendo contato com os moradores, com as suas condições de vida e, particularmente, com as suas condições de habitação, a Brigada relata, em outubro de 1974, que a indefinição da sua linha de atuação desencadeou na perda do contato com os moradores e os seus respectivos problemas. Os moradores e representantes da Comissão passaram a expor a desconfiança no trabalho da Brigada a ponto de, inclusive, duvidarem da capacidade de seus técnicos (particularmente do trabalho dos estudantes) e dos interesses que estariam por trás do SAAL⁴⁹.

Os membros da Brigada das Antas, embora considerassem que a discussão sistemática de propostas com a população fosse imprescindível para a continuação das tarefas, “dando à população o seu controle” (BRIGADA DA ZONA DAS ANTAS, jun.1975), em fevereiro de 1975, é feita uma autocrítica à valorização das atividades no escritório em detrimento dos trabalhos em campo e do pouco contato com os moradores ao longo do processo: “Fez-se um balanço de todo o trabalho realizado e uma autocrítica aos próprios processos de actuação com a população e a direcção que os trabalhos, durante o último mês teriam tomado, parecendo estar a tornar-se excessivamente de gabinete (...)” (BRIGADA DA ZONA DAS ANTAS, fev.1975).

⁴⁸ O relatório trata sobre a atuação de um grupo de estudantes de arquitetura no Bairro do Leal, cujas atividades tiveram início em princípio do mês de julho de 1974.

⁴⁹ Este assunto foi pauta de uma reunião realizada no Fundo de Fomento à Habitação, em novembro de 1974, em que estiveram presentes a Comissão de Moradores, a Brigada e a Arq. Margarida Coelho, coordenadora do SAAL.

O isolamento dos moradores do bairro de Chaves de Oliveria em relação aos movimentos populares, a fraca participação destes no Plenário e no Conselho Revolucionário de Moradores do Porto – CRMP, bem como a marginalização dos residentes de um dos setores da zona nos assuntos da associação é assumida pela Brigada SAAL de Chaves de Oliveira como consequência da sua fraca atuação de mobilização e apoio à organização dos mesmos:

“Pensamos que a brigada não só teve relativas culpas na criação desta situação, como tem um importante papel a desempenhar na sua superação. Efetivamente, o apoio da brigada à organização dos moradores e correspondente dinamização tem sido, nos últimos meses, extremamente deficiente, como consequência de um grande volume do trabalho de escritório e da própria pressão dos moradores para a resolução dos seus problemas concretos” (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, set.1975).

As entrevistas e os levantamentos aos bairros constituíram uma etapa burocrática indispensável para o necessário conhecimento da situação concreta do bairro e dos problemas dos moradores que fundamentasse as propostas de intervenções nos bairros.

As necessidades e aspirações dos moradores recolhidos ao longo dos contatos foram consideradas pela Brigada Técnica da Maceda-Acácio como “importantes para uma intervenção no bairro” (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, out.1974). Em S. Victor foi realizado um estudo tipológico, com apreensão visual da área, da sua estrutura urbana e das suas relações estruturais com a cidade, categorizando-se tipos de associação de elementos urbanos e suas respectivas funções e posições na estrutura do conjunto (tipos de associação em ilhas e em rua).

Pela celeridade pretendida, pouco tempo depois dos primeiros contatos com os moradores da zona e sintetização das entrevistas realizadas, passava-se para a definição do terreno de intervenção e o projeto das casas, conforme esquema das operações SAAL ilustrado no segundo capítulo. Apenas três meses após a publicação do Despacho de criação do SAAL (em 31 de julho de 1974), a Brigada técnica do Leal, por exemplo, já tinha o resultado das entrevistas e a definição dos tipos de casas necessários: 55 T1, 60 T2, 49 T3, e 12 T4, embora considerassem a necessidade de ajustes posteriores caso a caso. Nesse mesmo mês, a população foi consultada, em Reunião Geral dos Moradores, sobre a sugestão da Brigada em relação às desapropriações de terrenos próximos ao bairro para a construção das novas casas, aprovada previamente pela Comissão Instaladora. Na ocasião, um membro da Brigada explica a vantagem destes terrenos em relação a outros e declara que nem os técnicos e nem a

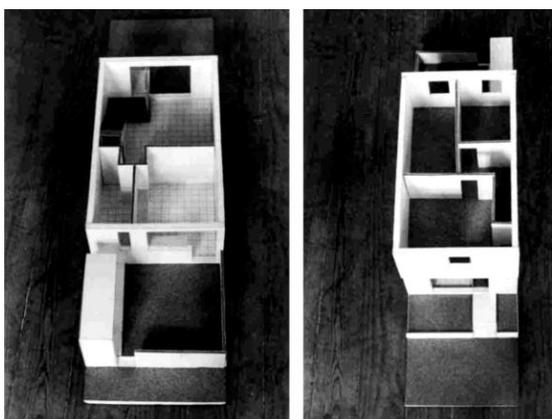
Comissão Instaladora iriam avançar com a proposta de desapropriação sem consultar todos os moradores (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, nov.1974).

No bairro de S. Vitor, em dezembro de 1974, mês seguinte à análise sistematizada dos dados obtidos a partir dos questionários feitos pelos moradores com a colaboração dos estudantes, a Brigada já discutia, em conjunto com a associação de moradores, os valores apontados nas estimativas e programa da operação, formulando então os “princípios base para a organização interna de cada habitação, incluindo modos de vida e conceitos de espaço-função da casa”. (BRIGADA DE S. VICTOR, dez.1974). No bairro da Lapa, em fevereiro de 1975, já estava concluído o processo de desapropriação das áreas previstas para a expansão da zona, aprovado em Reunião Geral dos Moradores no dia 21/02/1975.

Para dar suporte às discussões, os técnicos das Brigadas normalmente recorriam ao uso de maquetes para facilitar a compreensão dos moradores em relação às propostas apresentadas (Figura 27 a Figura 29). Conta Manuel Fernandes de Sá, em entrevista à autora:

“O problema das casas foi muito interessante. Da tipologia, da moradia propriamente dita. Foi difícilimo comunicar o projeto aos moradores. Começamos com desenhos, não entendiam nada. Depois fizemos as maquetes a arquiteto e não percebiam nada. E às tantas, eu tinha na altura duas sobrinhas que tinham 12 anos, fiz as maquetes e disse: faz de conta que é uma casa de bonecas, põe as camas, põe os quadros, põe os móveis, etc., e pronto! Aí perceberam tudo...” (SÁ, 2012).

Figura 27. Maquetes do piso térreo (à esquerda) e primeiro andar (à direita) do apartamento tipo T3 do SAAL Maceda-Acácio.



Fonte: Arquivo Distrital do Porto, 1975?.

Figura 28. Maquete em corte longitudinal do SAAL Antas.



Fonte: Arquivo Distrital do Porto, 1975?.

Na leitura dos relatórios da Brigada de Maceda-Acácio, de março e abril de 1975 – três e quatro meses após a sintetização do levantamento realizado em agosto de 1974 –, destaca-se o

desenvolvimento de maquetes dos tipos T2, T3 e T4 para serem utilizadas como apoio nas discussões dos técnicos sobre as habitações e organização do bairro com os corpos gerentes da Associação e com os moradores. Nesse mesmo período, a Brigada técnica do SAAL Francos também desenvolve maquetes na escala 1/20⁵⁰ do T3 para apresentação e discussão com a população em várias Reuniões Gerais de Moradores e apresenta uma planta proposta, chamada de “estudos prévios”, onde já é possível se ter a ideia do projeto, com seis apartamentos geminados.

Figura 29. Maquete da Associação de Moradores do Bairro do Leal.



Fonte: AS OPERAÇÕES..., 2007.

Figura 30. Exibição dos trabalhos das Brigadas Técnicas do SAAL/Norte nas sedes das associações.



Fonte: www.saal-memorias.blogspot.com

O relatório correspondente às atividades entre os meses de março e junho de 1975 da Brigada do SAAL S. Victor informa que deram suporte para a discussão com os moradores uma maquete do conjunto da Sra. das Dores⁵¹ na escala 1/500, maquetes esquemáticas das casas tipo na escala 1/20 e montagens do espaço doméstico em tamanho natural no próprio local da discussão (utilizavam-se panos, jornais, etc.). Sobre este assunto, Domingos Tavares, em entrevista à autora revela: “Fazíamos desenhos e não entendiam. Era necessário fazer

⁵⁰ Menciona-se a construção de maquetes na escala 1/20 nos Relatórios das Brigadas Técnicas de Francos (mar.1975), Antas (abr.1975), S. Victor (jun.1975) e Leal (jul.1976).

⁵¹ O desenvolvimento do projeto para a área da Sra. Das Dores (1ª fase) se baseava nos esquemas de ocupação do seu conjunto, no desenvolvimento das casas tipos para as áreas das novas construções e na discussão com os moradores em reuniões nas sedes das Associações.

simulações (...). Fazíamos maquetes em tamanho natural, isto é, simulações de espaço para explicar o tamanho de um quarto, o tamanho de uma sala...” (TAVARES, 2012).

De uma maneira geral, devido à dificuldade dos moradores em decodificar a planta baixa das casas, os arquitetos buscaram os mais variados meios de expressão e de comunicação do projeto. Foram construídas maquetes mobiliadas das casas no maior tamanho possível, inclusive com os móveis soltos e coloridos para os próprios moradores poderem organizar a casa e terem a correta noção do espaço.

“(...) os arquitetos utilizaram-se dos meios mais extraordinários para mostrar como é que a casa funcionava. Inclusive, o Siza fez em S. Victor praticamente uma casa em tamanho natural numa garagem, construiu os espaços para as pessoas terem uma ideia não só das dimensões como das relações entre as diversas funções da habitação e fazia-se, por exemplo, plantas ampliadas com as mobílias todas lá metidas – era muito importante saber se a mobília cabia ou não (...) as pessoas não tinham ideia, não sabiam ler uma planta à escala (...) Fizeram-se modelos de casas com as mobílias soltas para elas próprias poderem mobiliar a casa, portanto foi um exercício muito interessante (...) quando começaram a brincar com aquilo, a pôr a cama (...) as pessoas começaram a aprender” (COSTA, 2012).

“(...) Lembro-me que uma das fábricas abandonada que foi aproveitada para a associação dos moradores (...) o Siza montou com lençóis e fez a montagem de um apartamento para as pessoas saberem se as coisas cabiam ou não (...). Havia muita gente que ia a reuniões” (GUNTHER, 2012).

Domingos Tavares (2012) comenta que o reflexo ao final das Reuniões Gerais de Moradores era uma das coisas mais interessante do Processo. Durante as reuniões algumas pessoas davam as suas opiniões, os técnicos se posicionavam, etc., mas era no final das reuniões que as pessoas relaxavam e começavam a discutir entre si sobre os assuntos relativos às operações. O arquiteto ressalta ainda que esta era a ocasião em que os técnicos deveriam estar mais atentos, pois era quando as pessoas que não tiveram coragem de se expressar em público se posicionavam quanto as mais diversas situações.

Era bastante comum que, após o término da reunião, os membros da Brigada deixassem todo o material da discussão em exposição na sede da associação (maquetes, plantas, desenhos, etc) para que cada morador tivesse tempo de consultar e explorar o projeto individualmente (Figura 30).

“(...) com a ajuda de plantas à escala 1/20 com indicação de mobiliário – Maquetas em frigotermo⁵² com mobiliário em papéis coloridos de acordo com as diferentes funções e possibilitando a mudança das posições respectivas – mostrava-se a verdadeira dimensão das divisões das casas em construção, dimensão que alguns moradores julgavam não ser suficiente. As maquetas ficarão em exposição na sede para consulta direta dos interessados” (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, jun.1976).

“Fazíamos uma mesa com seis cadeiras (...) e nós recortávamos em cartolinas de cores variadas. E isso ficava na Associação. E as pessoas iam brincando com aquilo e iam aprendendo, não só a perceber como é que era uma planta, como também a perceber como é que as casas funcionavam” (COSTA, 2012).

Dentro do planeamento das ações das Brigadas havia sempre um tempo de discussão com os moradores sobre as suas expectativas em relação à nova casa. As entrevistas às populações e o levantamento das ilhas foram reconhecidos pelos técnicos como indispensáveis para o entendimento dos modos de vida e consequente adequação das propostas às necessidades das populações. Havia uma boa abertura por parte dos técnicos à oitiva dos futuros usuários em relação aos seus desejos e necessidades domésticas –, pode-se considerar até que se ouvia com muito rigor, conforme pode ser analisado na Ficha de Inquérito da Brigada SAAL de Chaves de Oliveira (Anexo 02).

“Por exemplo, a questão tipológica, que é uma questão muito importante de saber se a que tipo de casa é que as pessoas querem, que tipo de organização tipológica⁵³ eles preferem para o seu bairro e para a sua casa. E depois, dentro da própria casa, como é que a casa funciona. Como é que são as relações entre o espaço de cozinhar e a zona de estar, como é que se dá a relação entre a cozinha e a entrada.” (COSTA, 2012).

Os relatórios da Brigada do SAAL Maceda-Acácio de abril e maio de 1975 narram algumas discussões entre os técnicos e os moradores sobre a organização espacial do bairro e implantação no terreno, a possibilidade de escolha de quem se prefere ter como vizinho, as propostas das casas-tipo, dos tipos para cada agregado familiar e se a casa deveria ter uma entrada apenas pela frente ou duas, uma pela frente e outra nos fundos.

Coincidentemente, esses dois meses também foram de conversas semelhantes entre os moradores da Lapa e de Chaves de Oliveira com as suas respectivas Brigadas técnicas. Na Lapa, tratava-se sobre os tipos de habitação a construir e a recuperar na zona e as prioridades

⁵² POLIESTIRENO expandido (EPS), mais conhecido no Brasil pelo nome comercial Isopor.

⁵³ Segundo Alexandre Alves Costa (2012), os moradores eram envolvidos nas decisões de ordem tipológica, no que se refere à definição dos edifícios: se queriam casas com pavimento térreo e primeiro andar, pavimento, se casas geminadas ou isoladas, etc.

quanto ao lançamento das obras (BRIGADA SAAL LAPA, MAI/1975). Em Chaves de Oliveira, discutia-se sobre a recuperação das construções existentes, implantação das casas, insolação, acessos internos e externos, distribuição da vizinhança, tipos de casas e aspectos gerais de funcionamento das habitações. Questões relativas à localização da área de serviço, dos componentes do banheiro e da conexão entre sala e cozinha foram também tratadas (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, mai.1975). Ficou decidido em uma das reuniões, por exemplo, que o T2 seria o tipo mínimo e as casas teriam, no máximo, dois pavimentos. Sobre esse assunto, a Brigada revela que:

“Muitos moradores eram, no entanto, contra as habitações umas sobre as outras, o que aconteceria com os T1 e T2. As razões apresentadas diziam respeito à falta de intimidade entre as habitações e à insolação, quer dizer: se o vizinho de cima batesse com os pés no pavimento, haveria barulho embaixo, as casas de baixo ficavam na sombra e resumia isto na frase ‘*estou farto de viver por baixo*’” (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, mai.1975).

Embora seja possível tomar como ponto de referencia que um dos principais fundamentos do SAAL dizia respeito à tomada do processo pelos moradores (PORTAS, 2012), é preciso relativizar a participação dos mesmos. Segundo Bandeirinha (2007), “o princípio da participação foi muito usado e muito enredado, muito dramatizado”. Mas, ao se analisar os relatórios das Brigadas Técnicas e as entrevistas com os arquitetos do SAAL no Porto, verifica-se que as relações entre os arquitetos e as populações no que diz respeito às soluções de projeto tinham um limite: a dimensão programática. Em depoimento publicado no relatório da Brigada do Leal de julho de 1975, Sergio Fernandez revela: “Salvo no que diz respeito à definição de certas grandes linhas (localização de serviços, equipamentos, etc.) praticamente toda *actividade de projecto* se desenvolveu desligada da população (...)” (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, jul.1975).

Quando o assunto se tratava das definições do projeto em si, percebe-se que a participação dos moradores se dava muito mais no campo programático do que no formal. Indiscutivelmente, os moradores se colocavam muito no plano inicial, mas no que se refere à dimensão de projeto, às decisões de desenho propriamente dito, nota-se que a influência dos moradores foi bastante menor que durante o processo de escolha dos terrenos onde seria realizada a intervenção, por exemplo. Existem algumas razões que justificam tal constatação.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o processo exigia uma celeridade no avanço das ações. O tempo era bastante curto e havia uma grande necessidade de se começar a construir,

seja pela pressão do período revolucionário ou mesmo para que o Serviço mantivesse a credibilidade e o apoio das populações. Era urgente que as pessoas começassem a ver as casas prontas. “O tempo era demasiado irrequieto, o tempo era demasiado apressado, demasiado pressionado” (MENDES, 2012).

“(…) meu próprio ministro uma vez disse-me: – Eu tenho que ir ver isso do SAAL, porque as pessoas estão todas a discutir isso e eu não vejo casa nenhuma. Eu disse: – as casas não aparecem de um momento para outro. E ele: – Isso não é verdade! Eu fiz uma ali em Luanda e para a ACP. E daí ele me levou para ver uma casas pré-fabricadas metálicas que ele tinha ali como engenharia militar, tinha feito para o exército em Luanda e para os trabalhadores da ACP quando andam a fazer obras. E daí ele disse: – Mostra-me uma casa do SAAL! E eu: – O SAAL está numa fase do processo. E ele: – Qual processo? Projeta-se e faz! Ou seja, o inimigo estava ali em casa (...) (PORTAS, 2007).

Segundo Domingos Tavares (2012), passar confiança à população por meio do incentivo à rápida construção das casas foi a estratégia adota no Bairro de S. Victor: “temos que ganhar a confiança dos moradores e ganhamos a confiança produzindo obra. Portanto, mais do que produzir projeto, nós vamos produzir obra” (TAVARES, 2012). Era preciso rapidamente superar a fase do projeto para se iniciar as construções.

Como as brigadas técnicas tiveram que despender muito tempo encontrando métodos de comunicação diferentes daqueles que são habituais entre o arquiteto e o cliente de classe média – que sabe o que quer –, não havia tempo para se discutir todos os aspectos técnicos e estéticos com os moradores. “O Siza, por exemplo, disse-lhes ao S. Vitor (...) eu acho que se a gente se por a discutir, isso nunca mais acaba (...)” (PORTAS, 2012). Além disso, por se tratar de um cliente coletivo, por envolver muita gente, havia muita dispersão entre os moradores: “umas pessoas queriam de uma maneira e outras pessoas queriam de outra” (COSTA, 2012).

Vale destacar que havia também uma dificuldade orçamentária para a construção dos projetos. As pessoas não tinham dinheiro e, conseqüentemente, o custo era limitado. Como as casas eram governamentais, incluídas num programa de habitação econômica, não se poderiam ultrapassar certas áreas. Portanto, o controle das respostas técnicas estava estreitamente vinculado à atividade do arquiteto, uma vez que a liberdade do projeto era relativamente pequena: “(...) não poderíamos dar à sala a dimensão que queríamos. A área global, a área bruta da casa não podia ultrapassar x” (Ibid, 2012).

Embora os moradores pudessem se posicionar relativamente à priorização de um cômodo em prejuízo de outro – por exemplo, se os filhos estudassem no quarto, este quarto deveria ser maior e, conseqüentemente, seria retirada área de outro cômodo da casa –, tratava-se de reconhecer que as decisões de projeto eram da competência e responsabilidade profissional do arquiteto. Para Alexandre Alves Costa (2012), especialmente no Porto, havia sempre a ideia de que os arquitetos tinham as suas funções específicas – em relação aos aspectos técnicos, estéticos, e de linguagem arquitetônica – que não deveriam ser discutidas. Segundo o professor, os arquitetos no Porto não abandonaram a sua competência de fazer arquitetura durante o SAAL.

“(...) Se a casa tinha essa forma ou aquela, se a janela era maior ou menor (...) não era discutível. Quer dizer, nós tínhamos um limite, havia uma área em que o limite da participação parava aqui, e agora era competência do arquiteto em resolver o assunto. Nunca pusemos em causa isto. Portanto, houve sempre aquele equilíbrio entre aquilo que era o poder dos moradores aceitarem ou não aceitarem, e aquilo onde esse poder não era exercido. E o poder dos moradores não era exercido nos aspectos estéticos, nos aspectos formais da casa, nos aspectos mais da linguagem arquitetônica. Isso era da competência dos arquitetos e nunca foi objeto de discussão” (COSTA, 2012).

O estabelecimento do limite entre as decisões que estavam em poder dos moradores e as que eram de responsabilidade dos arquitetos não era uma tarefa muito fácil. Nas experiências em que as Brigadas deram abertura às populações para se posicionarem em relação aos aspectos tipológicos, à distribuição espacial ou aos aspectos estéticos, percebeu-se que, em alguns casos, os próprios moradores deixavam nas mãos dos arquitetos a resolução da futura moradia, conforme depoimentos dos técnicos abaixo:

“Deixemos de conversa, o que a gente quer é as casas (...) a certa altura as pessoas também estavam fartas da participação” (PORTAS 2007)

“Para quê nos perguntam? É só vocês fazerem as casas como se fosse para vocês que de certeza nós iremos gostar” (VICENTE, 2007).

Segundo o relatório da Brigada Técnica de Maceda-Acácio, havia divergência entre os próprios membros da direção da Associação, pois alguns desaprovavam a participação dos moradores nas decisões de projeto, justificando que eles “não percebem nada desses assuntos e aprovam qualquer proposta da brigada” ou que “a Brigada nem sequer devia ter perguntado aos moradores que tipo de habitação queriam, pois todos iriam pedir um tipo maior” (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, maio.1975). Sobre a experiência no bairro do Leal, Sergio Fernandez complementa:

“(…) se pudesse considerar definida uma solução que já nada tinha a ver com a dos blocos camarários, eram estes a referência que predominantemente os moradores tomavam quando pretendiam traduzir uma ideia de organização ou espaço de habitação (...). As discussões que, informalmente, a Brigada foi tentando ter com os moradores sobre assuntos de organização do fogo pouco adiantaram no sentido da *efectiva* apropriação (...) não só pelas dificuldades derivadas do *carácter abstracto* da discussão, mas também e, sobretudo, pela carga ideológica de certos padrões de vida ligados à dominação da burguesia” (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, jul.1975).

Também se identificou nos relatórios e nas entrevistas que, de uma maneira geral, era bastante comum que os moradores demonstrassem uma aspiração de ascensão aos esquemas da vida burguesa. Segundo Domingos Tavares (2012), o sonho da casa nova era fundamentalmente burguês. “(...) o sonho traduzia-se de uma forma que os arquitetos consideraram profundamente reacionária. O sonho era que se construíssem blocos de rés-de-chão e três andares para cada um ter direito a um apartamento (...)” (TAVARES, 2012). Algumas opções de organização espacial, inclusive, deixavam transparecer concepções moralistas burguesas. “Quando se solicita mais de um quarto para que durmam separados irmãos de sexos diferentes ou pais de filhos, por exemplo, demonstrava-se que a ideologia burguesa penetrava profundamente nas classes populares” (BRIGADA TÉCNICA SAAL CONTUMIL, jul.1975).

Dessa forma, considerava-se como necessária uma constante vigilância dos técnicos para que, ao mesmo tempo em que se recusassem a aceitar determinadas formulações dos moradores, evitassem uma atitude impositiva, buscando encontrar soluções do espaço organizacional mais adequado às perspectivas de classe. Mas isso parece não ter sido apenas uma particularidade dos moradores do Porto, conforme relata um dos arquitetos participantes do SAAL na zona de Lisboa quando discute questões programáticas com os moradores da sua zona de trabalho:

“Vocês querem habitações individuais, querem em banda com dois pisos ou em quatro pisos (que era o que se tinha disponível), e eles queriam de quatro pisos, pois não queriam ser vistos como os “coitadinhos”. Nós queríamos um bairro que seja um bocadinho idêntico com o que estão a construir no resto de Lisboa” (HESTNES, 2007).

Talvez por essa razão Anni Günther (2012) afirme que, apesar de as equipes técnicas tivessem se dado ao trabalho de fazer com que as pessoas ficassem cientes dos projetos, isso não significava dizer que os projetos tivessem sido adaptados diretamente àquilo que as pessoas queriam ou esperavam. Sobre este assunto, Domingos Tavares vai um pouco mais além. O professor sugere que, embora os arquitetos das Brigadas do SAAL no Porto se baseassem nos levantamentos, entrevistas, etc. para a produção das casas, eles se utilizaram do discurso para

conduzir as populações a fazer do projeto aquilo que eles próprios achavam que era o correto – e não necessariamente as vontades dos moradores e nem dos dirigentes das associações (TAVARES, 2012).

Considerando que a vontade das pessoas depende de muitos fatores, incluindo fatores culturais, Domingos Tavares afirma que “a posição dos arquitetos das Brigadas (...) foi o exercício de convencer as pessoas que elas estavam enganadas e o que elas queriam era outra coisa” (Ibid., 2012). Ou seja, para o professor, os arquitetos faziam o projeto de acordo com as suas convicções e convenciam os moradores de que as suas sugestões eram aquilo que eles desejavam. Ressalta ainda, que essa atitude não era negativa, não parecia ser uma ação impositiva maléfica aos moradores. Na verdade, as Brigadas, detentoras de uma cultura, pareciam ter a intenção de conduzir as populações para a melhoria do bairro a um nível que eles não poderiam imaginar ser possível. Era uma questão de quebrar a resistência dos moradores:

“Aquela coisa que hoje se diz que é preciso fazer a cabeça das pessoas, educá-las, transformá-las (...). Fizemos um desenho (...) a favor dos fatores que poderiam ser extraídas do tipo de vida que as pessoas começaram a admitir que seria bom. *Como era bom que além da casa as crianças tivessem um espaço que poderiam brincar com segurança.* E os moradores: *Claro, é fantástica!* Mas a primeira resposta é “*não pode ser*” e nós “*mas pode ser*” (...)

“Não é verdade chamar a essa *democraticidade* assim: ‘os arquitetos fazem o que os moradores desejam’. Os moradores não desejam nada em especial. Desejam de forma contraditória quando desejam coisas. E depois tem de haver uma síntese disto tudo e a vontade da arquitetura sobrepõe-se. Esta foi a nossa experiência” (TAVARES, 2012).

Sob esse ponto de vista, Nuno Portas afirma que Álvaro Siza foi bastante inteligente com a sua tese: “Eu ouço-vos, mas não vos obedeco. Na primeira fase eu faço o que acho que vocês precisam. Depois, na segunda fase, vocês já tem experiência, já viram, falamos outra vez, e eu incorporo (...)” (PORTAS, 2007). A sugestão de Siza aos moradores de S. Victor era que, em primeiro lugar, o projeto seria elaborado de acordo com as suas convicções do que seria o ideal para a população. Após o projeto pronto, ao experimentarem as novas casas, os moradores estariam aptos a discutir com o arquiteto e opinar sobre as casas na segunda fase. O problema é que não houve segunda fase e, por isso, S. Victor é um dos casos em que há bastante crítica e censura por se considerar que o processo participativo não foi suficiente para haver a legitimidade do projeto.

“Certos *arquitectos* achavam que era preciso dar à população *exactamente* aquilo que ela pede; para mim, isso é demagogia. Devemos pôr ao serviço da população o conhecimento que temos de um certo número de coisas e é apenas depois disso que podemos iniciar a discussão” (SIZA, 2009, p.31).

De qualquer maneira, embora houvesse sempre opiniões divergentes entre os moradores e os técnicos a respeito das propostas – situação natural num processo em que há muita gente envolvida – era preciso se chegar a um denominador comum, pois a aprovação dos projetos pela associação de moradores fazia parte da metodologia do SAAL. Era nas Reuniões Gerais de Moradores, apontadas em vários relatórios técnicos das Brigadas, onde os moradores discutiam com os técnicos quantas vezes fossem necessárias até que se chegasse a uma unidade de opinião sobre a proposta para que, em seguida, o projeto fosse aprovado. A tarefa da Brigada consistia em explicar, convencer, discutir e fazê-los compreender a proposta até que enfim fosse aprovada para a fase de construção.

Mas não eram apenas nas Reuniões Gerais de Moradores que as Brigadas estavam presentes. Era muito comum que os técnicos participassem das reuniões com a direção da associação, das Reuniões Gerais de Moradores dos bairros onde atuavam, e de bairros vizinhos, das Plenárias dos Moradores do Porto, Reuniões Intercomissões, Reuniões com as Brigadas SAAL, entre outras. Os técnicos procuravam dar todo o apoio possível aos moradores, desde o início do Processo, na organização dos Estatutos das associações, como já referido, até o apoio técnico durante as obras.

A Brigada do Leal, por exemplo, nos meses de julho e agosto de 1976 participa do Plenário das Comissões de Moradores do Porto, realizado na ESBAP e acompanha a direção da Associação e alguns moradores na visita do Governador Civil àquele bairro, onde a Brigada explicou o trabalho que estava realizando e destacou as necessidades da população. A Brigada do Leal participou ainda nas reuniões entre o SAAL, Câmara Municipal do Porto e Brigadas Técnicas.

Outras Brigadas também desenvolviam atividades semelhantes. Os técnicos do SAAL no bairro da Lapa, em Janeiro de 1975 participam de uma Reunião das Brigadas e Elementos das Comissões com o Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo para tratar do andamento geral dos trabalhos (BRIGADA DA LAPA, jan.1975).

De uma maneira geral, o relacionamento das Brigadas com as associações de moradores se apresenta bastante forte. Os arquitetos coordenadores das brigadas técnicas das operações

SAAL gerenciavam equipes que, por vezes, chegavam a ser compostas por mais de dez pessoas, entre jovens arquitetos, estudantes de arquitetura, engenheiros, desenhistas, assistentes sociais, funcionários administrativos e ativistas sociais com as mais variadas profissões que, juntos, participavam ativamente da vida das associações para o entendimento dos modos de vida das populações e dar o apoio técnico necessário para a concretização da luta dos moradores pela melhoria das suas condições de habitação.

4.2 O PONTO DE VISTA DOS MORADORES

Um fator de destaque para iniciar a discussão sobre a visão dos moradores das áreas pobres do Porto em relação ao Processo SAAL é o reconhecimento dos mesmos sobre a importância do Serviço para a melhoria das suas condições habitacionais. Considera-se, de uma maneira geral, que o SAAL foi o responsável por alavancar a força do Movimento de Moradores devido ao apoio dado pelos técnicos para a organização das populações pobres em associações de bairros.

Em entrevista, o Sr. Aurélio Simões (dirigente da Associação dos Moradores do Bairro do Leal, desde a sua fundação até os dias atuais) confirma o incentivo de técnicos para que os moradores das ilhas do bairro do Leal se organizassem como associação e pudessem se beneficiar do Processo SAAL: “veio aqui uma equipa técnica a mostrar, a dizer que se nós nos associássemos, éramos capazes de entrar no Processo SAAL, que eles davam o apoio e a gente seguia com eles” (SIMÕES, 2012). A Sra. Orquídea Santos (sócia fundadora da Associação de Moradores da Bouça), também em entrevista, lembra-se que o Processo na Bouça foi estimulado por um grupo de jovens estudantes de arquitetura e de engenharia “que começaram a fazer visitas às ilhas afim de as pessoas se organizarem para lutar por uma habitação (...) e num dos dias chegou onde eu morava (...) e falamos sobre arranjar um movimento em que lutássemos junto à Câmara por casas” (SANTOS, 2012).

Na página n.2 de “O Alerta” – jornal da Associação de Moradores da Bouça, Burgães, Peneda, Marq. Marinho e Monte Cativo – é ressaltado que a razão para a organização dos moradores do bairro da Bouça foi o conhecimento da existência do SAAL, a quem entregaram um caderno reivindicativo no dia 04/01/1975 (RELATÓRIO..., abr.1975). Na primeira edição do jornal “A Zona”, da Associação de Moradores da zona de S. Victor, encontra-se a referência do SAAL como um instrumento para a concretização das ações dos moradores em

prol das melhorias habitacionais: “alguns moradores de S. Victor implicados no processo reivindicativo (...) decidiram apoiar-se no SAAL para levarem à prática sua luta por uma habitação digna para todos” (A ZONA, n.1, p.3).

Logo se reconhece a afinidade do SAAL com o Movimento de Moradores do Porto. Na visão de alguns moradores, uma vez que as brigadas eram compostas por pessoas ligadas à área da construção (arquitetos, estudantes de arquitetura, estudantes de engenharia, etc.), o SAAL foi criado para satisfazer as necessidades técnicas do Movimento de Moradores – construção de casas e melhoria das infraestruturas dos bairros – aparecendo como “a única tábua de salvação possível para mais uma centena de milhares de pessoas” (O QUE..., 1975?).

“(...) a leitura que eu faço é que o SAAL foi essencialmente para responder às necessidades técnicas que o movimento tinha. Foi uma consequência do movimento (...) é a leitura que eu faço e até pelo desenrolar dos acontecimentos que se verificaram aqui, e se verificaram nas outras comissões de moradores, é que eles vinham essencialmente, não vinham politizar ninguém, na verdadeira ascensão da palavra, vinham assim, dizer o que é que era necessário, o que é que nós tínhamos, que havia isto, isto e isto, o que é que nós achávamos (...) Era esse o objectivo deles, e dar o apoio técnico na elaboração de projectos. Esta é a leitura que eu faço do movimento do SAAL” (SR. “M”, 200-).

Confere-se também destaque para as ações dos membros do SAAL/Norte que ultrapassavam o apoio à elaboração dos projetos e execução das obras das novas moradias. No jornal “A voz de Francos” (jul.1975), Boletim Informativo da Associação de Moradores de Francos, fala-se sobre a intervenção do Dr. Mário Brochado Coelho na reunião realizada na Escola de Belas Artes do Porto em 25/06/1975, em cuja ocasião o advogado reforçava a necessidade de união e organização dos moradores na luta para a concretização das reivindicações. A atuação do Dr. Mário Brochado também é citada pelo Sr. Aurélio Simões, quando da elaboração dos “Estatutos e Regulamento de Uso e Habitação da Associação dos Moradores do Bairro do Leal” (aprovado em Assembleia Geral de Moradores de 31/03/1978): “A Comissão Instaladora trabalhou juntamente com o Dr. Mário Brochado, e, juntamente com ele, fizemos os Estatutos. (...) Isto tudo foi feito com a ajuda do Dr. Mário Brochado. Foi discutido ponto por ponto (...)” (SIMÕES, 2012).

Sobre o Processo SAAL em Massarelos, há referências de que o arquiteto responsável pela Brigada ajudava na elaboração dos Estatutos da Associação, envolvia-se na promoção de eventos culturais no Bairro e apoiava os moradores nas ações reivindicativas necessárias para

dar celeridade ao Processo, como na passagem narrada abaixo, por um membro da Associação de Moradores de Massarelos:

“E outra vez, tínhamos que fazer um documento, era importante, um documento de L. do Ministério da Habitação, para a construção arrancar, e era feriado na 6ª feira. E o arquitecto, ‘*Vamos para L., vamos lá, porque temos que fazer este documento! Sem este documento não é possível!*’. (...) fomos muitos, 3 ou 4 com o arquitecto, e então o arquitecto diz, ‘*ouve lá, eles não estão na disposição de nos dar o documento assinado! (...) tu vais para a porta do elevador, sentas-te à porta do elevador, assim ninguém entra e ninguém sai!* (...)’ E começamos. ‘*E não vai sair daqui ninguém sem nos dar aquele documento!*’” (SR “C”, 2000-, p. 225).

Parece claro que, na visão dos moradores, havia uma importante ligação entre as operações SAAL no Porto e as ações desempenhadas pelo Movimento de Moradores. Identificou-se que em grande parte das vezes onde se encontram referências às reuniões entre Comissões e moradores para discutir questões relativas à luta pela melhoria habitacional, é mencionada também a participação das Brigadas Técnicas e membros da Equipe Coordenadora do SAAL.

No Boletim nº 5, de abril de 1975, a Comissão de Moradores de Massarelos informa sobre um comício reivindicativo realizado no dia 05/04/1975, no Palácio de Cristal (Figura 31 e Figura 32) “com a participação de Moradores, Comissões de Moradores, Brigadas Técnicas e Coordenadora do SAAL”. Sobre este evento, existe, no Centro de Documentação 25 de Abril em Coimbra, um panfleto assinado pelas Comissões de Moradores, Brigadas Técnicas do SAAL e Comissão Coordenadora do SAAL Norte, em que os signatários convocam “todos os moradores do Porto e arredores, vivendo em más condições de habitação para uma ASSEMBLEIA PLENARIA DE TODOS OS MORADORES, a realizar-se no PALÁCIO DE CRISTAL, no sábado, dia 5 de abril, às 15 horas”. Em um documento elaborado pela Comissão Provisória de Moradores de Contumil também se verifica “a participação de elementos dos serviços do SAAL/Norte” em uma reunião que seria realizada em 29/11/1975, cujo objetivo era prestar informações sobre o andamento do Processo (COMISSÃO PROVISÓRIA DOS MORADORES DE CONTUMIL, nov.1975).

A elaboração de documentos (Cadernos Reivindicativos, Comunicados, Cartas, Moções, etc.) em que assinam conjuntamente as Brigadas Técnicas, os membros do SAAL/Norte e as associações de moradores, era bastante comum após as reuniões com a participação de todos esses atores. De uma maneira geral, esses documentos informam sobre as deliberações tomadas durante essas reuniões. Como exemplo, destacam-se o *Caderno Reivindicativo das Associações e Comissões de Moradores, dos Técnicos, dos Trabalhadores do Serviço ligados*

ao SAAL Norte, escrito após a tomada de posse do 1º Governo Provisório; o “Comunicado” de 18/03/1975, redigido pelas Comissões de Moradores, Brigadas Técnicas e Trabalhadores da Coordenação do SAAL (zona Norte) após Assembléia Plenária realizada no anfiteatro da ESBAP; o relatório do “Plenário das Comissões e Associações de Moradores, dos técnicos das Brigadas e dos Trabalhadores do SAAL-Norte”, ocorrido em 29/10/1976 na ESBAP, entre outros.

Figura 31. Assembleia Geral de Moradores com membros das Brigadas Técnicas do SAAL e da Coordenação do SAAL/Norte no palácio de Cristal, em 05/04/1975.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 1975.

Figura 32. Assembleia Geral de Moradores com membros das Brigadas Técnicas do SAAL e da Coordenação do SAAL/Norte no palácio de Cristal, em 05/04/1975.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, 1975.

Os documentos e as entrevistas revelam que os corpos dirigentes das associações de moradores, além de terem a consciência sobre os objetivos do SAAL, esforçavam-se em passar todas as informações e o andamento do Serviço aos demais sócios. Era por meio dos jornais de bairro, reuniões, comunicados e panfletos que as comissões instaladoras e os dirigentes das associações de moradores divulgavam as atividades realizadas pelas associações e o curso do Processo SAAL no bairro.

O surgimento de “A voz do Leal”, jornal da Associação dos Moradores do Leal, é justificado para ser a voz dos moradores do bairro e um veículo de informação para as pessoas sobre o andamento da luta pela melhoria das suas condições de vida e do Processo SAAL, incluindo nas suas publicações as atas das reuniões e das assembleias realizadas, conforme consta no editorial da sua primeira edição (A VOZ DO LEAL, jul. 1975). Também o editorial de “A

Voz de Francos” fala que a sua Comissão de Moradores tomou a iniciativa de fazer um jornal uma vez por mês para que todos os moradores ficassem cientes dos trabalhos desenvolvidos pelo Processo SAAL no bairro. Ressalta, ainda, que o jornal foi criado para que todos os moradores colaborassem enviando artigos “expondo os reais problemas e dando-nos ideias novas que sirvam para o avanço da nossa luta aqui em Francos e de todos os moradores da cidade” (A VOZ DE FRANCOS, jul.1975).

No artigo intitulado “Esclarecimento”, publicado na edição de janeiro de 1975 do jornal “Arranque”, a Comissão de Moradores do Bairro das Antas informa que a maneira mais efetiva de comunicação com os moradores era por meio do jornal do bairro, onde se pretendia esclarecer todos os moradores sobre o andamento dos trabalhos da Comissão e a maneira como iria se desenrolar a operação SAAL no local. A Comissão de Moradores da zona de Contumil também busca esclarecer a população por meio do seu jornal:

“O SAAL é um Serviço do Estado que nos ajudará a arranjar as casas, mas para isso temos de estar organizados. O SAAL fornece-nos uma brigada que estuda os terrenos, faz os projetos, etc. Depois, a Comissão manda para o Governo uma lista dos terrenos de que precisa para fazer as casas (...)” (ESCLARECIMENTOS..., 1975, p.3).

É interessante notar que havia uma abertura à contribuição das Brigadas nas publicações de bairro. Ainda na edição n.1 do jornal “Moradores em Luta”, de julho de 1975, a Comissão de Moradores da Zona de Contumil informa que pediu à Brigada Técnica a sua participação naquele número. Dessa forma, o artigo intitulado “Da Brigada”, escrita e assinada pela Brigada Técnica da zona de Contumil informa, dentre vários assuntos, sobre a composição da mesma (um arquiteto e oito estudantes) e que foi contratada para dar todo o apoio técnico na luta pela habitação, inclusive contribuir para a mobilização e dinamização dos moradores, efetuar as entrevistas em conjunto com a população, apoiar o processo de expropriação de terrenos, projeto de futuras casas, equipamentos, etc.

Encontra-se também na primeira publicação de o “Arranque” um artigo redigido pela Brigada do SAAL na zona das Antas intitulado “A Fase Actual do SAAL”, em que se explica sobre o surgimento do Serviço e a etapa do Processo no bairro, citando alguns acontecimentos importantes para o desenvolvimento do projeto. Em “A Voz de Francos”, a Brigada usa também o espaço do jornal para divulgar o andamento dos trabalhos: “Na expectativa da Declaração de Utilidade Pública (...) trabalha desde já a Brigada no sentido de preparar o

ante-projecto, fase que antecede imediatamente o *projecto* de construção (...)” (A VOZ DE FRANCOS, jul.1975).

A pesquisa considera que o esclarecimento sobre o SAAL pode ser a causa para que, de uma maneira geral, houvesse o reconhecimento generalizado da importância do Processo SAAL por parte daqueles moradores envolvidos na luta por uma moradia digna.

A divulgação do trabalho das Comissões de Moradores fez com que no bairro de Massarelos, a cada quatro pessoas, três soubessem da existência da Comissão de Moradores e 70% dos entrevistados pretendessem se tornar sócios da futura associação de moradores (BOLETIM, n.5, 1975). Entretanto, apesar do conhecimento sobre os trabalhos que estavam sendo realizados nos bairros e das inúmeras reuniões promovidas pelos dirigentes das associações com a participação das Brigadas Técnicas, constatava-se uma desmobilização generalizada dos demais moradores, também percebida pelos técnicos das Brigadas, como já referido.

Na primeira edição de “A voz do Leal” há uma crítica aos moradores que não participam das reuniões: “Existe uma Comissão. Tem trabalhado e muito. E os restantes moradores? Pouco ou podemos dizer nada tem feito” (A VOZ DO LEAL, jul.1975). Na sua segunda edição, o apelo à participação dos moradores na vida das associações é acompanhado por frases como “juntos teremos mais força” ou “o direito às casas não poder ser só do trabalho de poucos em favor de muitos, mas sim o trabalho de muitos para todos” (Ibid., ago.1975). Apesar de compreenderem que houvesse pessoas com mais dinamismo que outras, como é comum em todos os setores, a Associação de Moradores da Lapa também reforça o convite para que todos os sócios participem ativamente no trabalho e no avanço da Associação “e que não fiquem à espera que meia dúzia o façam por eles”, uma vez que “as casas não caem do céu”, (A VOZ DA LAPA, jun.1975).

Em depoimento, um membro da Comissão de Moradores de Francos denuncia que “a Comissão tem trabalhado muito sem grande apoio de todos os moradores”, afirmando que esta questão estaria sendo sentida por todas as Comissões, e que, portanto, os corpos dirigentes deveriam “trabalhar para que todos os moradores participem em todas as nossas atividades” (A VOZ DE FRANCOS, jul.1975). A Associação de Moradores das Antas, apesar de admitir que a falta de interesse dos seus vizinhos poderia ter sido causada pelo afastamento dos dirigentes das populações, justificado por eles estarem tentando, inclusive, “adquirir conhecimentos mais profundos do processo para expô-los aos moradores de forma mais clara

e simples, até a total compreensão do problema” (ARRANQUE, jan.1975), pede a colaboração de todos os sócios para ajudarem na dinamização do Processo SAAL:

“Nota-se de uma forma bastante acentuada certa reserva por parte dos moradores da nossa zona em relação ao processo em curso. Não vamos criticar (...) até porque já há um número bastante significativo de moradores interessados no plano de habitação das Antas, talvez porque o tenha já compreendido (...). Compreende-se em certa medida a desconfiança de alguns moradores mais reservados, mas a posição cômoda (...) dificulta a *acção* de outros mais lutadores. (...) uma entre tantas formas de colaborar nessa dinamização é perguntar ao vizinho, aos amigos, ler os jornais, é assistir às reuniões que semanalmente os delegados fazem”. (ACABEMOS..., 1975, p.5).

A partir das análises dos documentos e das entrevistas realizadas, é possível afirmar que a participação popular no Processo SAAL no Porto, na verdade, não pode ser associada ao envolvimento de todos os moradores das áreas degradadas. Apesar da conscientização dos mesmos em relação ao Processo e da esperança de que o SAAL trouxesse a mudança das suas condições de moradia, poucos foram os que, efetivamente, contribuíram com o próprio trabalho. “(...) não tenho muito tempo para ajudar, mas *gostava* que isso fosse para frente (...) o que não queremos é sair daqui (...), portanto *gostávamos* de viver aqui em casas decentes” (INQUÉRITO, 1975, p.15).

Nesse sentido, apresenta-se bastante claro que os membros diretores das associações, com o apoio técnico do SAAL, foram os personagens que mais contribuíram na luta pela melhoria das habitações. Na terceira edição do jornal “O Alerta” (mai.1975), a Associação de Moradores da Bouça informa sobre as atividades realizadas pela sua diretoria, reforçando a necessidade de que todos os moradores estivessem conscientes da luta e lembrando que o trabalho realizado era para o benefício de todos: “E o nosso trabalho é para toda a gente, para todas as pessoas que precisam, para os novos e para os velhos. Não é só para meia dúzia. É para TODOS”. Nesse mesmo número, o jornal publica uma “Carta de um sócio à Direção” que, em acompanhando de perto as atividades da direção da Associação, um morador reconhece o trabalho “*árido e canseroso*” e que “tem roubado muitíssimas horas de repouso” dos seus membros. Na edição nº 4, a Associação de Moradores da Bouça pede o envolvimento da população para que haja celeridade no Processo. Lembra que o SAAL é um serviço técnico para apoiar as iniciativas das populações e, portanto, pressupõe que são os moradores que devem tomar a iniciativa de transformar os próprios bairros.

No editorial da publicação n.4 de “Moradores em Luta” (jan.1976), a Associação de Moradores de Contumil relata que, apesar de os delegados terem feito de tudo para que o Processo SAAL prosperasse, lamentava porque muitos moradores não acompanhavam e não se interessavam pelo o que a direção da Associação fazia ou deixava de fazer. No comunicado “Moradores de Contumil” (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CONTUMIL, nov.1975), a Comissão de Moradores do bairro, conforme já vinha solicitando aos moradores, lembra da necessidade de uma maior participação de todos nos trabalhos da Comissão e reforça o pedido para que cada rua elegeisse os seus respectivos delegados, de modo a representar os seus moradores efetivamente.

Vale ressaltar que a relação dos dirigentes com o restante dos sócios das associações nem sempre foi pacífica. A Associação de Moradores das Antas identifica, inclusive, certa “hostilidade de alguns moradores da ilha, para com a direção da Associação de Moradores” (A ZONA, 197-). Em outros casos, o problema estava no próprio corpo dirigente quando os seus membros divergiam quanto à prioridade no processo de distribuição das novas moradias, por exemplo.

Independente da relação entre sócios e dirigentes, a regra do Processo era clara: nada poderia ser deliberado pela Direção sem que houvesse a aprovação dos sócios em Assembleia Geral de Moradores⁵⁴. Isso era fundamental no processo participativo do SAAL e constava, inclusive, nos Estatutos das Associações.

No bairro do Leal, o Sr. Aurélio Simões informa que havia um processo para a atribuição das novas casas, cuja comissão ficava responsável por avaliar o estado das moradias⁵⁵ – priorizando-se aqueles sócios que estivessem morando em casas ameaçadas de ruir – e indicar aqueles que seriam contemplados com as novas casas. Após a indicação dos contemplados, abria-se a votação, na Assembleia Geral de Moradores, para a aprovação dos demais sócios. “Arranjávamos uma Comissão (...) depois de termos o processo de cada casa, a Direção por si propôs Assembleia que as 16 casas deviam ser de A, B ou C e a Assembleia havia de dizer se concordava ou não. Foi à votação” (SIMÕES, 2012).

⁵⁴ No *Estatuto e Regulamento de Uso e Habitação da Associação de Moradores do Bairro do Leal*, o artigo 22º esclarece que “A Assembleia Geral de Moradores é o órgão supremo da Associação, nela residindo a sua autonomia face a terceiros e a sua soberania face aos associados”.

⁵⁵ Para esta avaliação a Comissão de Moradores do Bairro do Leal solicitou à Câmara Municipal do Porto apoio técnico necessário para saber o verdadeiro estado das casas.

O envolvimento da direção no Processo foi bastante intenso desde o início. Existem referências que, tão logo eram designadas as Brigadas para os Bairros, as Comissões Instaladoras já começavam a trabalhar em conjunto com os técnicos do Serviço. Uma das primeiras atividades das Comissões era acompanhar as Brigadas nas visitas técnicas aos bairros para os levantamentos das casas e dos terrenos livres, bem como nas entrevistas aos moradores. “Eu particularmente, trabalhei bastante *directamente* com a brigada porque estava desempregada na altura e então eu e os outros elementos do grupo, da comissão, não é? Ajudávamos a Brigada a andar no local e a realizar os inquéritos porta a porta” (SRA. “D”, 200-, p.186). “Acompanhávamos a brigada e uma comissão formada pelos moradores, tiramos fotografias... Os *arquitectos* tiravam medidas, viam as pessoas que moravam ali dentro, e depois (...) fez-se um sorteio e foram escolhidas as pessoas que estavam mesmo mais necessitadas (SRA. “R”, 200-, p.240). “Formamos (...) com os arquitetos, com grupos de moradores, ver todas as casas dos nossos associados (...) para ver quantos filhos, as condições da casa. Tínhamos pessoas na rua da Bouça a viverem em cima da terra” (SANTOS, 2012).

Confere-se em alguns relatos que os membros dirigentes das associações se doavam ao máximo na luta para alcançar os objetivos almejados. Viajavam a Lisboa (às vezes com dinheiro próprio) para resolver questões relativas ao andamento do SAAL, nomeavam membros para o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto – CRMP, participavam de reuniões com outras associações e com as Brigadas, organizavam financeiramente a associação, reuniam-se praticamente todos os dias até a madrugada (após um dia de trabalho), promoviam manifestações, inclusive, aos fins de semana, dentre outras ações. “Andei com cinco filhos atrás de mim a passar noites inteiras na Associação”, relata, por exemplo, a Sra. Orquídea Santos em entrevista (Ibid, 2012). “Isso deu muito trabalho. Nós da Associação trabalhávamos todos os dias à noite. Das 21h30 até 1h00 da manhã. Estávamos sempre ali. Tínhamos aqui uma coisa excepcional”, conta, com entusiasmo, o Sr. Aurélio Simões que, até hoje, trabalha pela Associação de Moradores da zona do Leal. Também o Sr. “C”, membro da Associação de Moradores de Massarelos relata a sua experiência de participação no SAAL:

“Fazia-se tudo! Vínhamos cá ao sábado, ao domingo, dormíamos aqui e tudo! (...) As mulheres às vezes estavam em casa à nossa espera e nós estávamos aqui a trabalhar até de madrugada, e nos deitávamo-nos no chão. (...) Estávamos a trabalhar para os moradores. Canseiras, noites perdidas, e semanas, e tudo... Até o Natal passávamos aqui! Na altura a gente não pensava! Era fazer, era servir a população” (SR. “C,” 200-).

O apoio dado pelas Brigadas Técnicas e pelo núcleo coordenador do SAAL/Norte às associações durante todo o Processo, resultou não apenas no reconhecimento da importância do SAAL para a melhoria das condições de vida das populações pobres, mas até mesmo em um sentimento de gratidão dos moradores às equipes. A Comissão de moradores do Bairro de S. Victor publica, após o I Encontro SAAL Norte para se discutir os trabalhos realizados após o primeiro ano do Serviço, que a projeção do SAAL, já bastante significativa na opinião dos seus membros, deve-se, em parte, à harmonia existente entre técnicos e as camadas populares “apoiando-se no auxílio técnico e orientador na luta que o explorado vem travando” (A ZONA, ago.1975).

De uma maneira geral, a partir dos documentos e das entrevistas, pode-se considerar que o relacionamento das Brigadas Técnicas com as associações de moradores do Porto foi bastante positivo. “Calhou-nos uma equipe formidável”, elogia o Sr. C, membro da Associação de Moradores de Massarelos (RODRIGUES, 2009). Em alguns casos, como nos bairros da Bouça e do Leal, a boa relação dos dirigentes das associações com os arquitetos, líderes das equipes, transformou-se em uma relação de amizade que perdura até hoje.

“Nós tivemos muita sorte foi com o arquiteto (...). Todas as semanas tínhamos uma reunião em que ele estava presente. (...) O Sergio⁵⁶ é espetacular, era uma simpatia enorme, sempre a ajudar. Nós temos uma amizade com ele (...) todos os anos no Natal, sem falhar, ele vem nos visitar (...)” (SIMÕES, 2012).

A Sra. Orquídea Santos fala que o desenvolvimento de laços de amizade entre os técnicos e os dirigentes das associações foi devido à juventude e à compatibilidade etária entre os atores: “Nós éramos jovens. Parece que isso também favoreceu para que houvesse uma sintonia entre a brigada e os próprios diretores. Tínhamos todos vinte e tal anos, éramos todos jovens (...)” (SANTOS, 2012).

Com as Brigadas do SAAL foi uma maravilha (...) eles vieram para aqui e ajudaram-nos muito, às vezes em discussões mesmo acesas eles eram os apaziguadores, ali tivemos uma brigada técnica de categoria! Ainda hoje mantemos! Às vezes quando fazemos uma festa convidamos para cá vir. Coisa que ninguém faz! E eu pelo menos, a coisa que mais me custa é a ingratidão! E, portanto, eles ajudaram bastante por isso são sempre bem-vindos! (SR “I”, 200-, p. 199).

“Acho que a relação a nós da Bouça, até nos esquecemos de que eles são arquitetos. Há uma amizade tão grande. Mesmo o Siza⁵⁷, para nós ele está sempre disponível

⁵⁶ Arquiteto Sergio Fernandez, chefe da Brigada Técnica do bairro do Leal .

⁵⁷ Arquiteto Álvaro Siza, chefe da Brigada Técnica da Bouça.

(...). Ele para nós é um querido. A Anni⁵⁸ também sempre foi uma pessoa de um trato espetacular, gosto muito dela. O Sérgio também. Eu até sou madrinha de um dos filhos do Sérgio⁵⁹ (...). O filho mais velho do Alexandre⁶⁰ é o meu afilhado. E o mais novo é afilhado de outro casal que também era da Associação. Havia um bom relacionamento, de confraternização” (SANTOS, 2012).

Em relação ao processo dos projetos das novas moradias, as informações contidas nos relatórios das Brigadas do SAAL de que os técnicos faziam questão que os moradores compreendessem as propostas das novas casas são confirmadas em alguns jornais de bairro publicados no Porto. Há referências, inclusive, sobre os materiais deixados pelas várias Brigadas Técnicas (plantas, maquetes, desenhos, etc), na sede das associações para que, individualmente, cada morador pudesse estudar as propostas.

A Associação de Moradores da Zona de S. Victor publica, na edição nº 5 de “A Zona” (Nov.1975), que a sua Brigada sempre discutia as propostas com os moradores, informando que no mês de março de 1975 “procedeu-se à discussão e definição do espaço e equipamento das casas a construir, através da passagem de *slydes*, efetuados pela Brigada Técnica de S. Victor na Escola Primária, com a presença da população”.

Em “A Voz de Francos” (jul.1975), encontra-se a informação de que a Brigada Técnica de Francos apresentaria à Assembleia Geral de Moradores os estudos detalhados envolvendo toda a tipologia da habitação prevista e estudos de urbanização, maquetes e desenhos para compreensão e fixação dos moradores das soluções que seriam adotadas.

Na terceira edição do Jornal “Arranque” (dez.1975), publica-se uma maquete da proposta apresentada pela Brigada (Figura 28). Nesse mesmo número, a Associação de Moradores das Antas informa, por intermédio da sua Brigada, que a primeira fase de construção englobaria 32 habitações do tipo T2 (para famílias que necessitam de dois quartos), podendo evoluir até um T3 e que a construção de todo o bairro seria por grupos de oito casas.

A Associação de Moradores do bairro do Leal lembra aos seus sócios que se encontrava na sede da Associação as maquetes das casas que seriam construídas, aconselhando-os a tirarem as suas dúvidas em relação aos projetos nas Assembleias Gerais de Moradores, realizadas

⁵⁸ Arquiteta Anni Gunther, arquiteta da Brigada Técnica da Bouça.

⁵⁹ Arquiteto Sergio Gamelas, arquiteto da Brigada Técnica da Bouça.

⁶⁰ Arquiteto Alexandre Alves Costa, membro da equipe coordenadora do SAAL/Norte.

todas as sextas-feiras e de 15 em 15 dias, com a presença da Brigada (A VOZ DO LEAL, 197-).

No Boletim nº 5 (1975), a Associação de Moradores de Massarelos convida todos os sócios para uma exposição, na sede da Associação, em que se apresenta o trabalho da Brigada Técnica: a relação das casas e dos terrenos a serem desapropriados, a quantidade de casas que seriam construídas, quantas seriam recuperadas, quais moradores seriam beneficiados, bem como a justificativa de todas as decisões tomadas. Também a Associação de Moradores da Zona da Sé, informa a população, no seu Boletim informativo de maio de 1976, sobre a exposição na sua sede – Travessa do Souto, nº 4 – dos “trabalhos *efectuados* pela Associação e pela Brigada Técnica, exposição esta, de muito interesse para os moradores, pois nela podem apreciar esquemas, maquetes (...). Nesta exposição encontrarás todas as aspirações que a Associação quer levar a termo” (EXPOSIÇÃO, 1976, p.1).

Apesar de os moradores estarem conscientes de todo o processo de elaboração do projeto das casas e dos bairros, a participação dos mesmos em relação à crítica e ao desenvolvimento desses projetos pode ser considerada pequena em todos os casos que foram passíveis de análise. Na realidade, existem poucas referências nas publicações das associações e nas entrevistas realizadas aos moradores sobre a participação dos mesmos nas decisões dos projetos.

Quando é perguntado se os moradores interviram na elaboração do projeto do SAAL no bairro do Leal, o Sr. Aurélio Simões confirma que, embora o arquiteto sempre levasse as propostas para a aprovação dos membros da Associação de Moradores da Bouça – “Sempre que ele fazia qualquer coisa, mostrava-nos” (SIMÕES, 2012) –, o projeto foi totalmente desenvolvido pela equipe técnica, sem muita participação da população, uma vez que, nas palavras do Sr. Aurélio, “os moradores não percebiam nada”. Ele cita apenas uma das reivindicações dos moradores em relação às janelas que foram propostas pelo arquiteto: “E nós: Senhor arquiteto, nós não pedimos isso! Parece que estamos na cadeia!” (Ibid., 2012).

Em nenhum dos documentos disponíveis foi identificada qualquer crítica aos projetos das casas elaborados pelas equipes técnicas do SAAL. Ao que parece, aos olhos dos moradores das áreas degradadas, qualquer proposta se mostrava melhor se comparada às condições das suas moradias naquele momento. “Se morávamos num cômodo de 16m² e se vinham casas

com três quartos e casa de banho, ora! Está ótimo”, conta o Sr. Arménio, membro da Associação de Moradores da Bouça (CONSELHO NACIONAL DO SAAL, 2007).

No relatório de uma mesa redonda que teve a participação da Direção da Associação de Moradores e da Brigada Técnica da Zona das Antas, realizada em julho de 1975 para debater o desenrolar do processo SAAL e o seu controle pela população, o arquiteto Pedro Ramalho alerta os moradores de que nunca havia recebido nenhuma crítica em relação à proposta da Brigada e pergunta se as pessoas realmente compreenderam os projetos e se conseguiam ler as maquetes, os desenhos, etc. Em resposta, um morador fala que “(...) Acerca das maquetes (...) as pessoas não viram outra coisa e aquela casa comparada à que vive, é um palácio em muitos casos”. Outro morador também se posiciona:

“Eu olho para maquete, analiso-a e concluo que tomara eu ter uma casa assim. Não faço críticas nem sugestões porque concordo com aquele modelo e porque não foi apresentado outro tipo de casa para avaliar qual a melhor (...) nem sei idealizar um modelo. Suponho que foi o que aconteceu com a maior parte das pessoas, viram, acharam que estava bem assim em relação ao que têm e, pronto, concordaram” (RELATÓRIO DE MESA..., 1975).

Constatou-se também que quando havia qualquer contribuição no desenvolvimento das propostas, quem realmente participava eram os dirigentes das associações. Na experiência da Bouça, por exemplo, embora o projeto já tivesse sido desenvolvido pelo arquiteto Álvaro Siza antes do início do SAAL, a Sra. Orquídea Santos afirma que havia sempre uma conversa entre os técnicos e os dirigentes da associação sobre o que eles gostariam ou não de mudar no projeto.

“(...) ele fez-nos lá um desenho e sempre ele a conversar conosco, analisamos o que gostaríamos de mudar, o que é que não gostaríamos e por isso, o projeto teve muito o nosso apoio. Quando eu digo nosso, não digo dos moradores em geral, havia uma direção e era a direção que discutia. Mas depois levamos à Assembléia Geral o desenho para os moradores poderem todos dizer se gostavam (...)” (SANTOS, 2012).

De uma maneira geral, a partir dos documentos analisados e das entrevistas realizadas, chega-se a uma conclusão que, de fato, os moradores das áreas degradadas do Porto depositavam uma grande confiança no SAAL, considerando-o como uma alternativa viável para a resolução de seus problemas habitacionais. Reconhece-se o apoio dos técnicos das Brigadas na resolução de questões administrativas e burocráticas das associações, desde a sua formação à constituição dos Estatutos e Regulamentos de Uso e Habitação. Generalizando, a pesquisa considera que foi por meio de todo o apoio dado pelos técnicos que foram geradas boas

relações entre técnicos e moradores, chegando-se mesmo a serem construídas verdadeiros laços de amizade que perduram até os dias atuais.

Embora não tenha existido uma participação massiva de todos os sócios dos mais diversos bairros que conseguiram o apoio do SAAL, percebe-se que os corpos gerentes das associações de moradores estavam bastante envolvidos na resolução das dificuldades para dar maior celeridade ao Processo e à construção das casas. Entretanto, no que diz respeito à participação da população nas decisões de projeto, verifica-se que não houve grandes influências dos moradores na resolução das novas casas e dos novos bairros. Na verdade, seja devido à confiança depositada nos arquitetos, seja por eles não terem alternativa, ou mesmo por ignorância, de uma maneira geral, os moradores não discutiam a fundo as propostas apresentadas, aceitando-as sem grandes críticas. Talvez por acharem que qualquer proposta era melhor do que as condições habitacionais em que viviam.

Sobre esse assunto, em julho de 1975, o Sr. Pedro Araújo, morador do bairro das Antas, na mesa redonda realizada naquele mês na Associação de Moradores, com a presença da Brigada Técnica, coloca uma importante consideração: “Enquanto as pessoas não tiverem consciência de que podiam mudar, fazer e decidir, aceitavam tudo e aceitam, enquanto não tiverem essa consciência. O que lhes é dado aceitam porque é a maneira mais fácil de obter qualquer coisa” (RELATÓRIO de mesa..., 1975). Importa salientar que os elementos que integraram as comissões/associações de moradores no período em questão, atualmente integram os órgãos sociais das mesmas associações, ou tem uma relação de colaboração muito intensa.

4.3 INTERVENÇÃO PARTICIPADA?

Na linha de discussões sobre formas efetivas de participação popular, Sherry Arnstein (1969) desenvolve uma escala de participação popular em oito categorias (ver quadro 2), que vai desde a “manipulação” dos indivíduos pelo Estado ao “controle cidadão”. As duas categorias de menor nível de “participação” ou “não participação” são chamadas de Manipulação e Terapia: ambas tem por objetivo a “educação” dos participantes, ou seja, as populações são convencidas – por intermédio de vários métodos de coerção – a aceitar uma determinada intervenção. Segundo Souza (2001), nestes tipos de “participação” classificados por Arnstein, o Estado não tem a menor intenção em estabelecer um verdadeiro diálogo. Intervenções

pontuais, cujo objetivo é passar a impressão de que os governantes estão fazendo algo, é um bom exemplo dessas duas categorias.

As categorias intermediárias de participação que Arnstein classifica como participação dissimulada, chamadas de Informação, Consulta e Apaziguamento, tendem a criar uma falsa aparência de participação: a primeira tem por objetivo informar os participantes sobre as ações realizadas, mas não abre canal para o *feedback*; a segunda, Consulta, propõe uma consulta à população, mas não há garantias de que as opiniões dos participantes sejam incorporadas; e a terceira, Apaziguamento, corresponde a uma espécie de cooptação, ou seja, a população é ouvida, por intermédio de seus líderes, nos canais participativos criados, mas, como no caso da consulta, a participação não é deliberativa. É permitido aos “participantes” a ação de planejamento, mas são os detentores do poder que julgam a validade ou a viabilidade das propostas.

As categorias correspondentes a uma autêntica participação são chamadas por Arnstein de Parceria, Poder Delegado e Controle Cidadão: na primeira delas, corresponderia ao primeiro nível de participação autêntica, pois as responsabilidades de planejamento e a tomada de decisão são redistribuídas por meio de negociações entre cidadãos e os governantes; já as ações participativas chamadas de Poder Delegado, asseguram um maior poder de decisão à população que passa a constituir a maioria de assentos nas comissões deliberativas; as ações classificadas como Controle Cidadão, corresponderiam ao nível mais alto de poder participativo da população. Podendo também ser chamada de autogestão, não haveria intermediários – no caso, o Estado – entre a população e a fonte de recursos.

Quadro 1. Escala de participação, segundo a classificação de Arnstein (1969)⁶¹.

8 – Controle Cidadão	Autêntica participação
7 – Poder Delegado	
6 – Parceria	
5 – Apaziguamento	Participação dissimulada
4 – Consulta	
3 – Informação	
2 – Terapia	Não participação
1 – Manipulação	

Fonte: Arnstein, 1969

⁶¹ Tradução livre da autora. No original: 1- *Manipulation*; 2 – *Therapy*; 3 – *Informing*; 4 – *Consultation*; 5 – *Placation*; 6 – *Partnership*; 7 – *Delegated Power*; 8 – *Citizen Control*.

A linha de raciocínio de Nuno Portas sobre participação já na década anterior ao SAAL estava algo mais próximo das ações classificadas como Controle Cidadão de Arnstein. O que ele pensava quando lançou o decreto era que houvesse *empowerment* durante o SAAL, conforme mencionado no segundo capítulo deste trabalho. O conceito de *empowerment* ou “empoderamento”, em português, traduz-se pela participação da população nas atividades políticas e sociais, com maior organização, democracia e respeito aos direitos humanos fundamentais. “Aquilo que eu pensava fazer no SAAL era o *empowerment*. *Empowerment* quer dizer ‘tomar o poder do processo. Qualquer poder, não necessariamente na habitação. (...) Organizar os destinatários, do ponto de vista social, e eles depois avançarem” (PORTAS, 2012).

Para Portas (2012), a abordagem do “empoderamento” é fulcral para um desenvolvimento alternativo, uma vez que representa a capacitação da população em adquirir autonomia e poder de decisão para a melhoria da qualidade das condições de vida e alcance de um maior nível de desenvolvimento. Entretanto, essa forma de participação exigiria “um macrocontexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma” (SOUZA, 2001, p.205). Na opinião de Portas (1986), para o início de uma mudança estrutural no processo participativo, é necessário que existam condições políticas para que os interessados se envolvam no processo desde o início.

Com a chegada do período revolucionário em Portugal, as condições políticas se apresentaram: o Estado dava os meios (equipe técnica, apoio financeiro, etc.) contanto que as populações se organizassem. Durante o SAAL, esperava-se um papel extremamente ativo dos moradores em todas as fases da operação, inclusive ao nível da discussão da forma e utilização dos espaços privados e comuns. Mas, segundo Portas (2007), a participação não foi feita como se deveria. Para o autor (2012), durante as operações SAAL, houve certo nível de “empoderamento” na gestão do processo, mas não na gestão do projeto.

De fato, tal afirmação foi confirmada ao longo deste capítulo, onde se identificou que a população participa, por meio de seus representantes, no desenvolvimento do processo geral, mas pouco interfere nas decisões dos projetos das habitações. Em boa parte dos documentos analisados – relatórios e entrevistas – foram encontradas referências à falta de cultura e entendimento dos moradores em relação aos projetos. Normalmente atribui-se uma dificuldade dos moradores em entender os projetos e saber o que de fato necessitavam.

Manuel Vicente, em entrevista ao filme “As Operações SAAL” (2007) cita uma situação em que um morador lhe fala: “Para quê nos perguntam? É só vocês fazerem as casas como se fosse para vocês que de certeza nós iremos gostar (...) o que queremos são casas, o arquiteto é quem sabe” (VICENTE, 2007).

A afirmação de Portas (1986) de que as “más condições de habitação geram um efeito negativo nas condições de participação” – pois o que acaba se querendo do processo é aquilo que faz falta – parece ser bastante pertinente quando se refere às relações de participação entre moradores e Brigadas no desenvolvimento dos projetos das habitações. Bandeirinha (2007a) levanta, sob o ponto de vista disciplinar da arquitetura, que o forte vínculo criado entre as associações e as Brigadas gerou uma sensação de confiança tão grande no processo que discussões tipológicas ou arquitetônicas deixaram de ser prioridade.

O apoio das brigadas era total. A participação em várias reuniões Geral de moradores, reuniões intercomissões, reuniões com a coordenação do SAAL Norte, com a Câmara Municipal (é uma solicitação das intercomissões para que os moradores não sejam enganados) indicava quão próximo o SAAL estava do Movimento de Moradores do Porto na luta por uma moradia digna. Conforme apresentado, os arquitetos, em diversas operações, buscaram se empenhar no sentido de fazer com que os moradores apreendessem as propostas com um objetivo de buscar estabelecer uma discussão de projeto: fazia-se uso de maquetes em tamanho real, ou maquetes com uma escala em que se pudesse “brincar de bonecas” e entender o espaço pela arrumação do mobiliário, desenhos e perspectivas. O recurso a desenhos ou a modelos e protótipos das habitações que os futuros moradores pudessem visitar provaram ser um método bastante eficaz para o estabelecimento do diálogo entre os arquitetos e os moradores.

Entretanto, como já citado, o Arquiteto Domingos Tavares, em entrevista (2012), afirma que os projetos SAAL acabavam sendo aquilo que o arquiteto queria. Embora houvesse discussões para a necessária aprovação do projeto das habitações, por meio de certos métodos de convencimento utilizado pelo arquiteto – facilitado pela falta de cultura arquitetônica dos interessados – acabava-se por aprovar a proposta que a equipe técnica julgasse mais adequada. Nessa mesma afirmativa, Nuno Portas fala que o arquiteto explica as suas soluções como de costume, tentando convencer o cliente de que as suas propostas, são as melhores: “Se não for feito assim vai ficar mais caro; de tal maneira enquadrar-se-á melhor no ambiente,

etc.” Segundo Portas, era frequentemente usado um “misterioso código verbal e numerosas meias verdades” para que o projeto fosse aprovado pelos moradores (PORTAS, 2007).

No Relatório da Brigada do Bairro da Maceda de maio de 1975, encontra-se uma referência sobre a visão dos técnicos em relação aos moradores: “não percebem nada desses assuntos e aprovam qualquer proposta da brigada (...)”. Bandeirinha (2007) também cita outro documento, de Julho de 1975⁶² em que a Brigada da Maceda também relata a pouca participação dos moradores:

“(...) os moradores praticamente não fizeram críticas à organização das casas, tendo-nos nós apercebido ao longo das conversas como era fácil enganar as pessoas, porque a discussão era feita sobre um modelo de casa – uma ‘miniatura’ (...) partiam do princípio que qualquer casa que viesse era melhor do que a que tinham” (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, maio.1975).

Diante do exposto e ao se tentar uma classificação, via Arnstein, da experiência de participação dos moradores nas operações SAAL do Porto, pode-se arriscar classificar a gestão do processo como uma participação popular do tipo *Poder Delegado*, onde o poder de decisão está nas mãos da população, mas, no que se refere à gestão do Projeto, a participação estaria mais próxima da dissimulação.

Não se pode negar que alguns projetos concluídos obtiveram resultados positivos do diálogo arquiteto-morador, no que se refere à organização funcional dos edifícios: se de maior ou menor altura, com ou sem pátios internos, com cozinha abrindo ou não para a sala, com ou sem hall de entrada e quantidade de quartos. Este último item parece ter sido o mais discutido dentre os Relatórios previamente analisados, pois em grande parte deles existe sempre a referência de reuniões entre as Brigadas e as associações para discutirem a quantidade de quartos para cada uma das casas.

Aspectos importantes da organização interna da habitação que estão diretamente relacionados aos padrões de vida desejados, foram muitas vezes discutidos, como também muitas das entrevistas que eram realizados nos bairros foram utilizados para se entender o perfil da população.

⁶² Relatório do I Encontro SAAL-Norte. Bairro da Maceda (Acácio) – S. Roque – Porto Brigada Técnica, documento policopiado de Julho de 1975.

Curiosamente, foi na linguagem exterior da arquitetura – acabamentos, volumetria, aberturas e até na cor – que os moradores mais deixaram prevalecer a opinião dos arquitetos. Siza em entrevista ao filme “As Operações SAAL”, de João Dias (2007) fala sobre o detalhe do vermelho na fachada do SAAL Bouça:

“A princípio não gostaram muito do vermelho, queriam o branco e eu disse que era muito bonito, que destaca o último piso. Para mim é uma idéia que vem da visita a umas obras em Berlim. Um arquiteto que fez muito habitação social que é ótimo, o Bruno Taut. E eles: “Ah, Taut... Sim, sim! É um arquiteto famosíssimo”. Os técnicos da Câmara municipal não gostaram muito do vermelho. Perguntam aos moradores: “Como é que vocês aceitam isto? Este vermelho! Gostam disto?” E diz um morador: “Ah, mas isto é uma homenagem ao Bruno Taut”. E o técnico não sabia quem era o Bruno Taut. (SIZA, 2007)

O novo papel assumido pelos futuros moradores, segundo Portas (1986) parece não ter sido suficiente para produzir um processo de projeto muito diferente dos convencionais. O arquiteto afirma que como os diálogos eram, sobretudo, de ordem administrativa e política, não se abria espaço para a discussão de conceitos relativos a arquitetura e ao ambiente urbano. Mas, apesar de tudo, não se deve tirar o crédito da experiência inédita de diálogo com a população por meio do qual o arquiteto vai experimentando e aprendendo e cuja aprendizagem é alcançada pelo debate constante, pela presença na obra, por estar atento, desde o início do projeto, aos modos de vida dos moradores. Sem dúvidas, a inovação do SAAL estava em termos de metodologia de projeto de habitação social, em pôr frente a frente os projetistas e os utilizadores, desde o início do processo até a sua concretização.

5 A CONCRETIZAÇÃO DE UMA IDEIA

No capítulo anterior foi verificado que embora o SAAL tenha procurado romper o tradicional alheamento das populações sobre os processos decisórios na política e nos processos de provimento de moradias sociais, as distintas relações estabelecidas entre as Brigadas, os moradores e as direções das suas respectivas associações de moradores contribuíram de modo variável nas operações desencadeadas no Porto e o diálogo entre esses atores nem sempre se revelou pacífico ou fácil.

Apesar de se considerar que, em linhas gerais, o intercâmbio entre os diversos atores tenha sido positivo, questões relacionadas às limitações técnicas e econômicas, à necessidade de se imprimir uma maior celeridade ao processo ou mesmo de garantir a competência das decisões de projeto ao arquiteto, entre outras, contribuíram, sobremaneira, para uma menor participação dos moradores nas decisões propriamente do projeto das novas habitações – tão defendida a partir dos anos 1950 como uma alternativa para uma maior adequação das propostas de habitação social às necessidades dos futuros usuários.

Mas isso não quer dizer que não houve uma relevante aproximação dos arquitetos com os moradores para o entendimento das suas reais necessidades. Conforme visto no capítulo anterior, as várias estratégias utilizadas pelas Brigadas do SAAL no Porto buscaram garantir um constante diálogo entre as equipes técnicas e as associações de moradores, cujo principal objetivo era a compreensão das necessidades e modos de vida das populações para a elaboração dos projetos das futuras moradias. No Relatório do I Encontro SAAL/Norte (1975), a Brigada Técnica da Maceda-Acácio destaca a sua preocupação para que as tipologias adotadas estivessem em consonância com a renovação e revalorização dos aspectos positivos da vida comum dos habitantes daquele bairro.

Enquanto a Brigada Técnica do Leal relata que as tipologias das unidades habitacionais eram fundamentalmente baseadas nas necessidades dos moradores traduzidas a partir dos levantamentos no bairro (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, nov.1974), a Brigada de Maceda-Acácio lista os problemas que afligem as populações da sua área de intervenção (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, out.1974) os técnicos da operação em Maceda-Acácio informam que o contato com a população era imprescindível para a continuidade dos trabalhos (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, jan.1975) e os de

Chaves de Oliveira relatam que os moradores foram ouvidos sobre as organizações das casas, implantação do terreno e organização do espaço coletivo (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, fev.1975). Alguns chefes de Brigada comentam nos relatórios sobre os inquéritos realizados pelos técnicos aos moradores (BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL, nov.1974.), sobre os contatos porta a porta com as populações (BRIGADA DA LAPA, dez.1974.) e se posicionam afirmando que os projetos deveriam estar baseados nas necessidades de classe das populações participantes do SAAL (BRIGADA TÉCNICA SAAL CONTUMIL, ago.1975) de maneira a evitar a concretização de “ideologias burguesas que penetram nas classes populares” (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, maio.1975). Existem vários indícios para se acreditar que as respostas dos arquitetos levaram em consideração os desejos, necessidades e expectativas em relação à moradia dos membros das associações para as quais trabalhavam.

Considerando as hipóteses apontadas na introdução deste trabalho, o presente capítulo se debruça sobre a descrição e análise dos espaços construídos resultante das operações SAAL no Porto – especificamente sobre as operações nos bairros das Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Maceda-Acácio, Massarelos, Leal, Lapa e S. Victor – tendo em vista a verificação da adequação dos mesmos aos modos de vida dos seus destinatários – os moradores das “ilhas” do Porto – bem como a inserção dos projetos no contexto urbano preexistente.

5.1 ASPECTOS GERAIS DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO

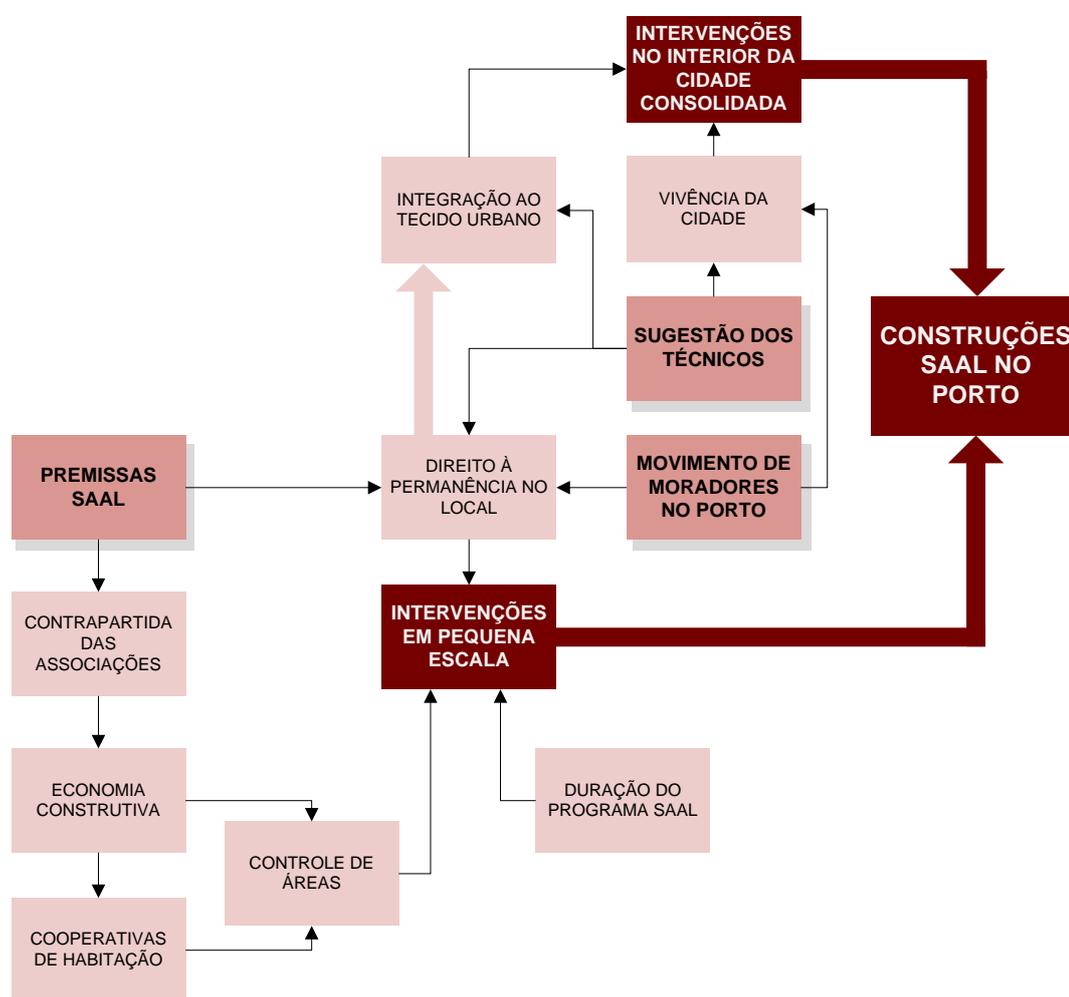
5.1.1 A PEQUENA ESCALA NOS INTERSTÍCIOS DA CIDADE

Tomando como ponto de partida uma visão geral das operações SAAL no Porto, é fácil identificar os dois principais aspectos que as caracterizam: A microescala e a sua implantação nos interstícios da cidade. Essas são as duas características que mais chamam a atenção dos conjuntos à primeira vista, uma consequência direta das premissas do SAAL, das reivindicações do Movimento de Moradores do Porto e das convicções dos técnicos participantes do Processo (Figura 33).

A previsão da contrapartida das associações com recursos financeiros próprios na construção das novas moradias – premissa essencial do SAAL – influenciou sobremaneira a escala da

intervenção dos projetos no Porto. Em se tratando de extratos insolventes da população que decidem, por questões de economia, pela contratação de cooperativas de habitação para a construção das suas moradias⁶³, fazia-se necessário que os edifícios fossem economicamente viáveis, de fácil execução e, sobretudo, adequados à escala das cooperativas contratadas. Como não se podia gastar muito, as intervenções deveriam ser de baixo custo, com um rígido controle de áreas mínimas, proporcional à capacidade técnica das cooperativas de construção⁶⁴, que não comportariam operações de grande escala.

Figura 33. Esquema das intervenções construídas no Porto.



⁶³ Embora fosse prevista a autoconstrução, esta modalidade foi largamente rejeitada pelos moradores do Porto que se sentiam duplamente explorados e que viam na construção das novas casas uma oportunidade de trabalho aos desempregados moradores das zonas de intervenção. “O consenso geral era de fazer de tudo para que fosse viável a construção por brigadas de desempregados, embora o responsável pela brigada tivesse de pedir orçamentos a empreiteiros” (BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO, jul.1975).

⁶⁴ Eram contratados pequenos empreendedores, pequenas empresas ou mesmo cooperativas de construção que, por falta de mão de obra especializada, muitas vezes contratavam pessoas sem especialização no setor da construção civil.

Além disso, os arquitetos lidavam com um rigoroso limite de áreas. Em entrevista à autora, Alexandre Alves Costa nos esclarece: “As casas (...) estavam incluídas em programas de habitação econômica, nós não podíamos ultrapassar certas áreas, portanto não podíamos dar à sala a dimensão que queríamos. A área global, a área bruta da casa não podia ultrapassar X” (COSTA, 2012). No relatório da Brigada Técnica SAAL Contumil (dez.1975), por exemplo, destaca-se que no anteprojeto proposto, destinou-se um limite de 7,0m² por habitante, pé-direito de 2,60m, com a maior parte das divisórias com altura de até 2,00m. “Tudo era controladíssimo. As pessoas não tinham dinheiro. O custo era limitado” (MENDES, 2012).

Contrariando a lógica das demais intervenções no Porto, a opção pela construção em altura, com diversos pavimentos, da operação SAAL Massarelos foi justificada pela falta de terrenos disponíveis para atender a uma demanda elevada por habitações e para diluir ao máximo as despesas com a obra, pois se previa um elevado custo para a remoção de terras e construção dos alicerces provocados pelas condicionantes topográficas do terreno (CEAPE, 1976).

Embora seja possível encontrar operações cuja principal característica seja a pequena escala de intervenção, vale ressaltar que, para todas as operações SAAL construídas no Porto, previa-se um maior número de unidades habitacionais. De acordo com o Quadro 2, em todas as operações seria construída uma segunda fase de intervenção, mas o que se vê hoje são habitações resultantes apenas da primeira fase de construção de cada uma delas.

A opção pela construção em fases é fruto de decisões tomadas entre as Brigadas Técnicas e as associações de moradores, conforme esclarece a Brigada de Chaves de Oliveira: “A Associação de Moradores e a Brigada técnica reafirmam a decisão de prosseguir com o projeto e o *faseamento*, já que correspondem aos interesses dos moradores” (BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA, fev.1976). São várias as justificativas encontradas para essa tomada de posição. Argumenta-se a necessidade de que as obras fossem rapidamente iniciadas para que as populações tivessem mais confiança nas operações (TAVARES, 2012), defende-se o trabalho em pequena escala, pois não seria possível realojar todos os moradores ao mesmo tempo (SIZA, 2009) ou necessidade de que as casas fossem experimentadas numa primeira fase e aprimoradas nas etapas seguintes (PORTAS, 2007).

Quadro 2. Caracterização das operações construídas no Porto.

OPERAÇÃO	INÍCIO DA OPERAÇÃO	INÍCIO DA OBRA	ARQ. RESP.	PREVISÃO DE UNIDADES HABIT.	Nº DE PVTOS.	TIPOLOGIA CONSTRUÍDA
ANTAS	Out/74	Out/75	Pedro Ramalho	32 unid. na fase 01 e 50 unid. na fase 02	térreo + 01 piso	04 blocos longitudinais paralelos de unidades duplex geminadas
BOUÇA	Abr/75	Fev/77	Álvaro Siza	57 unid na fase 01 mais 140 na fase 02 e 60 a recuperar na Zona do Monte Cativo.	04 pisos (cada unidade contem 02 pisos)	04 blocos longitudinais paralelos com unidades duplex geminadas sobrepostas.
CHAVES DE OLIVEIRA	Nov/74	Mai/76	Manuel Lessa	15 unid. fase 01; 09 e 04 unid. a recuperar na fase 02	térreo + 01 piso	Dois blocos longitudinais transversais de unidades geminadas do tipo duplex ou de apenas um piso (no térreo ou 1ºpvto.)
CONTUMIL	Abr/75	Fev/77	Célio Costa	311 unid. novas e 20 a recuperar	térreo + 01 piso	06 blocos longitudinais paralelos (T2/T3) + 02 blocos paralelos (T1/T4), com unidades de 03 ou 04 meios-pisos geminadas
FRANCOS	Fev/75	Jan/76	Rolando Torgo	44 unid. na fase 01 e 200 unid. na fase 02	térreo + 01 piso	07 blocos longitudinais paralelos de unidades duplex geminadas
LAPA	Nov/74	Abr/76	Alfredo Ferreira e Beatriz Madureira	68 unid. na fase 01 e 170 na fase 02	térreo + 01 piso	01 bloco longitudinal de unidades duplex sobrepostas, transversal a 04 blocos longitudinais paralelos de casas duplex geminadas
LEAL	Out/74	Abr/76	Sérgio Fernandez	16 unid. na fase 01 e 33 unid. na fase 02	térreo + 01 piso	04 blocos longitudinais paralelos de unidades térreas e unidades duplex geminadas
MACEDA - ACÁCIO	Out/74	Nov/75	Alcino Soutinho	33 unid. na fase 01 e 14 unid. na fase 02	térreo + 01 piso	06 blocos longitudinais paralelos de unidades duplex geminadas
MASSARELOS	Jan/75	Fev/77	Manuel Fernandes de Sá	469 unid. e 132 unid. a recuperar	05 pisos	02 blocos longitudinais paralelos de apartamentos
S. VÍTOR	Nov/74	Out/75	Álvaro Siza; Domingos Tavares	32 unid. na fase 01 e 20 unid. na fase 02	térreo + 01 piso	01 bloco longitudinal de unidades duplex geminadas

Fonte: Bandeirinha, 2007.

O problema foi que, devido ao curto período de duração do Processo SAAL – interrompido após dois anos da sua criação –, não houve tempo hábil para a execução dos projetos na sua totalidade. Nenhuma das operações alcançou a meta inicial proposta, seja de construção de novas habitações ou de recuperação de edifícios. Portanto, a pequena escala dos conjuntos habitacionais construídos com o apoio técnico do SAAL não é apenas o resultado de uma opção técnica, mas também decorre da interrupção do Serviço. “Não houve nenhuma operação que tivesse ficado concluída, digamos. Porque o que se construiu foram as primeiras casas (...)” (COSTA, 2012).

No bairro do Leal, por exemplo, cuja operação foi uma das primeiras a iniciar (outubro de 1974), juntamente com a das Antas e a de Maceda-Acácio, apenas a primeira fase da

intervenção projetada foi efetivamente construída (Figura 34). A Figura 35 demonstra o objetivo inicial de construção da operação SAAL no bairro das Antas, bem maior do que os quatro blocos paralelos que foram edificados.

O direito à permanência no local de origem – ponto de reivindicação dos moradores das áreas pobres e de debates internacionais que previam a mudança do paradigma da construção de moradia popular, – ao se tornar uma importante premissa do SAAL, influenciou diretamente a localização em áreas centrais das suas operações. Como havia um grande número de moradores no interior dos bairros consolidados da cidade, profundamente arraigados à vida no centro urbano (conforme visto no capítulo 3), era de se esperar que os pedidos de intervenção provenientes das suas respectivas associações demandassem a construção das novas casas em terrenos próximos ao seu local de moradia, quando não fosse possível construir no próprio terreno em que habitavam. No capítulo anterior, verificou-se que os moradores, representados pelas suas associações, participavam ativamente no processo de escolha e definição dos terrenos que seriam desapropriados para a realização das intervenções.

Figura 34. Intervenção SAAL Leal durante a execução das 16 unidades habitacionais da 1ª fase de intervenção, 1975.



Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Alexandre Alves Costa, 2012.

Figura 35. Área de abrangência da operação SAAL Antas. Em destaque para as unidades que foram construídas (menos da metade prevista).



Fonte: RAMALHO, 1989.

Embora houvesse dificuldades e alguns entraves na disponibilização de terrenos disponíveis no centro do Porto (desapropriações, especulações, Planos municipais, etc.), todas as intervenções resultantes das operações SAAL no Porto foram construídas em terrenos muito próximos daqueles em que viviam originalmente os seus respectivos moradores. Ainda hoje, a partir do bairro das Antas, do Leal, da Lapa e de S. Victor (Figura 36 e Figura 37), é

possível perceber as condições habitacionais em que viviam os seus moradores, dada a proximidade da intervenção em relação às ilhas, que ainda lá existem. O bairro do Leal, por exemplo, foi edificado em substituição a uma lixeira existente em terreno ao lado das ilhas em que vivia boa parte dos seus atuais habitantes. Em S. Victor, a implantação volumétrica da edificação tinha como base antigas habitações em ruínas existentes no local, entretanto, intervenções posteriores demoliram essas ruínas.

Figura 36. Implantação da operação SAAL Leal. À esquerda e ao fundo, resquícios de ocupação de prédios superlotados e antigas “ilhas” ao redor da intervenção (ao centro).



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 37. Inserção da Operação SAAL S. Victor (edifício verde, à esquerda) no bairro preexistente. Em primeiro plano e ao fundo, ocupações em edifícios degradados.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

5.1.2 MODULAÇÃO E AGREGAÇÃO POR JUSTAPOSIÇÃO: A UTILIZAÇÃO DE UMA MATRIZ ESPACIAL

Devido à facilidade de execução, a organização em módulos está na base do sistema estrutural adotado em todas as edificações SAAL no Porto. Na maior parte dos casos, a estrutura dos edifícios é modulada a partir de células retangulares de pequenos vãos – entre 3,6 e 5,0 metros –, com profundidade entre 9,0m e 14,0m e constituída por blocos de cimento: em Maceda-Acácio ocorre a repetição da célula habitacional de 5,0m de largura por 11,0m de

profundidade; no bairro da Lapa, a célula utilizada possui 4,5m x 14,0m; em Francos adota-se as dimensões 4,0m x 9,0m (GADELHO, 2011); e em S. Victor foram usadas células com vãos de 3,60m (TAVARES, 2012).

No bairro do Leal, as células habitacionais aparecem com uma largura que varia entre 6,0m e 9,0m, respeitando-se a profundidade de 8,0m para todas elas. Em Contumil, apesar de também ter sido mantida a profundidade para todas as habitações em 9,0m, a largura de cada uma é dependente da quantidade de quartos: T1 (01 quarto), T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e T4 (04 quartos)⁶⁵ possuem, respectivamente, 3,5m, 4,0m, 4,5m e 5,0m de largura (FERNANDES, 2010). Nesta operação, o arquiteto Célio Costa articula, aos pares, células habitacionais referentes aos tipos T1 com os T4 e os T2 com os T3, formando módulos de 8,5m x 9,0m (Figura 47).

No documento intitulado “Plano de Urbanização”, de agosto de 1975, apresenta-se o sistema construtivo de Massarelos, composto por uma modulação de 2,60m x 2,60m que possibilitou várias articulações entre as unidades habitacionais. Nessa operação, a construção foi erguida sobre uma estrutura constituída por pilares e vigas de concreto armado, com paredes duplas de tijolos de 0,11m e 0,07m e uma caixa de ar entre eles, com telhado em fibrocimento e paredes divisórias de tijolo de 0,07m (PLANO..., 1976).

“O sistema construtivo preconizado, foi já apresentado no relatório da brigada de Agosto de 1975 onde se referia que em virtude das dificuldades de ordem topográfica se optaria por um traçado gerador que, garantindo condições de economia na construção, permitisse uma flexibilidade que facilitasse a adaptação das construções aos terrenos mais variados. Assim, com base num sistema modular de 2,60m e seus múltiplos estudaram-se vários tipos de fogos facilmente articuláveis entre si” (Ibid., 1976).

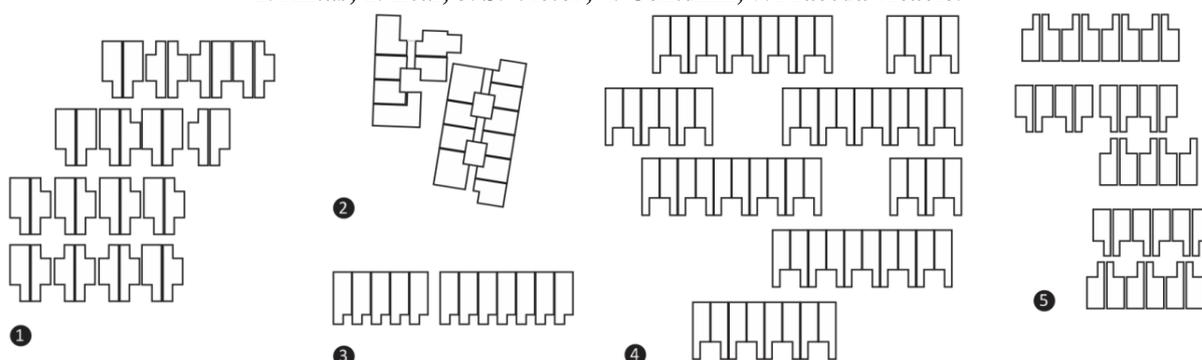
Segundo Domingos Tavares, as dimensões das células habitacionais estavam condicionadas à necessidade de construção por técnicas simples, pois havia uma grande dificuldade em encontrar mão de obra qualificada na época. “(...) a técnica tinha que ser muito simples e assentava no princípio de paredes muito próximas, de quatro metros, para fazer lajes simples, sem vigamentos, sem uma estrutura muito complexa (...) o que varia do vão é de 3,60m a 4,0m no máximo.” (TAVARES, 2012). O arquiteto justifica a semelhança entre as operações devido a esta condicionante construtiva, e complementa: “(...) esse efeito não foi resultante da

⁶⁵ Em Portugal, é comum chamar apartamentos com um único quarto de T1 (ou Tipo 1); com dois quartos de T2 (ou Tipo 2); com três quartos de T3 (ou Tipo 3); com quatro quartos de T4 ou (ou Tipo 4), e assim por diante.

articulação com a Associação de Moradores, mas da condição econômica do processo construtivo” (Ibid., 2012).

A necessidade de economia, rapidez e facilidade de execução também condicionaram diretamente a formação dos blocos longitudinais em todas as operações SAAL construídas no Porto. Verifica-se, em todos os casos, a opção pela justaposição das células habitacionais, distribuídas consoante o espaço disponível (Figura 38). Ao optar por habitações geminadas, divididas por uma única parede, economiza-se em mão de obra, material e tempo de execução.

Figura 38. Exemplo de organização das células habitacionais nas operações SAAL no Porto:
1. Antas; 2. Leal; 3. S. Victor; 4. Contumil; 5. Maceda-Acácio.



Nas operações SAAL Francos, S. Victor e Maceda-Acácio (Figura 39 a Figura 41) os blocos longitudinais são formados pela justaposição de duplex simples. Enquanto os dois primeiros casos possuem apenas um tipo de habitação para todo o conjunto – nos 04 blocos longitudinais de Francos (Figura 42E e Figura 43E) existem apenas unidades T3 (ou Tipo 3) e no único bloco construído em S. Victor (Figura 42J), apenas unidades T2⁶⁶ (ou Tipo 2) – a operação no bairro de Maceda-Acácio possui variações do T2 ao T4 (ou Tipo 4), distribuídos ao longo dos seis blocos paralelos do conjunto⁶⁷ (Figura 42H e Figura 43G). “Construindo-se apenas dois pisos, tinha-se uma grande simplicidade estrutural” (TAVARES, 2012).

⁶⁶ Enquanto as dimensões das células habitacionais estavam condicionadas às questões técnicas, os tipos de habitação definidos parecem ter sido resultantes da interpretação por parte das Brigadas dos levantamentos realizados nas suas respectivas áreas de intervenção, bem como das necessidades apontadas pelos próprios moradores, como demonstrado no capítulo anterior.

⁶⁷ Embora em novembro de 1974 a Brigada Técnica Maceda-Acácio tenha apresentado uma proposta para a construção de dez unidades do tipo T1 de 60m², vinte e cinco unidades T2 com 69m², treze unidades T3 com 80m² e de quatro unidades T4 com 95m², em maio de 1975, os moradores de Maceda-Acácio aprovam apenas as propostas para as unidades T2, T3 e T4. “Para o T1, foram apresentadas duas propostas e os moradores

Figura 39. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL Francos.



Figura 40. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL S. Victor.



Figura 41. Unidades duplex justapostas. Operação SAAL Maceda-Acácio.



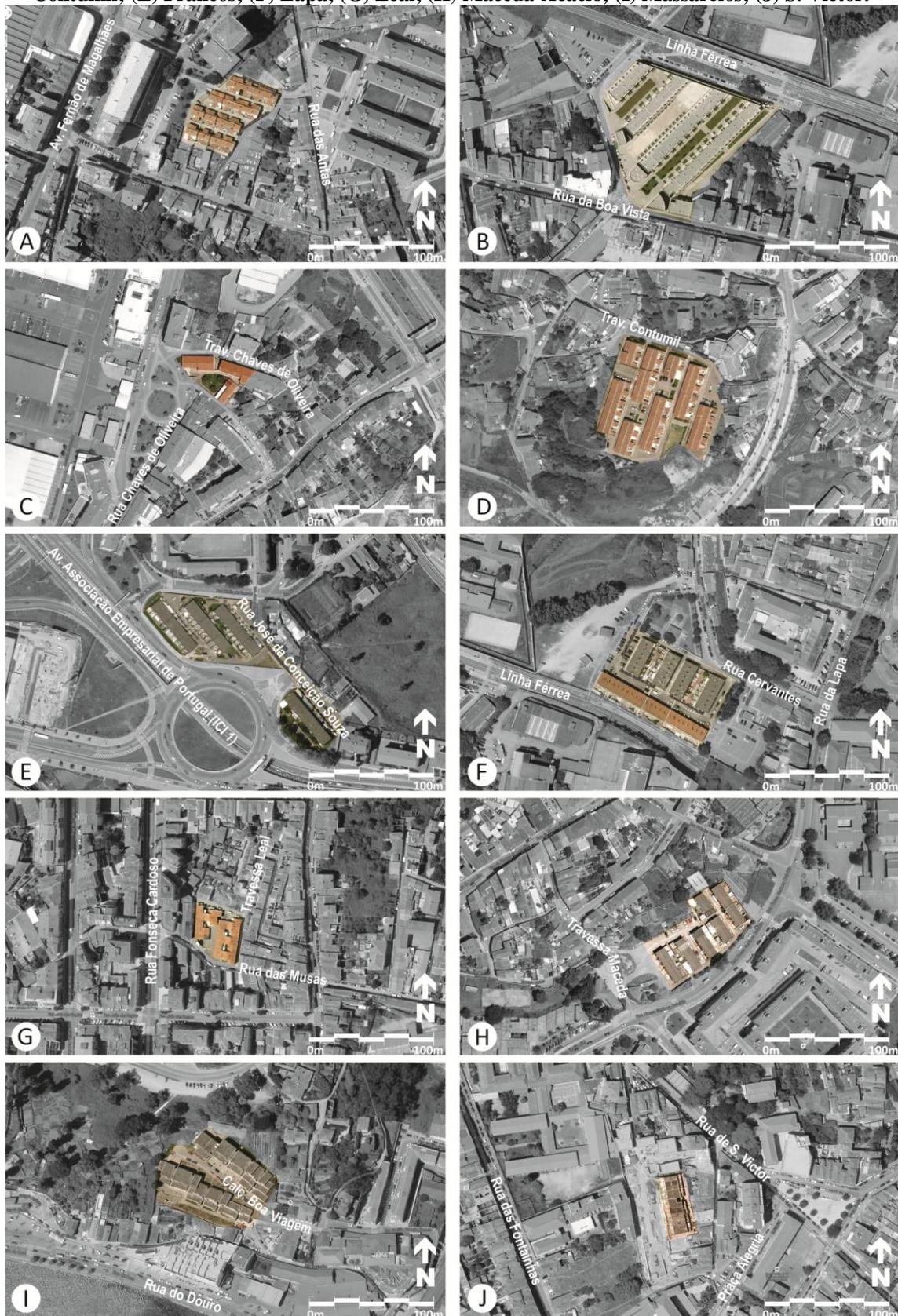
Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012. Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012. Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Em um dos poucos casos de operação construída em terreno praticamente plano, os dois pares de blocos paralelos do bairro da Bouça contém, cada um deles, quatro pisos que surgem a partir da justaposição com sobreposição de unidades duplex, conferindo-lhe uma maior densidade que as demais operações (Figura 44). À exceção do maior bloco a sudeste, cujo módulo é composto por habitações do tipo T2 (duplex inferior) e T3 (duplex superior), todos os outros blocos são compostos apenas por habitações T3 (Figura 42B e Figura 43A). Uma particularidade a se destacar na Bouça é que, diferentemente de todos os outros edifícios construídos com o apoio das operações SAAL no Porto, ali se encontra o único caso em que as empenas cegas são substituídas por equipamentos coletivos, nos limites do terreno voltados para a Rua da Boa Vista.

Contrariando a identidade de conjunto percebida em todas as outras operações, na experiência da Lapa se encontra um grupo de dois pares idênticos de blocos paralelos e um quinto bloco maior isolado perpendicular aos outros quatro, localizado no limite da intervenção, ao sul (Figura 42F e Figura 43F). Devido à declividade do terreno, o primeiro conjunto de edifícios é formado pela justaposição das unidades duplex constituídas por três ou quatro meios pisos, cujo projeto original previa a evolução do T3 para o T4, a depender da composição familiar.

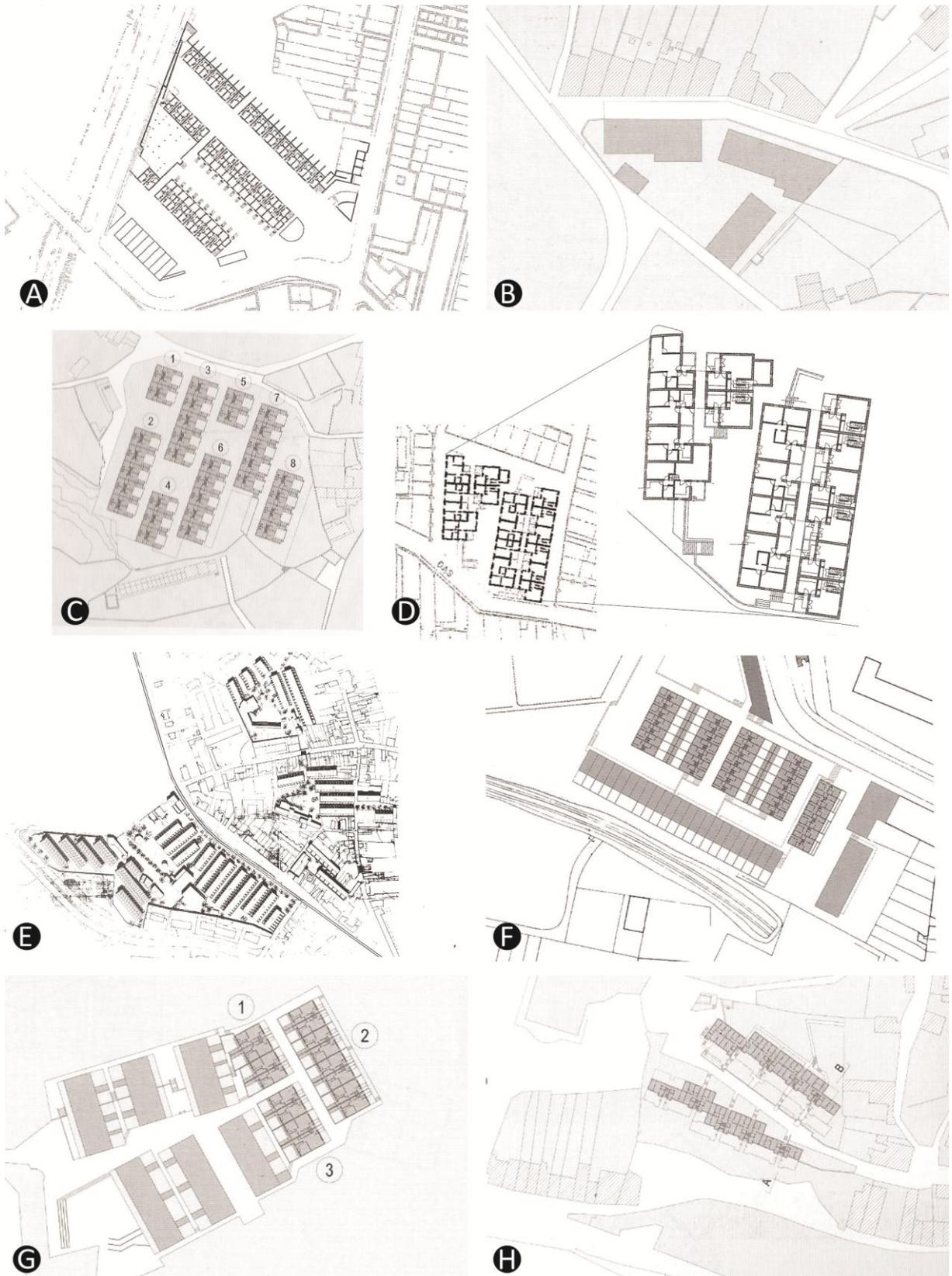
interessados ficaram de decidir posteriormente qual seria a elegida” (BRIGADA TÉCNICA MACEDA ACÁCIO, MAI/1975).

Figura 42. Vista de satélite das operações SAAL construídas no Porto. Blocos longitudinais resultantes da agregação adjacente das unidades habitacionais. (A) Antas; (B) Bouça; (C) Chaves de Oliveira; (D) Contumil; (E) Francos; (F) Lapa; (G) Leal; (H) Maceda-Acácio; (I) Massarelos; (J) S. Victor.



Fonte dos mapas de base: Google Maps, 2013.

Figura 43. Planta de localização das operações SAAL construídas Porto. (A) Bouça; (B) Chaves de Oliveira; (C) Contumil; (D) Leal; (E) Projeto original para Francos; (F) Lapa; (G) Projeto original para Maceda-Acácio; (H) Massarelos.



Fonte: Bandeirinha, 2007.

Sem qualquer referência aos seus vizinhos, o quinto bloco do conjunto da Lapa é escalonado em três níveis, acompanhando a declividade do terreno. A implantação deste edifício ao lado sul e próximo à linha férrea, permitiu a justaposição das células com a sobreposição de habitações. Enquanto as habitações com acesso pelo piso térreo (do Tipo 2, com evolução possível para o Tipo 3) são formadas por dois pisos mais um intermediário – onde as entradas estão localizadas – as habitações acima destas, do Tipo 1, são compostas por dois meios pisos (Figura 45). Sobre o número de meios-pisos encontrados na Lapa, o arquiteto Manuel Mendes comenta que este seria um meio de “contrariar um pouco a escassez compartimental e iludir um pouco o espaço de estadia para um pequeno recolhimento, para trabalho... distanciar um pouco os compartimentos uns dos outros” (MENDES, 2012).

Figura 44. Operação SAAL Bouça: Justaposição com sobreposição de unidades duplex. Acessos independentes para as unidades dos pisos inferiores e acesso por galeria para os duplex superiores.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 45. Operação SAAL Lapa. Acima, planta baixa e corte do módulo dos blocos paralelos T3/T4 (à esquerda) e planta baixa e corte do bloco longitudinal com apartamentos T1 no piso superior e T2/T3 no piso térreo. Abaixo, vista geral do conjunto: em primeiro plano, os quatro blocos paralelos, ao fundo, bloco longitudinal ao sul.



Fonte: BANDEIRINHA, 2007; Rafaela Cavalcanti, 2012.

No bairro das Antas (Figura 46), a declividade do terreno permitiu que os seus quatro blocos paralelos fossem constituídos pela justaposição de oito unidades habitacionais de dois pisos mais um intermediário (duplex com piso intermediário). Partindo de uma matriz composta por espaços de uso social no térreo e dois quartos no piso superior, o arquiteto Pedro Ramalho oferece às famílias a possibilidade de evolução da casa para um T3, reservando área no piso intermediário de todas as unidades para a construção de um terceiro quarto. Essas áreas são chamadas pelo arquiteto de “zona de adaptação ao tempo” (RAMALHO, 1989, p.58).

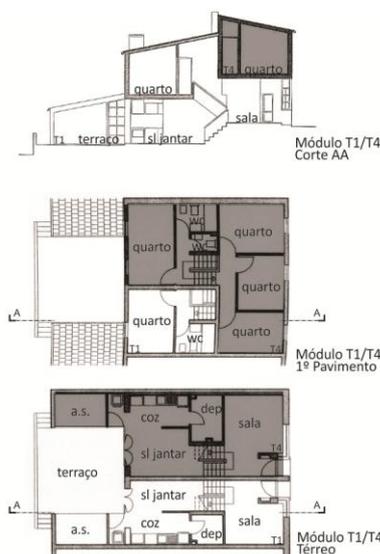
A diferença de cotas entre as duas frentes em Contumil resultou em uma solução muito semelhante a uma daquelas encontradas na Lapa: os oito blocos longitudinais são constituídos por habitações compostas por quatro meios pisos articulados por escadarias. Nessa operação, os blocos mais a sudeste são formados pela justaposição de unidades T1 e T4 enquanto os outros blocos são constituídos pela união de pares de unidades T2 e T3 (Figura 42D e Figura 43C). A maior complexidade em Contumil está no aproveitamento espacial: as unidades de maior dimensão avançam sobre os seus vizinhos no último meio piso. Enquanto o T4 avança sobre a área do T1, o T3 avança sobre o T2 (Figura 47).

Figura 46. Operação SAAL nas Antas. Justaposição de unidades duplex.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 47. Operação SAAL Contumil. À esquerda. Plantas baixas e corte do módulo T1+T4. À esquerda, vista do bloco Noroeste.



Fonte: BANDEIRINHA, 2007; Rafaela Cavalcanti, 2012.

Mas não é apenas em Contumil que as unidades extrapolam o limite dos seus módulos. Na solução proposta pelo arquiteto Sergio Fernandez para a operação no Leal, em cada um dos pares de blocos construídos, aqueles mais a leste (Figura 42G e Figura 43D), constituídos ao todo por oito unidades duplex (sete T3 e um T4), se “debruçam” sobre os seus vizinhos (compostos por residências térreas): parte do pavimento superior desses blocos se expande transversalmente sobre o piso térreo daqueles mais a oeste, interligando o conjunto e cobrindo parcialmente os corredores de acesso às casas (Figura 48).

A identidade formal dos três blocos do SAAL Chaves de Oliveira camufla o modo como a equipe técnica resolveu as necessidades de diferentes agregados familiares. Apesar da rígida

modulação e da predominância de habitações de dois quartos, os edifícios são constituídos por seis tipos de arranjo do espaço doméstico que se associam por justaposição ou sobreposição. O primeiro bloco, a oeste (Figura 42C e Figura 43B), é constituído por quatro apartamentos T2 (dois no térreo e dois no 1º piso) justapostos a dois duplex T3. Duas unidades duplex (T2 e T4) ocupam as extremidades do bloco leste enquanto quatro apartamentos T2 (dois no térreo e outros dois no 1º piso) ocupam os módulos centrais. O bloco sul é constituído por meio da justaposição de três unidades duplex T2 (Figura 49).

A operação em Massarelos (Figura 50) revela uma opção distinta de todas as outras ao constituir-se por dois edifícios de cinco pavimentos (Figura 42I e Figura 43H) com várias soluções tipológicas de apartamentos ao longo dos pisos, variando do T1 ao T4, e esquema de distribuição por caixa de escada comum com acesso a dois apartamentos por pavimento, solução recorrente nos edifícios de habitação modernos. No Bloco 01, foram construídos dois apartamentos T1, dez T2, quinze T3 e quatro T4 e, no Bloco 02, foram construídos dez T1, dez T2, doze T3 e dois T4, totalizando sessenta e cinco apartamentos conforme previsto no Projeto de Construção do SAAL Massarelos, de julho de 1976.

Figura 48. Operação SAAL Leal. Interligação entre os blocos no pavimento superior. Unidades duplex (à esquerda) avançam sobre as residências térreas (à direita).



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 49. Operação SAAL Chaves de Oliveira. Justaposição de unidades em um único pavimento (à direita, em primeiro plano) e por duplex simples (à esquerda, em segundo plano).



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 50. Operação SAAL Massarelos. Contrariando a tendência das outras intervenções, o bairro é constituído por dois edifícios em altura, cada um com cinco pavimentos.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Vale ressaltar que a solução baseada em unidades geminadas (sejam térreas, duplex ou sobrepostas) faz parte de uma tradição construtiva encontrada em diversas regiões do mundo e em distintos períodos históricos. Atende em sua essência à demanda de redução da testada da edificação para propiciar a construção do maior número de unidades e oferecer uma relação direta com a rua. Miguel Gadelho (2011), ao observar os blocos habitacionais construídos com o apoio do SAAL/Norte no Porto, verifica algumas similaridades entre estas e outras obras de arquitetos modernistas europeus. O autor compara, por exemplo, o caráter contínuo das habitações unifamiliares geminadas dos bairros habitacionais de J.J.P. Oud (1937-38), especificamente Hoek van Holland (Figura 51) com o projeto SAAL S. Victor e as habitações sociais de Kiefhoeh, com o projeto SAAL Maceda-Acácio. Nessa mesma linha de comparação, Eduardo Fernandes (2010) resalta a semelhança do projeto da Bouça com as casas geminadas de Alvar Aalto para a Fábrica Sunila (1936-54), na Finlândia (Figura 52).

Figura 51. Hoek van Holland.



Fonte:

<http://nl.wikipedia.org/wiki/Jacobus_Johannes_Pieter_Oud>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

Figura 52. Fabrica Sunila, Kotka, Finlândia.



Fonte:

<<http://www.flickr.com/photos/suomis/452797294/>> Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

5.2 A IDEIA DA “ILHA”

A implantação de blocos longitudinais nos interstícios da cidade consolidada introduziu uma regra alheia à organização urbana preexistente, levando algumas operações SAAL no Porto à consolidação de conjuntos formalmente autônomos. A regra parece ser a da baixa densidade – com exceção da intervenção na Bouça e em Massarelos – seja na cidade consolidada (Antas, Leal e S. Victor) ou na sua fronteira com áreas ainda pouco urbanizadas na época (Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Maceda-Acácio).

Apesar da preferência pelos tipos existentes nas áreas de intervenção e pela escala tradicional de edificações de baixa altura (casas geminadas e/ou duplex, com no máximo três pisos), quando se penetra no interior dos conjuntos edificados, percebe-se uma clara identidade espacial. Na maioria dos casos, há uma ruptura com o esquema de organização urbana preexistente que pode ser identificada na perpendicularidade dos blocos longitudinais em relação às vias adjacentes nos bairros SAAL da Bouça e das Antas – contrariando a tradicional localização dos edifícios na face frontal dos lotes –, na isolada implantação de Contumil, Massarelos e Maceda-Acácio com um único acesso a todo o conjunto edificado; na ortogonalidade do bairro da Lapa ou na ausência de continuidade topográfica com a envolvente próxima no bairro de Francos (Figura 42 e Figura 43).

Entretanto, nas experiências em Chaves de Oliveira, no Leal e em S.Victor é possível perceber uma maior aproximação das soluções em relação ao entorno. Em Chaves de Oliveira, uma parte da sua volumetria, que se organiza em torno de um pátio semiaberto, localiza-se à face da rua, seguindo a mesma escala e alinhamento dos edifícios contíguos a ele junto à Travessa Chaves de Oliveira (Figura 42C). No Leal, a volumetria se desenvolve numa articulação entre as novas habitações, a escala dos edifícios vizinhos (de ocupação empobrecida) e a malha existente, mantendo a mesma proporção e relação com a rua (vias estreitas sem calçadas) que as construções do entorno. Em S. Victor houve uma clara preocupação em relacionar o projeto original aos vestígios de antigas habitações de ilhas, integrando na sua composição plástica as ruínas da velha estrutura organizativa do bairro. Esses dois últimos casos são os mais emblemáticos em termos de harmonia da nova intervenção com um quarteirão consolidado. S. Victor se configura como o único caso em que se edificou apenas um bloco de habitação. Em todos os outros foram edificados de dois (Massarelos e Chaves de Oliveira) a oito blocos (Contumil).

As articulações espacial e morfológica em relação ao contexto envolvente em alguns conjuntos SAAL construídos no Porto e a falta delas em outros levaram Eduardo Fernandes (2010) a levantar a hipótese de que, embora com diferentes leituras, houve a invocação da ideia da “ilha” nas intervenções SAAL do Porto. Ao se debruçar sobre as características morfológicas das habitações, conclui sobre a consideração da ilha como modelo formal de intervenção, tanto ao nível da unidade base (habitação) como no sistema de agregação:

“É o seu valor simbólico que é invocado (com a designação de “ilha proletária”) e o seu desenvolvimento tipológico que é retomado: uma estrutura em banda onde se

sucedem (em desenvolvimento linear, com agregação por encosto simples) fogos de frente estreita com repetição rítmica dos elementos de fenestração (...)” (FERNANDES, 2010, p.456).

Uma vez que a ilha se desenvolve nos interstícios da cidade consolidada, com uma lógica interna forte, recusando as suas leis e contornando a sua lógica, Fernandes constata nas suas análises que a escolha pela ruptura com a estrutura urbana preexistente – onde a nova “ilha” (ou o novo conjunto habitacional) surge como um corpo estranho à lógica do tecido envolvente –, ou pela harmonização com o entorno, refletem dois tipos de consideração do conceito de “ilha” nos projetos. Enquanto a escolha pela ruptura com o contexto urbano se daria na evocação do conceito da ilha, trazendo às vistas a “cidade escondida”⁶⁸; a opção pela harmonização se daria na oposição a este conceito, com a camuflagem das habitações na cidade preexistente.

Em suas análises, o autor percebe a continuidade com a forma da cidade e sua memória coletiva nas operações em Chaves de Oliveira e no Leal, constata uma autonomia e uma lógica interna forte – mas com uma escala e uma linguagem que as aproxima do contexto envolvente – nas operações SAAL em Contumil e nas Antas, identifica em Francos, Maceda-Acácio e na Lapa conjuntos cujas imagens se esgotam em si mesmas (sem integração como entorno) e ainda percebe a tentativa de afirmação de uma nova ordem urbana que tem como ponto de partida a ilha tradicional do Porto em S. Victor e na Bouça.

Mas aquilo que mais chama a atenção nas observações de Fernandes é a sua preocupação em compreender o uso da ideia da ilha em termos de seu sentido vivencial, não apenas a vertente morfológica das intervenções e as suas relações com a cidade. Até porque a sua justificativa pela via morfológica não parece ter muito fundamento, pois a opção pela agregação das casas por justaposição nas operações SAAL no Porto, por exemplo, parece ter mais relação com aspectos econômicos e técnicos (conforme já comentado) do que propriamente uma intenção plástica de referência às ilhas. Segundo o autor, os projetos do bairro do Leal, das Antas, de Chaves de Oliveira e de Contumil elegem como conceito modelar de habitat as tradicionais “ilhas” do Porto, mas não seria a sua forma e nem o seu esquema de agregação, mas a sua “qualidade sem nome”, que lhes confere um caráter vivo em condições precárias de habitação.

⁶⁸ Conforme mencionado no capítulo 3, o arquiteto Álvaro Siza (2009) defende que a luta dos moradores das ilhas do Porto pela melhoria das suas condições de moradia e pelo direito à cidade conduziu a um movimento de “exteriorização da cidade escondida”, ou seja, de exteriorização do habitat operário na estrutura da cidade.

A expressão “qualidade sem nome” é usada por Fernandes como a tradução do conceito de “*quality without a name*” apresentado por Christopher Alexander em *The Timeless Way of Building* (1979). A “qualidade sem nome” de Alexander seria uma qualidade fundamental que, por não haver palavras que se aproximem da sua definição, não pode ser nomeada. Poderia ser definida como aquilo que daria “vida e espírito” a qualquer coisa:

“Existe uma qualidade central que é o critério da vida e do espírito em um homem, uma cidade, um edifício ou um deserto. Esta qualidade é objetiva e precisa, mas não pode ser nomeada (...) Esta qualidade, é a mais fundamental qualidade que existe em qualquer coisa”⁶⁹ (ALEXANDER, 1979, p.19-26).

“(...) é sinónimo de vida num edifício ou espaço, caracterizando o — modo intemporal de construir’. Acreditamos que essa é a qualidade a que Raul Lino chama — ‘*Carácter*’ (que transforma a obra —de *objecto* inerte que é, em outro que vibre, palpita, interesse e atraia) e que Corbusier descreve como uma criação matemática gerada pela mente que, com recurso a materiais inertes, e partindo de condições mais ou menos utilitárias, estabelece relações que despertam emoção”. (FERNANDES, 2010, p.155).

Ao citar o texto da Brigada Técnica da Zona de S. Victor publicado na revista *Casabella* (n.419, 1976, p. 14), compreende-se que a “qualidade sem nome” das ilhas a qual Fernandes se refere em sua tese estaria diretamente vinculada à vida comunitária nas mesmas: “no texto (...) Siza se refere a “*stimolante vita comunitaria della «ilha»*” como algo positivo, que o seu *projecto* pretende recuperar” (FERNANDES, 2010, p.456).

Diante dessas informações e a partir da hipótese de que uma das razões para o destaque das operações SAAL no Porto estaria relacionada à qualidade dos seus projetos construídos (ver capítulo 1), a discussão passa a ser dirigida para a compreensão de uma provável qualidade subjacente aos projetos SAAL no Porto, relacionada aos potenciais aspectos vivenciais promovidos pelas suas estruturas espaciais.

Admitindo-se, nesta pesquisa, que existe uma forte relação entre o espaço construído e o modo como as pessoas o utilizam e interagem com os diversos usuários, considera-se que a partir da análise espacial é possível revelar as intenções de vida social subjacentes aos projetos SAAL/Norte no Porto.

⁶⁹ Tradução livre da autora. No original: “*There is a central quality which is the criterion of life and spirit in a man, a town, a building, or a wilderness. This quality is objective and precise, but it cannot be named (...) This quality is the most fundamental quality there is on anything*” (ALEXANDER, 1979, p.19-26).

5.3 A LÓGICA ESPACIAL DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.

5.3.1 BASES PARA UM QUADRO ANALÍTICO

“[...] ninguém escapa ao invólucro com que ele (o arquiteto) cinge as pessoas que param ou deambulam nas peças de sua autoria. [...] todo espaço arquitetônico é um templo à sua maneira [...] e a entidade que se molesta, com a intrusão, ou melhor, com a teatralidade real, se mostra a definidora da arte arquitetônica: o espaço, que se conceitua como criador e regulador de comportamentos” (COUTINHO, 1970, p.42 e 204).

Partindo do pressuposto que os lugares oferecem informações relativas a uma série de aspectos de sua arquitetura correspondentes às aspirações situadas em diferentes espaços de tempo e segundo valores específicos (HOLANDA, 2002), admite-se que, a partir da análise espacial das operações SAAL no Porto, é possível revelar as intenções de projeto e as convenções sociais subjacentes à estrutura espacial dos seus conjuntos edificados.

Nos estudos de Markus e Camaron (2002), encontram-se fundamentos para considerar que as convenções sociais que regem a definição espacial de um edifício são como “textos” que precedem a elaboração de qualquer espaço arquitetônico. Para os autores, em todo edifício estaria impregnado um discurso onde essas convenções e regras de funcionamento originais poderiam ser lidas: quanto mais longo é o discurso, mais precisas são as regras e convenções de utilização do espaço; quanto mais resumido ele é, maiores são as possibilidades de utilização e menor o grau de previsibilidade de ações humanas dentro dos seus domínios.

Segundo Hillier e Hanson (1984), para cada evento social que se queira promover há uma série de possíveis relações entre os indivíduos, traduzida na arquitetura pela delimitação ou séries de unidades espaciais e pela permissão ou restrição à conexão entre elas. O controle do espaço e, conseqüentemente, das ações neste espaço, dependerá da distribuição dos elementos físicos que servirão como barreiras ou não à permeabilidade ou à visibilidade (opacidade e transparência) entre as unidades espaciais que constituem o arranjo arquitetônico. Para os autores, a função essencial do espaço é promover a interface entre aqueles que habitam no edifício (e controlam) e aqueles que o visitam (precisam de permissão para circular em seus domínios). Dependendo de como e onde ocorrem os padrões de relacionamento entre os usuários dentro do edifício, distintos tipos edilícios são elaborados.

Admitindo-se que os edifícios são precedidos por regras ou práticas sociais e que o sistema de barreiras e permeabilidades (restrição ou permissão de atividades) é uma tradução dessas convenções sociais no espaço (HILLIER; HANSON, 1984) – semelhantes expectativas sociais geram semelhantes sistemas espaciais – defende-se que a partir da análise dos espaços produzidos com o apoio técnico do SAAL no Porto é possível revelar quais os aspectos comportamentais que se desejou estabelecer no ambiente doméstico e coletivo daqueles bairros, ou seja, quais os aspectos de vivência social que se intencionou destacar.

Considerando a existência de uma importante relação entre a vida social e os arranjos do ambiente construído, ou seja, que o desenho do espaço afeta a escolha que as pessoas fazem em vários níveis (BENTLEY, 2003) – definem por onde elas podem ou não passar (permeabilidade), como elas apreendem o lugar (legibilidade), como elas lhe dão uso, com quem elas irão ou não interagir, etc. – a presente pesquisa se debruça sobre o espaço considerando-o como agente ativo de comportamentos sociais: adota-se a ideia de que a configuração espacial pode agir tanto como facilitadora para atividades sociais quanto como inibidora de comportamentos específicos.

A Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial, (HILLIER; HANSON, 1984) oferece importantes contribuições sobre este assunto, sendo tomada como base para a discussão neste capítulo. Todo o referencial metodológico para a análise dos projetos SAAL construídos no Porto fundamenta-se em estudos relacionados à Sintaxe Espacial, relevante para a pesquisa por se tratar de uma teoria descritiva e analítica composta por técnicas de leitura, representação, quantificação e interpretação do espaço, visando relacionar “a estrutura espacial de cidades e de edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais e variáveis sociais mais amplas, procurando revelar tanto a lógica do espaço arquitetônico em qualquer escala como a lógica espacial das sociedades” (HOLANDA, 2002, p.92).

Holanda (2002) sugere que a prática e o conhecimento correntes apontam para um modelo de sete funções desempenhadas pelo espaço, isto é, um modelo de sete aspectos de desempenho espacial: *funcional*, *de copresença*⁷⁰, *bioclimático*; *econômico*; *topoceptivo*; *emocional*; e *simbólico*. Os estudos desenvolvidos em Sintaxe Espacial se concentram nos aspectos de *copresença* para entender de que forma a configuração espacial interfere no modo como as

⁷⁰ Presença simultânea de duas ou mais pessoas no mesmo espaço.

peças se movem, param, encontram-se umas com as outras, ou seja, como o espaço se conceitua como criador e regulador de comportamentos.

Vale destacar que as pesquisas vinculadas à Teoria da Lógica Social do Espaço buscam descrever a arquitetura pelo conjunto de relações geradas pelo seu arranjo espacial, não pelo seu aspecto físico-material. O sistema espacial é descrito, essencialmente, em termos de sua estrutura topológica: proximidade, continuidade, descontinuidade, integração, segregação, conexão, etc. A configuração é definida como as relações entre espaços num complexo, levando em conta todos os outros espaços existentes nesse complexo (HILLIER; HANSON; GRAHAM, 1987).

A ideia de que a configuração espacial afeta o comportamento humano é amplamente suportada pela Sintaxe Espacial. Argumenta-se que a configuração espacial gera um campo de *cociência*⁷¹ e *copresença*, com propriedades estruturais que vão variar de acordo com a sua sintaxe. É, portanto, no aspecto da *copresença* que as análises dos projetos SAAL no Porto se debruçam. O objetivo é identificar como o arranjo espacial dos conjuntos e das unidades habitacionais promovem ou inibem certos tipos de comportamentos. O método de análise utilizado permite, portanto, a realização dos objetivos centrais da Sintaxe: estabelecer relações entre espaço e comportamento social.

Do ponto de vista da análise sintática, o sistema de espaços abertos pode ser decomposto de duas formas: os chamados espaços convexos e as chamadas linhas axiais⁷², dois tipos de abstrações que permitem revelar atributos fundamentais do ambiente construído. A diferença fundamental é que os espaços convexos são decomposições em unidades de duas dimensões de tudo o que não se configura como uma barreira ao movimento no espaço aberto e as linhas axiais são decomposições do espaço em uma única dimensão – descrevendo as linhas de visibilidade e movimento de um usuário através de todos os espaços convexos que compõem o sistema espacial (Figura 53 e Figura 54). Para o presente estudo são observadas apenas as dimensões convexas dos espaços coletivos e dos espaços domésticos resultantes das operações SAAL no Porto.

⁷¹ Ciência simultânea entre duas ou mais pessoas no mesmo espaço.

⁷² O Mapa Axial é um mapa linear que representa a malha urbana segundo o menor número das maiores linhas axial que descreve o sistema espacial.

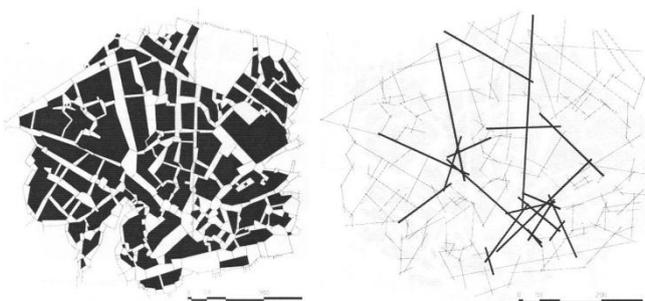
Um espaço convexo corresponde ao que se entende por “lugar” numa pequena escala: quando um indivíduo deambula pela cidade ou dentro de um edifício, é comum que ele tenha a impressão de atravessar determinadas fronteiras invisíveis entre dois espaços, seja dobrando uma esquina de uma via pública ou acessando a cozinha a partir da sala, no espaço doméstico. A técnica da convexidade tem por objetivo explicitar essa intuição: cada um desses “lugares” é delimitado por polígonos convexos. Portanto, um espaço convexo, por definição, é uma região onde todos os seus ocupantes são copresentes e estão cocientes, ou seja, não existe nenhuma barreira entre eles. É a impressão que se tem de estar em um lugar determinado.

Figura 53. Decomposição espacial do T2 da operação SAAL Maceda-Acácio. À esquerda, planta baixa; à direita, mapa convexo.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2013.

Figura 54. Decomposição espacial de Paranoá Velho. À esquerda, mapa de espaços convexos com destaque, em preto, para as barreiras espaciais; À direita, mapa axial, com destaque para as linhas mais integradas do sistema.



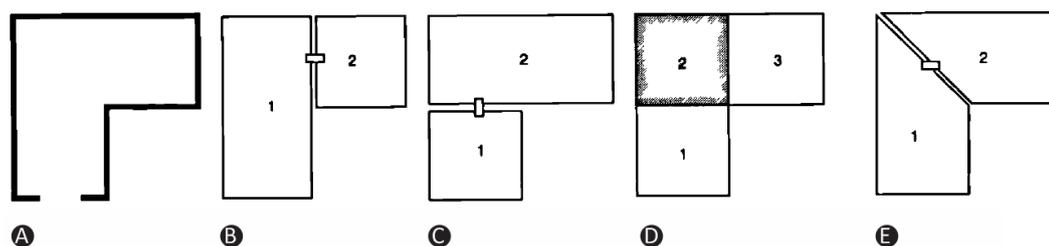
Fonte: Holanda, 2002.

O *mapa convexo* é formado pela decomposição por convexidade de tudo aquilo que não se configura como uma barreira ao movimento dentro de um sistema, cujas conexões diretas entre as unidades espaciais são representadas por uma linha. Para a confecção do mapa convexo, tomam-se as plantas baixas do sistema de espaços abertos (se o objeto de estudo é urbano) ou do sistema de espaços fechados (se o objeto de estudo é um edifício) e os espaços são decompostos em unidades convexas. As conexões diretas entre elas são representados por uma linha. Vale ressaltar que a técnica da convexidade não identifica apenas ambientes encerrados por paredes, mas, sobretudo, espaços convexas: um ambiente pode ter mais de um espaço convexo, caso ele próprio seja circunscrito por um polígono côncavo. Uma sala em “L” conterà, pelo menos, dois espaços convexas.

No exemplo da Figura 55, verifica-se duas maneiras, igualmente corretas, de decompor o espaço “L” em polígonos convexas. A escolha entre as opções ‘B’ ou ‘C’ vai depender do método e dos objetivos de análise. Para superar o impasse na decomposição de espaços dessa natureza, Luiz Amorim (1999) observa a casa tridimensionalmente, não apenas

bidimensionalmente. Na sua pesquisa, as unidades convexas podem ser definidas por meio da diferenciação dos níveis entre pisos e dos pés-direitos, pela presença de vigas, de pilares e de mobiliário, que delimitam contornos imaginários no espaço. Quando a tridimensionalidade não for suficiente para a definição das unidades convexas, o autor sugere a observação da área de sobreposição entre as decomposições iniciais (Figura 55D) e, por meio da diagonal daquela região, definir dois espaços convexos (Figura 55E).

Figura 55. Representação da decomposição convexa de um espaço em “L”.



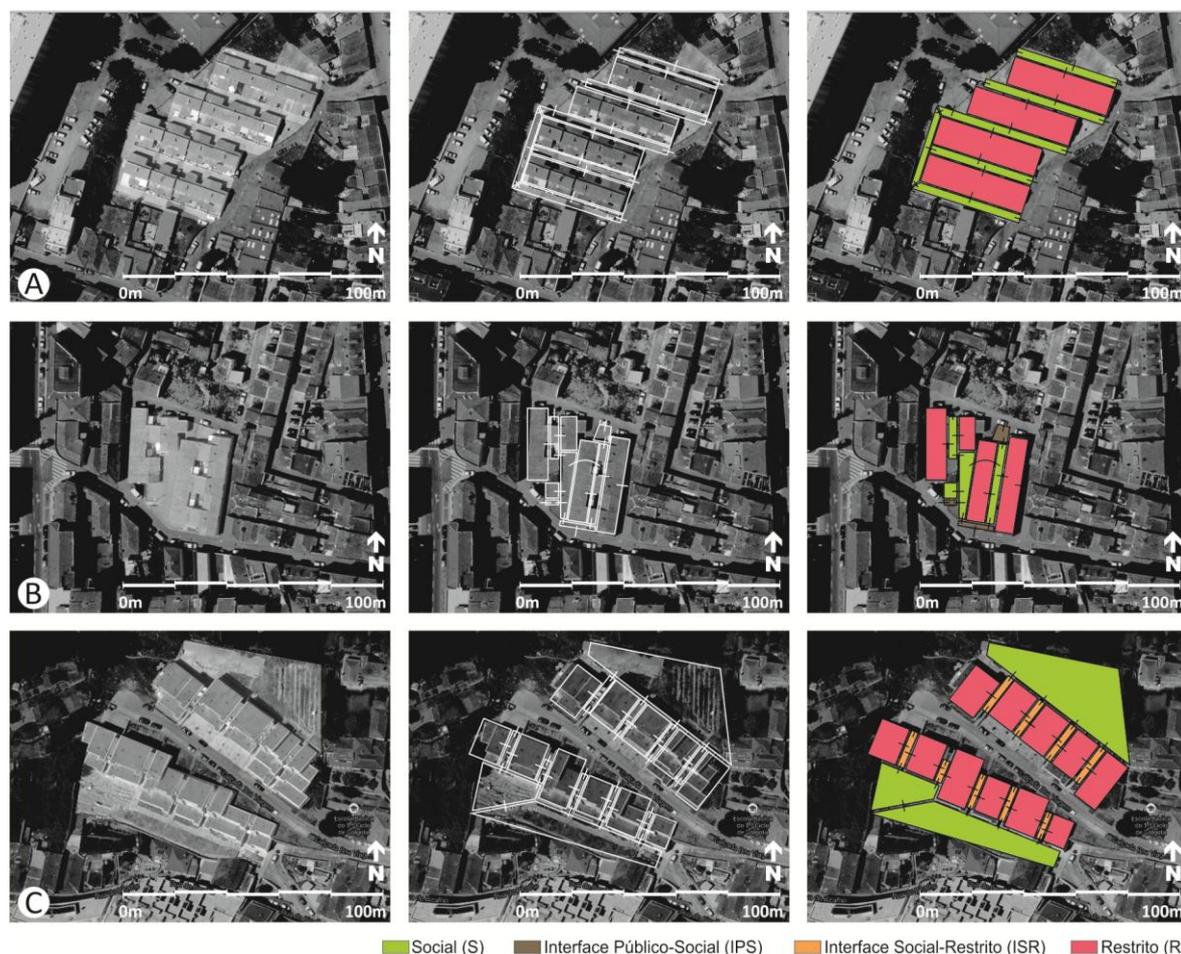
Fonte: Amorim, 1999.

Para a esta pesquisa, os espaços coletivos das operações SAAL construídas no Porto foram decompostos em polígonos convexas e classificados em três tipos de espaços, rotulados como: (S) Social; (IPS) Interfaces entre espaços Públicos e Sociais; e (ISR) Interfaces entre espaços Sociais e Restritos (Figura 56). O espaço Social (S) se refere as áreas coletivas do conjunto, que normalmente funcionam como local de convívio entre moradores e entre moradores e convidados; as Interfaces Público-Social (IPS) são os espaços mediadores do acesso público ao interior do conjunto (portarias, halls, escadarias, etc.); e as Interfaces Social-Restrito (ISR) ligam o interior do conjunto aos espaços de uso restrito (circulações verticais, halls, corredores, etc.) (Figura 56). Nos casos em que houve a necessidade de decompor espaços em “L”, optou-se pela solução proposta por Amorim (1999).

Tendo em vista a análise das conexões entre os espaços coletivos e os blocos de habitação, estes últimos foram representados por retângulos, sendo classificados como uma única unidade espacial chamada de espaço Restrito (R), para a simplificação do sistema. Vale salientar que esses retângulos não correspondem a uma decomposição espacial dos edifícios, mas representam todas as suas unidades habitacionais, de uso restrito às respectivas famílias. Para a definição dos polígonos correspondentes aos espaços Restritos (R), não se considerou a forma dos blocos de habitação, nem a quantidade de casas ou o número de pavimentos. Entretanto, cada um dos meios de acesso a eles foi levado em consideração. Por exemplo, existem áreas restritas que são acessadas por espaços do tipo S, do tipo IPS, do tipo ISR ou

diretamente da rua. Este procedimento é semelhante ao método descritivo desenvolvido por Amorim e Loureiro (2001) para o estudo de conjuntos habitacionais populares no Recife.

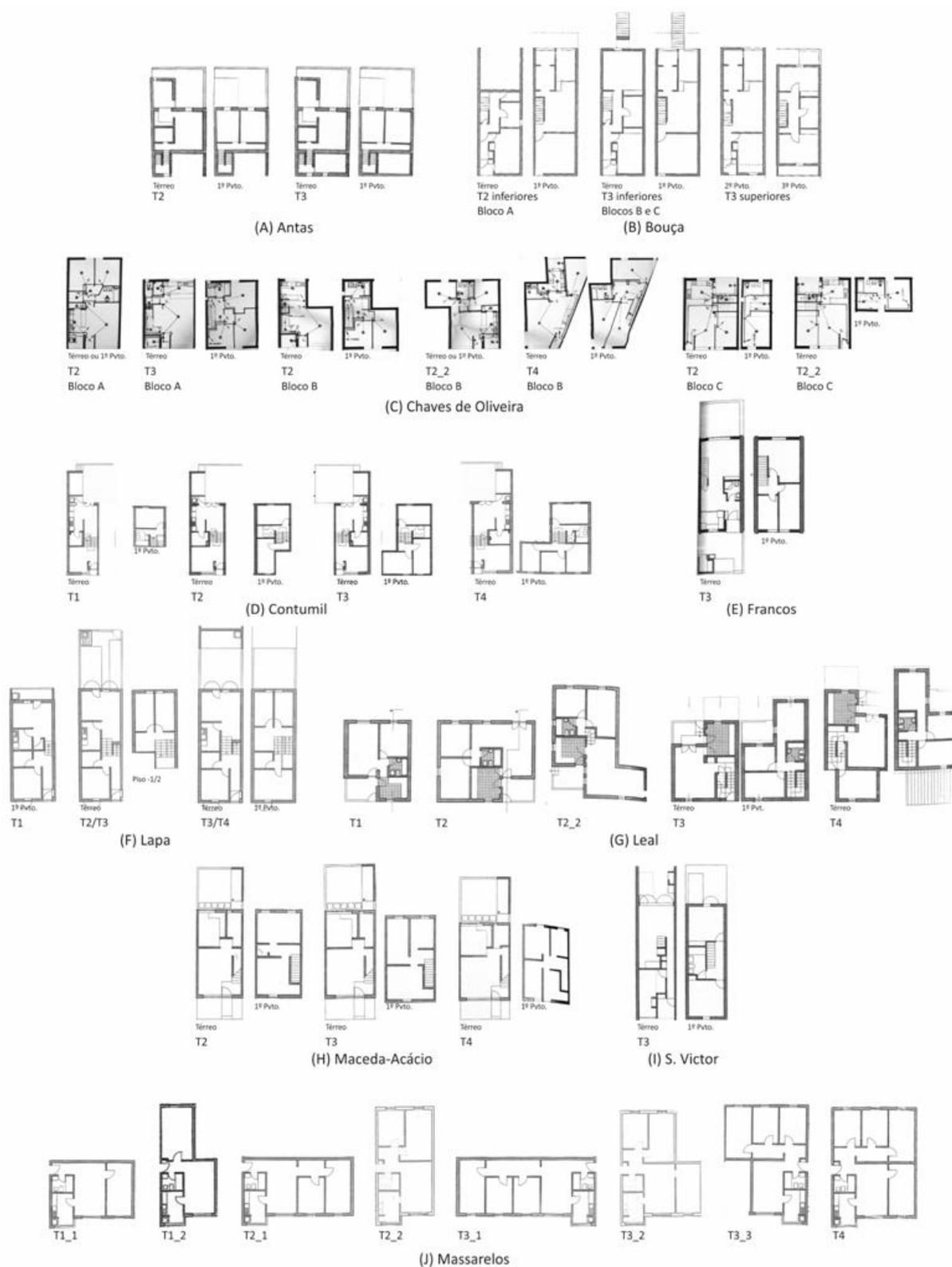
Figura 56. Exemplos de decomposição espacial dos espaços comunitários das operações SAAL construídas Porto: (A) Antas; (B) Leal; (C) Massarelos. À esquerda, fotografias aéreas das três intervenções; No centro, Mapa convexo das operações: decomposição em espaços convexos das áreas comunitárias. Os edifícios estão representados por um retângulo; À direita, classificação dos polígonos segundo seus respectivos rótulos.



Fonte dos mapas: Google Maps, 2013.

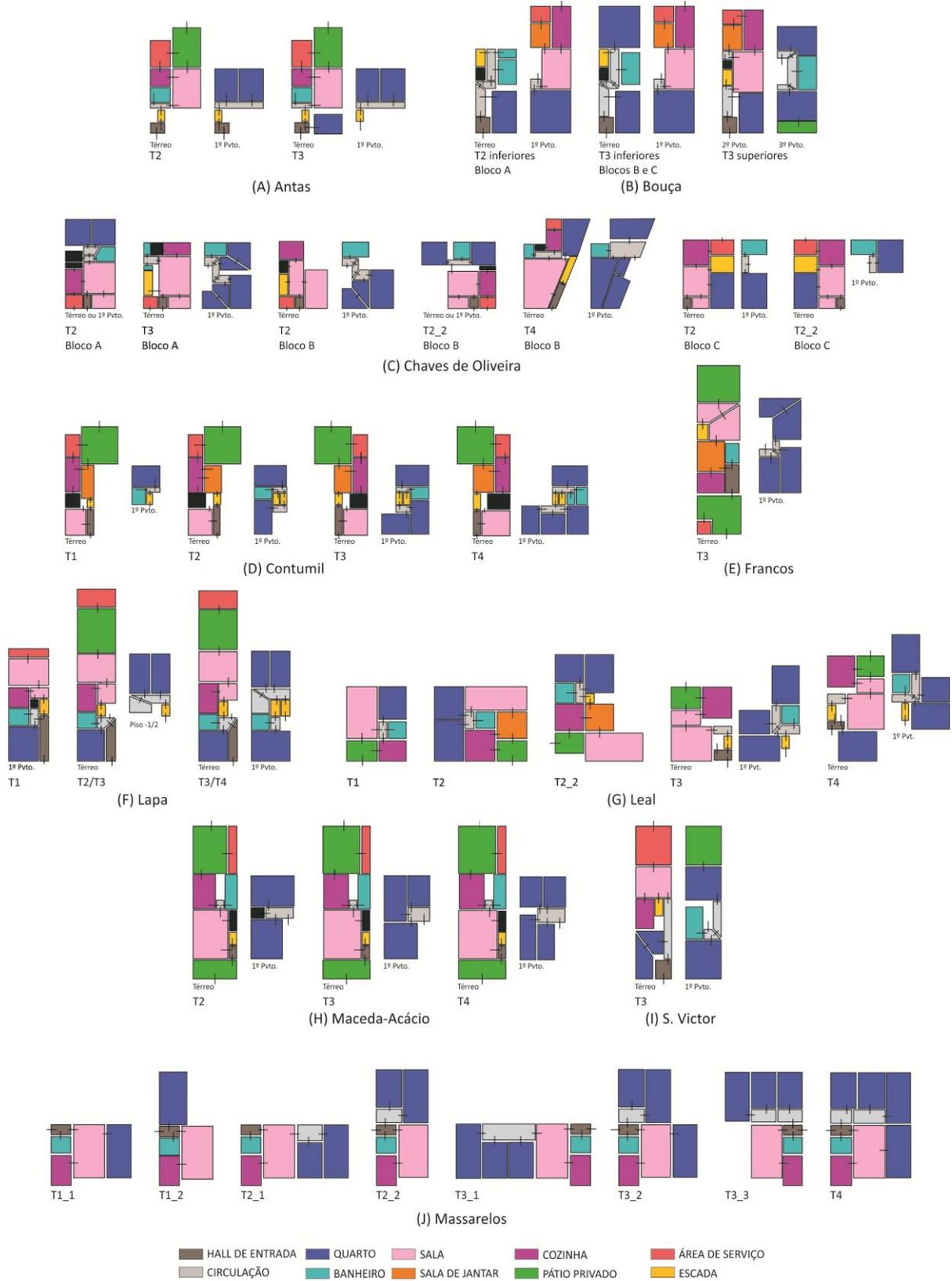
Para a descrição das unidades habitacionais, foram utilizados os mesmos critérios apresentados acima. A partir das plantas baixas de cada tipo de habitação construída com o apoio do SAAL no Porto (Figura 57) foram gerados polígonos convexos por meio da decomposição de todos os espaços vazios do ambiente doméstico. Entretanto, cada uma das unidades convexas foi classificada segundo os rótulos: hall de entrada, circulação, quarto, banheiro, sala, sala de jantar, cozinha, pátio privado, área de serviço e escada (Figura 58). As conexões diretas entre as unidades espaciais no mapa convexo foram representadas por uma linha.

Figura 57. Plantas Baixas dos tipos de habitação construídos com o apoio das Brigadas técnicas do SAAL no Porto. Quando se identifica mais de uma solução para as habitações de um, dois, três ou quatro quartos, os grafos são nomeados pelo tipo correspondente, seguido da numeração.



Fonte: Bandeirinha, 2007; Associação de Moradores de Chaves de Oliveira, 1976.

Figura 58. Mapas convexos das unidades habitacionais de todas as operações SAAL construídas no Porto com a classificação das unidades espaciais por função.

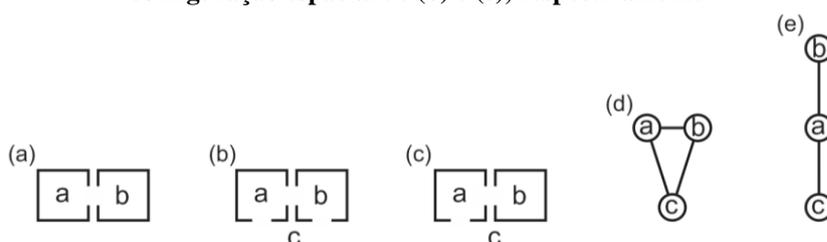


Por meio desse procedimento foi possível gerar dez mapas convexos correspondentes aos espaços coletivos de todos os conjuntos habitacionais construídos pelo SAAL no Porto, bem como trinta e sete mapas convexos das suas respectivas unidades habitacionais.

A decomposição do sistema espacial em unidades convexas é um dos procedimentos iniciais para a análise espacial de qualquer sistema. A partir daí o que interessa é a configuração espacial gerada e as relações de permeabilidade entre as distintas unidades espaciais – por onde as pessoas podem ou não transitar. Por meio da análise de permeabilidade (restrições ou permissões de acesso dentro do sistema) é possível identificar como se configura o controle do espaço e os prováveis padrões de relacionamento entre os diferentes usuários no mesmo.

Conforme já citado, Hillier, Hanson e Graham (1987) defendem que a relação de permeabilidade entre dois espaços só terá algum significado se um terceiro espaço for considerado e a relação de cada um daqueles dois com este outro. Na verdade, a análise da permeabilidade deve considerar as relações de permissões e acessos de todos os espaços do sistema para todos os espaços do sistema. Na Figura 59A, percebe-se que *a* está conectado a *b* por um portão que cria uma relação de permeabilidade entre esses dois espaços. Mas isso não quer dizer muita coisa sem a inserção de um terceiro componente, o espaço *c* (exterior).

Figura 59. O esquema (a) demonstra a relação de permeabilidade direta entre os espaços *a* e *b*. Os esquemas (b) e (c) demonstram duas relações dos espaços *a* e *b* com o exterior, chamado de *c*. Os esquemas (d) e (e) são os grafos justificados da configuração espacial de (b) e (c), respectivamente.



Fonte: Hillier, Hanson e Graham, 1987.

Quando *c* é inserido, apresenta-se duas situações demonstradas pela Figura 59B e Figura 59C: na primeira, os dois espaços estão diretamente conectados ao espaço *c*; na segunda situação, apenas o espaço *a* está conectado ao exterior. Os dois arranjos demonstram distintas relações entre *a* e *b* quando *c* é considerado: no primeiro caso não há nenhuma relação de controle entre os espaços, não há hierarquia entre eles; no segundo caso, *a* controla o caminho de *c* para *b* – ninguém chega a *b* sem passar por *a*. Este é o binômio simetria/assimetria de Hillier e Hanson (1984). Descrições simétricas se dão quando a relação entre espaços é igual para

ambos. Na Figura 59A, a relação de a para b é a mesma que a de b para a . Na Figura 59B, além de a relação de a para b ser a mesma que a de b para a , a relação dos dois é igual para c . Uma descrição é assimétrica quando não existe igualdade de relações entre os espaços (Figura 59C). “Quanto mais assimétrico um sistema, maior a importância de controle local sobre o mesmo” (HOLANDA, 1988, p.19).

A diferença entre os arranjos espaciais pode ser graficamente clarificada por meio de um *grafo justificado*, onde um espaço é escolhido como “raiz” e os demais são alinhados acima deste em níveis correspondentes a distância topológica de cada espaço para o “espaço-raiz”. A Figura 59D e Figura 59E são os grafos justificados da Figura 59B e Figura 59C, respectivamente.

Na confecção dos grafos justificados de cada um dos espaços coletivos dos conjuntos habitacionais (Figura 60) e dos espaços domésticos (Figura 77) construídas com o apoio técnico das Brigadas do SAAL no Porto, considerou-se, respectivamente, o domínio público e o exterior doméstico como “espaços-raiz”. As demais unidades espaciais que foram decompostas em polígonos convexos são substituídas por um nó (um círculo no grafo) e as relações diretas de permeabilidade entre eles foram representadas por uma linha (assim como no mapa convexo), constituindo um mapa de relações espaciais.

Dessa forma, foi possível confeccionar dez grafos justificados⁷³ que descrevem as relações de permeabilidade entre os espaços de uso coletivo dos conjuntos habitacionais construídos pelo SAAL no Porto a partir da rua, tendo como raiz o espaço público (P), bem como os trinta e sete grafos justificados de todas as unidades habitacionais encontradas nas diversas operações, que serão expostos a seguir.

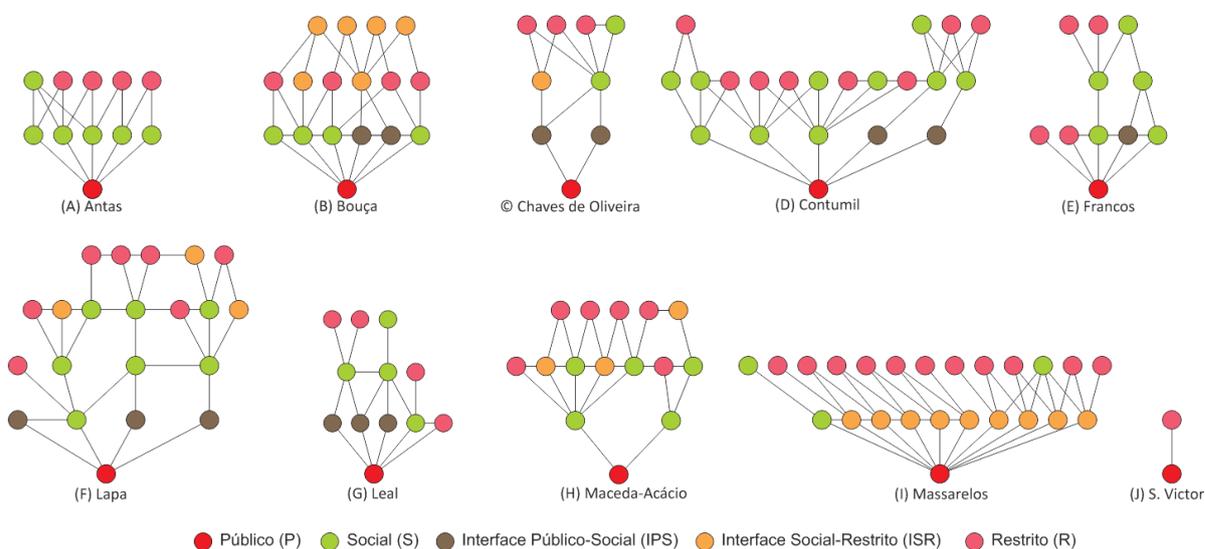
⁷³Os grafos justificados foram elaborados com o auxílio da ferramenta computacional *Jass - Justified Analysis of Spatial Systems* V1.0 - 2003.

5.3.2 OS BAIRROS

Embora a intervenção no Leal seja considerada uma das mais emblemáticas do SAAL no Porto, devido a sua estreita articulação com a tipologia encontrada na envolvente próxima (escala e relação do edifício com a rua), a distribuição de três interfaces de acessos ao conjunto converteu o seu interior em um sistema espacial isolado do espaço público envolvente.

Enquanto os edifícios vizinhos são diretamente acessados da rua, escadarias e pequenos patamares ao ar livre se posicionam entre a esfera física pública e o interior do conjunto do Leal (Figura 60A e Figura 60D), funcionando como interfaces do tipo IPS. Apesar de dois blocos estarem localizados à face do lote, o que poderia levar a um esquema tradicional de acesso às casas diretamente da rua, o arquiteto Pedro Ramalho opta por resguardar as portas ao acesso social da habitação do contato direto com a rua, sendo estas acessíveis pelos corredores internos (Figura 60C), espaços do tipo S, comunitários. Apenas as habitações T3 do bloco leste possuem uma entrada secundária diretamente acessível da rua.

Figura 60. Grafos justificados do espaço coletivo dos respectivos conjuntos habitacionais resultantes das operações SAAL no Porto.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2013.

O grafo justificado do Leal (Figura 60G) demonstra a ideia presente na proposta de resguardar o acesso às casas e, conseqüentemente a privacidade familiar: os espaços de acesso restrito (R) são os mais profundos do sistema – ninguém chega à porta de qualquer uma das casas sem antes passar por, pelo menos, um dos quatro espaços de domínio comunitário. A

depende por onde se adentra o conjunto (por uma das cinco interfaces do tipo IPS), poderá ser necessário atravessar até duas áreas de domínio coletivo.

O pátio central (Figura 61B), mais amplo e mais alto em relação à cota da rua é o único espaço de caráter comunitário do conjunto em que as entradas das habitações não estão diretamente conectadas a ele. As casas somente podem ser acessadas por um dos dois corredores existentes – que estão em cotas distintas daquela do pátio central (Figura 61E) –, mais estreitos e com caráter mais restrito, funcionando quase como uma interface do tipo ISR. Enquanto os corredores de acesso às casas parecem promover a convivência entre vizinhos próximos, o arranjo espacial define o pátio central como a área de convivência entre todos os moradores: é o espaço escolhido para festas promovidas pela Associação e das brincadeiras e jogos infantis.

Figura 61. SAAL Leal. (A) vista de uma das escadas de acesso ao conjunto a partir da rua (IPS); (B) pátio interno comunitário; (C) corredor interno de acesso às casas; (D) pequeno patamar de acesso ao conjunto a partir da rua com vista do corredor interno de acesso às habitações (IPS); (E) corredor de acesso às casas em cota inferior ao pátio central.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Segundo Fernandes (2010), a distribuição espacial definida para o bairro favoreceu a criação de um ambiente intimista que “evoca a morfologia dos bairros medievais do Porto, com as

suas vielas estreitas e complexa interligação ente o construído e o espaço público” (FERNANDES, 2010, p.471).

O desnível do terreno em Chaves de Oliveira favoreceu que ali também houvesse um isolamento espacial do interior do conjunto em relação ao espaço público (Figura 62A). O acesso ao conjunto somente pode ser feito por meio de duas escadarias que funcionam como um elo (IPS) entre o espaço público e o espaço de uso comunitário dos moradores (Figura 62B). Apesar da clara intenção em preservar uma identidade morfológica vicinal, não se identifica acessos diretos pela via pública às casas (Figura 62C). Verifica-se, a partir do grafo de permeabilidade de Chaves de Oliveira (Figura 60C), que os espaços de uso restrito (R) são os mais profundos do sistema (estão a três passos de distância topológica da rua), antecedidos por um espaço do tipo S no térreo, correspondente ao pátio interno coletivo ou por interfaces do tipo ISR, referentes às galerias no pavimento superior (Figura 62D).

Figura 62. Operação SAAL em Chaves de Oliveira. (A) Vista panorâmica da intervenção, em cota inferior à Rua Chaves de Oliveira; (B) Vista de uma das escadarias de acesso ao bairro (IPS); (C) Vista do conjunto a partir da Travessa de Chaves de Oliveira. Não há acessos às casas a partir da rua; (D) As habitações (R) podem ser acessadas diretamente do térreo, pelo espaço comunitário (S), ou pelas galerias superiores (ISR);



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Embora seja possível identificar uma clara preocupação em isolar fisicamente o interior doméstico do acesso à rua, não se percebe, em Chaves de Oliveira, o mesmo rigor em relação ao isolamento visual das entradas das habitações, como no Leal. Enquanto naquela operação a sua estrutura se fecha em si mesma, a disposição dos volumes de Chaves de Oliveira, em torno de um pátio, abre a vista dos seus domínios para a rua: os estranhos que estão de passagem podem livremente visualizar tudo o que está acontecendo no interior do conjunto.

Apresentando uma relação com o entorno distinta das opções encontradas no Leal e em Chaves de Oliveira, a implantação dos edifícios em terrenos isolados das vias envolventes, estabeleceu um uso essencialmente privativo às ruas internas dos conjuntos de Maceda-Acácio (Figura 42H e Figura 43G) e de Contumil (Figura 42D e Figura 43C). Embora cada uma dessas operações apresentem diferentes soluções, o interior dos seus conjuntos somente pode ser acessado a partir de uma única via, configurando-os como espaços terminais em relação aos seus respectivos contextos urbanos.

Figura 63. Operação SAAL Contumil. (A) Vista do interior do conjunto, com espaços comunitários entre os blocos. (B) À esquerda, acesso a área de serviços. À direita, acesso à zona social das habitações; (C) Vista da rua adjacente ao conjunto, com destaque para a interface público-social ao norte; (D) Vista do acesso ao conjunto pelo limite poente.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Por meio dos grafos justificados das operações em Contumil (Figura 60D) e em Maceda-Acácio (Figura 60H), verifica-se que as suas respectivas configurações espaciais resguardam de maneira atenta o acesso às áreas privativas dos moradores: todas as casas somente podem ser acessadas desde a rua após a ultrapassagem de, no mínimo, um espaço de uso comunitário. Em Contumil, a introdução de duas interfaces do tipo IPS (Figura 63C e Figura 63D) – duas escadarias de acesso – ofereceu ao sistema uma maior profundidade. Nesses casos, o domínio restrito familiar se distancia para dois passos de distância topológica da rua.

Enquanto em Contumil os conjuntos são formados por blocos de unidades duplex com a mesma orientação – norte-sul e leste-oeste, respectivamente (Figura 42D e Figura 43C), configurando ruas internas de mesma dimensão em que a partir delas é possível acessar a área de serviço de um bloco ou a área social de outro paralelo àquele (Figura 63A e Figura 63B), o SAAL Maceda-Acácio introduz uma novidade: o conceito da rua de serviço (Figura 64C). Maceda-Acácio é única operação dentre todas as construídas no Porto em que se verifica esse tipo de espaço coletivo. Os blocos são agrupados aos pares pela ala posterior das habitações (Figura 42H e Figura 43G), separados por estreitos corredores que dão acesso a zona de serviço das casas, enquanto voltam as suas faces frontais para ruas internas, mais largas, de acesso social (Figura 64B).

Existe uma clara hierarquização entre as ruas de acesso social (Figura 64B) e as de serviço (Figura 64C), em termos dimensionais e de uso, em Maceda-Acácio. Enquanto as ruas de serviço funcionam como espaços mediadores entre a zona comunitária que envolve toda a operação e a zona de serviço das habitações (ou seja, são interfaces do tipo ISR), as dimensões mais generosas das vias de acesso social dos duplex permitiram que as mesmas se transformassem em espaços de convívio comunitário do conjunto, pois as suas dimensões possibilitam a interação social entre vizinhos, seja em pequenas reuniões ou festas. Dessa forma, para a análise de permeabilidade em Maceda-Acácio, as ruas de serviço foram classificadas como espaços do tipo “ISR” e as ruas que dão acesso à zona social das casas, foram classificadas como espaços do tipo “S”.

A mesma classificação feita às ruas de acesso social na intervenção em Maceda-Acácio foi também considerada para todas as vias internas da operação em Contumil (Figura 63A e Figura 63B). Apesar de configurarem espaços de ligação entre as zonas coletivas adjacentes

aos edifícios e o espaço interno das casas, as dimensões das vias internas que separam os blocos da operação em Contumil (que, conforme já citado, podem dar acesso à zona social de um bloco ou à zona de serviços do bloco vizinho) favorecem a interação social, mesmo que numa escala local, entre vizinhos próximos. Assim, pelo seu caráter de espaço de convivência, todas as vias internas em Contumil foram classificadas como espaços do tipo S no grafo de permeabilidade.

Figura 64. Operação SAAL Maceda-Acácio. (A) Vista aérea do bairro: espaço terminal em relação ao contexto envolvente; (B) Vista de rua uma interna de acesso social; (C) Vista de uma rua de serviços; (D) Vista a partir do único acesso ao bairro.



Fonte: (A) Centro de Documentação 25 de Abril, 2013; (B), (C) e (D) Rafaela Cavalcanti, 2012.

Percebe-se, na operação SAAL em Francos, que a construção apenas da primeira fase prevista para a intervenção seja talvez a razão mais forte que justifique a falta de contextualização dos seus edifícios em relação ao entorno, a incoerência espacial no arranjo das suas áreas comuns e a relação das mesmas com os espaços domésticos (Figura 43E). Enquanto dois pares de edifícios são acessados diretamente da rua (Figura 65A e Figura 65B), outros dois, dispostos paralelamente, apresentam-se com as suas frentes voltadas para uma rua interna ao conjunto (Figura 65C e Figura 65D).

O grafo justificado de Francos (Figura 60E) revela que, enquanto existem dois blocos a apenas um passo de distância topológica da rua (uma vez que estão diretamente conectados à ela), existem outros dois que estão localizados nas áreas mais profundas do sistema, antecedidos por espaços do tipo S. Tal distribuição desenvolveu duas relações distintas entre os moradores e os espaços de uso coletivo em Francos: uma primeira, em que os moradores vivem em contato direto com a rua enquanto mantêm pouco ou nenhum contato com as áreas sociais do conjunto; e uma segunda, em que os moradores mantêm um maior contato com a zona de acesso comunitário, longe dos “olhos” públicos. Essa segunda relação é a mais próxima daquilo que foi aplicado na maioria das operações SAAL no Porto: espaços domésticos diretamente conectados aos espaços de uso comunitário, potencializando a chance de encontros entre vizinhos. Apesar da identidade formal (todas as habitações são iguais), a operação SAAL em Francos é a que menos oferece uma noção de conjunto, uma vez que não apresenta claramente uma identidade espacial: além de desencadear distintas relações dos moradores com o seu território, isola o bloco sudeste dos demais.

Figura 65. Operação SAAL Francos. (A) Vista do bloco sudeste com acesso direto à rua; (B) Vista do bloco noroeste com acesso direto à rua; (C) e (D) Vista da rua interna de acesso único aos blocos paralelos a oeste.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Conforme já referido, a operação no bairro de Massarelos é a que mais destoa do conjunto das operações SAAL no Porto⁷⁴. Foram construídos dois edifícios em altura, escalonados – aproveitando-se a inclinação da encosta⁷⁵ –, localizados entre dois espaços de uso comunitário – um ao sul e outro a norte da intervenção, cada um com reserva de área para varais coletivos – e separados pela Calçada da Boa Viagem, única via por onde é possível acessar o conjunto (Figura 42I, Figura 43H e Figura 66C). Segundo o “Extracto do Projecto de Construção de Massarelos”, publicado em julho de 1976, a solução por blocos com diversos pavimentos teve por intenção criar o maior número possível de espaços de utilização coletiva (Figura 66A e Figura 66B).

Assim como em Contumil e Maceda-Acácio, a intervenção SAAL em Massarelos se configura como um espaço terminal em relação ao seu contexto. A única entrada/saída se dá pelo lado sudeste da calçada da Boa Vista que, embora se pretenda caracterizá-la como um espaço essencialmente de estar, é esta via quem assegura o trânsito de automóveis e respectivos locais de estacionamento (Figura 66C). Em Massarelos, os edifícios (R) são acessíveis pelos patamares das caixas de escada (ISR) que, por sua vez, estão conectados diretamente à rua (P) e aos espaços de uso social (S) (Figura 66D). Ou seja, todos os edifícios possuem duas possibilidades de acesso: ou pelo espaço de caráter social (nos fundos ou à frente do edifício, a depender do referencial) ou pela rua. O grafo justificado de Massarelos (Figura 60I) revela que esta configuração gerou uma proliferação de anéis no sistema, possibilitando uma maior integração espacial do conjunto.

À exceção das operações que promoveram o acesso direto entre a esfera pública e o espaço privado (Francos e S. Victor), Massarelos é a única intervenção em que a partir do domínio irrestrito, é possível acessar diretamente interfaces do tipo ISR, sem antes passar pelo domínio social (S). Enquanto, por um lado, a proliferação de anéis pode ser considerada positiva para as relações entre os mais diversos usuários da cidade, por outro, a falta de interfaces de caráter comunitário (S) confere um menor controle dos moradores à circulação de estranhos, permitindo, inclusive que qualquer pessoa facilmente chegue à porta dos apartamentos,

⁷⁴ Segundo o “Plano de Urbanização”, de janeiro de 1976, a Associação de Moradores decidiu iniciar o projeto de construção na Zona do Bicalho em virtude de o terreno estar livre, sem construções, pertencer a apenas um dono e numa zona que não estava incluída no Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto – que poderia atravancar o processo.

⁷⁵ A encosta, bastante acidentada, é constituída por plataformas com desnível médio de 2,5m, atingindo até 6,0m de desnível (PLANO DE URBANIZAÇÃO, jan.1976).

comprometendo a privacidade e, por conseguinte, a segurança dos moradores.

Figura 66. Operação SAAL em Massarelos. (A) Vista principal do bloco sul; (B) Vista Principal do bloco norte; (C) Vista panorâmica entre os edifícios, ao centro, a Calçada da Boa Vista; (D) Uma das caixas de escada de acesso aos pavimentos superiores



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

O isolamento dos seis últimos conjuntos apresentados em relação ao contexto urbano envolvente, com os seus espaços domésticos voltados diretamente para as áreas de uso comunitário, configuram o contexto de idealização do conceito de Jane Jacobs de vigilância natural, mesmo que numa microescala: nenhum estranho passa despercebido ao adentrar as fronteiras dos conjuntos (a autora foi abordada três vezes em menos de vinte minutos em cada uma dessas operações).

Segundo a teoria dos Espaços Defensivos⁷⁶ de Oscar Newman (1996), existem determinadas características físicas nas áreas residenciais – como o leiaute dos edifícios e o arranjo espacial do bairro – que permitem aos habitantes se tornarem agentes da sua própria segurança. A teoria explica que um conjunto habitacional é mais seguro quando as pessoas adquirem um

⁷⁶ Tradução livre da autora para *Defensible Spaces*.

senso de propriedade e responsabilidade em relação ao seu espaço comunitário: se um intruso sentir que está numa comunidade vigilante, ele se sentirá menos confiante em cometer um crime.

Várias foram as “fórmulas” definidas por Newman para a concretização de espaços defensivos nas áreas habitacionais. Para deter o crime, o autor sugere, por exemplo, que a partir dos espaços interiores das casas seja possível uma permanente observação das áreas externas. Entretanto, uma das maiores críticas à sua teoria está relacionada a sua defesa em separar os moradores de estranhos a partir do isolamento dos espaços de uso comunitário da esfera física pública, de acesso irrestrito a moradores, visitantes e estranhos.

Na teoria da Sintaxe Espacial há também argumentos sobre como o desenho do espaço pode potenciar ou inibir comportamentos específicos, como já referido. Chi-Feng Shu (2000) utilizou a Sintaxe Espacial para explorar conexões entre assaltos, arrombamentos, atos de vandalismo e roubo de carros com o leiaute de conjuntos habitacionais. Entretanto, Shu encontra resultados que contrariam os conceitos de Newman, sobretudo a sua confiança em soluções do tipo *cul-de-sac* que criariam enclaves urbanos protegidos.

Hillier (1996) chama a atenção que isolar o estranho não é a solução para a segurança de determinados assentamentos, inclusive de conjuntos habitacionais. Nas suas análises sobre o uso do espaço, o comportamento e o movimento de indivíduos, sugere uma fórmula para a segurança urbana: a presença simultânea de moradores e estranhos no mesmo arranjo espacial. Hillier critica a ideia de “espaços defensivos” de Newman, sugerindo que a segurança em conjuntos habitacionais não seria alcançada por meio de uma vigilância de habitantes estáticos – que vigiam o movimento de pessoas de dentro das suas casas –, mas através do movimento natural de estranhos no espaço e no encontro permanente destes com os moradores. Para Hillier, a expectativa da presença e da possibilidade de encontros com outras pessoas inibem, naturalmente, atos criminosos ou de vandalismo, tanto nas áreas urbanas, quanto nos conjuntos de habitação social.

“Nossos resultados sugerem que o que realmente acontece é que o movimento natural de estranhos mantém uma vigilância natural no espaço, enquanto moradores

estáticos, através das suas portas e janelas mantém uma vigilância natural do movimento de estranhos⁷⁷ (grifo da autora) (HILLIER, 2007: 146).

Verificando-se grafo de permeabilidade da Lapa (Figura 60F), percebe-se que a grande quantidade de pátios e interfaces resultantes da acomodação da proposta à declividade do terreno ofereceu à operação um caráter bastante privativo. O conjunto conta com três escadarias de acesso (IPS) e vários espaços de uso comunitário (S) por onde se acessam os respectivos edifícios (Figura 67A e Figura 67B). São vários os acessos possíveis aos apartamentos do edifício de maior comprimento do conjunto: patamares (S) e galerias (ISR) antecedem o acesso às residências, afastadas da rua até quatro passos de distância topológica. Assim como nas operações já apresentadas, na Lapa também existem ruas internas de acesso às casas (Figura 67C).

Figura 67. Operação SAAL Lapa. (A) Zona de acesso às casas do bloco leste; (B) Área comunitária com acesso às habitações térreas do bloco longitudinal e às galerias do mesmo; (C) Rua interna de acesso aos blocos paralelos; (D) Controle visual do conjunto a partir da galeria do bloco longitudinal.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

⁷⁷ Tradução livre da autora. No original “Our results suggest that what really happens is that the natural movement of moving strangers maintains natural surveillance on space, while the static inhabitants, through their dwelling entrances and windows, maintain natural surveillance of moving strangers”

A existência de interfaces do tipo ISR antecedendo o acesso às casas, definiu uma distinção nas relações sociais no conjunto. Nota-se claramente na Lapa que quando os acessos às habitações são antecidos por interfaces do tipo ISR, o isolamento do espaço doméstico é bem maior do que aqueles que não as possuem. A falta de interfaces do tipo ISR em algumas habitações diminui a privacidade dos moradores, uma vez que moradores, visitantes e estranhos são colocados em contato direto com o domínio restrito.

Apesar da operação na Lapa estar localizada numa importante área central da cidade e embora não seja fechada por muros, grades ou portões, a baixa visibilidade da intervenção a partir da rua – os edifícios estão a cotas inferiores da Rua de Cervantes, seu principal acesso – e a sua destacada autonomia formal lhe oferecem uma clara noção de área privativa, parecendo inibir a presença de estranhos em seu interior. O arranjo espacial e a distribuição das janelas das casas para as áreas comuns promovem o controle visual dos moradores para todo o interior do conjunto, permitindo que eles vigiem – ainda que seja uma vigilância estática – tudo aquilo que acontece naquele território (Figura 67D). Levando em consideração a teoria de Oscar Newman, pessoas estranhas que adentrarem a operação da Lapa, ao se sentirem vigiadas, são inibidas a explorar aquele território.

A disposição longitudinal perpendicular às vias adjacentes dos quatro blocos paralelos de habitação da operação SAAL Antas (Figura 42A), embora contrarie a arranjo original à face da rua dos edifícios vizinhos, permitiu uma maior penetração do bairro no sentido leste-oeste e tornou as ruas internas ao conjunto (formadas entre os blocos) parte da malha envolvente.

Como não existe nenhuma interface entre o espaço social interior ao conjunto – por onde os moradores acessam as suas casas – e a esfera física pública, a solução do projeto converteu as ruas internas das Antas na continuação da esfera pública, de acesso irrestrito (Figura 68A e Figura 68B). Não é difícil encontrar estranhos usando as ruas internas das Antas como atalho entre as duas principais vias do entorno: a Av. Fernão de Magalhães, a oeste, e a Rua Antas, a leste (Figura 68C).

Ao oferecer novas possibilidades de rota de acesso entre essas principais vias do bairro, a operação das Antas se camufla no seu entorno, permitindo a livre circulação de estranhos no seu interior. Embora alterando a disposição original da malha, virando empenas cegas para as vias adjacentes e se configurando como um conjunto formalmente autônomo, o bairro das Antas se dispõe com forte relação de identidade com a envolvente próxima: a escala dos seus

vizinhos a leste, da Rua das Antas (uma vizinhança mais pobre que a da Fernão de Magalhães), é mantida, onde se predominam habitações de baixa altura – inclusive “ilhas” – com acesso direto à rua (Figura 68D).

Figura 68. SAAL Antas. (A) vias internas de penetração leste-oeste, por onde se tem acesso às casas; (B) vista oeste de um dos quatro blocos. As vias internas integram-se à malha urbana existente; (C) vista oeste do bairro a partir da rua Firmino Pereira; (D) integração do bairro das Antas à escala dos prédios vizinhos a leste.



Fonte: (A) e (B) Rafaela Cavalcanti, 2012; (C) e (D) Google Street View, 2013.

Numa tentativa de também camuflar o edifício em seu entorno, o projeto original da operação SAAL em S. Victor previa a construção do bloco da Senhora das Dores por trás das ruínas das antigas ilhas, resguardando uma escala mais intimista, de relações entre as famílias do bairro (Figura 69A, Figura 69B e Figura 69C). “Era a introdução de uma arquitetura nova, moderna, sobre ruínas preservadas, muros. Esses muros são numa espécie de malha dentro da qual o tecido novo proposto se inseria” (SIZA, 2007). Entretanto, intervenções posteriores demoliram os muros existentes das antigas ilhas, sendo construídos pátios comunitários ao redor do edifício (Figura 69D e Figura 69E). “O primeiro ato da Câmara quando acabou o SAAL foi demolir estes muros” (Ibid., 2007).

Enquanto o projeto original propunha o acesso às casas diretamente das vielas preexistentes (mantendo uma relação próxima do espaço doméstico com a rua), após essas intervenções, a

casa se afasta da esfera física pública, sendo antecedida por espaços de uso comunitário (S) (Figura 69D). O que se vê hoje em S. Victor é uma relação de visibilidade e de permeabilidade contrárias às intenções originais do projeto. Enquanto a antiga proposta resguarda uma escala de relações mais local, a acentuada visibilidade atual diminui a privacidade de seus moradores, abrindo as casas à visão dos estranhos que passam na rua, situação semelhante ao que acontece em Chaves de Oliveira (Figura 69E).

Figura 69. Operação SAAL S. Victor. (A) Vista do muro que delimitava a operação a oeste, a partir do bairro, na fase de construção; (B) Vista do bloco da Senhora das dores, por entre os muros das antigas ilhas, durante a construção; (C) Vista do interior da operação durante a construção. (D) Vista atual do bairro por quem passa na rua; (E) Vista do interior do conjunto para a rua. Após sucessivas intervenções, as relações de permeabilidade e visibilidade originais se perderam.



Fonte: moma.org., 2013; Rafaela Cavalcanti, 2012.

Para a confecção do grafo de permeabilidade de S. Victor (Figura 60J), levou-se em consideração a intenção original do projeto: o bloco da Senhora das Dores está a um passo de distância topológica da rua, ou seja, diretamente acessível a partir dela.

Na operação SAAL Bouça, verifica-se uma maior aproximação de todo o conjunto ao contexto urbano preexistente. A configuração espacial adotada, com a implantação dos quatro blocos perpendiculares à Rua da Boa Vista (Figura 42B e Figura 43A) – arranjo similar ao da

operação das Antas –, embora contrarie a lógica de implantação do entorno, permitiu uma maior abertura do conjunto ao espaço público (Figura 70A).

Figura 70. Operação SAAL Bouça. (A). Vista dos blocos perpendiculares à Rua da Boa Vista, com abertura do conjunto ao entorno; (B) O espaço social (S) a leste é sempre usado como rota de passagem aos usuários do Metro do Porto; (C) Vista de um dos acessos às galerias superiores (IPS), diretamente da rua. Ao fundo, estação de Metro; (D) Vista do pátio central, área de convivência entre moradores, visitantes e estranhos; (E) Interligação entre espaços comunitários e entre o pátio central e a rua; (F) Vista do bloco que delimita a intervenção a oeste. O acesso às galerias superiores é feito pela escadaria (IPS) e acesso ao interior do conjunto é feito por um portal.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

O arranjo dos edifícios da Bouça favoreceu a penetração do bairro no sentido transversal. Ao se posicionar entre a Rua da Boa Vista (uma das mais importantes vias da região) e uma das mais centrais estações do Metrô de superfície da cidade, o projeto da Bouça transformou os

seus espaços de caráter comunitário em rotas de passagem não apenas da vizinhança próxima, mas dos usuários de toda a cidade: todas as pessoas que descem na estação da Lapa hoje, ao se dirigirem à Rua da Boa Vista, passam, necessariamente, pelos espaços comunitários da Bouça (Figura 70B e Figura 70D).

A partir do grafo justificado dos espaços comunitários da Bouça (Figura 60B), identifica-se que nenhuma das habitações (R), é acessível diretamente da rua, estando, todas elas, a dois passos de distância topológica da mesma. Entretanto, ao se configurarem como espaços de passagem obrigatória tanto para os moradores que desejam acessar as suas casas quanto para os usuários no Metro provenientes dos arredores, os espaços comunitários (S) da Bouça, além de promoverem a convivência entre moradores e entre moradores e visitantes, transformam-se em uma extensão do espaço público, permitindo a circulação irrestrita de estranhos em seus domínios. Dessa forma, não é difícil encontrar pessoas estranhas deambulando pelo interior do conjunto, à porta de algumas habitações.

A estrutura espacial da Bouça demonstra que as fronteiras entre as diversas categorias de usuários (habitantes, convidados e estranhos) em seus domínios são bastante tênues. A proliferação de anéis de permeabilidade identificada no grafo justificado que oferece ao sistema um grande número de rotas possíveis para a circulação dos usuários do conjunto – todos os pátios internos se conectam entre si, às interfaces e às habitações (Figura 70E) – favorece não apenas uma maior probabilidade de encontros entre as diversas famílias da comunidade, mas também possibilita contatos constantes entre moradores, visitantes e estranhos. A Bouça é um bom exemplo para ilustrar as observações de Hillier (2007) sobre segurança em conjuntos habitacionais, já mencionadas.

Retoma-se na Bouça uma relação de privacidade doméstica comum ao contexto urbano tradicional do Porto: a presença irrestrita de qualquer categoria de usuário à porta das casas. Entretanto, vale ressaltar que o sistema oferece uma maior privacidade aos moradores dos duplex superiores, uma vez que existem várias opções de rotas para acessá-los, variando entre essas duas decisões: a. o morador pode vir da rua (P), passar por escadarias (IPS), acessar as galerias (ISR) e chegar às habitações (Figura 70F); ou b. o morador que vem da rua (P) pode acessar um ou mais espaços de caráter comunitário (S), subir as escadarias (ISR), passar para as galerias (ISR), até chegar à sua habitação. Quais escadarias, espaços sociais ou galerias ele vai escolher como rota dependerá da localização da sua habitação.

À exceção das operações nas Antas, Maceda-Acácio e S. Victor, em todas as intervenções SAAL no Porto identifica-se a presença de interfaces entre a rua e o espaço interior do conjunto, conforme pode ser verificada nos grafos justificados de cada uma dessas operações (Figura 60).

Enquanto nas Antas e em Maceda-Acácio todos os espaços domésticos são acessados diretamente da área de domínio coletivo, nas operações em Francos e no Leal, verifica-se duas situações de acesso às habitações: algumas são conectadas ao espaço de uso comunitário e outras diretamente à rua. Sem interfaces entre o espaço público e o social ou entre esses e o acesso às casas, diminui-se a distância topológica do domínio restrito em relação à rua. S. Victor e Antas compreendem sistemas mais rasos dentre todas as operações construídas no Porto, com apenas um e dois níveis de profundidade, respectivamente.

5.3.3 AS UNIDADES HABITACIONAIS

Grande parte das unidades habitacionais construídas no Porto possuem duas entradas para o seu interior: uma social e outra de serviço. As operações SAAL em Francos, na Lapa e em Massarelos são as únicas cujas habitações possuem apenas uma entrada. Os conjuntos dos bairros das Antas, Contumil, Maceda-Acácio e S. Victor, por exemplo, oferecem duas possibilidades de acesso a todas as suas habitações (Figura 71 a

Figura 74). Também os moradores dos duplex inferiores da Bouça (Figura 70D e Figura 70E), dos duplex (T3) do Leal e das unidades duplex T2 do bloco sul de Chaves de Oliveira podem acessar as suas casas por uma das duas opções existentes. Em síntese: todos os duplex térreos (com exceção da operação de Francos, Lapa e o T2_2 do Leal), e as habitações T2 e T2_2 de Chaves de Oliveira possuem duas opções de entrada para as casas.

De acordo com os grafos justificados dos conjuntos (Figura 60), percebe-se que, à exceção das unidades habitacionais em S. Victor e algumas outras em Francos e no Leal, todas as unidades habitacionais construídas no Porto são resguardadas do acesso à rua, sendo apenas acessíveis a partir dos seus espaços de uso comunitário (S) ou a partir das interfaces do tipo ISR e IPS.

Figura 71. Operação SAAL Antas. À esquerda, entrada frontal das habitações, com acesso pelo terraço interno privativo. À direita, entrada alternativa para o acesso aos quartos e banheiros das habitações.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 72. Operação SAAL Contumil. À esquerda, fachada poente, entrada principal para a zona social. À direita, fachada leste, com acesso ao terraço privativo de serviços.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 73. SAAL Maceda-Acácio. (A) Entrada principal, com acesso à zona social; (B) Fachada posterior, com terraço privado de serviços.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 74. SAAL S. Victor. (A) Acesso principal; (B) Acesso posterior, pela área de serviço. No pavimento superior, terraço privativo, com acesso por um dos quarto.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Um importante ponto a destacar é que, na maioria das unidades habitacionais construídas no Porto (com exceção daquelas construídas na Bouça, em Chaves de Oliveira⁷⁸, em Massarelos e em S. Victor), pelo menos uma das entradas às habitações é antecedida por um espaço privativo ao ar livre – os terraços, ou pátios –, localizado na parte frontal (Antas e Leal) ou posterior da habitação (Contumil, Maceda-Acácio⁷⁹ e Lapa) (Figura 71 a Figura 74). Em Francos, além do terraço frontal de acesso, as habitações também possuem terraços

⁷⁸ No relatório da Brigada Técnica SAAL de Chaves de Oliveira, de maio de 1975, os técnicos justificam a falta de área livres privativas em função da maximização da área livre de utilização coletiva.

⁷⁹ Após sucessivas intervenções, o bairro de Maceda-Acácio apresenta hoje dois terraços: um à frente das casas, resultante do fechamento dos patamares de acesso social e um nas traseiras da casa, previsto no projeto original.

individuais nos fundos dos lotes, sem acesso ao exterior (Figura 75). A particularidade em S.Victor está no fato de que a área ao ar livre privativa (terraço) encontra-se no pavimento superior, acima da cozinha (Figura 74).

Essas pequenas áreas privadas de transição entre a vida em comunidade e a vida da família – ajardinadas ou não –, quando dispostas à frente da habitação, precedem tanto o acesso à zona de serviço – cozinha, depósito e área de lavagem de roupas – quanto à zona social – sala de estar, sala de jantar e hall social de entrada – (Antas e Leal). Quando esses pequenos pátios privados estão dispostos na ala posterior das habitações, constituem-se como uma segunda alternativa de acesso a casa pela zona de serviços (Contumil e Maceda-Acácio).

Em Francos, o terraço frontal conecta-se diretamente a uma edícula de serviços adjacente ao corpo do edifício (encontrada também em Antas, Contumil, Lapa e Maceda-Acácio) e a um corredor de distribuição no interior da casa. Assim como na operação da Lapa (Figura 76), os terraços individuais existentes nos fundos das habitações em Francos se configuram como uma extensão da sala para o exterior a céu aberto.

Figura 75. Operação SAAL Francos. Todas as habitações possuem terraços frontais, conectados a uma edícula de serviços.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 76. Operação SAAL Lapa. Terraço nos fundos das casas com acesso pela área social. Existência também de uma edícula de serviços.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

O arquiteto Nuno Portas, em seus estudos sobre habitação social (PORTAS, 2004), ressalta a importância de uma extensão da habitação ao ar livre, a partir da qual a natureza pode influenciar diretamente a casa. O arquiteto considera os prolongamentos externos da habitação como de necessidade especial para as crianças – expandindo o local de recreio para o ar livre, embora as mantendo em segurança e ao alcance da vigilância materna – bem como para a família, ao trazer a possibilidade da reunião familiar para o exterior, sem devassar a

privacidade.

“realizando a ponte exterior entre cozinha e estar, dilatando o recanto de comer ou o *core* de trabalho, ligando a cozinha ou o trabalho ao local de recreio das crianças, e juntando-lhe a função lavagem e secagem das roupas, a *loggia*, a varanda ou o pátio ganham uma vitalidade extraordinária que exibem para o exterior animando-o, humanizando-o, ao mesmo tempo em que asseguram uma nova virtualidade para o espaço interior” (PORTAS, 2004:170).

A opção pela duplicação das entradas, além de permitir uma melhor iluminação e ventilação dos espaços, considera dois momentos de relação com o exterior que tem repercussões diretas no arranjo espacial das unidades habitacionais e, por consequência, nas relações interpessoais no espaço doméstico.

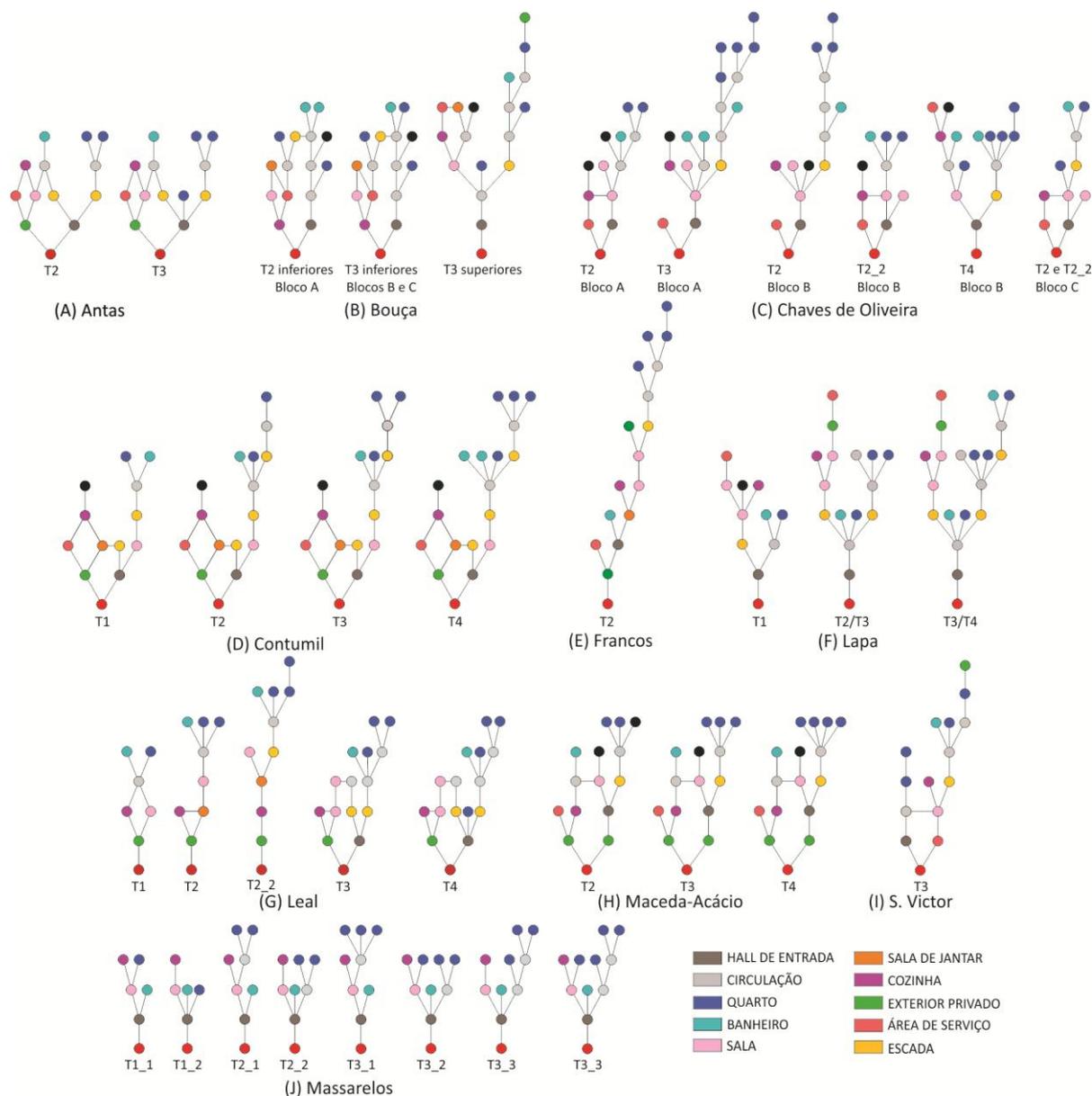
Os grafos justificados das unidades habitacionais (Figura 77), gerados a partir do mapa convexo (Figura 58) das unidades habitacionais de cada uma das operações SAAL no Porto (Figura 57), revelam algumas peculiaridades em relação à fluidez espacial das habitações. Em boa parte dos casos, nota-se claramente uma estrutura de permeabilidade que se divide em dois caminhos (ou ramos) a partir da rua: enquanto um ramo é composto essencialmente por espaços de carácter social, conferindo aquilo que Portas (1956) denomina de “zona de permanência diurna (salas de estar e jantar, área de serviço, cozinha, terraço privado, etc.), o outro ramo é composto por espaços de uso íntimo (quartos e banheiros).

Frederico Holanda chamaria esses dois ramos de zonas de domínios irrestrito e restrito, o primeiro, constituindo-se por “espaços nos quais as pessoas interagem para fins que não envolvem a intimidade: conversar, ver televisão, ouvir música, preparar e fazer refeições, lavar roupas ou louça, receber amigos, etc.” (HOLANDA, 2003, p.165) e o segundo, o domínio restrito, é composto por espaços para a intimidade, seja do habitante ou do visitante do espaço doméstico: dormir, escovar os dentes, estudar, etc.

Os grafos justificados da Figura 78 apresentam a distribuição das unidades espaciais em zonas sociais (ou setores sociais) e zonas íntimas (ou setores íntimos). Para a confecção dos mesmos, adotou-se o procedimento utilizado por Amorim (1999), que classifica os espaços de circulação de acordo com a zona a qual pertence, uma vez que eles não estariam imunes aos atributos necessários para a ocupação e movimentação de pessoas em cada uma dessas zonas. Por exemplo, um espaço de circulação que antecede os quartos, segue os requisitos de reclusão daqueles quartos, pois um visitante não deverá chegar à sua porta sem ser convidado.

No entanto, como existem espaços de circulação que separam a zona íntima da zona social, em tais casos, esses espaços foram classificados como espaços de mediação entre zonas.

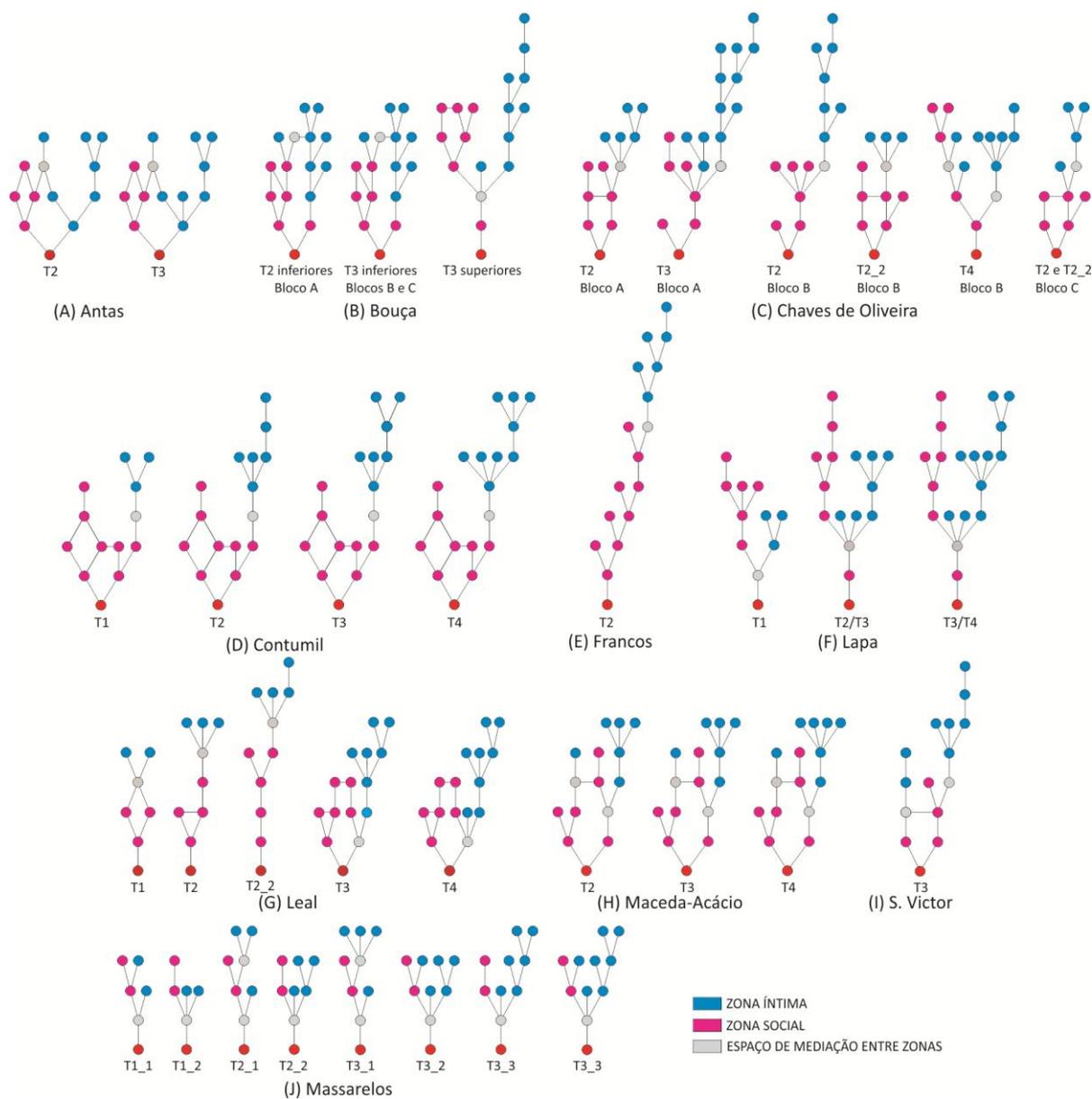
Figura 77. Grafos justificados das unidades habitacionais das operações SAAL Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor.



Verifica-se, a partir dos grafos justificados, que em todas as unidades das operações nas Antas, na Bouça, em Maceda-Acácio, em Massarelos e nas unidades T3 e T4 do Leal, existe uma clara separação entre a zona íntima (concentrada nos ramos à direita dos grafos) e a zona social (concentrada nos ramos à esquerda dos grafos) (Figura 78). Dispostas diametralmente, essas zonas são completamente independentes uma da outra. O acesso pelo lado Norte das Antas (representado à direita do grafo) e pelo lado leste do T3 e do T4 do Leal (representado à

direita do grafo), todos conectados à escada interna dos seus respectivos duplex, oferecem a possibilidade de seus moradores acessarem a zona íntima diretamente do exterior, sem precisar passar pela zona social (Figura 79).

Figura 78. Grafo justificado das unidades habitacionais de todas as operações SAAL construídas no Porto. Classificação dos ambientes por zona (ou setor) íntima e zona (ou setor) social. Em cinza, destaca para os espaços de mediação entre zonas.



Nos casos em que existem duas opções de entrada para as casas, os dois ramos – de uso social ou íntimo – se conectam, na maioria das vezes, por intermédio de um espaço de circulação, classificado, como já referido, como espaço de mediação entre zonas. Em boa parte dos casos, são as escadas internas que se prestam como espaços de mediação (Figura 80). Quando isto acontece, verifica-se a formação de anéis de permeabilidade que oferecem aos moradores e

visitantes maior variedade de rotas de circulação entre os cômodos da habitação. Vale ressaltar que esses anéis de permeabilidade se mantêm na zona social, mais rasa (mais próxima da rua), enquanto a zona íntima, em nenhum dos casos, possui anéis de permeabilidade. Ou seja, os anéis de permeabilidade que ocupam os cômodos sociais e de serviço favorecem a presença simultânea entre os diversos personagens da unidade familiar, enquanto se garante a privacidade do setor íntimo.

Figura 79. Vista da zona íntima (pisos superiores) para a entrada posterior da unidade duplex T3 da operação SAAL Leal. Acesso direto à zona íntima sem passar pelo setor social (térreo).



Figura 80. Vista interna da unidade T3 da operação SAAL Contumil a partir da entrada frontal. A circulação vertical conecta as zonas de serviços (pisos inferiores), social (à direita) e íntima (pisos superiores).



Figura 81. Vista interna do duplex inferior T3 da operação SAAL Bouça. A zona íntima é conectada à zona social pela circulação vertical. A área de serviço é acessível por uma escada externa.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Nas outras operações com apenas uma opção de acesso à habitação, apesar de ser claramente identificável a presença de dois caminhos dentro do arranjo espacial, os setores íntimo e de uso social estão dispostos em sucessão: para se chegar a um cômodo de uma zona, é preciso passar por algum espaço da outra zona. É o que acontece em Chaves de Oliveira, em Contumil, nos duplex T2/T3 e T3/T4 da Lapa, em S.Victor e nas unidades T1 e T2 do bairro do Leal. Nesses casos, exceto na Lapa, a zona íntima é antecedida pela social, garantindo-se uma maior privacidade para quem esteja utilizando os quartos ou banheiros da casa. Também em Francos, cujo grafo justificado possui apenas um ramo, os setores foram dispostos em sucessão, com a zona íntima composta por espaços do tipo terminal do grafo. Na maioria dos casos (com exceção da Bouça e da Lapa), a cozinha e a área de serviços estão sempre a, no

máximo, três passos de distância topológica da rua, enquanto quartos e banheiros se concentram a partir do quarto nível de profundidade, configurando-se como espaços terminais.

Entretanto, nas unidades T2/T3 e T3/T4 da operação SAAL Lapa e os duplex inferiores da Bouça é possível identificar uma inversão tipológica: para se chegar à zona de uso social a partir do térreo, faz-se necessário passar, primeiramente, por toda a zona íntima, contrariando a regra das outras operações construídas no Porto. Na Bouça, enquanto quartos e banheiros se concentram nos pisos inferiores, a cozinha, a sala e área de serviço estão no piso superior (Figura 81). Já na Lapa, o setor íntimo é acessado diretamente da rua, enquanto a zona de uso social é resguardada nas áreas mais profundas da casa, localizada no patamar inferior.

Nuno Portas (2004) defende que a disposição diametral entre essas duas zonas, garante total independência da zona íntima. Ou seja, os usuários da zona íntima permanecem com as suas privacidades garantidas em relação aos outros membros da família que realizam atividades em outros cômodos da casa. Ao mesmo tempo, ressalta que a disposição em sucessão, especialmente quando a zona de íntima antecede a de permanência diurna (social), a intimidade familiar é afetada, podendo prejudicar a leitura, o descanso, o trabalho, o namoro daqueles que estejam no domínio íntimo.

Quando são cruzadas as informações dos grafos justificados com os mapas convexos com destaque para os espaços fechados (Figura 82), em que se representa, em preto, as unidades espaciais que podem ser fechadas – ou seja, passíveis de isolamento seja do visitante ou do habitante – e, em branco, as unidades espaciais permanentemente abertas e livremente acessíveis, confere-se que é no setor íntimo em que todos os seus espaços podem ser isolados (fechados) do resto da casa. Em todos os casos, cozinhas e salas (estar ou jantar) estão diretamente conectadas – em Maceda-Acácio e nas unidades T4 de Chaves de Oliveira a cozinha é separada da sala por um pequeno hall de distribuição –, mas apenas nas habitações das Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil e S. Victor a fluidez espacial entre esses dois cômodos é garantida pela inexistência de paredes e portas entre eles (Figura 83 e Figura 84). Em todas as outras operações, a cozinha pode ser isolada do resto da casa ao se fechar a porta.

Integrar a zona de serviços à sala, dispondo-a o mais próximo possível da rua vai de encontro às recomendações de Nuno Portas (2004) sobre a articulação entre os espaços interiores do ambiente doméstico e destes com o exterior em função do conforto da dona de casa.

Figura 82. Mapas convexos de todas as habitações construídas pelas operações SAAL no Porto. Classificação das unidades espaciais em abertas e fechadas (passíveis de fechamento).



Figura 83. SAAL Contumil. (A) Vista de uma habitação T1; (B) Vista de uma habitação T4. Cozinhas e salas de estar diretamente conectadas. Fluidez espacial na zona de permanência diurna.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Figura 84. Vista interna de habitação na Bouça. Conexão direta entre sala de estar e jantar, cozinha e área de serviço. Fluidez espacial na zona de permanência diurna.



Fonte:
<http://infohabitar.blogspot.com.br/2006/04/finalmente-concluso-da-boua-de-siza.html>. Acesso em 20/12/2013.

Para Portas (2004) os locais de maior permanência diurna da mulher (cozinha área de serviço, considerando-se que a mesma não trabalhe fora de casa) devem facilitar o contato natural com as áreas comuns (sala de estar e jantar) e de passagem, bem como lhe permita ouvir a vida fora do lar, da sua rua ou dos próprios filhos.

Por outro Lado, Manuel Mendes (2012) critica as soluções em que se integra espacial e visualmente a sala à cozinha, mais especificamente, a solução adotada em S. Vitor, comparando a sua distribuição espacial com as casas das ilhas, onde um único cômodo tinha várias funções:

“Em S. Vitor, a cozinha é uma espécie de laboratório. Vai me dizer que os moradores aprovaram uma coisa destas? Se uma das coisas que mais os revoltam é se meter a cozinha no meio da sala, no coração da sala? E isso no fundo era igual àquelas casas que eles tinham nas Ilhas em que tudo se passava em um único compartimento. E, portanto, eles estão marcadíssimos por uma certa *plurifuncionalidade* espacial e não por um *especialismo* espacial, onde se tem uma cozinha com espaço próprio, uma sala de estar, etc. (...) Os moradores criticaram S. Vitor (era o problema da lavanderia e o problema da cozinha) por estarem tão próximos daquilo que era o funcionamento da habitação” (MENDES, 2012).

Alexandre Alves Costa (2012) informa que, nas reuniões para a definição da organização tipológica da casa durante o SAAL, a questão das relações entre o espaço de cozinhar e a zona de estar era bastante discutida entre Brigadas e os moradores:

“(...) havia pessoas que achavam que a cozinha deveria ser encerrada. Havia outras que achavam que a cozinha deveria ser aberta para a sala, para quando a mulher estivesse a cozinhar, estivesse em contato com a sala e ver televisão, por exemplo. (...) E, portanto, a comunicação visual entre a cozinha e a sala era uma questão fundamental” (COSTA, 2012).

De acordo com as definições de Holanda (2003), fechar a cozinha, separando-a do resto da casa por uma porta, contraria a ideia de a mesma fazer parte da zona social, de acesso irrestrito. O autor defende que os espaços de permanência diurna devem ser abertos à interação entre os membros da família e visitantes, ou seja, não deve haver qualquer possibilidade de fechamento nas áreas em que é possível a convivência entre os diversos usuários do ambiente doméstico: cozinha, salas de estar e jantar. É natural que, pela necessidade de privacidade, todos os espaços do domínio íntimo sejam passíveis de isolamento do resto da habitação.

O *índice de fechamento*⁸⁰ das unidades habitacionais dos quatro conjuntos estudados revela algumas características dos projetos resultantes da experiência SAAL no Porto (Quadro 3). A média obtida pelo índice de fechamento de todas as unidades habitacionais estudadas (0,45) é muito próxima daquela obtida por Amorim (1999) em seus estudos de casas de arquitetos modernos – abertas e com espaços bastante fluidos, onde o índice médio é de 0,41.

As unidades de habitação das Antas, Bouça, S. Victor, a unidades T2 de Chaves de Oliveira, Contumil, T2/T3 e T3/T4 da Lapa, T2_2, T3 e T4 do Leal e as unidades T2 de Maceda-Acácio são as mais abertas de todas as operações SAAL construídas no Porto, apresentando índices de fechamento, entre 0,25 e 0,44, menores que a média global de todas as operações. Estas casas apresentam uma maior fluidez espacial que as outras unidades de habitação restantes, cujos índices de fechamento variam entre 0,47 (T3 de Chaves de Oliveira) e 0,62 (T3_1 e T3_2 de Massarelos). A minimização do fechamento na operação SAAL Contumil proporcionada por meio da ausência de barreiras entre sala de estar, sala de jantar, cozinha e áreas de circulação, ofereceu às suas habitações a maior fluidez espacial dentre todas as outras estudadas, cuja média de 30% de espaços fechados é bem menor do que a média encontrada nos apartamentos da operação SAAL Massarelos. Com o maior índice de fechamento de todas as residências construídas no Porto, os apartamentos em Massarelos possuem uma média de 59% de cômodos fechados.

⁸⁰ Grau em que o sistema é dominado por espaços fechados. É o percentual de espaços fechados sobre o número total de unidades convexas (HANSON, 1998).

Quadro 3. Índice de Distributividade, Funcionalidade e Fechamento de todas as unidades habitacionais construídas com o apoio técnico do SAAL no Porto.

OPERAÇÃO	TIPO DA UNIDADE	FECHAMENTO espaços fechados/ total de espaços	FUNCIONALIDADE espaços de atividades/ espaços de circulação	DISTRIBUTIVIDADE (c+d)/(a=b)
Antas	T2	0,3	1,4	1,4
	T3	0,38	1,6	1,16
Bouça	T2 inferior	0,40	1,5	2
	T3 inferior	0,40	1,5	2
	T3 superior	0,41	1,42	0,41
Chaves de Oliveira	BlcA T3	0,47	2,16	0
	BlcA T2	0,50	3,0	0,5
	BlcB T2	0,42	1,8	0
	BlcB T2_2	0,50	4,0	0,66
	BlcB T4	0,60	2,75	0
	BlcC T2 e T2_2	0,40	2,33	0,66
Contumil	T1	0,25	2,0	1,4
	T2	0,26	1,50	0,87
	T3	0,31	1,66	0,77
	T4	0,38	2,0	0,63
Francos	T3	0,50	3,0	0
Lapa	BlcA T1	0,50	2,33	0
	BlcA T2/T3	0,33	1,50	0
	BlcB T3/T4	0,36	1,37	0
Leal	T1	0,50	5,0	2
	T2	0,50	7,0	0,6
	T2_2	0,44	3,5	0
	T3	0,35	1,33	1
	T4	0,40	1,50	0,87
Maceda-Acácio	T2	0,42	2,5	0,62
	T3	0,50	2,5	0,62
	T4	0,53	2,75	0,55
Massarelos	T1_1	0,6	4,0	0
	T1_2	0,6	4,0	0
	T2_1	0,57	2,5	0
	T2_2	0,57	2,5	0
	T3_1	0,62	3,0	0
	T3_2	0,62	3,0	0
	T3_3	0,55	2,0	0
T4	0,6	2,33	0	
S. Victor	T3	0,35	1,6	0,44
Média	-	0,45	2,5	0,53

Identifica-se que nas operações com baixos índices de fechamento existe uma concentração de espaços de permanência diurna no térreo completamente abertos (Antas e Contumil), enquanto os espaços de domínio íntimo, fechados, são localizados em patamares superiores, normalmente antecedidos por um elemento de circulação para cada cômodo fechado.

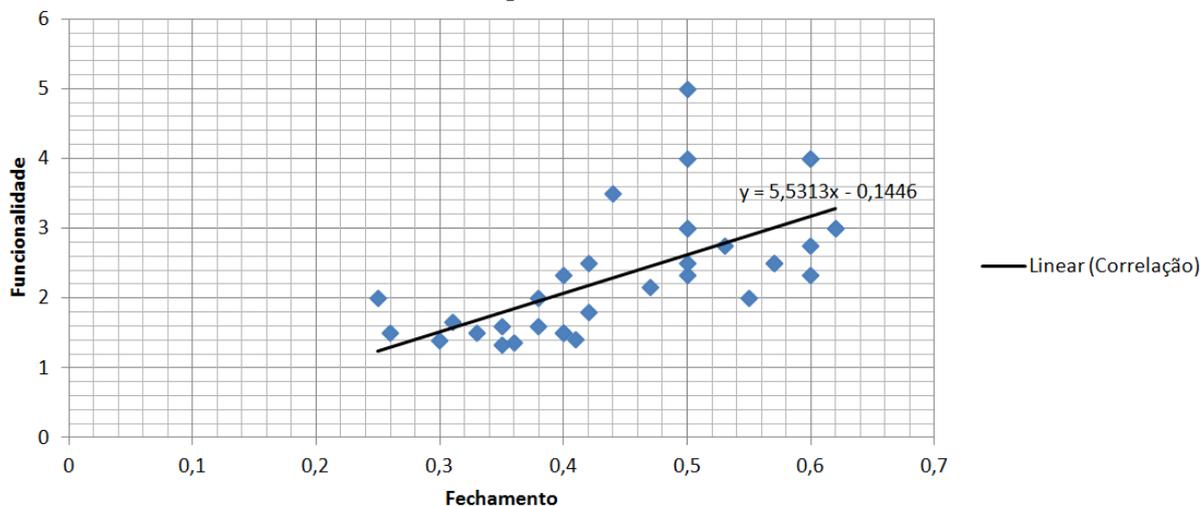
Quando o enfoque passa para o *índice de funcionalidade*⁸¹ das habitações SAAL construídas no Porto, identifica-se uma grande disparidade na definição de um maior ou menor número de espaços de circulação dentro do ambiente doméstico entre as operações. O menor índice de funcionalidade registrado pertence à unidade duplex T3 do Leal (1,33), com seis espaços de circulação para oito ambientes com funções específicas. Em contrapartida, é também no conjunto do Leal onde se percebe a maximização de espaços funcionais: as unidades T1 e T2 térreas possuem, respectivamente, cinco e sete ambientes funcionais para apenas um espaço de circulação (Quadro 3). Apesar de o duplex T3 do Leal apresentar um significativo número de espaços abertos de circulação (apenas 35% dos ambientes são fechados), diferentemente das habitações em Contumil, tal constatação não significa uma elevada fluidez espacial. Nesse caso, o índice está diretamente relacionado ao elevado número de espaços de transição (seis ao todo), denotando uma alta fragmentação convexa.

Ao serem comparados os índices de funcionalidade x fechamento (Gráfico 1), verifica-se uma relação de proporcionalidade direta entre eles, ou seja, o índice de funcionalidade da casa está diretamente relacionado ao seu fechamento e vice-versa: quanto mais cômodos fechados possuir uma habitação, mais funcional ela é. Tal constatação revela que as habitações construídas com o apoio SAAL no Porto, apesar de buscar uma maior fluidez espacial dentro do ambiente doméstico, sobretudo entre cozinha e sala de estar ou jantar, de uma maneira geral, separa zonas e ambientes dentro lar, compartimentando funções e isolando os seus diversos usuários.

A partir dos grafos justificados se percebe que, à exceção de algumas habitações da operação SAAL Chaves de Oliveira, em todos os outros conjuntos, as suas respectivas unidades espaciais do setor íntimo das casas são antecedidas por elementos de circulação (escadas, halls de distribuição, halls de acesso ou corredores) – independente da disposição diametral ou em sucessão entre os domínios de permanência diurna e íntimo. Na unidade duplex T3 da Lapa, com menor índice de funcionalidade, é preciso ultrapassar até quatro espaços de circulação para se chegar aos quartos. Nas operações em S. Victor e em Maceda-Acácio, com índices de funcionalidade entre 1,6 (S. Victor) e 2,75 (T4 de Maceda-Acácio), os quartos são antecedidos por até três elementos de circulação.

⁸¹ Relação entre os espaços de atividade e espaços de circulação. O índice é obtido pelo número de espaços para atividades dividido pelo número de espaços para circulação. Ou seja, quanto maior o número de espaços de circulação, menor o índice de funcionalidade (HOLANDA, 2003).

Gráfico 1. Correlação entre índice de funcionalidade e índice de fechamento das habitações construídas com o apoio do SAAL no Porto.



Apenas em alguns casos, parte do setor de permanência diurna é antecedida ou interrompida por um espaço de circulação. Em Francos e em Massarelos, a sala de jantar e a sala de estar são diretamente acessíveis pelo hall de distribuição, conectado ao primeiro quarto da casa. Na Lapa, com a distribuição da zona social e de serviços nos fundos, localizados no patamar inferior das habitações, faz-se necessário ultrapassar dois ou três espaços de circulação para se chegar a essas áreas.

Segundo Holanda (2002), investir fortemente nos elementos de circulação denota uma clara categorização de funções, com fronteiras bem definidas, que fortalecem a identidade do usuário (ou seja, a privacidade) dentro do espaço por meio de relativo isolamento.

Além de configurarem espaços terminais e, na maioria das vezes, localizarem-se em pavimentos distintos dos setores social e de serviço, os quartos e os banheiros, passíveis de isolamento (fecha-se a porta se desejar) ao serem antecidos por elementos de circulação, garantem total privacidade e maior identidade aos usuários. Dessa forma, é possível afirmar que a garantia da privacidade dos diversos usuários no setor íntimo da casa foi considerada uma questão de significativa importância para os projetistas das operações SAAL no Porto.

A *medida de distributividade* complementa a caracterização da estrutura de permeabilidade dos conjuntos. Para a sua análise, toma-se partido do grafo de permeabilidade e as unidades espaciais são classificadas em: a) espaços tipo a, de ligação única – terminais; (b) espaços tipo b, com duas ligações, formando parte de um subcomplexo “em árvore” – estão no caminho de e para, no mínimo, um espaço terminal; (c) espaços tipo c, que fazem parte de um complexo

cujo número de ligações é igual ao de espaços – pertencem a um anel simples; e (d) espaços tipo d, que se ligam a, no mínimo, três outros espaços e pertencem a, no mínimo, dois anéis (Hillier, 1996) (Figura 85). A Sintaxe Espacial denomina “a” e “b” como espaços não distributivos e “c” e “d” como espaços distributivos. A relação $(c+d)/(a+b)$ oferece a medida de distributividade do sistema (Quadro 3).

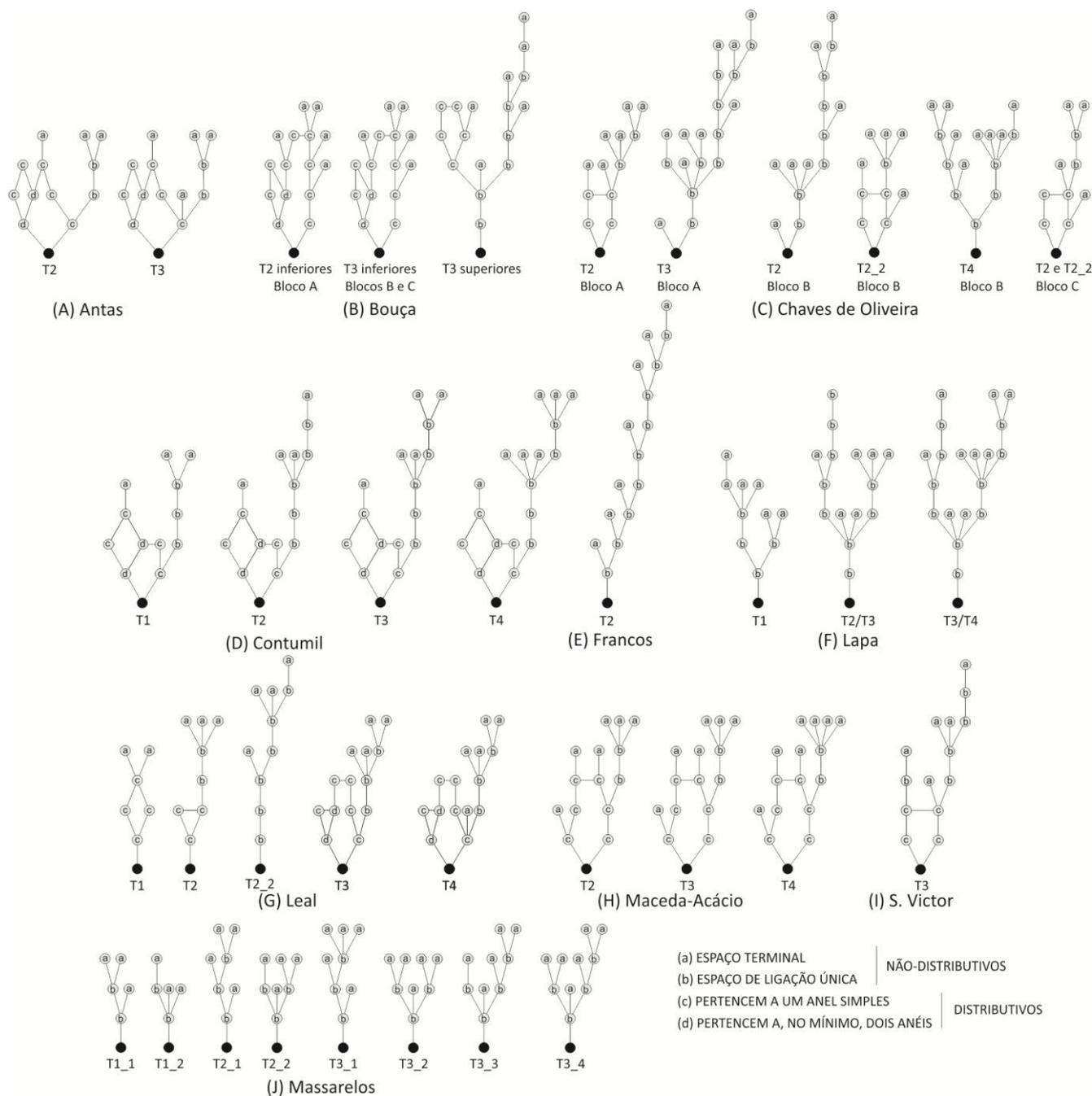
A distributividade revela quão frágeis são as barreiras entre pessoas e práticas na estrutura espacial. Quanto maior a distributividade, maior a permeabilidade e, conseqüentemente, menor o isolamento entre ambientes e atividades. Por outro lado, baixa distributividade implica numa menor permeabilidade (menor fluidez espacial), sendo possível obter um maior isolamento, ou seja, uma maior privacidade, entre os ambientes/atividades.

Os grafos de permeabilidade, com a classificação dos espaços em tipos a, b, c ou d, das operações SAAL nas Antas, na Bouça, em Contumil e as unidades T3 e T4 da operação SAAL no Leal, revela uma distributividade por proliferação de anéis de permeabilidade no domínio de permanência diurna: todos os espaços são do tipo c e d, distributivos, com exceção do depósito no SAAL Contumil que configura um espaço terminal, ou seja, do tipo a, não distributivo. Por outro lado, verifica-se a presença do sistema em “árvore” em todo o setor íntimo dessas habitações, cujas unidades espaciais dos quartos e banheiros se configuram como espaços terminais. Nessas operações, as medidas de distributividade rondam numa média de 1,49, sendo a maior delas pertencente ao T3 da Bouça, cuja medida é de 2,4 (Quadro 3).

Tal configuração revela uma maior fluidez espacial nos locais onde os diferentes usuários do espaço doméstico (parentes e visitantes) interagem em atividades que não envolvem intimidade – conversar, cozinhar, lavar roupas, ver televisão, etc – enquanto se garante o isolamento das unidades espaciais para fins que envolvem intimidade – dormir, tomar banho, estudar, trocar de roupa, etc.

Nas operações em que ocorre a presença de apenas um anel de permeabilidade (S. Victor, Maceda-Acácio, o T2 do Leal e algumas unidades T2 de Chaves de Oliveira), percebe-se a formação de sistemas com menor fluidez espacial, cuja média de distributividade é de 0,94. A distribuição espacial em “árvore” das operações em Francos, Lapa e Massarelos configuraram sistemas totalmente não distributivos, cuja medida de distributividade é zero: não existem espaços do tipo c ou d.

Figura 85. Grafo justificado das unidades habitacionais de todas as operações construídas no Porto. Classificação dos ambientes por tipos de espaços distributivos e não distributivos.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2013.

À exceção da Lapa, é interessante notar que mesmo havendo uma menor permeabilidade entre os ambientes de uso irrestrito (cozinha, área de serviço, sala, terraço privado), ainda assim, é o setor social que intermedeia o acesso de qualquer ambiente para o setor íntimo em todas as operações, o que ocorre também nas habitações de maior permeabilidade. Em todas as habitações construídas pelo SAAL no Porto, as unidades espaciais correspondentes aos

quartos e banheiros são do tipo terminais e antecedidas por um espaço de circulação do tipo B, garantindo-se o isolamento necessário para as atividades íntimas dos seus moradores.

5.3.4 INTERAÇÃO X PRIVACIDADE: A VIVÊNCIA POPULAR NOS BAIRROS SAAL DO PORTO

Viver em comunidade é estar constantemente no limiar entre a vida individual e a vida coletiva. A todo o instante, o homem se desloca da sua intimidade para experimentar formas de interação com os mais diversos atores sociais. Seja no trabalho, em casa ou na rua, os indivíduos se fecham em seu interior para executarem tarefas, pensar, descansar, ouvir música, cozinhar, estudar, etc., ou são solicitados para a interação com colegas de trabalho, amigos, familiares, vizinhos e estranhos. Nesse constante deslocamento, o indivíduo escolhe – ou é forçado pelas circunstâncias – a se abrir ao contato com outros sujeitos ou opta pela reclusão.

Em se tratando do espaço de habitação coletiva, as pessoas transitam da sua vida interior (privada) para a vida familiar e desta para a vizinhança. As relações entre os diversos sujeitos são estabelecidas a depender dos objetivos, do momento e das relações de intimidade, numa constante atitude pessoal de abertura ou fechamento à interação (PORTAS, 2004). Um adolescente, por exemplo, pode estar disposto a se relacionar com os membros da família ou vizinhos em determinadas ocasiões (refeições, festas, horas livres) ou se isola destas mesmas pessoas, a depender da ocasião ou da vontade (para descansar, estudar, dormir, ouvir música, etc.). De uma forma geral, ao viver em comunidade, os indivíduos estão constantemente regulando a interação uns com os outros: o grau de abertura ou fechamento varia com o tempo, com a circunstância e com as normas de convivência que dependem dos tipos de relações entre eles e o ambiente em que se encontram.

Da mesma forma que o indivíduo possui uma série de mecanismos de comportamento para demonstrar o seu desejável nível de interação com outras pessoas, os edifícios também possuem recursos que inibem ou favorecem determinados tipos de relações entre os seus diversos usuários. Por exemplo, o arranjo espacial de um edifício de habitação pode favorecer uma desejável reclusão à família ou pode facilitar a penetração de vizinhos na vida privada. Os arranjos do espaço doméstico podem facilitar a penetração (física ou visual) de visitantes na zona íntima ou coibir a presença deles em áreas restritas, forçando-os a permanecer na zona social.

Considerando, portanto, que existe uma relação significativa entre o os arranjos do ambiente construído e o comportamento social, admite-se que o sistema de barreiras e permeabilidades de um ambiente doméstico ou de uma área coletiva de moradia pode favorecer ou inibir determinadas relações entre os diversos membros da família e entre estes e os seus vizinhos.

Percebe-se, de uma maneira geral, que nas camadas populares a vida social é bastante caracterizada pela concepção de solidariedade que surge a partir de uma conscientização de dependência mútua (AMAZONAS *et al*, 2003). As dificuldades caseiras cotidianas tornam as relações de vizinhança imperativas. A aceitação solidária da condição que estabelece uma partilha das dificuldades e das alegrias tornam frágeis as barreiras entre a vizinhança e o lar. Anni Gunther (2012) lembra que durante as entrevistas aos moradores que antecediam a fase de elaboração dos projetos das casas durante as operações SAAL, muitos deles citavam o seu local de moradia de como de fundamental importância, pois dependiam do apoio dos vizinhos. Em alguns casos, uns dependiam dos outros para sobreviver (pessoas idosas, doentes ou com alguma deficiência física).

Nos estudos sobre habitação social, Nuno Portas (2004) e Amazonas *et al* (2003), chamam a atenção que as reduzidas dimensões das casas nas áreas pobres, além de não favorecer recepções frequentes de vizinhos – essenciais para um aprofundamento das relações –, torna os grupos de baixa renda dependentes normalmente dos espaços coletivos para a geração dos seus contatos sociais. Dessa forma, os autores sugerem que os técnicos que projetam habitação social levem em consideração que é no prolongamento exterior da casa, na área comunitária, que a vida social dos grupos de baixa renda se desenvolve com toda a espontaneidade.

“As condições físicas da casa influenciam o prolongamento do lar para a rua. Habitações quentes, precárias, pequenas e desconfortáveis fazem com que estas famílias passem parte do seu tempo na rua e vivam muitas de suas experiências ali, junto com a comunidade” (AMAZONAS *et al*, 2003).

Nuno Portas (Ibid.,2004) e Karsten e Vliet (2006) defendem o estabelecimento de relações entre os acessos às habitações e o espaço contíguo da mesma, entre as zonas de permanência das mães e os recreios das crianças para o desenvolvimento das relações entre vizinhos. Primeiramente porque as mulheres que não trabalham fora, pelo fato de viverem muito sozinhas e ocupadas com os afazeres domésticos, acabam aproveitando as oportunidades de encontro – desde a varanda, das janelas ou à porta de casa –, para estreitar as suas relações

com as vizinhas, para solicitar ajuda com o filho, etc. Segundo, porque são as ruas internas, os corredores, os pátios e as escadarias os locais elegidos para as brincadeiras e jogos infantis. Portas lembra a importância da valorização desses espaços, uma vez que os laços de amizade entre as crianças, “desenvolvidos normalmente nos horários de saída e chegada da escola e nos terrenos em volta do prédio, promovem também o relacionamento entre os respectivos pais” (Ibid., 2004, p.111).

Em todas as operações SAAL construídas no Porto é possível perceber alguns indícios da importância dos patamares das escadas, dos corredores, das ruas internas e dos pátios para a vida de relação vicinal. A aposta nas estreitas ruas de pedestres entre as casas, especialmente nas intervenções em Maceda-Acácio (com a solução por ruas de serviço) e nas Antas favorece a concentração de crianças menores às portas das habitações e áreas adjacentes, sob as janelas de serviço e conseqüente vigilância das mães (Figura 86A). Os estreitos corredores de acesso às habitações do bairro do Leal, com as janelas e portas de serviço de frente para as dos seus vizinhos, possibilitam um maior contato entre as donas de casa, que podem conversar facilmente bastando se debruçar sobre a janela ou deixar a porta aberta.

Figura 86. Uso do espaço externo nas operações SAAL no Porto. (A) Presença de crianças entre os blocos da operação Maceda-Acácio; (B) Interação infantil nas ruas e escadarias em Contumil; (C) Adultos e crianças em atividades recreativas nos pátios da Bouça; (D) interação entre vizinhos em frente às habitações em S. Victor.



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

Nas outras operações, os órgãos de acesso (escadas, corredores, patamares) e os terrenos em volta do prédio parecem configurar os locais preferidos para o estabelecimento de laços de amizade e camaradagem entre vizinhos. Na Bouça, em Contumil e em S. Victor, esses espaços são utilizados, para as mais distintas atividades, por homens, mulheres, jovens e crianças (Figura 86B a Figura 86D).

A partir das análises espaciais, percebe-se que, nas habitações construídas com o apoio do SAAL no Porto, com exceção da proposta para as habitações na Lapa e em Francos, a zona de permanência diurna (cozinha, sala de estar, área de serviço) está sempre ligada ao exterior doméstico, seja por permeabilidade direta ou por visibilidade. Dessas áreas, é possível se distrair com a vida do bairro, as mães podem vigiar ou chamar os filhos menores que estão brincando fora de casa ou avistar os familiares que regressam ao lar. Tais soluções nos remetem ao esquema de vida habitual de cooperação e vigilância entre vizinhos nas camadas populares.

Os grafos justificados revelam que as cozinhas e as áreas de serviço (zona de lavagens de roupas e depósito) estão sempre voltadas para os pátios internos (quando existem), formando com eles um anel de permeabilidade. Tal solução prolonga a zona de permanência diurna para o exterior, abrindo a sala, a cozinha ou a área de serviço para espaços que podem estar animados por crianças, por amigos em pequenas recepções ou por conversas entre vizinhos próximos.

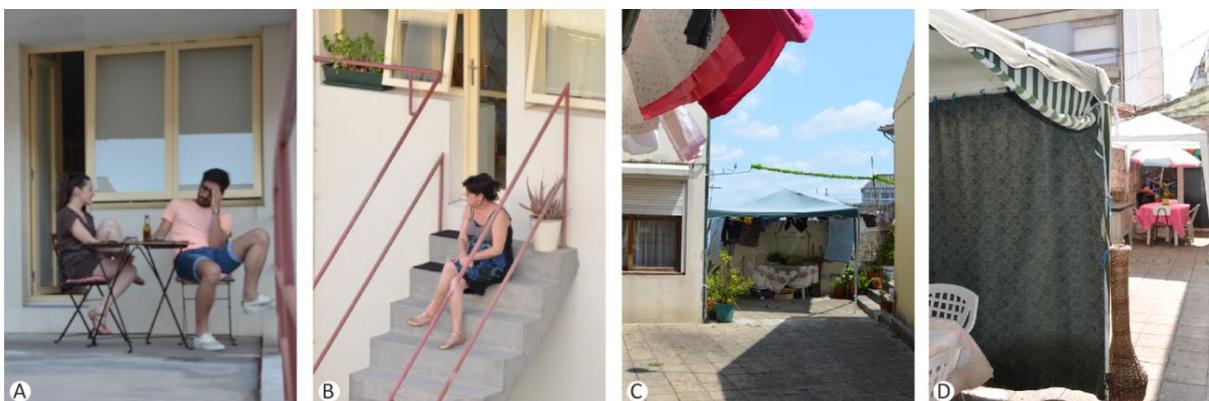
Nas análises espaciais percebe-se que os pátios internos desempenham uma dupla função: ao mesmo tempo em que favorecem a permeabilidade do lar para um ambiente ao ar livre, resguardam a privacidade da família, sobretudo quando afasta os cômodos da habitação do contato direto com a rua. Sobre este assunto, Fernandes (2010) coloca que a existência dessas áreas externas privadas contraria a tendência de uma forte vivência comunitária original das áreas de moradia das classes de baixa renda, sobretudo das “ilhas” do Porto. Essa vivência do espaço exterior estaria vinculada à necessidade de superar, através da apropriação do espaço público exterior, as deficiências espaciais das habitações. Para o autor, a solução pela complementação da casa por meio de pátios privados, retiraria desses bairros a necessidade de viver o espaço público, diminuindo a proximidade social entre vizinhos. As operações da Bouça e de Chaves de Oliveira não possuem essas soluções. Ao não optarem por áreas externas privadas, essas duas operações parecem maximizar as áreas de vivência coletiva.

Entretanto, considera-se nesta pesquisa que os pátios internos privados podem ser grandes protagonistas de um maior convívio comunitário, ao ser possível estabelecer uma relação entre dois ou mais espaços desse tipo. Vizinhos podem se comunicar diretamente a partir desses locais, ajudando-se mutuamente, inclusive, nos cuidados com as crianças que brincam juntas fora das casas.

Ao se deambular pelos domínios da Bouça e de Chaves de Oliveira que, conforme já citado, não possuem tais prolongamentos exteriores da casa, percebe-se uma clara necessidade de apropriação da área externa próxima, seja como uma extensão da área de serviço ou da zona de estar das habitações: pequenas churrasqueiras, vasos de plantas, varais, toldos, cadeiras e mesas são facilmente encontrados à porta das casas nessas duas operações (Figura 87).

Embora não se possa definir uma estratégia generalizável em todas as intervenções SAAL no Porto, pode-se dizer que existe uma vontade de concretização de espaços promotores de uma vivência popular: os espaços exteriores são tratados como áreas semiprivadas que parecem ter sido projetados para a apropriação pelos próprios moradores – a exemplo do que acontecia nas velhas “ilhas”. No relatório da Brigada Técnica do Leal (jul.1975), o arquiteto Sergio Fernandez informa que a tomada de decisão do projeto se baseou numa proposta de vida mais plena, com a facilidade do contato com a rua e, portanto, com todos os vizinhos, uma maior privacidade, e uma semelhança com o esquema de habitação habitual dos moradores.

Figura 87. Utilização dos espaços exteriores às portas das habitações na operação SAAL Bouça (A e B) e na operação SAAL Chaves de Oliveira (C e D).



Fonte: Rafaela Cavalcanti, 2012.

As análises espaciais demonstraram que, embora a maior parte das operações SAAL construídas no Porto permitam altas densidades de encontros previsíveis entre familiares e vizinhos, as suas soluções espaciais não encorajam a imprevisibilidade de contatos entre eles e estranhos. Seja por descontinuidade em relação à cota da via (Leal, Lapa e Chaves de Oliveira), por isolamento espacial em relação ao entorno (Massarelos, Maceda-Acácio, Contumil) ou descontinuidade em relação à malha (Francos), essas operações não favorecem a presença de estranhos em seus interiores.

Segundo Peponis (1989), soluções espaciais que não encorajam altas densidades de encontros são mais compatíveis com as demandas de classes sociais cujos contatos são estabelecidos mais seletivamente, e apoiados naquelas redes independente do espaço, no caso, as populações de classe média. Hillier (2007) lembra que o enclausuramento, ao invés de impingir o espírito de comunidade, isola os seus membros do fluxo de movimento de estranhos e elimina o potencial de encontros e de integração da sociedade.

Já nas experiências da Bouça e das Antas, verifica-se que a implantação e a proliferação de anéis de permeabilidade, ao permitir a presença de estranhos em seus domínios, favorecem uma mistura natural entre diversos sujeitos. Nessas duas operações, os espaços de uso comum configuram um sistema que oferece várias possibilidades de rotas dentro do conjunto, favorecendo a permeabilidade aos vários tipos de usuários, sejam moradores, convidados ou estranhos. Ao mesmo tempo em que são bastante permeáveis, os sistemas mantêm uma relativa privacidade dos moradores nas suas áreas de uso restrito, pois enquanto na Bouça as galerias se tornam espaços mediadores entre as áreas de domínio social e zonas de uso restrito (interfaces social restrito – ISR), nas Antas, o pátio interno funciona da mesma forma, resguardando o interior doméstico. Nessas experiências, claramente se demonstra que é possível preservar os distintos estilos de vida pessoal e familiar, enquanto se permite contatos públicos informais.

De qualquer maneira, em todas as operações estudadas, identifica-se que o espaço doméstico foi pensado para facilitar o contato entre os distintos membros da família. Determinadas soluções parecem ter sido tomadas a partir de duas coordenadas dominantes: o intensivo convívio entre os familiares e a posição central da dona de casa. A cozinha aberta para a sala, a extensão da zona de permanência diurna para o pátio externo, oferecem uma maior permeabilidade entre a zona de serviço e a zona social, facilitando a reunião entre pais, filhos e demais moradores da casa. Enquanto prepara as refeições, as mães podem conversar com os filhos que estudam ou assistem à televisão; ao mesmo tempo em que o marido conserta algum equipamento na área de serviço, a esposa rega as flores do pátio e ambos assistem aos filhos brincarem na área externa ao lar.

Percebe-se, a partir das análises espaciais, que enquanto é promovida a presença mútua entre os membros da família na zonas de acesso irrestrito, o isolamento e a privacidade – necessidades humanas indispensáveis para a saúde física e mental (COSTI, 2003) – foram

garantidos na zona íntima, em boa parte das habitações SAAL construídas no Porto. Localizadas em pavimentos distintos das zonas de acesso irrestrito, quartos e banheiros compõe uma zona diametralmente separada da primeira, expressando claramente a liberdade do indivíduo no lar. Embora seja verificado um comprometimento da privacidade da zona íntima nas soluções em que se necessita atravessá-la para se ter acesso às zonas de permanência diurna, de uma maneira geral, a zona íntima das habitações construídas pelas operações SAAL no Porto se caracterizam pelo isolamento, reforçando a identidade de seus membros.

Segundo Altman e Chemers (1984) quando a permeabilidade de uma determinada barreira está sob o controle de uma pessoa (ela pode fechar a porta e se isolar dos demais), o senso de individualidade se desenvolve. Nos projetos SAAL aqui estudados, o usuário do espaço doméstico tem a possibilidade de escolha contínua entre a vida coletiva em família e o isolamento, podendo-se abrir apenas àqueles a quem deseja, sem necessariamente se fechar no seu dia-a-dia ou se excluir e tornar-se individualista.

Seja na articulação com a cidade preexistente ou no fechamento para os seus domínios, demonstra-se, neste capítulo, que a ideia de comunidade é muito forte em todos os bairros SAAL construídos no Porto. Existe nos projetos uma clara intenção em promover o encontro entre vizinhos para os mais variados propósitos: colaboração, amizade, lazer, etc. Todas as operações atingem um denominador comum: a vontade de concretização de espaços promotores de uma vivência popular.

Em se tratando de um conjunto de operações que surgem como resposta a uma demanda popular por habitação em condições dignas de moradia, a forte lógica interna e a noção de comunidade das operações SAAL do Porto remetem a uma afirmação simbólica das famosas “ilhas”. Não no sentido morfológico de distribuição espacial ou esquema de agregação das unidades habitacionais, mas é o conteúdo vivencial das ilhas que é retomado, aquilo que lhe confere um caráter vivo em condições precárias de moradia.

Na apreensão do conceito da ilha, novas abordagens tipológicas e formais foram experimentadas, tanto na solução da habitação em si, quanto na relação desta com os espaços comunitários dos conjuntos e destes com a cidade. Mais do que soluções urbanas, “existe um gesto poético com sentido político muito claro: a afirmação vitoriosa da habitação operária em ruptura com a cidade burguesa quer na sua estrutura interna quer na sua imagem cenográfica”

(FERNANDES, 2010. p.456). A partir das análises espaciais, percebe-se que as operações SAAL no Porto parecem lançar um manifesto da vivência popular dentro da cidade (embora de modos diversos) numa clara mensagem política de exteriorização da cidade escondida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço de Apoio Ambulatório Local aparece como uma resposta governamental face às carências habitacionais da população pobre portuguesa em um período de forte efervescência sociopolítica iniciada logo após a queda da ditadura salazarista em Portugal, em 25 de Abril de 1974. O SAAL surge em paralelo a grandes manifestações populares de todos os tipos, inspiradas pelo clima de esperança do período revolucionário.

No que se refere ao campo habitacional, assiste-se a múltiplas ações de apropriação de casas desocupadas nas zonas urbanas e amplos movimento de reivindicação por melhores condições de moradia para as populações pobres. Despontam, por todo o país, comissões e associações de moradores de áreas pobres, cujos programas reivindicativos no âmbito da melhoria das condições de habitação se enquadravam no princípio de apropriação do local e na recusa a qualquer solução de alojamento para a periferia – princípios harmônicos com os objetivos do SAAL. A consciência de luta e o reconhecimento de um campo propício à mudança estampavam páginas dos jornais de bairro, panfletos e cartazes de manifestações durante o período revolucionário.

Propondo-se a apoiar as iniciativas das populações que viviam em más condições de habitação, o SAAL aparece como um programa que se pensa e põe a funcionar de modo extremamente rápido, oferecendo a essas populações apoio técnico e financeiro através das suas Brigadas Técnicas para o acompanhamento do processo de reconstrução e/ou construção de casas e bairros em condições dignas de moradia.

Entre a tomada de posse do Primeiro Governo provisório (em 15 de Maio de 1974) e a divulgação do “Programa de Acções Prioritárias a considerar pelos Serviços do fundo de Fomento da Habitação” que dá origem ao programa SAAL (em 02 de Julho de 1974) não chegam a se passar dois meses, período bastante curto para se discutir e formalizar ideias e metodologias no início de um novo governo. A falta de uma estruturação rígida do Programa SAAL foi tomada como um risco necessário (PORTAS, 2012), assegurando-se as condições de trabalho à medida que os problemas fossem surgindo. A celeridade pretendida não permitiria nunca um estudo aprofundado do problema e um equacionar de diferentes soluções.

Ao longo do período de atuação do SAAL, os moradores foram assumidos como os principais agentes do processo. Pretendia-se que eles participassem ativamente desde o início das operações, discutindo, juntamente com os técnicos das Brigadas de Apoio Local, a forma como o processo deveria ser conduzido, as características da própria casa e a utilização dos espaços livres ou de serviços comuns. Para o desenvolvimento das operações, as populações teriam que, necessariamente, estar articuladas na defesa de seus direitos perante as instituições democráticas.

Embora o sucesso não estivesse garantido à partida, os resultados obtidos com o apoio do SAAL não dependiam apenas da maturidade do aparelho do Estado, mas também do nível de mobilização das populações interessadas na melhoria das suas condições de moradia.

Como não haviam regras estabelecidas a priori, mas apenas diretrizes de atuação, as experiências SAAL não se desenvolveram da mesma forma em todas as regiões do país. Conforme discutido, considera-se que houve tantas interpretações do SAAL quantas as formas de relação estabelecidas entre os seus atores fundamentais: moradores, diretores das Associações, técnicos das Brigadas e o aparelho do Estado.

Diante de uma variedade de operações espalhadas por todo o país, carregadas de especificidades, foi possível identificar a existência de uma tendência, dentro do campo acadêmico e entre os técnicos do SAAL, em considerar a experiência SAAL no Porto uma referência em relação às outras operações localizadas nas demais regiões do país. Tal constatação encaminhou a investigação para a compreensão da experiência SAAL no Porto, sobretudo a compreensão de possíveis razões que justificassem o *status* adquirido pelas suas operações.

Não sendo possível confirmar o destaque das experiências SAAL no Porto em relação às demais experiências no resto do país, pois seria necessário um estudo prévio sobre essas outras experiências – não foi encontrada nenhuma pesquisa com esta abordagem e nem tampouco foi possível realizá-la –, a pesquisa promoveu uma caracterização da experiência SAAL no Porto, sob o ponto de vista das relações estabelecidas entre moradores e membros das Brigadas Técnicas e sob o ponto de vista do conjunto edificado. Sem ter a pretensão de abordar todos os aspectos que influenciaram direta ou indiretamente as operações SAAL no Porto, estas foram duas abordagens consideradas como fundamentais para compreender esse possível destaque para a sua experiência. Foram eleitas, como objeto empírico, as operações

SAAL do Porto que tiveram como resultado a construção de novos bairros e novas moradias para os membros das suas respectivas Associações de Moradores: Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor.

Ao longo da investigação, percebe-se que a conjuntura do Porto era bastante favorável ao desenrolar do Processo, uma vez que havia uma conscientização, por parte dos moradores pobres e do corpo técnico (sobretudo dos membros da ESBAP), de que o SAAL era a oportunidade que todos estavam esperando para a melhoria da crise habitacional no país. Sugere-se que os moradores das zonas pobres e degradadas foram, de fato, os principais atores sociais dentro do contexto de um diversificado movimento popular surgido em Portugal após o 25 de Abril, mas também que o *status* de referência adquirido pelo SAAL no Porto não pode ser desvinculado da forte participação dos membros da Escola de Belas Artes.

Conforme visto no terceiro capítulo, o SAAL, na verdade, confunde-se com o próprio curso de arquitetura da ESBAP. A Escola encontra no Processo a oportunidade para por em prática a sua ideia de arquitetura, aproximando, até confundir, os processos pedagógicos da prática profissional. Reconhece-se com o SAAL, o momento de realizar uma atitude disciplinar já debatida teoricamente na Escola a partir da condução de Carlos Ramos, nos anos 1950, que coloca o arquiteto ao serviço da sociedade, como um ator consciente das suas ações de organização do espaço.

Ao longo do SAAL, a ESBAP se transforma, informalmente, no núcleo dinamizador do Processo. A Escola foi palco de reuniões entre Brigadas, entre Associações de Moradores e entre Brigadas e Associações. Talvez por isso, mesmo que não tenha sido identificada uma sistematização dos elementos de construção e dos processos de modulação estrutural, a constante troca de impressões dentro do ambiente da ESBAP (FERNANDES, 2010) justifica o caráter de conjunto identificado nas operações SAAL no Porto, provavelmente motivado pela circulação de informação entre as equipes técnicas dentro da Escola.

Verifica-se também que os estudantes de arquitetura da ESBAP foram os braços fundamentais do Processo SAAL no Porto. As primeiras associações de moradores a se formar e a dar entrada com pedidos de intervenção junto à Coordenação do SAAL/Norte foram aquelas onde os alunos da ESBAP já lá estavam desenvolvendo trabalhos de levantamento físico e entrevistas das condições de vida das populações, antes mesmo do 25 de Abril.

A confiança depositada pelos moradores permitiu que os estudantes exercessem um papel fundamental na composição das Brigadas Técnicas: os estudantes tiveram a oportunidade de, inclusive, indicar os arquitetos responsáveis das operações. Como muitos alunos já tinham um relacionamento prévio com os respectivos chefes das Brigadas (em boa parte dos casos eram os seus professores), o processo desenrolou mais depressa nessas operações.

Um dos grandes destaques do SAAL é, sem dúvida, a consideração de que o desenvolvimento das suas operações deveria partir da concepção do espaço arquitetônico entendendo o planejamento, o projeto e a construção como síntese de uma atividade multidisciplinar constante entre técnicos e moradores. Diferentemente dos projetos de habitação social tradicionais, em que a relação de troca entre projetista e usuário (tão importante para a produção de um projeto arquitetônico satisfatório) é interrompida e normalmente o diálogo acontece entre o arquiteto e o dono ou promotor da obra (não existindo, ao longo do processo de projeto, a participação dos futuros moradores), o SAAL previa um constante diálogo entre os membros das Brigadas Técnicas e os moradores das áreas pobres enquanto possuidores de opinião do que melhor se adequaria aos seus interesses e requisitos para a vivência ideal da casa.

Para superar as dificuldades relacionadas à adequação da proposta arquitetônica às necessidades dos futuros habitantes, o processo SAAL orientava que as suas Brigadas Técnicas realizassem, dentre as variadas tarefas que lhes eram aplicadas, entrevistas com os moradores para o entendimento dos seus modos de vida e discussões com as associações sobre as concepções das moradias. Uma das principais contribuições dos técnicos foi o estabelecimento de um método de intervenção a partir da participação ativa dos residentes locais. Foi possível verificar nesta pesquisa que, com a dinâmica do SAAL, muitos moradores no Porto discutiram a qualidade de seu espaço residencial e das infraestruturas fundamentais, reivindicaram equipamentos urbanos e sociais e espaços de lazer dentro dos bairros.

Alguns aspectos de projetos foram, comprovadamente, resultados diretos de diálogos entre os arquitetos e os moradores nas operações SAAL no Porto, especialmente no que se refere à organização funcional das habitações: a existência ou não de pátios privados; a separação ou conexão direta entre a sala e a cozinha; e a separação dos quartos dos filhos de sexos diferentes, eram os principais pontos de discussão entre moradores e técnicos.

A partir dos relatórios analisados no capítulo 4, é possível afirmar que, de uma maneira geral, nas operações SAAL no Porto, as opiniões dos moradores foram ouvidas e a discussão de ideias, que era dependente de uma maior ou menor abertura da equipe técnica, atravessava os vários temas que envolviam a casa e o bairro: o contexto urbano; a articulação de equipamentos e a habitação; a relação público/privado; a manutenção dos hábitos; o programa; as tipologias; os sistemas construtivos; os materiais utilizados; etc. A colaboração dos moradores, sobretudo dos dirigentes das associações, foi bastante intensa durante todo o processo, desde as decisões do terreno a utilizar, da sua liberação perante as entidades responsáveis, do diálogo com as equipes técnicas até o debate sobre o bairro e a casa. De fato, houve um esforço dos arquitetos e moradores para o entendimento global daquilo que viria a ser construído.

Mas, embora se possa considerar que, em linhas gerais, o intercâmbio entre os técnicos das Brigadas, os dirigentes das associações e os próprios moradores tenha sido positivo, as relações estabelecidas entre eles foram variadas, a depender de cada operação, e o diálogo entre eles – indivíduos com experiências de vida e cargas culturais bastante distintas – nem sempre se revelou pacífico ou fácil.

Percebe-se que, embora o principal objetivo do SAAL fosse romper o tradicional alheamento das populações sobre os processos decisórios, uma das barreiras mais difícil de superar estava relacionada à falta de interesses de boa parte da população no processo, especialmente no início dos trabalhos. Os moradores que, de fato, se envolviam nas ações, desde o início, estavam diretamente ligados à diretoria das respectivas associações de moradores. Enquanto isso, a maior parte das pessoas não trabalhava, seja pelo desinteresse natural (há de se convir que lutar pela mudança não é uma tarefa fácil), pelo desconhecimento ou descrença no Processo. Por isso, o princípio da íntima ligação das Brigadas com os moradores era considerado uma das mais importantes premissas para o bom andamento das operações, caso contrário, a desmobilização e a desconfiança passariam a comprometer todo o trabalho.

Embora tenha ocorrido uma grande movimentação das populações (representadas pelas associações de moradores) no que se refere às formulações dos regimentos, às lutas reivindicativas, às conquistas de direitos, etc., quando se verifica a participação das mesmas nas discussões relativas ao projeto das suas futuras moradias, identifica-se um grupo

acanhado, cuja maioria se coloca em posição passiva, à espera de quaisquer soluções que lhe ofereça melhores condições de habitação.

Durante o desenvolvimento dos projetos das habitações propriamente dito, as discussões com os moradores se limitava, na maioria das vezes, ao campo programático e a participação destes era bem menor que durante o processo de escolha dos terrenos onde seria realizada a intervenção, por exemplo. A investigação identifica duas justificativas para essa constatação. Por um lado, destaca-se a necessidade de dar uma maior celeridade ao processo: seja pela pressão do período revolucionário para que se começasse a construir ou para manter a credibilidade do Serviço, não havia tempo hábil para se discutir todos os aspectos técnicos e estéticos com os moradores. Por outro lado, considerava-se que o controle das respostas técnicas deveria estar estreitamente vinculado à atividade do arquiteto.

Mesmo havendo constante diálogo com os moradores, sobretudo para o esclarecimento das opções de projeto, e um cuidado no desenvolvimento de soluções de espaço organizacional mais adequado às expectativas dos moradores, tratava-se de reconhecer que as decisões de projeto eram da competência e responsabilidade do arquiteto. As pessoas estavam cientes dos projetos – os arquitetos buscavam todas as formas de representação possíveis para fazer os moradores entenderem as propostas –, mas não necessariamente os projetos foram adaptados àquilo que as pessoas queriam ou esperavam.

Discute-se, inclusive, que embora muitos arquitetos das Brigadas do SAAL no Porto tenham se baseado nos levantamentos e nos modos de vida das populações para a produção das casas, os próprios arquitetos se utilizaram do discurso para conduzir as populações a fazer do projeto aquilo que eles, segundo as suas próprias convicções, consideravam correto. Em alguns casos, os técnicos buscavam convencer os moradores que as sugestões apresentadas eram aquilo que eles realmente precisavam, muitas vezes com a intenção de conduzir as populações para a melhoria do bairro a um nível que os moradores não poderiam imaginar ser possível (TAVARES, 2012).

Na análise dos projetos resultantes das operações SAAL no Porto, mais especificamente, dos conjuntos edificados nas Antas, Bouça, Chaves de Oliveira, Contumil, Francos, Lapa, Leal, Maceda-Acácio, Massarelos e S. Victor, percebe-se que eles apresentam, na sua generalidade, a essência de todas as operações SAAL e, nas suas especificidades, os objetivos e desejos dos

seus principais agentes: os moradores das “ilhas” (representados pelas suas associações) e os membros das suas respectivas Brigadas Técnicas.

Questões de ordem financeira e técnica, a indisponibilidade de extensos terrenos próximos aos locais de moradia das populações pobres e o curto período de duração do SAAL influenciaram, sobremaneira, a escala das intervenções no Porto. Como havia um rigoroso controle de áreas mínimas (não se podia gastar muito) e como a execução dos projetos estaria a cargo de pequenas empresas ou cooperativas de desempregados, as construções deveriam ser simples, de fácil execução e de pequena escala. Opta-se, então, pela modulação estrutural, evitando-se tecnologias sofisticadas. A justaposição das casas – solução encontrada em todas as operações – além de corresponder a uma necessidade técnica e econômica, também parece responder a uma demanda dos moradores pela autonomia das habitações: em uma solução de casas individuais geminadas, cada casa é autônoma e o sentido de propriedade é integral.

Conforme visto no último capítulo, a implantação de boa parte dos blocos de habitação construídos com o apoio do SAAL no Porto, ao mesmo tempo em que introduz uma regra alheia à cidade preexistente, conferiu uma clara identidade espacial aos conjuntos. Sejam nos projetos onde os edifícios estão posicionados perpendicularmente à rua (Bouça e Antas), abrindo o interior do conjunto ao atravessamento de estranhos, ou naqueles em que se buscou uma maior harmonia com o padrão de assentamento do entorno, ao mesmo tempo em que fecham a estrutura edificada para o seu interior (Leal e Chaves de Oliveira), o que se verifica é uma forte identidade em cada um dos conjuntos edificados no Porto. O destaque para uma ideia de comunidade parece se referir a uma vontade de reforçar o espírito de união e de relacionamento social encontrado nas ilhas através do arranjo espacial dos projetos.

Considerando que a partir da análise espacial seria possível revelar os aspectos vivenciais promovidos pela configuração das estruturas físicas das operações SAAL no Porto, previa-se que a investigação pudesse enxergar os aspectos de relacionamento social subjacentes aos projetos.

Por meio da descrição dos conjuntos e das unidades habitacionais, foi possível verificar que os projetos SAAL no Porto parecem se fundamentar nas experiências de relacionamento vicinal estabelecido nas ilhas. A concepção de solidariedade entre vizinhos, característica dos grupos de baixa renda, perpassa todas as soluções dos projetos construídos pelo SAAL no Porto. A opção pelo prolongamento exterior da casa em algumas operações, com pátios

privados e edículas de serviço, permite um permanente contato do morador com o exterior doméstico, com a vida do bairro e com os vizinhos.

Conforme já referido, embora não se possa definir uma estratégia generalizável para todas as operações SAAL no Porto, verificou-se, em todas elas, uma vontade de concretizar espaços promotores de uma vivência popular. Os bairros, edifícios e unidades de habitação construídos representam um marco para a elaboração de projetos de habitação social no que se refere à consideração dos aspectos vivenciais dos moradores pobres. E isso talvez seja um dos aspectos mais importantes que deve ser reconhecido nas operações SAAL do Porto, para além delas terem sido verdadeiros espaços de exercício da cidadania no caminhar para a construção de uma democracia participativa.

Mesmo não conseguindo concretizar o seu projeto para a cidade – os membros do SAAL do Porto defendiam a ideia de que a cidade deveria ser planejada a partir da escala local e que esta fosse crescendo por meio da solução e da conjugação de problemas de locais próximos, até atingir a escala da cidade, ou seja, pensava-se em um planejamento a partir do local para o geral e sempre com a participação das populações – o Processo SAAL no Porto proporcionou um conjunto de obras que, pela circunstância política, pelo programa, pelo modo como promoveu a colaboração entre técnicos e moradores no desenrolar das suas ações e pela originalidade tipológica, merecem destaque e referência em textos de arquitetura e urbanismo em todo o mundo como um produto da Revolução dos Cravos.

A experiência SAAL contribuiu para a democratização do país. No Porto, o caráter social e dialogante das suas operações influenciou diretamente o desenvolvimento de novas mentalidades e da conscientização popular sobre a necessidade de lutar por melhores condições de moradia, trabalho e educação. A ideia de associação popular, de espírito comunitário, importante bandeira revolucionária, está impregnada nos conjuntos habitacionais apresentados nesta investigação. Confirmam, portanto, a certeza de Alexandre Alves Costa que as aspirações do 25 de Abril estão presentes nos projetos resultante das operações SAAL no Porto (MORAIS, 2012).

Embora não seja possível confirmar o *status* adquirido pela experiência SAAL no Porto em relação a outras operações desenvolvidas nas demais regiões do país, pode-se afirmar que a sua arquitetura resultante, enquanto recurso para a reinvenção da participação e para a revitalização dos movimentos sociais, é a concretização dos ideais presentes na Revolução

dos Cravos. A arquitetura produzida pela experiência SAAL no Porto é a Arquitetura da Revolução.

De uma maneira geral, os produtos de cada operação evoluíram no tempo, segundo ritmos e contextos econômicos, sociais e políticos diferenciados. A arquitetura resultante dessas operações constitui hoje uma herança de modelos habitacionais que merece ser aproveitada para o aprofundamento das suas potencialidades no que se refere aos aspectos do convívio e de adequação espacial às necessidades sociais. O SAAL no Porto, em síntese, foi uma experiência tão fascinante e intensa cujo envolvimento total de manifestações de necessidade social se fez conviver e misturar com as mais refinadas convicções de políticos, intelectuais, técnicos e estudantes numa associação conjunta e enriquecedora em prol de melhores condições de habitação para as classes menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

- A LUTA dos Bairros Camarários do Porto. In **Jornal Combate**. Porto, n. 2, jul. 1974.
- A LUTA dos Camarários. In **A Voz do Bairro**: Jornal da Comissão de Moradores do Bairro do Outeiro. Porto, n.1, p. 5, fev.1976.
- ABRAMS, C. **Habitação, Desenvolvimento e Urbanização**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.
- ACABEMOS com o Desinteresse. In **Arranque**, jornal dos moradores das Antas. Porto, n.2, p.5, jan.1975.
- ALEXANDER, Christopher. **The Timeless Way of Building**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1979.
- ALTMAN, Irwin; CHEMERS, M. **Culture and Environment**. Basic concepts in environment and behavior series. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1984
- AMAZONAS, Maria Cristina et al. ARRANJOS FAMILIARES DE CRIANÇAS DAS CAMADAS POPULARES. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 11-20, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa03.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2014.
- ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of Citizen Participation, In **Jaip**, V.35, N.4, , pp. 216-224, jul.1969. Disponível em <<http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html>>. Acesso em: 23 de outubro de 2010.
- ARTE na Luta. In **Arte na Luta**. Edição de um Grupo de Estudantes da ESBAP. Porto, n.1, jun.1974.
- ASSEMBLEIA DO MFA. Aliança Povo-MFA. [S.l.; s.n.], 1975. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17>. Acesso em 15 de abril de 2013.
- AMORIM, Luiz. The Sector's Paradigm. A study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast Brazil. Tese de Doutorado. Faculty of the Built Environment. Bartlett School of Graduate Studies, University College London, 1999.
- _____; LOUREIRO, Claudia. Uma Figueira pode dar rosas? Um estudo sobre as transformações em conjuntos populares. In **Arquitextos**. São Paulo, ano 01, n. 009.06, Vitruvius, fev. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.009/920>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.
- AO FUNDO de Fomento da Habitação. In **A Zona**: Órgão informativo da Associação de Moradores de S. Vitor. Porto, n.3, p.7, ago. 1975.
- ARQUITETA "M". **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores

no Porto (1974-76). Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

ARQUITETO “P”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76). Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

AS LUTAS nos Bairros Camarários. In **Arte na Luta**: Edição de um Grupo de Estudantes da Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto, n. 2, p. 6, set.1974.

AS OPERAÇÕES SAAL. Direção: João Dias. Produção: Abel Ribeiro Chaves. Depoimentos de: Álvaro Siza; Eduardo Souto Moura; Nuno Portas; Gonçalo Byrne; Alexandre Alves Costa; Nuno Teotónio Pereira; Manuel Vicente; Raúl Hestnes; José Veloso e outros. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CONTUMIL. Moradores de Contumil. **Panfleto**. Porto, nov.1975.

BANDEIRINHA, José. **As Operações SAAL e a Arquitetura do 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da universidade de Coimbra, 2007.

_____. Depoimento [2007a]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

_____. **Processo SAAL. In: FIGUEIRA, J. et AL (Org). Porto 1901-2001. Guia de Arquitectura Moderna. Porto: OASRN-Civilização, 2001.**

BENTLEY, I. *et al.* **Responsive Environments**. Oxford: Architectural Press, 2003.

BICHARA, Ilka Dias *et al* . Espaços externos para brincar: o olhar das crianças através de fotos. *Psicol. teor. prat.*, São Paulo , v. 13, n. 3, dez. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 fev. 2014.

BRANCO, José Mário. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007.

BRIGADA DA LAPA. Actividades da Brigada de acordo com o ofício 1134/DN/74. **Relatório**. Porto, dez.1974.

_____. jan.1975.

_____. maio.1975.

BRIGADA DA ZONA DAS ANTAS. Relatório da Actividade da Brigada SAAL da Zona das Antas. **Relatório**. Porto, fev.1975

_____. jun.1975.

BRIGADA DE S. VICTOR. **Relatório**. Porto, nov.1974.

_____. dez.1974

BRIGADA TÉCNICA DO BAIRRO DO LEAL. Relatório da Brigada Técnica do Bairro do Leal. **Relatório**. Porto, nov.1974.

_____. jul.1975.

_____. jun.1976.

BRIGADA TÉCNICA MACEDA-ACÁCIO. Bairro do Acácio. Relatório Mensal da Brigada Técnica. **Relatório**. Porto, out. 1974.

_____. nov.1974.

_____. jan.1975.

_____. maio.1975.

_____. jul.1975.

BRIGADA TÉCNICA SAAL CONTUMIL. **Relatório**. Porto, jul.1975.

_____. ago.1975.

_____. dez.1975.

BRIGADA SAAL ZONA CHAVES DE OLIVEIRA. Organização dos Moradores. **Relatório**. Porto, fev.1975.

_____. maio.1975.

_____. set.1975.

_____. fev.1976.

BRIGADA SAAL ZONA DE FRANCOS. Operação SAAL Zona de Francos. Relatório da Brigada. **Relatório**. Porto, fev. 1975.

CADERNO Reivindicativo de: Conselho Revolucionário de Moradores do Porto; Comissão de Matosinhos; Comissão de Gondomar; Comissão de Vila Nova de Gaia; Comissão de Espinho. Porto, s.n., dez.1975

CAMPOS, Carlos Miguel. Nuno Portas. Diálogos entre teoria e prática [1957-1974]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

CARVALHO, Mariana. Investigação em Arquitectura. O Contributo de Nuno Portas no LNEC 1963-1974. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

CASAS SIM, Barracas Não. In **O Alerta**: boletim mensal dos Moradores da Zona da Bouça, Peneda, Marques Marinho e Monte Cativo. Porto, n.3, p.2, maio/1975.

CEAPE- Cooperativas de Estudos de Arquitectura, Planeamento e Engenharia. Projecto de construção. Arquivo do Porto: [s.n.] 14 jun 1976.

COELHO, Mario Brochado. Um processo Organizativo de Moradores (SAAL/NORTE – 1974-1976). In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 18/19/20, fevereiro de 1986.

COELHO, Margarida. Uma experiência de transformação no sector habitacional do Estado. SAAL – 1974-1976. In **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 18/19/20, fevereiro de 1986.

_____. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

COUTINHO, Evaldo. **O Espaço da Arquitetura**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

COMUNICADO distribuído à imprensa no dia da ocupação do Frigorífico do Peixe, em 25/3/1975. In **Boletim**: Comissão de Moradores de Massarelos. Porto, n.1, p.2, 1975.

COMUNICAÇÃO feita por um dos membros da Comissão de Moradores na 1ª Reunião Geral de Moradores feita na nova sede”. In **Boletim**: Comissão de Moradores de Massarelos. Porto, n.1, p.3, 1975.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL. **Livro Branco do SAAL**. [S.l.: s.n.], 1976.

CONTRA as Casas-caserna. Solidariedade operária. Porto: s.n., nov.1974.

COSTA, Alexandre. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

_____. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

_____. **Textos Datados**. Coimbra: Edarq, 2007a.

_____. Nuno Portas em quatro tempos. In (Catálogo da Exposição), com curadoria de Nuno Grande. **O Ser Urbano no Caminho de Nuno Portas**. Lisboa: INCM, 2012a.

_____. Intervenção Participada na Cidade/ A Experiência do Porto, 1978. In MILHEIRO, Ana; AFONSO, João (Org.). **Alexandre Alves Costa** Candidatura ao Prémio Jean Tschumi - UIA 2005. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2005.

_____. **Textos Teóricos 2** . Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P, 1982.

COSTI, Marilice. A cidade e a alcova: o coletivo na intimidade. In **Arquitextos**. São Paulo, ano 03, n.036.04, maio.2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.036/684>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

DARKE, J. Architects and user requirements in public-sector housing: 3. Towards an adequate understanding of user requirements in housing. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v.11, p. 417 – 433, 1984. Disponível em: <<http://www.envplan.com/abstract.cgi?id=b110417>>. Acesso em: 22 de novembro de 2008.

DOWNS, Charles. Comissão de Moradores and Urban Struggles in Revolutionary Portugal. Comunicação policopiada apresentada no II International Conference Group on MODern Portugal. Universidade de New Hampshire, 1979.

EDITORIAL. In **Arte na Luta**. Edição de um Grupo de Estudantes da ESBAP. Porto, n.1, jun.1974.

EDITORIAL. In **A voz da Lapa**: Jornal de apoio às lutas populares. Porto, n.3, P.1, jun.1975.

EDITORIAL. In **O Alerta**: Boletim Mensal dos Moradores da Zona da Bouça, Peneda, Marques Marinho e Monte Cativo. Porto, n.3, maio.1975.

EDITORIAL. In **Arranque**: Jornal dos Moradores das Antas. Porto, n.2, p. 1, jan.1975

EDITORIAL. In **Arranque**: Jornal dos Moradores das Antas. Porto, n.1, p.1, dez.1974.

ESCLARECIMENTOS sobre o Processo SAAL. In **Moradores em Luta**, Boletim da Comissão de Moradores de Contumil, Porto, n.1, p.3 jul.1975.

EXPOSIÇÃO. In **Vontade Popular**. Boletim Informativo – Associação de Moradores da Zona da Sé. Porto, n.1, p.1, maio.1976.

FERNANDES, Manuel. **ESBAP / Arquitectura anos 60 e 70 e apontamentos**. Porto: FAUP, 1988.

FERNANDES, Eduardo. A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Universidade do Minho, 2010.

FERNANDEZ, Sergio. **Percorso Arquitectura Portuguesa 1930/1974**. Porto: FAUP, 1988.

_____. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

FERREIRA, António. **Por uma nova política de habitação**. Porto: Afrontamento, 1987.

FERREIRA, Vitor. **Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política**. Porto: Afrontamento, 1975.

FIGUEIRA, J. **Escola do Porto: Um Mapa Crítico**. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002.

GADELHO, Bruno Miguel. Estudo do SAAL – Da Teoria à Prática. Caráter da sua execução no Porto. Mestrado, Universidade Lusíada do Porto, Porto, 2011.

GUNTHER, Anni. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

HALL, Edward. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HANSON, J. **Decoding Homes and Houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HENRIQUES, Tiago. A habitação social portuense do processo SAAL - uma leitura de experimentalismo tipológico a partir de operadores projectuais. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, novembro de 2011.

HESTNES, Raul. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

HILLIER, Bill. **Space is the Machine**. Londres: UCL, 2007.

_____; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____; _____. Ideas are in Things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. In **Environmento and Planning B: Planning and Design**. V. 14, p. 363-385, 1987.

HOLANDA, Frederico. **Forma e uso do espaço urbano**. Brasília: UNB, 1988.

_____. **O espaço de exceção**. Brasília: UNB, 2002.

_____. Casa-Átrio: Um exercício de auto-análise. In: HOLANDA, F. (Org.). **Arquitetura & Urbanidade**. São Paulo: ProEditores, 2003.

HOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciência de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

I ENCONTRO SAAL Norte. **Relatório**. Porto, jan.1975.

INQUÉRITO. In **Arranque**. Porto, n.3, p.15, dez.1975.

KARSTEN, L.; VLIET, W. V. Children in the city: reclaiming the street. *Children, Youth and Environments*, v. 16, supl. 1, p. 151-167, 2006.

LAGUEUX, Maurice. A cabeça do Arquiteto. **Revista Vivercidades**, 2003. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br/publique222/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 de Novembro de 2008.

LAY, M.; REIS, A.. O Papel de espaços abertos comunais na avaliação de desempenho de conjuntos habitacionais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 2, p. 25-39, 2002.

LIMA, Maria Eugénia. **Operações SAAL, uma Política Urbana Vanguardista**. O Caso do SAAL no Bairro do Casal das Figueiras, em Setúbal. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2011.

LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz. A Domesticidade Perdida. In **CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**. v. 8, n. 2 (2008) . Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU Mackenzie.

LUTAR por uma Casa para Todos é Lutar Contra o Capitalismo. In **O Alerta**. Porto, n.4, p.1, jun.1975

MARKUS, Thomas; CAMARON, Deborah. **The Words Between the Spaces: Buildings and Languages**. Nova Iorque: Routledge, 2002.

MORAIS, Ana. SAAL, “Uma utopia construída em parte”. In **acabra.net: Jornal Universitário de Coimbra**. Coimbra, abr.2012. Disponível em: < <http://acabra.net/artigos/saal-uma-utopia-construda-em-parte>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2014.

MORENO, Nhuel; PETIT, Mercedes. **Conceitos Políticos básicos**. São Paulo: ACS Editora, 1989.

MENDES, Manuel. **Entrevista** [jun.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

NÃO HÁ Poder Popular com a Burguesia no Poder. In **Moradores em Luta: Boletim da Comissão de Moradores de Contumil**. Porto, n.3, p.2, out/nov.1975.

NASCIMENTO da Associação. In **A Zona: Órgão Informativo da Associação de Moradores S. Vitor**. Porto, n.3, p.7, ago.1975.

NEWMAN, Oscar. **Creating Defensible Spaces**. [S.l.]: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.

NÚCLEOS SINDICAIS DE ARQUITECTURA. Lutemos Contra os Processos Disciplinares. Porto, 197-.

_____. Aos Estudantes do Porto. Porto, out.1973.

_____. A nossa Força Dita a Lei. Porto, nov.1973.

NUNES, João; SERRA, Nuno. “Casas Decentes para o povo”: movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura (org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

O QUE Pensam os Moradores. In **A Voz do Leal**. Porto, [1975?]

O APARECIMENTO do SAAL, [S.l: s.d], [197-?]

O DIREITO de Habitar. In **O Alerta**. Porto, n. 4, p. 4, jun.1975.

O PAVILHÃO. In **Moradores em luta**. Porto, n.4, p.2, jan.1976.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

PAREDES MEIAS. Direção: Pedro Mesquita. Portugal: Muzzak/Cinemactiv, 2009. HDV, cor/p&b.

PEPONIS, John. Espaço, Cultura e Desenho Urbano no Modernismo tardio e além dele. In *Ekistics*, vol. 56, n 334/5, jan-abr 1989, PP 93-108. Athens Center of Ekistics, Athens. Tradução do original em ingles por Frederico Holanda.

PERSPECTIVAS para uma crítica. In: **Revista Cidade/Campo**, nº2, mai., 1979. Disponível em: <<http://saal-memorias.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 de Agosto de 2009.

PIZA, João. Giancarlo De Carlo. In **Entrevista**, São Paulo, ano 08, n. 032.02, Vitruvius, out. 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/08.032/3292>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2011.

PLANO de Urbanização de Massarelos. Memória descritiva. Porto, jun.1976.

PODER Popular. In **A Voz do Leal**. Porto, n.1, p.4, set.1975.

PODER Popular. In **Boletim da Associação de Moradores de Massarelos**, Porto, jul. 1975.

POR QUE um Infantário? In **O Alerta**. Porto, n.3, P.8, maio.1975.

PORTAS, Nuno. O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local, 1986. In PORTAS, Nuno. **Arquitetura(s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto**. Porto: FAUP, 2005

_____. **A Habitação Social: Proposta para a metodologia da sua arquitetura**. Porto: FAUP, 2004.

_____. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

_____. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

RAMALHO, Pedro. **Intinerário**. Porto: FAUP, 1989.

RECLAMAÇÃO conjunta da Associação de Inquilinos Lisbonenses e do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. [S.l.; s.n.], abr.1976.

RELATÓRIO apresentado à Câmara M. do Porto. O que nós temos Direito. In **O Alerta: Boletim Mensal dos Moradores das zonas da Bouça, Burgães, Peneda, Marq. Marinho e Monte Cativo**, Porto, n.2, p.2, abr.1975

RELATÓRIO de mesa redonda com a participação de dirigentes da Associação de Moradores da zona das Antas e a Brigada Técnica do SAAL. **Relatório**. Porto, jul.1975

RODRIGUES, Maria Manuela de Azevedo. O Movimento de Moradores no Porto (1974-1976). Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Janeiro de 1997.

RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974 - 76). Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

SÁ, Manuel Fernandes. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

SANTOS, Boaventura. A crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975. **Seminário 25 de Abril 10 anos depois**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:g7cAGHdF2VcJ:www.25abril.org/a/25abril/get_document.php?id%3D158+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 20 de julho de 2012.

_____. Os Três Tempos Simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade em Portugal. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 15/16/17, 11-45, 1985.

SANTOS, Mariana. **Sobre a apropriação do espaço: Um percurso pelos bairros SAAL do Porto**. 2004. Trabalho de conclusão de curso - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – FAUP, Porto, 2004.

SANTOS, Orquídea. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

SANTOS, Regina Célia Bega dos Santos. Os movimentos sociais urbanos: questões conceituais relacionadas à práxis. In: **12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Anais. Montevideo, 2009. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/pt/document/view/13207502/os-movimentos-sociais-urbanos-egal-2009-programa-on-line>> Acesso em: 05 de janeiro de 2014.

SCHNEIDER, Richard; KITCHEN, Ted. **Crime Prevention and the Built Environment**.

SHU, Chi-Feng. 2000. Housing Layout And Crime Vulnerability, **Urban Design International** . Vol. 5.3-4, 2000, p.177-188.

SIMÕES, Aurélio. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 1 arquivo mp3.

SIZA, Álvaro. Temos que nos libertar da experiência. Entrevista Bernardo Pinto de Almeida. In UPORTO Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto. Porto, n.9, p.28-33, out.2003.

_____. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007.

_____. Entrevista [2009]. **Uma questão de medida**, Entrevistadores: Dominique Machabert e Laurent Beaudouin. Casal de Cambra, 2009.

SOUZA, M. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SR “C”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)**. Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

SR “T”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)**. Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

SR “M”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)**. Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

SRA “D”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)**. Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

SRA “R”. **Entrevista** [200-]. In RODRIGUES, Maria Manuela de Madureira. **Movimentos sociais e políticas sociais: perspectivas dos actores do Movimento de Moradores no Porto (1974-76)**. Tese de Mestrado Europeu de Estudos e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Educacionais. Universidade do Porto, 2009.

TAVARES, Andre et al. **Leitura Informal ou Notas não Científicas**. In **Unidade**. Porto, v.6, Faup Publicações, set.1998.

TAVARES, Bruno. **Estudo do SAAL – da Teoria à Prática. Carácter da sua execução no Porto**. Dissertação de mestrado. Universidade Lusíada do Porto. Porto, 2011.

TAVARES, Domingos. **Da rua formosa à Firmeza**. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1985.

_____. Depoimento [2007]. **As Operações SAAL**. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

_____. **Entrevista** [jul.2012]. Entrevistador: Rafaela Campos Cavalcanti. Porto, 2012. 01 arquivo mp3.

TÁVORA, Fernando. **Ideias, Histórias de um Mestre da Cidade do Porto**. In **Revista Projeto**. São Paulo, n.152, p. 72, maio.1992.

TEIXEIRA, M. **Habitação Popular na Cidade Oitocentista: As ilhas do Porto**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1995.

TEXTOS de Combate. Publicação de um grupo de estudantes da ESBAP. Porto, nov.1969.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Grijalbo, 1979.

TURNER, John. **Vivienda, todo el poder para los usuarios**: hacia la economía en la construcción del entorno. Rosario: H. Blume, 1990.

UM MORADOR. In **Arranque**: Jornal dos Moradores das Antas. Porto, n.2, p.2, jan.1975.

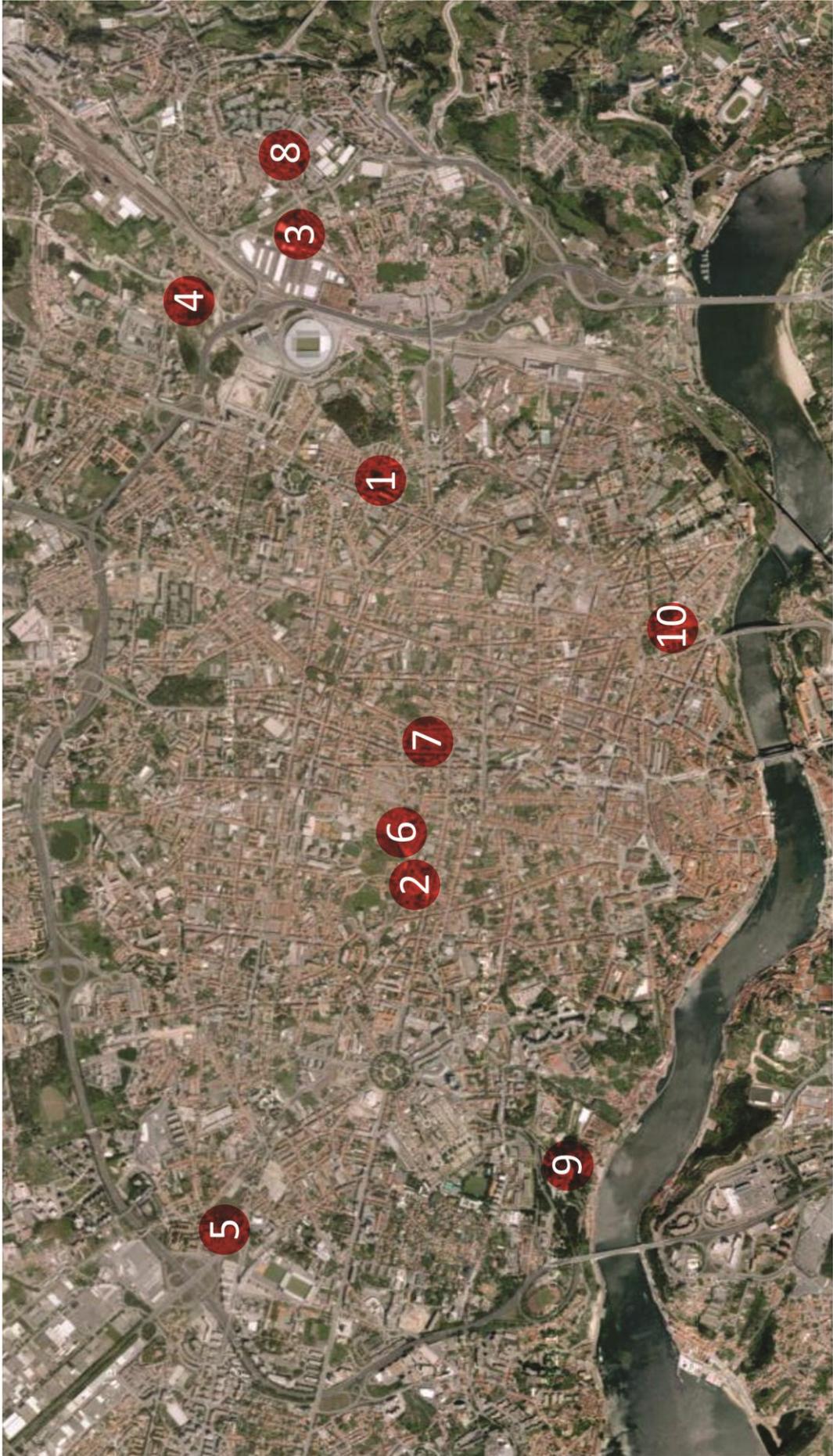
UMA POSIÇÃO justa frente ao trabalho de Arquitectura V. Um Grupo de estudantes do 5º ano de Arquitectura da ESBAP. Porto, jun.1973

VICENTE, Manuel. Depoimento [2007]. As Operações SAAL. Produção: João Dias. Lisboa: Abel Ribeiro Chaves; Optec; Bazar do Video, 2007. DVD, cor/p&b.

VILAÇA, Helena. As Associações de Moradores enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social. In: **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto**. Porto, 1994. P. 49-96.

APÊNDICE 01 – CONTEÚDOS COMUNS ÀS COMUNICAÇÕES DE TÉCNICOS E MORADORES PARTICIPANTES DAS OPERAÇÕES SAAL NO PORTO.

APÊNDICE 02 – LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES SAAL NA CIDADE DO PORTO

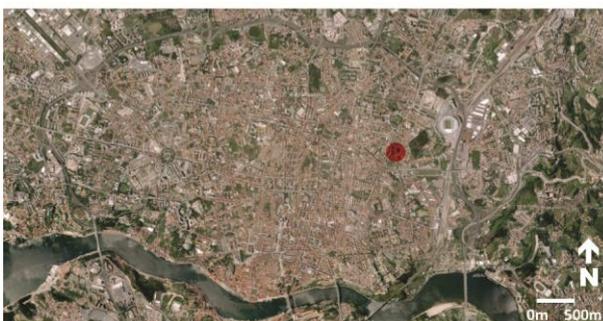


- 1- Antas
- 2- Bouça
- 3 - Chaves de Oliveira
- 4 - Contumil
- 5 - Francos
- 6 - Lapa
- 7 - Leal
- 8 - Maceda-Acácio
- 9 - Chaves de Oliveira
- 9 - Massarelos
- 10 - S. Victor

APÊNDICE 03 – OPERAÇÕES SAAL NO PORTO

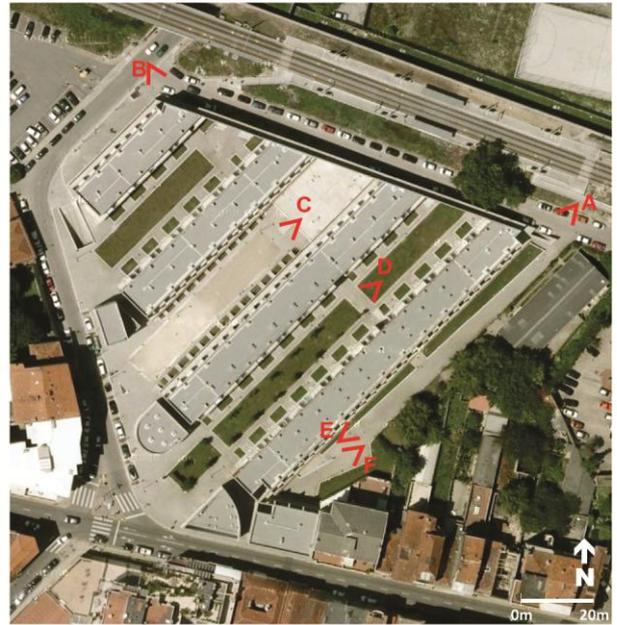
OPERAÇÃO SAAL ANTAS

Início da Operação: Outubro de 1974
 Arquiteto Responsável: Pedro Ramalho
 Tipologias habitacionais:
 T2 (02 quartos) e T3 (três quartos)



OPERAÇÃO SAAL BOUÇA

Início da Operação: Abril de 1975
 Arquiteto Responsável: Álvaro Siza
 Tipologia Habitacional:
 T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL CHAVES DE OLIVEIRA

Início da Operação: Novembro de 1974
 Arquiteto Responsável: Manuel Lessa
 Tipologia Habitacional:
 T2 (02 quartos); T3 (03 quartos) e T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL CONTUMIL

Início da Operação: Abril de 1975

Arquiteto Responsável: Célio Costa

Tipologia Habitacional:

T1 (01 quarto), T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e
T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL FRANCOS

Início da Operação: Fevereiro de 1975
 Arquiteto Responsável: Rolando Torgo
 Tipologia Habitacional: T3 (03 quartos)



OPERAÇÃO SAAL LAPA

Início da Operação: Novembro de 1974
 Arquiteto Responsável: Alfredo Matos Ferreira
 Tipologia Habitacional:
 T1 (01 quarto), T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e
 T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL LEAL

Início da Operação: Outubro de 1974
 Arquiteto Responsável: Sergio Fernandez
 Tipologia Habitacional:
 T1 (01 quarto), T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e
 T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL MACEDA-ACÁCIO

Início da Operação: Outubro de 1974
 Arquiteto Responsável: Alcino Soutinho
 Tipologia Habitacional:
 T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL MASSARELOS

Início da Operação: Janeiro de 1975

Arquiteto Responsável: Manuel Fernandes de Sá

Tipologia Habitacional:

T1 (01 quarto), T2 (02 quartos), T3 (03 quartos) e T4 (04 quartos)



OPERAÇÃO SAAL S. VICTOR

Início da Operação: Novembro de 1974
 Arquiteto Responsável: Álvaro Siza
 Tipologia Habitacional: T3 (03 quartos)



ANEXO 01 - FICHAS DE INQUÉRITO DA BRIGADA SAAL CHAVES DE OLIVEIRA

EXEMPLO 01

localização	agregado				
bairro: rua: Ta. chaves de oliveira, 30 casa:	nome	António Seino Gouveia	Zulmira Soares da Silva Gouveia	Paulo António da Silva Gouveia	Jose António da Silva Gouveia
há quanto tempo habita o bairro? 7 anos	idade	32 anos	27 anos	4 anos	3 anos
de onde veio? sr. António vivia em S. Roque. e a mulher no Bairro de S. Vicente de Paulo.	parentesco	Pai	Mãe	Filho	Filho
qual a profissão que exercia? Embaixado de escritório onde? Porto costureira de lúvas	escolaridade	5º ano incompleto	4ª classe	-	-
por que razão veio viver para aqui? Pai tem casado e necessitare de uma casa maior. A sr.ª Zulmira vivia em casa dos Pais.	saúde	tem saúde	tem saúde desde pequena	tem saúde	tem saúde
que renda pagava inicialmente? 800.00 e agora? 800.00	profissão	Embaixado de Escritório	costureira de lúvas	-	-
como era o bairro quando veio para cá? A casa era como actualmente. situa-se à margem da rua, não estando portanto integrada no Bairro vizinho.	local de trabalho	Rua Cândido Reis, Porto	Rua 31 de Janeiro, Porto	-	-
que modificações foram feitas? os tectos e as paredes foram pintadas.	regalias sociais	Caixa de Previdência	Caixa de Previdência	Abono	Abono
quando? Há 3 anos por quem? pelo inquilino	nome				
qual a constituição inicial da família? 1 casal	idade				
qual a constituição actual? 1 casal e 2 filhos	parentesco				
prevê alguma alteração? talvez não.	escolaridade				
há alguém da família inscrito na associação de moradores? quem? o casal é sócio da associação de moradores.	saúde				
que tipo de iniciativas gostava que a associação levasse a efeito? arranjar fundos para as necessidades das casas cooperativa para géneros alimentícios. organização de parques infantis.	profissão				
	local de trabalho				
	regalias sociais				
	observações:				

habitação actual	habitação proposta
quantos compartimentos tinha inicialmente a casa? cozinha, 3 quartos, sala, quarto de banho (retrete e lavatório). Uma das salas é interior, a retrete também é interior.	qual o tipo de casa que necessita? T2 mas gostava de ter um T3
quais as alterações introduzidas? por quem? Não houve alterações	pensa que pode vir a ter necessidade de mais divisões? quantas? se tiver mais uma filha necessita de mais um quarto.
utiliza algum espaço livre do bairro? individual ou colectivamente? como? tem um quintal individual onde cultiva hortaliça e estende a roupa a secar.	como devem ser as diferentes divisões da casa? cozinha - com equipamento completo (armários a toda a volta, bancas com os batedores, dispensa) zona de lavagem e secagem individuais. Acha necessário que a casa tenha armários embutidos nas paredes porque não tem muito armário. se for possível haver quintal fora do prédio. Prefere que a casa seja num só piso. Prefere que a casa seja num só piso.
acha que a sua casa tem possibilidades de ser recuperada? Acha que a casa está muito velha.	o que pensa da utilização de espaços colectivos? Acha que podem ser utilizados, para as crianças brincarem, que fossem ajardinados
a casa necessita de obras de emergência? quais? tem o telhado a cair.	como acha que deve ser feita a atribuição de rendas? por tipos? por rendimento familiar? por igual para todos os tipos de habitação? A atribuição de rendas deve ser feita por rendimento familiar.
têm água e luz eléctrica em casa? têm sanitários? tem água e luz, em casa. tem uma retrete com fossa.	qual o valor aproximado da renda a atribuir? até 1.000 \$00
Proprietário: Mendeiros de Francisco da Silva Costa	o que pensa da experiência do sector 1 (pré-fabricados e projecto de construção)? Gastou dos volantes o projecto do sector 1 não conhece.

EXEMPLO 02

Novembro 1975

localização	agregado		
bairro: TR. DE CHAVES DE OLIVEIRA rua: 22 casa: 92	nome	ARLINDO ALVES MASALRÃES.	ATÍLIA JESUS VIANA ROSA MARIA VIANA MASALRÃES
há quanto tempo habita o bairro? HÁ 21 ANOS.	idade	45	46 13
de onde veio? NASCEU EM BAIÃO (DOURO) E VEIO PARA O PORTO ONDE FOI CRIADA, VIVIA PARA A CORUJEIRA (MIRID), CAMARÃ (MULHER), qual a profissão que exercea? TRABALHAVA NA CONSTRUÇÃO CIVIL onde? Num emprego NÃO TAVO PARA A CASA (MIRID) A Mulher sempre trabalhou na pedreira por que razão veio viver para cá? POR FALTA DE ESPAÇO NA CASA ONDE MORAVA ANTES. NÃO TINHA QUINTAL	parentesco	MARIDO	MULHER FILHA
que renda pagava inicialmente? 5000 e agora? 250000	escolaridade	NÃO SABE LER	DE CLASSE 3º ANO DOLICEU
como era o bairro quando veio para cá? COMO É AGORA.	saúde	TEM SAÚDE	TEM SAÚDE
que modificações foram feitas? Cambiou o soalho e as janelas por conta do inavulino.	profissão	VAREADOR DA G.N.P.	AJUDANTE DE GASPadeira estudante
quando? aos bocados por quem? pelo inavulino	local de trabalho	AS RUAS DA CIDADE	VILA NOVA DE GAIA TABOÇA VESP LÍCEU RAINHA Sª ISABEL.
qual a constituição inicial da família? MARIDO E MULHER.	regalias sociais	CAIXA DE PREVIDÊNCIA	CAIXA DE PREVIDÊNCIA Abono
qual a constituição actual? MARIDO MULHER E FILHA.	nome		
prevê alguma alteração? NÃO.	idade		
há alguém da família inscrito na associação de moradores? quem? MARIDO E MULHER.	parentesco		
que tipo de iniciativas gostava que a associação levasse a efeito? TODAS AS INICIATIVAS QUE SEJAM EM PROVEÍTO DE TODOS.	escolaridade		
	saúde		
	profissão		
	local de trabalho		
	regalias sociais		
	observações:		

habitação actual	habitação proposta
quantos compartimentos tinha inicialmente a casa? QUARTO E COZINHA.	qual o tipo de casa que necessita? T2.
quais as alterações introduzidas? por quem? ABRIU UMA PORTA PARA A CASA DO LADO QUANDO A INQUILINA SAIU FICANDO COM MAIS UM QUARTO. FOI TUDO FEITO PELOS INQUILINOS. METEU LUZ.	penso que pode vir a ter necessidade de mais divisões? quantas? GOSTARIA DE TER UMA DIVISÃO PARA DEITAR ALGUÉM DA FAMÍLIA QUE A VIÉSSE VISITAR.
utiliza algum espaço livre do bairro? individual ou colectivamente? como? UTILIZA O QUINTAL ONDE ESTENDE A ROUPA E PLANTA HORTALIÇA: TIRA ÁGUA DO POÇO E DO FONTENÁRIO.	como devem ser as diferentes divisões da casa? DEVEM SER AMPLAS: SACA E COZINHA de preferência separadas mas se for com possibilidade de abrirem melhor. gostava de ter armários desde que não seja nos quartos porque tem guarda-vestidos Na cozinha gostava de ter armários e dispensa zona de lavagem e secagem individuais. O quarto de banho pode ser com chuveiro desde que tenha água quente. gostava de ter quintal individual. o que penso da utilização de espaços colectivos?
acha que a sua casa tem possibilidades de ser recuperada? NÃO.	ACHA QUE O BARRIO DEVIÁ DAR PARA MAIS PESSOAS E PARA FAZER UNS QUINTAIS PEQUENITOS.
a casa necessita de obras de emergência? quais? TEM O FORDO A CAIR.	como acha que deve ser feita a atribuição de rendas? por tipos? por rendimento familiar? por igual para todos os tipos de habitação? POR TIPOS.
têm água e luz eléctrica em casa? têm sanitários? NÃO TEM ÁGUA canalizada. Vai buscá-la ao fontenário TEM LUZ ELÉCTRICA, medida pelo inavulino NÃO TEM SANITÁRIOS. Utiliza uma estrada exterior (para 7 famílias).	qual o valor aproximado da renda a atribuir? 600000
PROPRIETÁRIO: HERDEIRO DE FRANCISCO DA SILVA COSTA	o que pensa da experiência do sector 1 (pré-fabricados e projecto de construção)? GOSTOU DOS VOLANTES.